



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

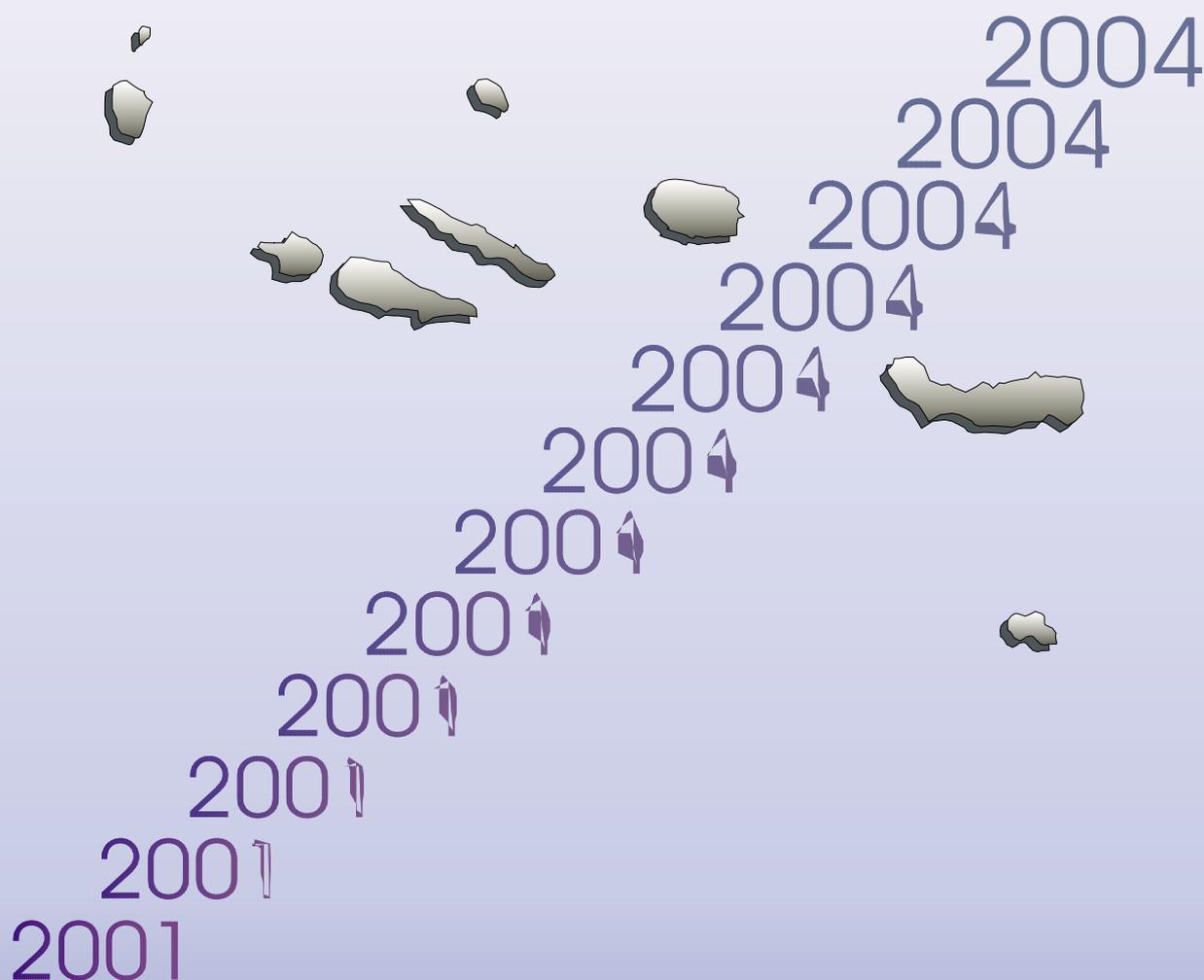
Presidência do Governo

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento

SUBSECRETÁRIO REGIONAL DO PLANEAMENTO E ASSUNTOS EUROPEUS

DIRECÇÃO REGIONAL DE ESTUDOS E PLANEAMENTO

Plano Regional de Médio Prazo 2001-2004



**Aprovado na
Assembleia Legislativa Regional a
6 de Abril de 2001**

ÍNDICE

	Pág.
Introdução	
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO E PERSPECTIVAS.....	I-1
1. Enquadramento externo	I-1
1.1. Situação e perspectivas de evolução da economia internacional.....	I-1
1.2. Situação e perspectivas de evolução da economia nacional.....	I-5
2. Situação Regional.....	I-7
2.1 Evolução demográfica	I-7
2.2 Evolução macroeconómica.....	I-11
Produto interno bruto	I-11
Mercado de emprego.....	I-13
Preços	I-16
Finanças Públicas.....	I-18
Moeda e Crédito.....	I-20
Comércio Especial	I-24
2.3 Aspectos Sectoriais.....	I-27
Agricultura	I-27
Pescas	I-34
Turismo	I-38
Indústria	I-42
Comércio.....	I-43
Acessibilidades	I-46
Comunicações	I-52
Energia	I-53
Educação	I-57
Saúde.....	I-60
Cultura.....	I-64
Desporto.....	I-65
Habitação	I-66
2.4 Sistema Ambiental.....	I-71
2.5. Situação sobre a recuperação dos efeitos das calamidades.....	I-91
2.6. Relações externas e cooperação.....	I-95
CAPÍTULO II – ESTRATÉGIA E OBJECTIVOS.....	II-1
1. Equilíbrio e necessidades de crescimento económico 2001-2004	II-1
2. Prioridades Estratégicas de Intervenção.....	II-5
3. Quadro de Referência de Objectivos.....	II-11
3.1 Os Grandes Objectivos do Plano Regional.....	II-11

3.2	Principais Políticas Sectoriais.....	II-17
	dinamizar o crescimento e a competitividade da economia regional	
	Agricultura.....	II-17
	Pescas	II-21
	Turismo.....	II-23
	Indústria e Artesanato.....	II-26
	Comércio	II-28
	modernizar e aumentar os níveis de eficiência dos equipamentos e das infra-estruturas de desenvolvimento	
	Energia	II-30
	Ciência e Tecnologia	II-32
	Transportes Terrestres	II-34
	Transportes Marítimos.....	II-36
	Transportes Aéreos	II-37
	Telecomunicações.....	II-38
	valorizar e aumentar os níveis de protecção da sociedade açoriana	
	Educação.....	II-39
	Emprego, Juventude e Formação Profissional	II-41
	Saúde	II-43
	Solidariedade e Segurança Social	II-45
	promover a sustentabilidade do desenvolvimento e a qualidade de vida	
	Ambiente.....	II-48
	Cultura	II-53
	Desporto	II-56
	Habitação.....	II-58
	Comunicação Social.....	II-61
	Protecção Civil.....	II-63
	melhorar os sistemas de gestão pública institucional	
	Cooperação Externa.....	II-66
	Administração Regional e Local	II-68
	Planeamento.....	II-71
	CAPÍTULO III – INVESTIMENTO	III-1
	Investimento Público	III-1
	Dotação do Plano Regional para o Quadriénio.....	III-1
	Quadro Global de Financiamento da Administração Pública Regional	III-7
	Investimento Autárquico, dos Fundos Autónomos e das Empresas Públicas	
	Investimento Autárquico.....	III-10
	Sector Público Empresarial e Organismos Autónomos.....	III-15
	Fundos Comunitários	III-19

CAPÍTULO IV – DESENVOLVIMENTO DA PROGRAMAÇÃO	IV-1
Desenvolvimento da Programação	
dinamizar o crescimento e a competitividade da economia regional	
Agricultura.....	IV-3
Pescas	IV-8
Turismo	IV-10
Indústria e Artesanato	IV-12
Comércio	IV-14
Sistemas de Incentivos	IV-15
modernizar e aumentar os níveis de eficiência dos equipamentos e das infra-estruturas de desenvolvimento	
Transportes Terrestres	IV-17
Equipamentos Públicos	IV-18
Transportes Marítimos	IV-19
Transportes Aéreos	IV-21
Energia.....	IV-22
Ciência e Tecnologia	IV-23
valorizar e aumentar os níveis de protecção da sociedade açoriana	
Educação	IV-25
Juventude e Emprego e Formação Profissional	IV-27
Saúde	IV-28
Solidariedade e Segurança Social	IV-30
Protecção Civil	IV-32
promover a sustentabilidade do desenvolvimento e a qualidade de vida	
Ambiente	IV-34
Cultura	IV-35
Desporto	IV-36
Habitação	IV-37
Comunicação Social	IV-38
melhorar os sistemas de gestão pública institucional	
Cooperação Externa.....	IV-39
Administração Regional e Local	IV-40
Planeamento e Finanças	IV-42
Sector Público Empresarial	IV-43
calamidades	
Calamidades	IV-44
ANEXOS	
DESAGREGAÇÃO SECTORIAL	
DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE EXECUTORA	
DESAGREGAÇÃO POR ILHA	
ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO DO PLANO DE MÉDIO PRAZO	
INTERVENÇÃO ESPECÍFICA EM RABO DE PEIXE	

Introdução

As orientações de política económica e social contidas no programa do VIII Governo, aprovado pela Assembleia Legislativa Regional, assim como a estratégia delineada e os objectivos aprovados no âmbito do Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores (PRODESA), são naturalmente, acolhidas neste Plano de Médio Prazo, e constituíram-se como referências nucleares na sua preparação e elaboração.

No termos do previsto na Orgânica Regional de Planeamento, o documento aprovado em 6 de Abril de 2001 pela Assembleia Legislativa Regional, culmina um processo longo e exaustivo de envolvimento e participação directa de diversas entidades.

Para além da participação empenhada dos departamentos do Governo, ao nível político e técnico e de outras entidades públicas e privadas, foram também ouvidos os partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa Regional e procedeu-se à audição prévia de mais de uma dezena de parceiros sociais com intervenção relevante na sociedade açoriana. Foram também solicitados pareceres, no âmbito da legislação em vigor, ao Conselho de Concertação Social e aos Conselhos de Ilha constituídos.

Assim, este PMP 2001-2004, integra as condições necessárias para uma eficaz resposta ao desafio histórico, complexo e difícil, de modernização da sociedade açoriana e de criação de condições e de dinâmicas geradoras de um futuro melhor para as gerações vindouras.

A estrutura do documento compreende quatro grandes capítulos. No primeiro apresentam-se elementos sobre a realidade social e económica da Região, quer em termos gerais, quer ao nível de cada um dos sectores mais relevantes. No segundo capítulo são apresentadas as principais linhas de orientação estratégica

para o desenvolvimento sustentado da Região, bem como os objectivos gerais e respectivas políticas sectoriais a desenvolver neste período de programação. No terceiro, são apresentados os valores de investimento público associado a este Plano. Finalmente, no quarto capítulo, são referidos elementos sobre a execução material e financeira da estrutura de programação adoptada, a qual será complementada por informação desagregada fornecida em anexos.

DREPA, Abril de 2001

I- ENQUADRAMENTO E PERSPECTIVAS

1. Enquadramento Externo

1.1. Situação e Perspectivas de Evolução da Economia Internacional

A evolução recente da economia internacional reforçou a sua tendência de expansão, situando-se a última estimativa para o crescimento da produção no ano 2000, pelo Fundo Monetário Internacional, a uma significativa taxa de 4,7%.

Esta evolução global das actividades produtivas das diversas zonas económicas do mundo integra-se num crescimento de comércio internacional em aceleração, estimando-se, para o mesmo ano de 2000, uma taxa média anual que atinge 10%.

Verifica-se, assim, uma recuperação da crise originada em economias emergentes no ano de 1998. A retoma foi rápida e evitaram-se as proporções que se receavam para a crise, por comparação a crises em ciclos anteriores. Registaram-se retomas e consolidações em economias da Ásia e da América Latina, ao mesmo tempo que a economia americana continuou robusta e a europeia mostrou um certo dinamismo.

Com economias a crescerem ao nível do seu potencial, ou mesmo ultrapassando-o, a maior parte dos bancos centrais tem intervido no mercado monetário, tendo em vista desincentivar excessos de procura através do aumento das taxas de juro.

Para a estabilização dos preços, também, têm contribuído as margens em capacidades produtivas disponíveis nalgumas regiões do mundo, a

consolidação orçamental e o progresso tecnológico, traduzindo-se em aumentos de produtividade.

Neste contexto da economia internacional, a alta do preço do petróleo, fruto de restrições da oferta dos países produtores e da crescente procura global, surge como um novo dado a considerar nas opções e nas políticas económicas, especialmente onde as pressões inflacionistas forem maiores.

A intensidade das políticas de controlo das pressões inflacionistas fica mais condicionada por este novo dado e pelo seu eventual prolongamento no tempo. Assim, aumenta a incerteza quanto ao equilíbrio entre a utilização de políticas restritivas, particularmente monetárias, para acomodar as pressões inflacionistas e, por outro lado, para evitar retracção de investimentos, com efeitos transmissíveis aos mercados financeiros internacionais, em termos de mobilidades de capitais elevadas e provocadoras de instabilidades nos valores das moedas mais representativas.

Sendo assim, as perspectivas de evolução da economia internacional dependerão das dinâmicas de mercados existentes e das políticas a desenvolver entre as zonas económicas mais influentes ao nível global, mais concretamente, Estados Unidos da América, Europa e Japão.

O dinamismo da economia americana tem estado associado à evolução da economia mundial. Todavia, devido ao abrandamento da economia americana, o equilíbrio económico internacional será tanto mais consistente quanto a Europa tirar partido da fase de descolagem que atravessa e o Japão recuperar ao nível da sua capacidade produtiva.

Indicadores Económicos - Variações Anuais

	1998	1999	Estimativa 2000	Previsão 2001
Produção mundial (Tx. Crescimento)	2,6	3,4	4,7	4,2
Comércio mundial (Tx. Crescimento)	4,3	5,1	10,0	7,8
PIB em volume (Tx. Crescimento)				
Área do Euro	2,8	2,5	3,5	3,1
União Europeia.....	2,7	2,4	3,4	3,0
EUA	4,4	4,2	5,2	3,5
Japão.....	-2,5	0,2	1,9	2,3
Desemprego				
Área do Euro	10,8	9,9	9,0	8,3
União Europeia.....	9,8	9,1	8,2	7,6
EUA	4,5	4,2	4,0	4,2
Japão.....	4,1	4,7	4,7	4,6
Inflação (deflator do consumo privado)				
Área do Euro	1,4	1,2	2,2	2,3
União Europeia.....	1,6	1,4	2,1	2,3
EUA	1,1	1,8	2,5	2,1
Japão.....	0,2	-0,5	-0,5	0,0
Saldo Orçamental Global (% PIB)				
Área do Euro	-2,2	-1,3	0,3	-0,5
União Europeia.....	-1,6	-0,8	0,7	0,0
EUA	0,3	1,0	2,3	2,6
Japão.....	-5,0	-7,0	-6,0	-6,0
Balança Corrente (% do PIB)				
Área do Euro	1,2	0,4	0,0	0,1
União Europeia.....	1,0	0,2	-0,2	-0,2
EUA	-2,5	-3,6	-4,3	-4,5
Japão.....	3,2	2,5	2,8	2,7
Taxas de juro (curto-prazo)				
Área do Euro	4,0	3,1	4,4	5,4
União Europeia.....				
EUA	5,5	5,4	6,5	7,0
Japão.....	0,7	0,2	0,2	0,6
Taxas de juro (longo prazo)				
Área do Euro	4,8	4,7	5,5	5,8
União Europeia				
EUA	5,3	5,6	6,1	6,4
Japão.....	1,5	1,7	1,8	2,1

FONTES: OECD, Economic Outlook, 68, Nov.2000
IMF, World Economic Outlook, Out.2000

1.2 Situação e perspectivas de evolução da economia nacional

A economia portuguesa tem registado nos últimos anos, mais precisamente desde há sete, crescimentos anuais positivos, implicando níveis elevados de utilização dos recursos produtivos, com a economia a operar próximo do seu potencial estimado.

Esta evolução repercutiu-se no mercado de trabalho com um aumento do volume de emprego, reduzindo-se o desemprego, sucessivamente, desde há quatro anos. A taxa de desemprego de 7,3% em 1996 reduziu-se, até cerca de 4%, que se estima para 2000.

A elevada intensidade na utilização dos recursos da economia começou a traduzir-se numa certa pressão sobre os preços. A inflação começa a dar sinais de aceleração, permanecendo acima da média da União Europeia. Depois da inflação portuguesa se ter aproximado progressivamente dos níveis registados na União Europeia, sendo em 1997 praticamente idênticos, 2,1% e 2,0%, respectivamente, voltou a afastar-se a partir daquele ano, estimando-se para o ano 2000, também respectivamente, 2,7% e 2,2%.

O crescimento económico vinha sendo impulsionado por níveis significativos da procura interna nas suas diversas componentes. Todavia, apesar da componente de investimento continuar a manter um certo ritmo, a do consumo privado desacelerou na sequência de aumentos de preços e das taxas de juros.

Por outro lado, o crescimento nos mercados exteriores favoreceu as exportações portuguesas, compensando parcialmente a desaceleração do consumo privado. O efeito das exportações não foi maior devido à deterioração dos termos de troca e, juntando a este efeito o aumento das importações, registou-se um desequilíbrio com o exterior ainda maior.

Com a despesa pública corrente a crescer mais rapidamente do que o PIB e as receitas fiscais a serem prejudicadas, nomeadamente no que respeita aos impostos sobre os produtos petrolíferos, só devido à introdução de elementos de contenção das despesas públicas e às receitas extraordinárias

resultantes das vendas de licenças de telefones móveis será possível alcançar o objectivo previsto para o défice orçamental de 1,5% do PIB no ano de 2000.

Considerando a actual utilização de recursos económicos, que se situa ao nível do seu próprio potencial, e as tendências que estão presentes na economia portuguesa, as perspectivas de evolução estão fortemente dependentes da evolução das condicionantes externas, particularmente mercados de exportação e investimento, e do controlo do nível de preços no mercado interno, por forma a evitar a erosão da competitividade das exportações.

Indicadores Económicos - Variações Anuais

	1998	1999	Estimativa 2000	Previsão 2001
PIB em volume (Tx. Crescimento)				
Portugal	3,5	3,0	3,2	3,0
Área do Euro.....	2,8	2,5	3,5	3,1
União Europeia.....	2,7	2,4	3,4	3,0
Desemprego				
Portugal	5,1	4,5	4,1	4,1
Área do Euro.....	10,8	9,9	9,0	8,3
União Europeia.....	9,8	9,1	8,2	7,6
Inflação (deflator do consumo privado)				
Portugal	2,6	2,3	2,7	3,0
Área do Euro.....	1,4	1,2	2,2	2,3
União Europeia.....	1,6	1,4	2,1	2,3
Défice Orçamental (% PIB)				
Portugal	-2,3	-2,0	-1,5	-1,4
Área do Euro.....	-2,2	-1,3	0,3	-0,5
União Europeia.....	-1,6	-0,8	0,7	0,0
Balança Corrente (% do PIB)				
Portugal	-6,5	-8,9	-10,6	-11,5
Área do Euro.....	1,2	0,4	0,0	0,1
União Europeia.....	1,0	0,2	-0,2	-0,2
Taxas de juro (curto prazo)				
Portugal	4,3	3,0	4,4	5,4
Espanha.....	4,2	3,0	4,4	5,4
Área do Euro.....	4,0	3,1	4,4	5,4
União Europeia.....				
Taxas de juro (longo prazo)				
Portugal	4,9	4,8	5,8	6,0
Área do Euro.....	4,8	4,7	5,5	5,8
União Europeia.....				

Fonte: OECD, Economic Outlook, 68, Nov.2000.

2. Situação Regional

2.1 Evolução demográfica

Segundo a informação do sistema oficial de estatística, a evolução demográfica na última década caracteriza-se pelo crescimento moderado da população residente, ao contrário dos decénios anteriores, em que foi de declínio demográfico. Com efeito, segundo o INE, a população residente na Região terá aumentado cerca de 3,5% desde o último recenseamento geral, apontando-se como estimativa, para 31 de Dezembro de 1999, um efectivo de cerca de 246 mil indivíduos.

Este acréscimo de população não estará distribuído de forma equilibrada pelas diferentes ilhas, havendo, inclusivamente, ainda segundo as estimativas do INE, parcelas como a Graciosa, o Pico e o Faial a perder população em relação aos apuramentos realizados em 1991 (tratando-se de estimativa, os dados para o Corvo terão que ser analisados com alguma reserva).

Evolução da População Residente

Ilha	1991(1)	1999 (2)	Δ %
Santa Maria	5 922	6 120	3,3
São Miguel.....	125 915	132 980	5,6
Terceira	55 706	57 420	3,1
Graciosa	5 189	4 830	-6,9
São Jorge	10 219	10 380	1,6
Pico.....	15 202	14 760	-2,9
Faial.....	14 920	14 760	-1,1
Flores.....	4 329	4 540	4,9
Corvo	393	240	-38,9
Região	237 795	246 030	3,5

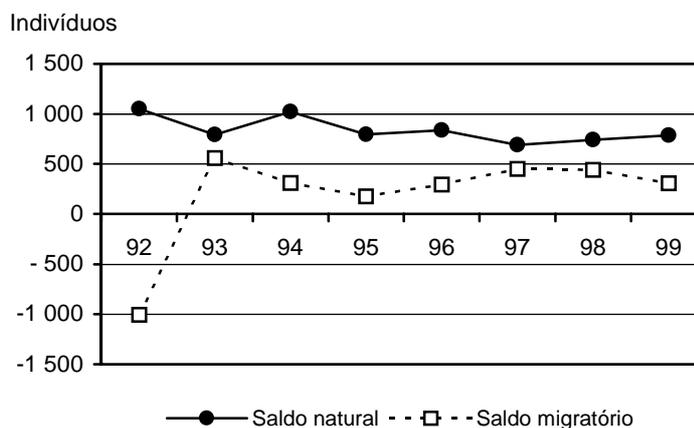
1- Recenseamento Geral da População.

2- Estimativas .

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

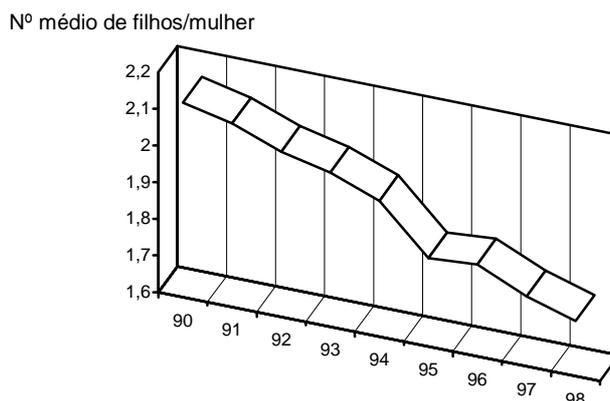
Através da análise das componentes das projecções demográficas, observa-se que o crescimento da população ficar-se-á a dever não só a saldos naturais (nascimentos-óbitos) positivos, embora com uma tendência ligeiramente decrescente, mas também a saldos migratórios igualmente positivos. Deste modo, ao contrário de tendência anterior, os Açores constituem-se nestes últimos anos mais como espaço de recepção de imigrantes e menos de repulsão dos seus habitantes. Ainda não é possível aferir em que proporção estes saldos emigratórios positivos traduzem retorno de emigrantes, ou fixação de indivíduos sem uma ligação directa, em termos de naturalidade, com a Região.

Evolução das Grandes Componentes Demográficas



Apesar de se verificarem, níveis de natalidade mais elevados do que a nível nacional, a tendência desde a década passada é de decréscimo. Ao nível da fecundidade, segundo os últimos dados conhecidos, a partir dos últimos sete a oito anos, a descendência média das mulheres em idade fértil é inferior ao limiar mínimo (2,1 filhos por mulher) necessário à renovação das gerações.

Índice Sintético de Fecundidade - Evolução 1990 - 1998



Na perspectiva dos grandes grupos etários da população, observa-se que o crescimento demográfico tende a concentrar-se no grupo correspondente à população potencialmente activa (15-64 anos), por contrapartida do grupo etário relativo aos jovens, mantendo-se praticamente inalterado o peso relativo dos idosos no contexto da população residente nos Açores.

Grandes Grupos Etários	1991	1999
0-14 anos	26,4	22,4
15-64 anos	61,1	65,7
65 e+ anos	12,5	11,9

Pela evolução diferenciada dos grandes grupos etários da população, verifica-se que na década de noventa ter-se-á verificado um certo envelhecimento da população residente, não tanto pelo aumento da importância relativa dos idosos, mas sobretudo pela menor expressão no efectivo populacional do número de jovens.

O aumento do peso relativo da população em idade activa em relação à população dependente (com menos de 15 anos e com 65 e mais anos) expressa, porém, níveis mais favoráveis nos indicadores de dependência, em que por cada 100 indivíduos potencialmente activos será menor o número de jovens e idosos.

Grandes Grupos Etários	1991	1999
Índice de Envelhecimento (65+anos/0-14 anos).....	47,2	53,1
Índice de Dependência total (0-14 e 65+anos)/15-64 anos.....	63,7	52,3
Índice de Dependência dos jovens (0-14/15-64 anos)	43,3	34,2
Índice de Dependência dos idosos (65+anos/15-64 anos).....	20,4	18,1

Em termos gerais, a confirmarem-se as projecções demográficas mais recentes, releva-se a necessidade de criação líquida de postos de trabalho, já que o crescimento populacional se reflecte ao nível da população em idade activa. Mantendo-se a tendência de decréscimo ao nível da fecundidade, poderá ficar comprometida a renovação de gerações, perspectivando-se um desequilíbrio

mais acentuado ao nível da estrutura demográfica, com maior peso da população em idades avançadas. Finalmente, se a estimativa de repartição da população por ilha for aderente à realidade, perspectiva-se, ainda que a prazo dilatado, concentração da população em algumas ilhas, podendo atingir-se limiares não desejáveis de ausência de massa crítica, necessária à manutenção e reprodução de sistemas económicos e sociais, nas parcelas que se encontram em perda continuada de residentes.

2.2 Evolução macroeconómica

PRODUTO INTERNO BRUTO

Uma das principais referências na análise da evolução das economias é o nível de produção económica interna, sintetizado num indicador universal considerado para este efeito – o Produto Interno Bruto (PIB).

Se ao nível nacional se obtém informação atempada sobre a evolução desta variável macroeconómica, ao nível das regiões os valores disponíveis estão algo desactualizados.

O Instituto Nacional de Estatística, no âmbito do projecto de contas regionais, calculou o Produto Interno Bruto das regiões do País, incluindo as Autónomas, para o ano de 1995 e fez estimativas para os dois anos seguintes.

Produto Interno Bruto a preços de mercado

Unid.: milhões de contos

	1995	1996	1997
RAA	269,3	288,5	302,1
País	15 802,1	16 808,6	17 875,7

Fonte: INE, Contas regionais.

Em 1997, o Produto Interno Bruto, a preços de mercado, situou-se na ordem dos 302 milhões de contos. Este valor representa um crescimento nominal de 4,7% em relação ao ano anterior, o que se traduzirá num crescimento real de 3,2%, se considerarmos uma variação de preços de 1,5%, medida pelo único deflactor disponível, o Índice de Preços no Consumidor.

A contribuição da economia nos Açores para a produção interna do país manteve-se, durante o período 1995-97, praticamente inalterada (1,7%), a indiciar no triénio alguma aproximação dos ritmos de crescimento da economia

portuguesa, não se comprometendo excessivamente o nível de coesão económica, embora, conforme se referiu, o ano de 1997 denote menor ritmo de crescimento, em relação à média nacional.

Dividindo os totais de produção obtidos pela população e pelas pessoas empregadas obtém-se, respectivamente, os indicadores do PIB per capita e da produtividade. A comparação destes indicadores revela que, em relação ao conjunto da economia nacional, é maior o desequilíbrio entre a capitação da produção interna (70% da média nacional), do que ao nível da produtividade (80% da média nacional).

Indicadores - 1997

	RAA	País
PIB per capita	1 242	1 797
Produtividade.....	3 310	3 921

Fonte: INE, Contas regionais.

Para se dispor de uma ideia sobre a evolução da distribuição sectorial da produção interna, e recorrendo aos dados disponíveis, observa-se que o sector de serviços tem vindo a ganhar peso relativo na economia açoriana, em contrapartida de uma menor expressão do sector primário e também, em menor escala, do sector secundário.

Valor Acrescentado Bruto

Sectores	1992	1997
Agricultura, Silvicultura e Pesca.....	12,1	10,8
Construção, Electricidade, Gás e Água	21,5	20,5
Serviços.....	66,4	68,7

Fonte: INE, Contas regionais.

MERCADO DE EMPREGO

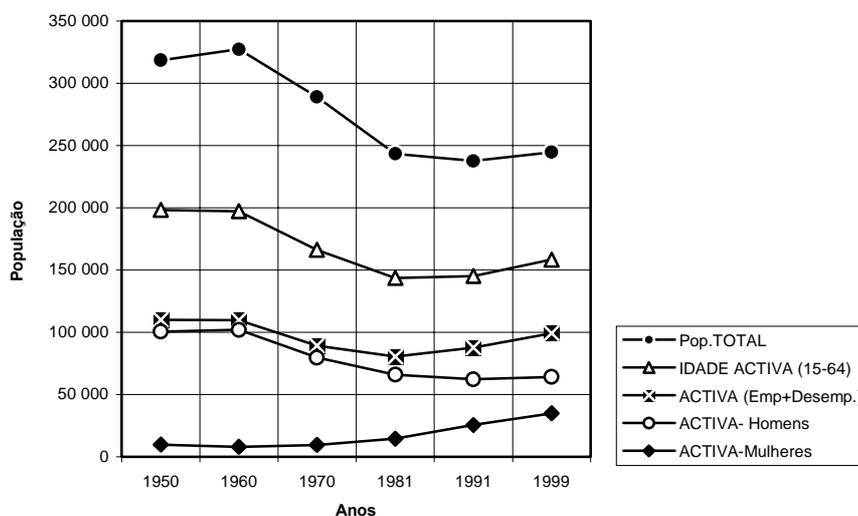
A evolução dos recursos humanos no âmbito do mercado de trabalho regista certas tendências bem definidas, conforme é revelado pelos dados estatísticos da população activa apurada pelos recenseamentos e inquéritos ao emprego.

Depois da fase de emigração intensa, os últimos anos apontam para uma estabilização, revelando mesmo uma certa recuperação.

Nestes anos, o crescimento da população activa tem sido superior ao da potencialmente activa (dos 15 ao 64) através do aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, já que o segmento masculino se encontra praticamente estável.

A taxa de participação feminina tem vindo a crescer progressivamente, atingido cerca de 28% do total das mulheres. Esta dimensão já é significativa em termos da evolução que representa, mas a média registada no âmbito da economia portuguesa atinge 44,2%. Neste contexto, ainda haverá nos Açores uma margem de população feminina potencial para entrar no mercado de trabalho.

População e Mercado do Trabalho



Fontes: INE, Recenseamentos.
SREA, Inquérito ao Emprego, 1999.

A desagregação por sectores da população empregada será, de um ponto de vista da organização económica, reveladora de dois tipos de actividades: um relativo às mais representativas e estruturadas; outro com elementos que começam a afirmar-se pelo crescimento e regularidade.

As primeiras caracterizam-se pela dimensão que já atingiram, desempenhando funções dominantes ou com volumes de emprego mais sujeitos a flutuações económicas, como as do primário, da construção civil, de algumas actividades de transformação e, ainda, certos serviços, particularmente de carácter público.

Em relação a actividades que começam a afirmar-se, isto é, que vão registando um crescimento em aceleração, mas com organização algo incipiente, assinalam-se os casos de hotéis e restaurantes e de informática e ID.

Distribuição sectorial do emprego

	1993	1996	*1999 Nova série
Primário	18,6	18,8	19,1
Alimentares	5,5	4,9	6,5
Transformadoras diversas	5,5	2,4	2,2
Electricidade	1,7	2,2	1,5
Construção	12,3	14,2	15,3
Comércio	13,7	2,8	3,6
Hotéis e restaurantes	2,6	4,2	4,4
Transportes	3,5	4,2	2,8
Correios e telefones	1,3	1,5	1,1
Intermediação financeira	2,5	3,6	1,6
Informática, ID	1,1	1,7	2,0
Administração Pública	11,3	15,1	13,0
Ensino	8,6	8,4	9,3
Saúde	4,7	7,7	5,9
Outras actividades	7,0	8,5	11,7
	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Por sua vez, a desagregação da população empregada segundo a situação na profissão reflecte a posição que as pessoas activas ocupam em termos da actividade que desempenham.

Há situações de trabalho independente, mas as mais frequentes correspondem a relações de trabalho subordinado. De facto a categoria de trabalhadores por conta de outrem é a mais representativa, atingindo dois a três terços do total.

Situação na Profissão

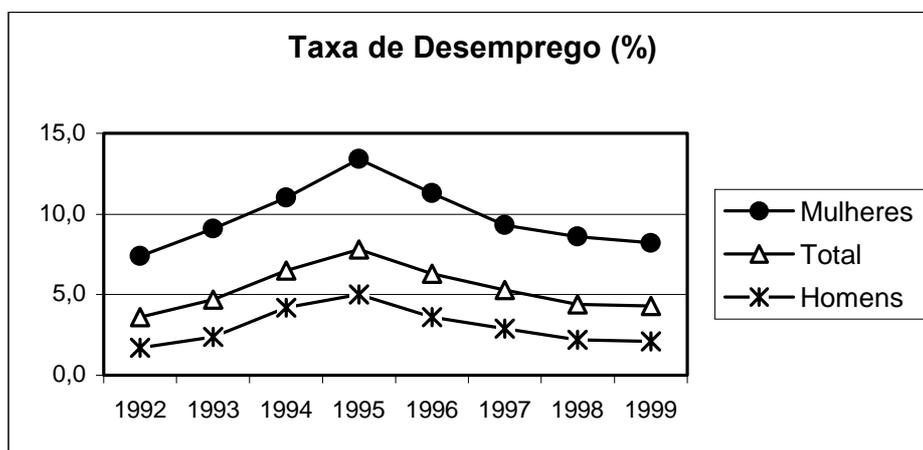
	1993	1996	1999*
População Empregada.....	100,0	100,0	100,0
Patrões	4,6	5,4	5,3
Isolados	16,0	16,1	26,7
Trabalhadores c/ outrem	75,8	75,7	63,2
Contrato permanente.....	77,7	75,4	77,0
Contrato n/ permanente.....	22,3	24,6	23,0
Familiares	3,5	2,7	3,9
Cooperativas de Produção.....	0,1	0,1	0,9

* Nova série.

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

A redução do desemprego corresponde a uma utilização de recursos mais equilibrada. Todavia há desajustamentos entre os padrões económicos de produção e de aptidão profissional que impedem soluções óptimas.

De facto em fase de redução de desemprego, normalmente associada a crescimento económico, esbate-se a importância das diferenças entre as características profissionais dos desempregados, mas as taxas de desemprego das mulheres revelam-se sempre superiores às dos homens.

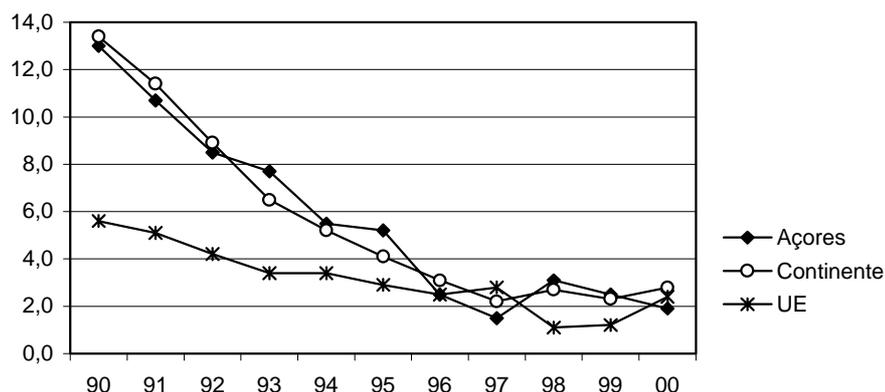


PREÇOS

A inflação nos Açores durante o ano de 2000 revelou uma trajectória mais moderada, na medida em que o Índice de Preços no Consumidor registou um acréscimo médio anual de 1.9%, enquanto no ano anterior fora de 2,5%.

No Continente a evolução dos preços registou uma aceleração, todavia, reduziu-se o diferencial face à evolução do nível de preços no consumidor da União Europeia.

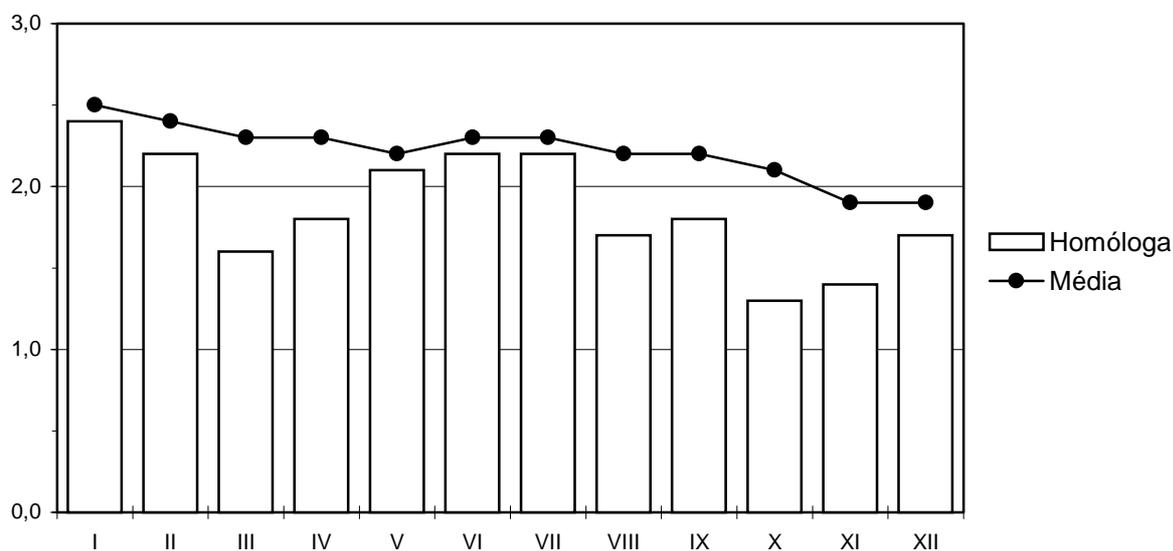
Inflação nos Açores, Continente e UE



A evolução intra-anual foi reveladora da moderação e da sua continuidade em termos de nível global de preços.

De facto, a evolução homóloga registada mostra alterações que não esboçam uma nova tendência, antes pelo contrário, regista flutuações dentro de uma estabilidade média.

Variação Mensal dos Preços - 2000



Decompondo a evolução dos preços segundo as diversas classes, verifica-se que, de uma forma geral, os serviços como saúde, transportes, educação e turismo registaram variações superiores à média e mais intensas.

Por outro lado, entre as classes com variações inferiores à média destacam-se, fundamentalmente, as comunicações, bens alimentares, vestuário, habitação e produtos ligados a energia.

Agora, comparando a evolução destas classes em 2000, com a evolução das mesmas em 1999, observa-se que, além da componente de natureza tecnológica corporizada na rubrica de comunicações, a grande contribuinte líquida para a moderação global da trajetória dos preços foi a de bens tipicamente transaccionáveis, como os alimentares. Efectivamente, as comunicações mantiveram a tendência de decréscimo de preços; por sua vez, os bens alimentares registaram um crescimento de apenas 1,1%, que é inferior à média e confirma a desaceleração já revelada no período anterior.

Classes de produtos	1998 %	1999 %	2000 %
Alimentares e Bebidas não alcoólicas	5,8	3,8	1,1
Bebidas alcoólicas e Tabaco.....	5,0	7,8	2,9
Vestuário e Calçado	-0,9	-4,9	0,4
Habitação, Água, Electricidade, Gás e outros combustíveis ...	-0,6	-0,5	1,1
Acessórios, Equip. e Manutenção corrente da habitação.....	-1,2	-0,9	2,0
Saúde	5,4	6,8	3,0
Transportes	6,2	4,7	4,6
Comunicações.....	-4,5	-4,3	-5,7
Lazer, Recreação e Cultura	-2,7	-0,7	0,5
Educação.....	23,6	4,5	5,0
Hotéis, Cafés e Restaurantes	1,7	3,4	5,5
Bens e serviços diversos.....	6,6	3,8	1,9
TOTAL (excepto habitação).....	3,1	2,5	1,9

Concluindo, a evolução média de preços vem revelando uma certa moderação o que, associado à relativa estabilidade dos preços homólogos, faz admitir uma alguma estabilidade média nos próximos meses.

Todavia, assinala-se que alguns produtos com elevadas componentes de importação, como vestuário, calçado, produtos para habitação e energia mantiveram evoluções abaixo ou próximas da média, mas registaram acelerações em relação ao ano anterior.

FINANÇAS PÚBLICAS

Durante os últimos anos registaram-se alterações significativas da estrutura de financiamento e aplicação dos recursos financeiros públicos, no que concerne à actividade da Administração Regional Autónoma.

O crescimento económico verificado nos últimos anos, as alterações ao nível da gestão da despesa pública e, principalmente, a aplicação da Lei de

Finanças das Regiões Autónomas, são aspectos que marcaram a evolução recente das finanças públicas da Região.

A Lei nº. 13/98 de 26 de Fevereiro, a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, permitiu transferir para a Região montantes de recursos financeiros do Orçamento de Estado sem paralelo no passado e, também, pelo novo enquadramento obtido, operou-se a transferência de parte substancial da dívida pública regional para a responsabilidade do Governo da República, reduzindo não só o stock dessa dívida, como também se atenuou substancialmente o respectivo serviço corrente, conferindo maior equilíbrio e sustentabilidade às finanças regionais.

Através de uma análise sucinta aos grandes agregados das Contas Regionais, observa-se que a par do acréscimo de representatividade das receitas fiscais no contexto da receita corrente e do aumento substancial das transferências do exterior, resultando da solidariedade nacional e também dos fundos estruturais europeus, regista-se uma redução significativa do valor anual de contracção de empréstimos para financiamento do orçamento regional.

Por outro lado, sob o ponto de vista da aplicação dos recursos, constata-se, como factor mais evidente da evolução recente, a possibilidade de um maior valor do investimento público, quase duplicando o nível de despesa pública de investimento enquadrada no Plano Regional, quando anteriormente estas despesas vinham a perder significado, em valor e em peso relativo, no contexto da despesa pública. Em contrapartida, as despesas correntes têm vindo a ser contidas dentro de limites aceitáveis, resultado de um reforço do rigor nas despesas de funcionamento.

Aplicações e Financiamento — Conta da RAA

	Montante (milhões de contos)			Estrutura %		
	1992	1996	1999	1992	1996	1999
Receitas (Corr.+Capital)	80,0	101,9	128,4	100,0	100,0	100,0
Receitas fiscais (Imp.+Tax.)	43,7	51,1	75,9	54,7	50,1	59,1
Transferências	24,4	27,1	43,8	30,5	26,6	34,1
Empréstimos	9,8	13,0	7,2	12,2	12,8	5,6
Outras	2,1	10,7	1,5	2,7	10,5	1,2
Despesas	79,9	101,3	126,9	100,0	100,0	100,0
Despesas Correntes	51,4	62,6	74,7	64,3	61,8	58,9
Despesas de Capital	3,6	11,2	3,1	4,5	11,1	2,4
Despesas do Plano	25,0	27,5	49,0	31,3	27,1	38,6

Fonte: Conta da R.A.A.

Ainda no seguimento da aplicação da Lei de Finanças Regionais, no que concerne à redução da dívida pública regional, no biénio 1998/99 foi transferido para a República o montante de 110 milhões contos de stock de dívida pública directa.

Deste modo, após um período de evolução crescente, em termos de acumulação de dívida, a qual vinha apresentando valores globais preocupantes, resultando em encargos correntes também crescentes, pese embora a tendência de redução das taxas de juro nominais, regista-se em 1999, a 31 de Dezembro, um valor de dívida pública directa de 44,6 milhões de contos, cerca de 1/3 do valor registado no final de 1997. Por outro lado, o respectivo serviço da dívida, que em 1997 foi de 7,3 milhões de contos, em 1999 foi apenas de 1,3 milhões.

MOEDA E CRÉDITO

As principais variáveis monetárias, analisadas a partir da informação disponibilizada pelas instituições de crédito que operam na Região, tenham ou não sede local, conheceram alterações profundas nos últimos anos.

Se na primeira metade da década de 90, se observou uma certa manutenção, e até paralelismo, entre os ritmos de formação de depósitos e os de concessão de crédito, no período mais recente assistiu-se a um crescimento superior na procura de moeda por parte dos agentes económicos e particulares.

Com efeito, em termos nominais, no período 1992-99, enquanto o valor dos depósitos no sistema aumentou cerca de 70%, o valor dos créditos mais que duplicou, acentuando-se o crescimento da procura de moeda nestes últimos anos.

Esta evolução diferenciada originou um melhor aproveitamento dos recursos, minimizando-se o tradicional excedente de recursos financeiros, os quais são drenados para o exterior, alimentando o sistema financeiro nacional.

Depósitos e Créditos Bancários

Evoluções	Depósitos (10 ⁶ contos)	Créditos (10 ⁶ contos)	Créditos/Depósitos (%)
Absoluta			
1992	199,3	128,6	64,5
1996	254,5	164,0	64,4
1999	338,1	263,1	77,8
Relativa Nominal (Δ %)			
96/92	27,7	27,5	
99/96	32,8	60,4	
99/92	69,6	104,6	

Fonte: Banco de Portugal, Estatísticas Monetárias e Financeiras da R.A.A.

Ao nível da estrutura dos depósitos nas instituições financeiras verifica-se que, no período mais recente, aumentou o peso relativo dos depósitos à ordem, a que não será estranho a diminuição do valor nominal das taxas de juro dos depósitos a prazo, baixando o custo de oportunidade de manter níveis mais elevados de liquidez. Por outro lado, continua a ser interessante o valor dos depósitos dos emigrantes, mais de 30 milhões de contos em 1999, mantendo-se praticamente inalterada a sua representatividade no contexto do valor global depositado nas instituições. Os depósitos do sector público administrativo correspondem em média a cerca de 8 a 10% do valor global.

Ao nível do destino do crédito por sectores, o principal aspecto a destacar é o crescimento acelerado do endividamento dos particulares. Se ao nível da procura de moeda por parte das actividades económicas, em termos nominais, no período em observação, 1992-1999, se manteve em termos agregados sem oscilações significativas, no que respeita ao crédito a particulares, no mesmo período e também em termos nominais, mais que quadruplicou.

A descida das taxas de juro, aliada a uma diversificação da oferta de produtos por parte dos bancos, e os níveis mais altos de confiança e de expectativas dos consumidores, justificará, em certa medida, o endividamento dos particulares, não só na aquisição de habitação mas também na compra de bens duradouros. Todavia, haverá que atender à solvabilidade das famílias para

satisfação dos encargos decorrentes destas dívidas, face a alterações não desejadas do custo do dinheiro.

Ao nível das actividades económicas, salienta-se a quebra da procura de moeda por parte do sector primário, por contrapartida de uma maior representatividade das actividades transformadoras, dos serviços e do sector da construção e obras públicas. Embora em termos de evolução a actividade ligada ao comércio, restauração e hotelaria, tenha vindo a perder peso no contexto do crédito concedido aos sectores da economia, continua, no entanto, a ser o sector que afecta a maior parcela de recursos emprestados pelo sistema financeiro, no âmbito do crédito à actividade económica.

Estrutura dos Depósitos

	1000 contos		
	1992	1996	1999
Total dos Depósitos	199 327	254 529	338 079
Depósitos à ordem.....	41 489	52 252	85 393
Depósitos a Prazo, c/ Pré Aviso e de Poupança.....	116 917	162 680	181 218
Depósitos de Emigrantes.....	22 996	20 047	39 481
Depósitos do Sector Público Administrativo.....	17 925	19 550	31 987
Total dos Créditos	128 628	164 031	263 082
Crédito concedido às Empresas não Financeiras.....	84 480	81 647	90 774
Agricultura, Silvicultura, caça e pescas	15 229	15 316	4 316
Indústrias Transformadoras	10 664	13 974	23 474
Electricidade, Água e Gás.....	14 007	8 114	9 944
Construção e Obras Públicas	5 109	5 812	8 577
Comércio, Restaurantes e Hotéis	34 293	27 155	28 789
Transportes, Armazenagem e Comunicações.....	2 631	2 700	5 158
Serviços.....	3 378	8 576	9 980
Crédito concedido a Particulares.....	44 148	82 384	172 308
Para Aquisição de Habitação.....	30 376	51 416	111 606
Para Outros Fins	13 772	30 968	60 702

Fonte: Banco de Portugal, Estatísticas Monetárias e Financeiras da R.A.A.

COMÉRCIO ESPECIAL

Não existindo uma cobertura estatística relativa ao comércio da Região com o restante espaço nacional, restam os dados relativos às trocas comerciais com o estrangeiro, remontando os dados mais recentes a 1998.

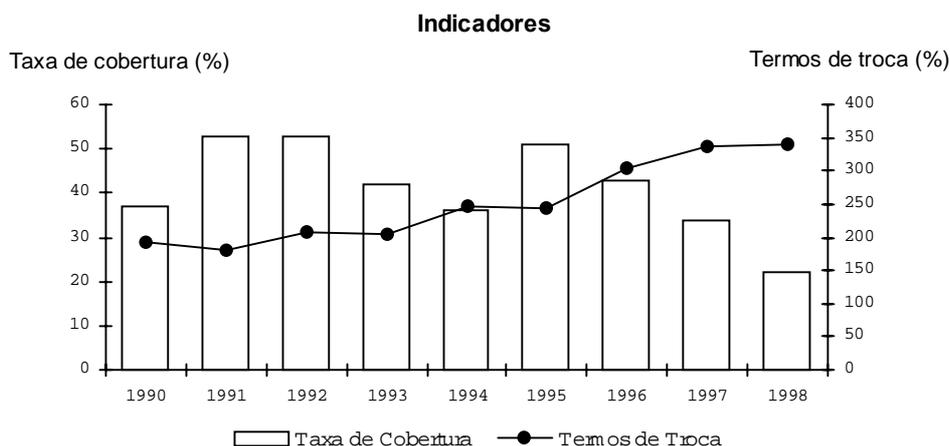
Neste comércio especial, tem-se verificado mais recentemente uma diminuição do saldo das transacções com o exterior, ou seja um maior dinamismo das compras efectuadas a agentes económicos estrangeiros, face a uma diminuição dos volumes e valores das exportações.

Componentes Estruturais

	Entradas		Saídas	
	Milhões escudos	1 000 Toneladas	Milhões escudos	1 000 Toneladas
1992	14 824	256,7	7 803	64,5
1996	14 948	374,3	6 434	41,6
1998	23 840	513,1	5 166	32,7

Fonte: SREA.

No entanto, o agravamento sucessivo do saldo da balança comercial com o estrangeiro, não tem sido acompanhado por degradação dos termos de troca. Com efeito, continua a registar-se uma evolução favorável neste indicador, ou seja, uma valorização média da tonelada de mercadoria exportada superior à evolução do custo unitário das importações.



Tomando como referência o ano de 1998, observa-se que as compras de mercadorias ao exterior continuaram a centrar-se à volta de um grupo de produtos mais estabilizado e associado a actividades de consumo ou de produção correntes, como cereais, peixe, crustáceos, e moluscos, a par de outro mais ligado a investimentos ou, pelo menos, a consumos duradouros, como máquinas, aparelhos eléctricos e veículos.

Importação — Principais Grupos de Mercadorias – 1998

Capítulo NC	Designação	Valor 1000 contos	Principais Fornecedores
03	Peixes, crustáceos e moluscos	3 192.2	Espanha, Gana
10	Cereais	4 323.0	França
12	Sementes e frutos oleaginosos	943.5	EUA
23	Alimentos para animais	1 110.6	EUA
25	Produtos minerais: sal, cimento	961.6	Reino Unido
27	Combustíveis, óleos minerais, betuminosos	1530.2	Reino Unido, Países Baixos
62	Vestuário e seus acessórios	405.1	EUA
63	Outros artefactos	110.1	EUA
84	Máquinas e aparelhos	1 494.4	EUA, Canadá
85	Máquinas e materiais eléctricos	4 628.6	Alemanha, Israel, EUA
87	Automóveis, tractores e outros veículos	940.0	Alemanha, Espanha, EUA
89	Embarcações e estruturas flutuantes	377.0	EUA
94	Móveis, mobiliário	548.6	Canadá

Fonte: SREA

No que respeita às exportações, continua a verificar-se que o leque dos principais produtos vendidos é relativamente reduzido e relaciona-se naturalmente com as produções tradicionais em que a Região detém algumas vantagens, isto é, diversos tipos de pescado em conserva e em fresco e, em menor escala, lacticínios exportados para o designado mercado da saúde. Os combustíveis e óleos para fornecimento à navegação aparecem como segundo produto objecto de venda a agentes económicos com residência no estrangeiro.

Saída - Principais Grupos de Mercadorias – 1998

Capítulo NC	Designação	Valor 1000 contos	Principais clientes
03	Peixes, crustáceos e moluscos	752.4	EUA, Canadá, Espanha
04	Leite, lacticínios	274.5	EUA
16	Preparação de carne e de peixe	2 476.6	Itália
27	Combustíveis e óleos minerais	778.5	Fornecimentos à navegação
62	Vestuário e seus acessórios	456.9	EUA

Fonte: SREA

A partir da integração portuguesa no então Mercado Comum, actualmente a União Europeia, registaram-se desde logo alguns desvios de comércio em relação a alguns bens, como os cereais, que anteriormente eram adquiridos maioritariamente no mercado norte americano. Na década de noventa, tem-se assistido a alguma recuperação da representatividade do mercado americano, quer como origem dos produtos adquiridos no exterior, quer inclusivamente do lado das exportações regionais, onde os emigrantes desempenham o principal papel na procura externa de produtos regionais.

Comércio com o Estrangeiro – Repartição por Países e Zonas

Milhões de escudos

	Entradas				Saídas			
	1992	%	1998	%	1992	%	1998	%
UE.....	10 953	73,9	14 021	58,8	5 486	70,3	2 796	54,1
EUA	1 337	9,0	4 452	18,7	826	10,6	1 207	23,4
Canadá...	305	2,1	1 072	4,5	334	4,3	315	6,1
Outros.....	2 229	15,0	4 295	18,0	1 157	14,8	848	16,4
Total ...	14 824	100,0	23 840	100,0	7 803	100,0	5 166	100,0

Fonte: SREA "Comércio Externo"

2.3 Aspectos sectoriais

AGRICULTURA

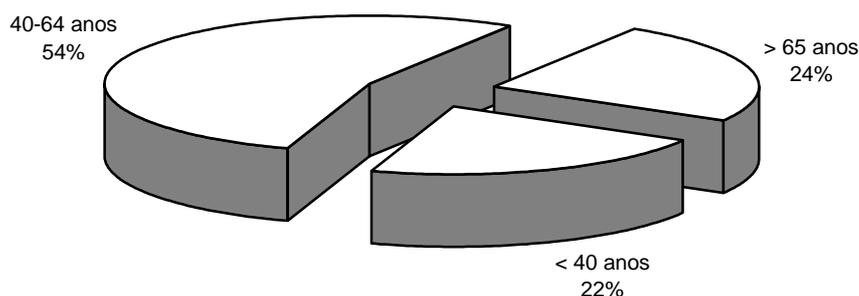
A pecuária é a actividade mais representativa do sector, situando-se a montante da principal actividade transformadora da Região — a produção de lacticínios.

A produção vegetal é basicamente formada por produtos de consumo interno, destacando-se alguns produtos fornecidos às indústrias transformadoras, nomeadamente as do tabaco e açúcar.

Recursos Humanos

Apesar das significativas alterações estruturais introduzidas nos últimos anos, as explorações agrícolas continuam a evidenciar carências ao nível dos recursos humanos. Segundo o último Recenseamento Agrícola (1999), observa-se um significativo envelhecimento do tecido empresarial, no qual 78,4% dos produtores têm mais de 40 anos. Por outro lado, evidencia-se ainda um baixo nível de instrução, apesar de alguns progressos nos últimos anos. Em 1999, cerca de 23,1% não possuía qualquer grau de instrução, e apenas 5% detinham uma escolaridade superior ao ensino básico

Produtores por Grupo Etário -1995



Fonte: INE, RGA 1999.

Nível de Instrução dos Produtores Individuais

Nível de Instrução	%			
	1985	1989	1995	1999
Sem nenhum nível de instrução	46,6	40,4	32,6	23,1
Ensino básico.....	49,3	53,5	64,4	71,9
Ensino secundário, médio, profissional e superior .	4,1	6,1	3,0	5,0

Fonte: SREA, RGA 1985/89/99.
INE, IEEA 1995.

Estrutura Fundiária

A estrutura fundiária da Região, continua a caracterizar-se por uma reduzida dimensão média das explorações - cerca de 6,3 ha de superfície agrícola útil (SAU). O número médio de blocos por exploração mantém-se elevado (5,6 blocos por exploração), o que significa uma excessiva divisão das explorações.

Relativamente à estrutura da ocupação dos solos, as pastagens permanentes continuam a ter um peso muito significativo (74,9%), com tendência para aumentar, em detrimento das terras aráveis e das culturas permanentes. Tal situação vem evidenciar o reforço da pecuária como principal componente do sector agrícola.

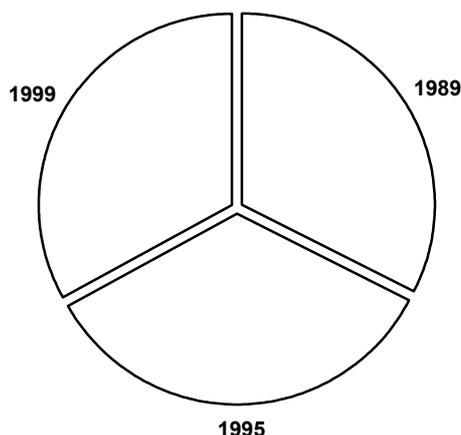
Ocupação da Superfície Total das Explorações

	1989		1995		1999	
	ha	%	ha	%	ha	%
Culturas Permanentes	4 769	3,2	3 920	2,7	3 587	2,6
Terras Aráveis.....	13 169	8,9	11 309	7,9	12 448	8,8
Pastagens Permanentes.....	101 044	68,2	101 653	71,0	105 273	74,9
<i>Subtotal (SAU).....</i>	<i>118 982</i>	<i>80,3</i>	<i>116 882</i>	<i>81,7</i>	<i>121 308</i>	<i>86,3</i>
Outras	29 155	19,7	26 260	18,3	19 245	13,7
Total	148 138	100,0	143 142	100,0	140 553	100,0

Fonte: SREA, RGA 1989, 1999.
INE, IEEA 1995.

Em termos absolutos, o número de bovinos cresceu significativamente, o que contribuiu para um aumento significativo do número médio de bovinos por exploração (24 bovinos em 1999, enquanto em 1995 esse valor era de 20). Tal situação foi acompanhada por um reforço do efectivo leiteiro, quer em termos absolutos (em 1999 registaram-se mais 15 243 vacas leiteiras do que em 1995), quer em termos da dimensão média do efectivo leiteiro por exploração (em 1999 registou-se um número médio de 19 vacas leiteiras por exploração, enquanto em 1995 esse valor era de 15 vacas).

Explorações com bovinos no número total de explorações



Fonte: SREA, RGA 1989, 1999
INE, IEEA 1995.

Produção Agrícola

Os dados mais recentes reportam-se a 1998, embora com muitas lacunas ao nível da informação disponível.

Relativamente à produtividade das culturas da batata do cedo e do tarde, registou-se um acréscimo, em relação ao ano anterior.

A superfície ocupada com estas culturas tradicionais, tiveram comportamentos opostos, enquanto a batata do cedo registou uma diminuição da sua superfície, o contrário verificou-se na batata do tarde, onde se registou um aumento da área ocupada por esta cultura.

Em relação à produção, verificou-se a mesma tendência registada na ocupação da superfície por este tipo de culturas.

Principais Culturas Tradicionais

	Produção (Ton.)			Superfície (ha)			Produt. Ton/ha		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998	1996	1997	1998
Amendoim	13,4	29,7		7,3	12,1		1,8	2,5	
Batata / cedo ...	6 509,9	7 047,6	6 954,1	485,5	554,5	501,6	13,4	12,7	13,9
Batata / tarde...	18 624,9	18 527,5	19 773,2	902,7	902,7	951,9	20,6	20,5	20,8
Batata doce	2 441,0	1 626,5		214,8	145,8		11,4	11,2	
Cebola	1 065,0	1 188,6		86,3	93,5		12,3	12,7	
Fava	525,0	552,5		343,8	328,9		1,5	1,7	
Feijão.....	400,0	396,3		327,6	319,2		1,2	1,2	
Inhame	1 137,2	2 074,4		125,3	123,8		9,1	16,8	
Tremoço	4,7	8,8		8,4	8,8		0,6	1,0	
Vinho (kl)	64 573,9	80 407,0	94 201,1	1 866,2	1 919,3	-	34,6	41,9	

Fonte: SREA

No que se refere às principais culturas industriais, houve uma diminuição da produtividade, com excepção do tabaco e do chá que registaram um valor idêntico, em relação a 1997. No que concerne à produção e superfície ocupada por este tipo de culturas registou-se uma diminuição generalizada.

Principais Culturas Industriais

	Produção (Ton.)			Superfície (ha)			Produtiv. Ton./ha		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998	1996	1997	1998
Beterraba	20 735,2	17 041,0	7 588,6	502,2	354,2	242,4	41,3	48,1	31,3
Tabaco.....	181,7	187,8	172,5	98,3	98,9	89,2	1,8	1,9	1,9
Chicória.....	2 143,0	2 666,0	2 060,0	61,0	70,0	65,5	35,1	38,1	31,5
Chá	62,0	24,6	23,8	41,0	41,0	41,0	1,5	0,6	0,6

Fonte: SREA

Quanto à produção de cereais observou-se uma diminuição da produção e da produtividade. No entanto, registou-se um aumento da área ocupada pelo milho forrageiro, cereal que cada vez mais se destaca, nomeadamente na alimentação do gado.

Produção de Cereais

	Produção (Ton.)			Superfície (ha)			Produtiv. Ton./ha		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998	1996	1997	1998
Milho grão	5 322,0	4 907,2	4 204,4	1 567,8	1 484,9	1 471,5	3,4	3,3	2,9
Milho forrageiro..	220 350,2	223 964,3	184 748,6	5 334,5	5 418,5	5 422,1	41,3	41,3	34,1

Fonte: SREA

Produção Pecuária

A produção de leite, nos Açores, manteve a tendência de crescimento evidenciada nos últimos anos, atingindo os 474,2 milhões de litros, em 1999, o que representou um aumento de 12,2%, em relação ao ano anterior.

Em termos espaciais, destacam-se três ilhas que apresentaram aumentos consideráveis de 16,1%, 18,1% e 29,1% (Terceira, Graciosa e Flores, respectivamente) em relação ao ano anterior.

Leite Recebido nas Fábricas

	1 000 Lt.			
	1997	1998	1999	99 / 98 Δ%
São Miguel	242 526	267 074	297 061	11,2
Terceira.....	100 822	102 833	119 367	16,1
Graciosa.....	3 676	4 129	4 896	18,6
São Jorge.....	25 702	26 973	29 310	8,7
Pico	6 543	7 209	7 951	10,3
Faial	13 555	13 519	14 482	7,1
Flores	676	902	1 164	29,1
Total	393 500	422 639	474 231	12,2

Fonte: IAMA

Relativamente ao destino do leite industrializado, em 1999 o leite UHT concentrou 89,2% do total de leite destinado ao consumo, o qual registou um aumento de 6,6%.

No que concerne aos produtos lácteos, verificou-se um aumento da produção destes produtos (13,5%) em relação ao ano anterior. Apenas o leite em pó obteve um valor inferior à média geral (9,4%).

Destino do Leite Industrializado

	1997	1998	1999	99 / 98 Δ%
Leite p/ Consumo(1 000 lt)	41 545	40 694	43 391	6,6
Leite Pasteurizado	2 939	2 248	4 649	106,8
U. H. T.....	38 606	38 446	38 743	0,8
Produtos Lácteos (ton)	41 101	43 372	49 248	13,5
Manteiga	6 260	5 876	6 915	17,7
Queijo.....	16 070	19 371	22 496	16,1
Leite em Pó.....	18 603	17 954	19 633	9,4
logurtes	168	172	203	17,9

Fonte: IAMA

A produção de carne na Região aumentou 0,3%, em termos globais. No entanto, os abates do gado bovino e o de aves registaram valores decrescentes (4,4% e 2,2%, respectivamente, em relação ao ano anterior). É de realçar o aumento significativo do gado suíno abatido (8,6%).

Produção de Carne

	1997	1998	1999	99 / 98 Δ%
Gado bovino abatido	7 078	6 275	6 001	- 4,4
Gado bovino exportado vivo *	8 296	8 512	8 468	- 0,5
Sub-total	15 374	14 787	14 469	- 2,2
Gado suíno abatido	4 609	5 091	5 529	8,6
Aves (abate)	2 420	2 726	2 666	- 2,2
Total.....	22 403	22 605	22 664	0,3

* Peso estimado em carcaça.

Fonte: SREA

Em termos espaciais, verificou-se uma diminuição generalizada do abate de gado bovino, com particular incidência para as ilhas de Santa Maria, São Miguel e Terceira, que registaram uma diminuição de 12,3 %, 13,4% e 15,5%, respectivamente.

No que se refere ao gado suíno, na ilha do Faial registou-se um aumento de 83,6%, enquanto as restantes ilhas registaram aumentos pouco significativos.

Gado Abatido nos Matadouros - 1999

	Gado Bovino			Gado Suíno			Aves
	Cabeças	Ton	(%)	Cabeças	Ton	(%)	Ton
Santa Maria.....	568	125	2,1	1 268	104	1,9	
São Miguel.....	11 724	3 085	51,4	47 588	3 253	58,8	1 955
Terceira.....	7 573	1 760	29,3	18 947	1 463	26,5	711
Graciosa.....	199	54	0,9	621	54	1,0	
São Jorge.....	464	109	1,8	1 253	102	1,8	
Pico.....	1 471	375	6,3	2 305	191	3,4	
Faial.....	1 646	424	7,1	4 656	344	6,2	
Flores.....	392	70	1,2	231	17	0,3	
TOTAL.....	24 037	6 001	100,0	76 869	5 529	100,0	2 666

Fonte: SREA

A exportação de gado bovino vivo registou, em 1999, um valor de 43 911 cabeças, a que correspondeu a uma diminuição de 595 animais. A exportação de gado em carcaça diminuiu 52,8%, em relação ao ano anterior.

Exportação de Gado Bovino – 1999

	Gado Vivo *		Em Carcaça		Total
	Cabeças	Ton	Cabeças	Ton	(ton)
Santa Maria.....	920	218			218
São Miguel.....	22 347	4 357	1 108	301	4 658
Terceira.....	4 453	1 071	1 855	425	1 496
Graciosa.....	867	233			233
São Jorge.....	4 873	842			842
Pico.....	6 143	843			843
Faial.....	2 305	586			586
Flores.....	1 717	269			269
Corvo.....	286	50			50
TOTAL.....	43 911	8 468	2 963	726	9 194

* Peso estimado em carcaça.

Fonte: SREA

PESCAS

Em 1999, o total de capturas, nos Açores, registou uma diminuição significativa em relação ano anterior, confirmando a tendência negativa dos últimos anos. Para esta situação contribuiu fortemente a diminuição do volume de tunídeos capturados, dado o elevado peso relativo dessa espécie nas capturas totais.

Captura Total 1990 - 1999

Anos	Total Capturado	Tunídeos	Tunídeos % no Total	Toneladas
				Restante Pescado
1990	18 610	10 400	55,9	8 210
1991	12 848	5 447	42,4	7 401
1992	13 879	6 204	44,7	7 675
1993	18 717	10 760	57,5	7 957
1994	14 801	6 642	44,9	8 159
1995	20 610	11 844	57,5	8 766
1996	17 286	8 862	51,3	8 424
1997	14 965	6 531	43,6	8 434
1998	15 794	7 696	48,7	8 098
1999	9 882	3 522	35,6	6 360

Fonte: SREA

Em 1999, a situação de sazonalidade do sector foi pouco significativa, registando-se 58,1% das capturas entre os meses de Junho e Novembro. No caso dos tunídeos registou-se, em igual período, 62,3% das capturas.

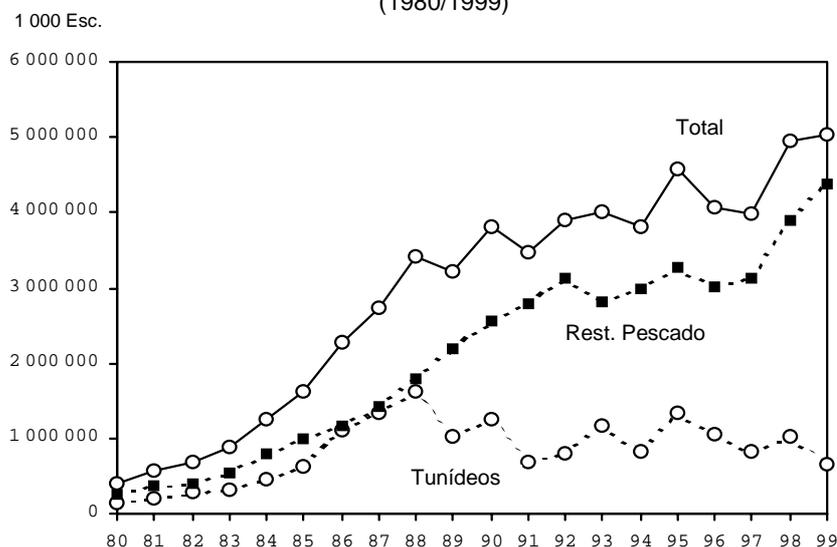
Percentagem de Capturas por Semestre

	%			
	Jun/Nov		Dez/Mai	
	1998	1999	1998	1999
Tunídeos.....	83,1	62,3	16,9	37,7
Restante Pescado	52,4	55,8	47,6	44,2
Total	67,4	58,1	32,6	41,9

Fonte: DREPA

Em relação ao valor do pescado descarregado, a sua evolução não está muito ligada à captura de tunídeos, mas às restantes espécies que representaram 87,1% do valor total do pescado na Região.

Valor do Pescado Descarregado nos Açores
(1980/1999)



Em termos espaciais, verificou-se que as ilhas de São Miguel e Terceira concentram 73,8% do total de peixe descarregado nos portos de pesca da Região. Na ilha do Pico, predomina a pesca dos tunídeos, representando esta espécie 86,2% das capturas da ilha, no entanto, um valor inferior ao registado no ano anterior.

No restante pescado, as ilhas de São Miguel e Terceira, concentraram 79,3%, das capturas efectuadas.

Pescado Descarregado por Ilha - 1999

	Peixe				Crustáceos e Moluscos		TOTAL	
	Tunídeos		Outros		Ton.	Contos	Ton.	Contos
	Ton.	Contos	Ton.	Contos				
Santa Maria.....	180	20 137	191	107 766	1	584	372	128 486
São Miguel.....	1 899	442 945	3 913	2 365 586	73	77 588	5 885	2 886 119
Terceira.....	354	57 769	1 039	810 091	18	7 498	1 411	875 358
Graciosa.....	0	22	171	199 392	0	157	171	199 571
São Jorge.....	4	906	163	128 826	9	27 062	175	156 794
Pico.....	1 043	107 469	163	68 606	5	9 700	1 210	185 775
Faial.....	43	16 673	496	463 437	2	1 660	541	481 770
Flores.....	0	37	97	89 991	0	12	97	90 040
Corvo.....	0	0	20	16 831	0	0	20	16 831
RAA.....	3 522	645 957	6 253	4 250 525	107	124 262	9 882	5 020 744

Fonte: SREA

As principais espécies descarregadas, exceptuando os tunídeos, são o Goraz (9,5%) e o Chicharro (8,2%). Em termos de valor do pescado, é de realçar a importância do Goraz (25,4%), do Peixão (7,1%) e do Chicharro (6,0%).

Principais Espécies Descarregadas

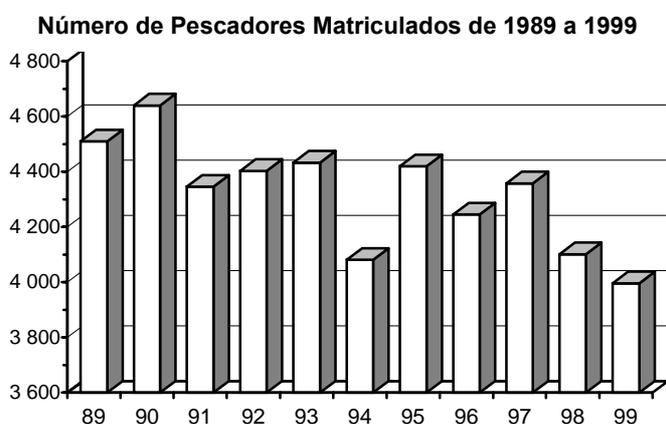
	Ton			Contos		
	1997	1998	1999	1997	1998	1999
Abrótea	363	383	261	155 162	187 422	155 930
Boca Negra	410	379	337	185 520	211 750	216 437
Cavala	708	528	181	61 834	60 239	43 329
Chicharro	1 921	1 505	690	162 068	257 900	262 646
Congro	342	373	375	111 375	150 502	161 526
Espadarte.....	178	260	229	141 778	198 635	217 037
Goraz	495	677	803	617 041	845 217	1 111 003
Lixa (Gata)	30	34	30	3 620	4 073	2 174
Peixão	439	368	369	299 266	300 005	309 016
Outros *	3 547	3 592	3 085	1 401 865	1 692 253	1 895 688
TOTAL	8 434	8 098	6 360	3 139 529	3 907 995	4 374 787

* Não inclui tunídeos.

Fonte: SREA

Pescadores

O número de pescadores matriculados registou uma ligeira diminuição, em quase todas as ilhas. Apenas nas ilhas de São Miguel, Graciosa e Flores ocorreu um ligeiro aumento do número de pescadores, em relação ao ano anterior.



São Miguel concentrou, em 1999, a maioria dos pescadores (63,1%). As ilhas da Terceira, Pico e Faial representavam 23,2% dos pescadores da Região

Pescadores Matriculados por Ilha em 31/XII

Ilhas	1998	1999
Santa Maria.....	208	175
São Miguel.....	2 447	2 501
Terceira.....	465	440
Graciosa.....	167	190
São Jorge.....	173	81
Pico.....	239	222
Faial.....	329	261
Flores.....	73	96
RAA.....	4 101	3 966

Fonte: SREA

Em relação à formação profissional, verificou-se um aumento do número de participantes em cursos de formação profissional, nomeadamente, no que concerne, ao curso de pescador (C).

Participantes e Cursos de Formação Profissional

Cursos de Formação	1996	1997	1998	1999
Mestre de Largo.....	1	4	2	
Mestre Costeiro.....	12	5	3	
Contramestre.....	19	10	5	1
Aptidão pesca.....	111		264	204
Pescador (C).....		34	106	192
Arraias de Pesca.....	50	156	173	129
Total.....	193	209	553	579

Fonte: SRAPA

Em 1999, registou-se um aumento do número de embarcações entradas na frota, sendo de realçar o total do valor da potência (HP) das novas embarcações.

Embarcações Entradas na Frota

	Nº de Embarcações	TAB (médio)	Potência HP
1996	13	17,85	381
1997	22	46,42	1 264,9
1998	11	28,57	1 097,9
1999	22	26,38	4 679

Fonte: Direcção Regional das Pescas.

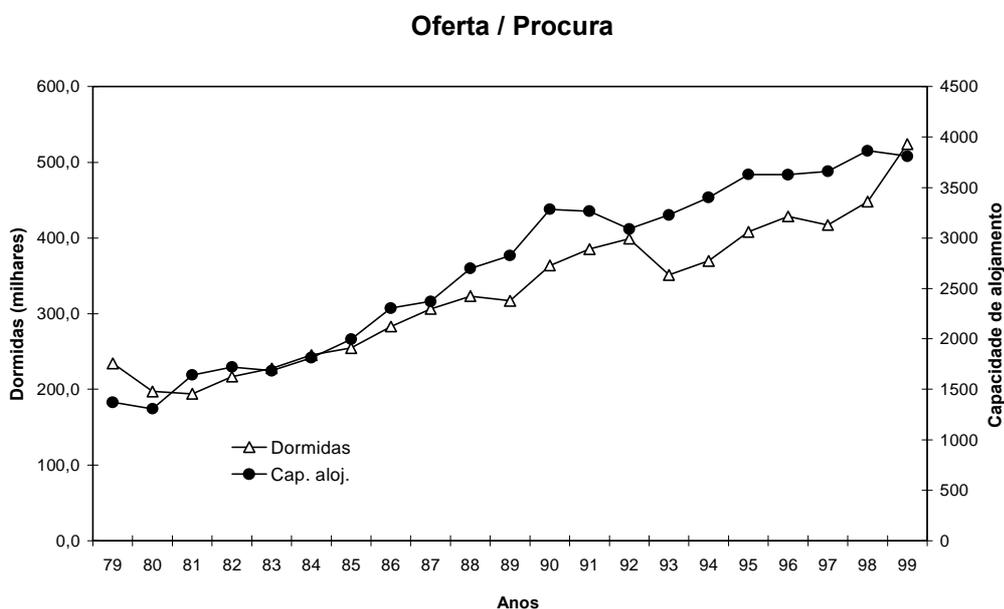
TURISMO

Durante o ano de 1999, as unidades hoteleiras registaram um total de 524 milhares de dormidas, o que representa um crescimento de 17% em relação ao ano anterior.

Por outro lado, a capacidade de alojamento no mesmo ano foi de 3 811 dormidas por noite, o que se traduz num decréscimo de 1,4%.

Desta forma, com a procura a crescer, acelerando mesmo em relação ao ano anterior, e a oferta a decrescer, a taxa de ocupação subiu significativamente.

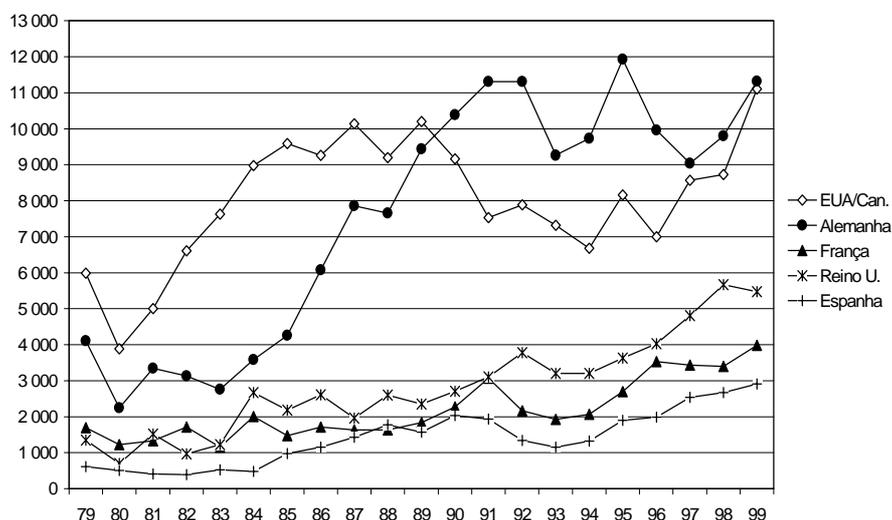
Integrando esta evolução recente nas linhas de tendências observáveis nas últimas duas décadas, dir-se-ia que a intensificação da procura permitiu uma aproximação à capacidade que tem vindo a ser instalada, de uma forma mais regular.



A procura continua a ter uma composição baseada no mercado de hóspedes residentes em Portugal que, representando cerca de $\frac{3}{4}$ do total, tem condicionado a evolução global e os respectivos ritmos. Entre os principais mercados estrangeiros assinala-se:

- Estabilização média na casa dos 11000 hóspedes alemães;
- Recuperação a partir de meados dos anos noventa do número de hóspedes residentes nos EUA e Canadá;
- Tendências de crescimento moderadas, mas mais regulares, nos outros três mercados estrangeiros com alguma representatividade: Reino Unido, França e Espanha.

Hóspedes



A distribuição mensal das dormidas registou em 1999 um aumento da sazonalidade em relação ao ano imediatamente anterior. O índice de dispersão relativa foi de 0,51 em 1999, enquanto no ano anterior fora de 0,43.

Situando o registo de 1999 em termos da tendência dos últimos anos, pode dizer-se que corresponde ao padrão mais frequente, tanto em termos globais como das componentes de hóspedes residentes em Portugal ou no estrangeiro. A componente de hóspedes residentes em Portugal regista uma sazonalidade mais moderada, enquanto a de hóspedes residentes no estrangeiro revela uma maior concentração, provavelmente por que a motivação das visitas estarão mais associadas ao lazer de férias convencionais e menos a motivos como negócios e administração.

Sazonalidade *

	Total	Portugal	Estrangeiro
1994	0.50	0.42	0.75
1995	0.52	0.44	0.74
1996	0.51	0.47	0.66
1997	0.51	0.43	0.72
1998	0.43	0.34	0.65
1999	0.51	0.44	0.70

*Divisão do desvio padrão pela média da distribuição das dormidas.

As receitas totais da hotelaria somaram 4,7 milhões de contos, representando um crescimento de 9,3% em relação ao ano anterior.

Esta evolução ficou a dever-se ao crescimento do volume das receitas de aposentos. De facto, o forte crescimento de 18,6% nas receitas de aposentos só foi possível à evolução do número total de diárias, já que o seu valor médio registou uma evolução moderada e, em termos reais, uma quebra. Mais concretamente, a receita de 6 297\$ por dormida representa apenas um crescimento de 1,3% em relação ao ano anterior, sendo insuficiente para compensar a inflação, que medida pelo Índice de Preços no Consumidor se situou em 2,5%.

Este tipo de evolução das receitas da hotelaria – crescimento mais pelo volume do que pelo valor - tem-se verificado com maior frequência nos últimos anos.

Exploração da Hotelaria Receitas e Despesas

Indicadores	Períodos			Δ%		
	1997	1998	1999	97/96	98/97	99/98
Receitas totais.....	3 903.3	4 281.0	4 667.8	+9.0	+9.7	+9.3
Receitas de aposentos.....	2 682.0	2 783.8	3 300.6	+4.7	+3.8	+18.6
Despesas com pessoal	1 311.4	1 437.6	1 504.2	-0.2	+9.6	+4.6
Receitas totais/Desp.Com pessoal	3.0	3.0	3.1			
Receitas aposentos/dormidas (esc.)....	6 423.0	6 215.0	6 297.0	+7.6	-3.4	+1.3
IPC-Índice de Preços no Consumidor..	100.0	103.1	105.7	+1.4	+3.1	+2.5

Cada estabelecimento hoteleiro nos Açores tem uma capacidade média de 62 dormidas por noite, empregando, também, em média, 18 trabalhadores. Estes dois indicadores apontam para estabelecimentos de pequena dimensão no contexto português, aproximando-se do que se regista nas regiões do Norte, Centro e Alentejo.

Todavia, já quanto aos níveis de ocupação e de estadia verifica-se

uma aproximação ao que se passa a nível nacional. Mais precisamente, e no caso da estadia média, observa-se que, sem atingir a situação das regiões turísticas da Madeira e do Algarve, situa-se já a um nível médio, sendo inclusivamente superior a outras regiões, onde se inclui a de Lisboa e Vale do Tejo.

INDÚSTRIA

Em termos de estrutura, a expressão da indústria transformadora na Região, aponta para uma dimensão média relativamente pequena das empresas. Segundo os últimos dados estatísticos disponíveis, para 1998, o ratio trabalhadores por empresa industrial nos Açores é de apenas 8,2, enquanto a nível nacional essa relação era de 13,4. Por outro lado, a facturação média nos Açores era de 117 mil contos por empresa, sendo o correspondente valor a nível nacional de 182 mil contos.

Com base ainda em valores de 1998, a produtividade do factor trabalho (VAB/Emprego) na indústria transformadora regional ascendia aos cerca de 2 200 contos por trabalhador, enquanto a nível nacional atingia os 2 500 contos. Ao nível da integração vertical da produção (VAB/VBP), nos Açores verificam-se melhores performances, cerca de 25%, em comparação com a média nacional (19%). Quanto à remuneração dos factores, existe um desequilíbrio ao nível do trabalho, já que a despesa anual média com pessoal, na Região, era próximo dos 1 700 contos/empregado, enquanto a nível nacional ultrapassava os 2 000 contos.

Indústria Transformadora - Principais Variáveis

	Nº de empresas	Pessoal ao serviço (milhares)	Custos (milhões de contos)		Valor bruto da produção (milhões de contos)
			Despesas com pessoal	Outros custos	
R.A. dos Açores...	850	7,0	11,8	84,0	99,5
País.....	73 409	986,7	1 999,1	10 872,5	13 342,3

Fonte: Estatísticas das Empresas-INE.

A actividade transformadora na Região apresenta uma concentração forte ao nível das indústrias alimentares, e destas a de lacticínios e de conservas de peixe são as principais componentes da especialização regional. Com efeito, as principais unidades transformadoras justificam a sua dimensão pela disponibilidade próxima de matéria prima em que a Região dispõe de condições favoráveis à sua produção. A restante parcela da produção industrial resume-se a unidades de muito pequena dimensão, artesanais, sendo a sua produção limitada ao consumo local e em produtos que não são normalmente objecto de concorrência externa.

A envolvente à actividade industrial, como praticamente nas restantes actividades produtivas, não é motivadora de grandes interesses e propiciadora de grandes oportunidades de investimento. Porém, sem prejuízo de estratégias fomentadoras de diversificação da produção, a especialização existente revela indicadores interessantes, pelo menos no contexto nacional, embora ao nível da competitividade se evidencia a necessidade de incrementar o nível de produtividade no sector.

A actividade industrial na Região poderá progredir, se facilitado o acesso a serviços de apoio às empresas, se introduzidas maior eficiência nas funções de aprovisionamento dos consumos intermédios e de bens de equipamento e, a jusante, nas funções comercial, de marketing e promoção, sem descurar a própria organização e estratégia empresarial, no sentido da qualidade e diferenciação da produção.

COMÉRCIO

O sector do comércio, em termos da classificação das actividades económicas, compreende o comércio por grosso e a retalho e a reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico.

O comércio constitui uma fase intermediária entre a produção de bens

e serviços e a do seu consumo ou utilização, tendo por função levar as mercadorias até aos consumidores. Distinguem-se, normalmente, dois tipos de comércio, que correspondem a duas etapas nos circuitos de comercialização dos produtos, o comércio grossista e o comércio retalhista.

Segundo dados apurados em Maio de 2000, nos Açores, existiam cerca de 3.257 estabelecimentos do sector do comércio, dos quais mais de 84% pertenciam ao comércio a retalho.

Dos 442 estabelecimentos classificados como grossistas, correspondem 2815 do comércio a retalho, ou seja, 1 grossista por cada 6,4 retalhistas. A nível nacional este ratio é menor: 1 empresa grossista para 5,6 retalhistas.

Ao nível da dimensão, o comércio retalhista emprega em média 3,3 indivíduos, enquanto o grossista tem 5,7 empregados por estabelecimento. Em termos comparativos, a nível nacional e comunitário, no comércio por grosso, o ratio é de cerca de 7 empregados por estabelecimento. Porém, no comércio a retalho, a dimensão média nos Açores (3,3 empregados por estabelecimento) é ligeiramente superior à média nacional (2,8 empregados por empresa), mas menor que o valor apurado em termos europeus (4,3 empregados).

Ao nível do mercado regional, verifica-se que nas diferentes ilhas a situação do sector será mais problemática nas de menor potencial. Com efeito, para uma média regional de 13,2 empresas por mil habitantes, observa-se nas ilhas de mais fraca expressão demográfica, um conjunto proporcionalmente maior de empresas a disputar o mercado, como é a situação, por exemplo, de S. Jorge, com 21,3 empresas por mil habitantes, de Santa Maria, com 20,4 empresas das Flores com 19,4 e da Graciosa com 17,4. Contudo, nestas ilhas o número de estabelecimentos por unidade de superfície (número de empresas por Km²) é menor que os valores médios calculadas para as ilhas de maior potencial demográfico, a indiciar desequilíbrios entre os espaços rurais e os com maior grau de urbanização.

Estabelecimentos Comerciais

	Estabelecimentos		Pessoas ao serviço		Estabelecimento:	
	Grossista	Retalhista	Grossista	Retalhista	por 1000 hab.	por km2
Santa Maria .	18	103	24	287	19,8	1,24
São Miguel...	251	1322	1 736	5094	11,8	2,11
Terceira	79	595	433	1973	11,7	1,68
Graciosa	17	67	53	180	17,4	1,37
São Jorge	22	199	72	379	21,3	0,90
Pico.....	19	256	59	550	18,6	0,61
Faial.....	30	185	124	554	14,6	1,24
Flores.....	6	82	27	168	19,4	0,62
Corvo.....	0	6	0	7	25,0	0,35
Açores	442	2 815	2528	9192	13,2	1,40

Fonte: DRCIE

Ao nível específico do comércio automóvel, entre 1998 e 1999, as vendas de automóveis novos, registaram os valores mais elevados da década de 1990, quase duplicando entre 1997 e 1999, evidenciando uma expansão e renovação do parque automóvel. Esta evolução ficou a dever-se ao crescimento elevado das vendas dos automóveis ligeiros novos, mas também, em menor escala mas com acréscimos significativos, às vendas dos comerciais novos.

Venda de Automóveis

	1993	1995	1997	1999
Ligeiros	3 541	2 459	2 444	4 503
Comerciais	1 097	1 054	916	1 339
Total.....	4 638	3 513	3 360	5 842

Fonte: SREA.

Em termos gerais, a estrutura do sector comercial dos Açores evidencia traços específicos, decorrentes da natureza insular e dispersa do território, donde sobressai o número elevado de grossistas, de dimensão e capacidade financeira débil, alguns operando também a jusante na função retalhista. Por outro lado, tomando como referência o espaço europeu, existe um número relativamente diminuto de consumidores por estabelecimento, com

implicações ao nível da dimensão e da obtenção de benefícios de escala, com repercussões na rentabilidade das empresas e na formação dos preços.

ACESSIBILIDADES

Os tráfegos de pessoas e bens são reveladores das características e fases de cada sector, sendo, também influenciados pelas situações conjunturais da economia e da sociedade em geral.

A evolução nas telecomunicações é reveladora de uma capacidade de produção e da respectiva expansão, enquanto a movimentação de passageiros está mais associada a componentes de uma procura em crescimento, mas com uma certa regularidade. Por sua vez, os tráfegos de bens são mais sensíveis a flutuações conjunturais de mercado.

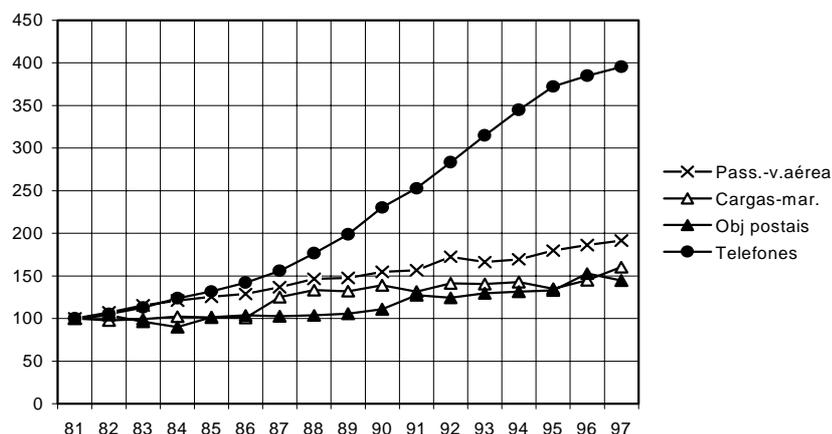
Evolução em Transportes e Comunicações

	1995	1996	1997	1998	1999
Passageiros*	7,1	3,7	2,1		
Cargas*	-5,2	7,1	10,5		
Objectos postais	1,1	15,0	-10,7	5,9	
Postos telefónicos	7,9	3,4	2,7	1,7	0,8

Unid: t.c.m.a.

* Tráfegos registados nos portos e aeroportos.

Índice de base 100 em 1981



Passageiros

Os transportes colectivos terrestres registaram em 1999 um volume de tráfego de 108,1 milhões de passageiros-quilómetro, o que representa um decréscimo de 6,2% em relação ao ano anterior.

O decréscimo de tráfego foi extensível a ambos os subsistemas de transportes colectivos, urbanos e inter-urbanos, integrando-se numa tendência observável desde alguns anos, que todavia, começou a evidenciar-se primeiro no subsistema dos urbanos, onde a alternativa do transporte automóvel individual é mais provável.

Passageiros-quilómetro segundo o tipo de carreira

	Interurbanas		Urbanas		Total	
	Milhões	Δ %	Milhões	Δ %	Milhões	Δ %
1995	111,2	-0,7	11,0	-6,5	122,3	-1,3
1996	109,1	-1,9	11,7	+5,6	120,8	-1,2
1997	106,3	-2,6	11,1	-4,8	117,4	-2,8
1998	105,1	-1,1	10,1	-8,7	115,2	-1,9
1999	98,5	-6,2	9,6	-5,2	108,1	-6,2

Fonte:

O tráfego marítimo de passageiros continua a ter uma expressão dominante onde há ligações mais frequentes, mesmo com certas características de tráfego pendular, isto é entre os portos da Horta e da Madalena. Entretanto, o tráfego registado entre os outros portos comerciais tem revelado alguma recuperação, passando praticamente do ponto zero nos anos oitenta, até representar cerca de 13% do total em 1997.

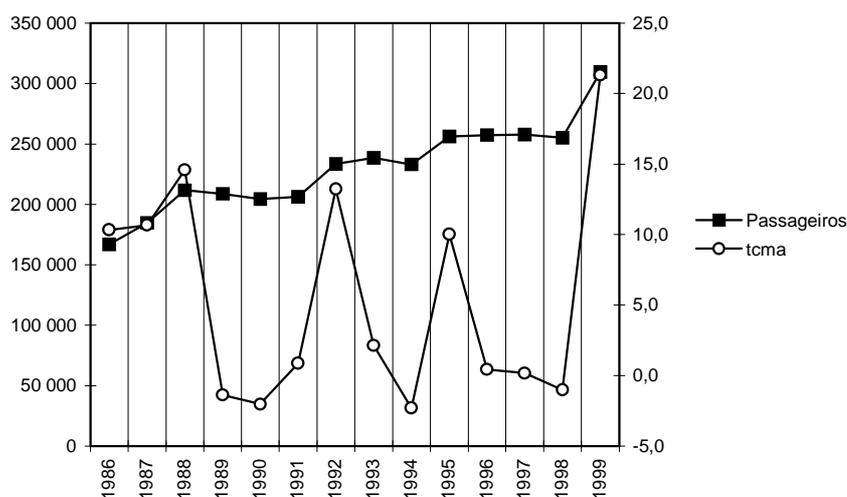
O tráfego absoluto de passageiros no canal Horta-Madalena tem registado nos anos noventa alguma moderação, por vezes com crescimento mesmo negativo, todavia o último dado estatístico para o ano de 1999 parece mostrar ser possível crescer a par dos outros tráfegos, em contexto de dinâmica mais global.

Tráfego de Passageiros por Via Marítima

Anos	Canal Horta-Madalena	Portos Comerciais do Arquipélago	TOTAL
1992.....	233 558	22 219	255 777
1993.....	238 524	25 764	264 153
1994.....	232 983	28 483	261 466
1995.....	256 298	29 252	285 550
1996.....	257 399	38 829	296 228
1997.....	257 817	38 592	296 409
1998.....	255 157		
1999.....	309 537		
93/92 (%).....	+2,1	+16,0	+3,3
94/93 (%).....	-2,3	+10,0	-0,1
95/94 (%).....	+10,0	+4,0	+9,2
96/95 (%).....	+0,4	+31,1	+3,6
97/96 (%).....	+0,2	-0,6	+0,1
98/97 (%).....	-0,1		
99/98 (%).....	21,3		

Fonte: SREA e DREPA.

Passageiros do canal Horta-Madalena



O número de 1,3 milhões de passageiros embarcados e desembarcados nos aeroportos durante o ano de 1999, representa um crescimento de 12,6% em relação ano anterior.

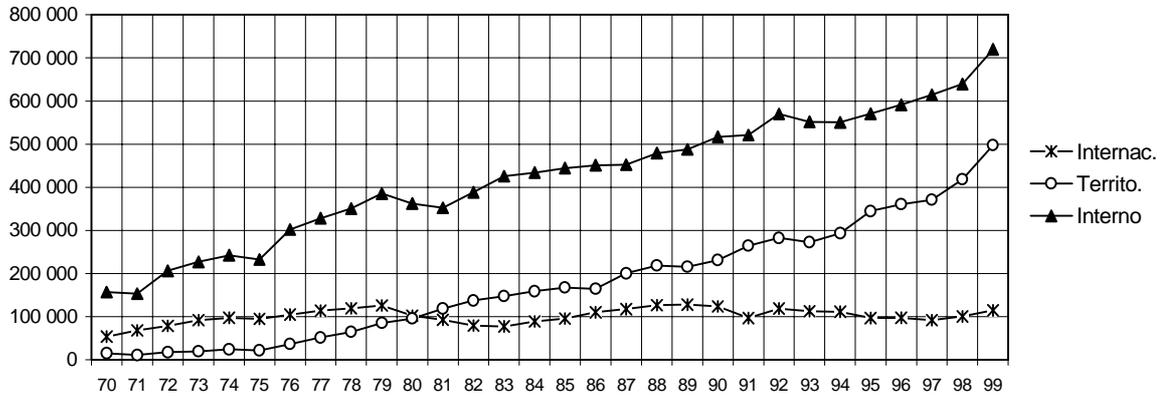
A componente mais significativa em termos de volume de passageiros movimentados é a do tráfego interno, representando mais de 50% do total. Todavia, as componentes de tráfego com o exterior (territorial e internacional) registam taxas de crescimento significativas. Nomeadamente o tráfego territorial tem-se revelado mais dinâmico, acelerando mesmo o seu crescimento nos últimos anos.

Passageiros Movimentados nos Aeroportos
(Embarcados e Desembarcados)

	milhares			
	Interno	Territorial	Internacional	Total
Passageiros				
1993	551	273	113	937
1994	550	293	111	954
1995	570	344	96	1 012
1996	591	360	98	1 049
1997	614	371	92	1 077
1998	639	418	100	1 157
1999	719	498	114	1332
Δ %				
1993	-3,2	-3,5	-5,0	-3,5
1994	-0,2	7,5	-1,5	1,9
1995	3,6	17,6	-12,8	6,0
1996	3,6	4,5	0,8	3,7
1997	4,0	2,9	-5,8	2,7
1998	4,0	12,7	9,1	7,4
1999	12,6	19,0	14,2	12,6

Fonte: SREA.

Passageiros nos Aeroportos



Cargas

O tráfego de cargas é estruturalmente dominado pelo segmento de transportes marítimos, que representará um volume da ordem de 99% do total. Todavia, o segmento de transportes aéreos desempenha um papel insubstituível para os produtos perecíveis ou de pequenas unidades volumétricas, mas sempre de valor mais elevado, que permita margens de cobertura aos custos superiores nos transportes aéreos.

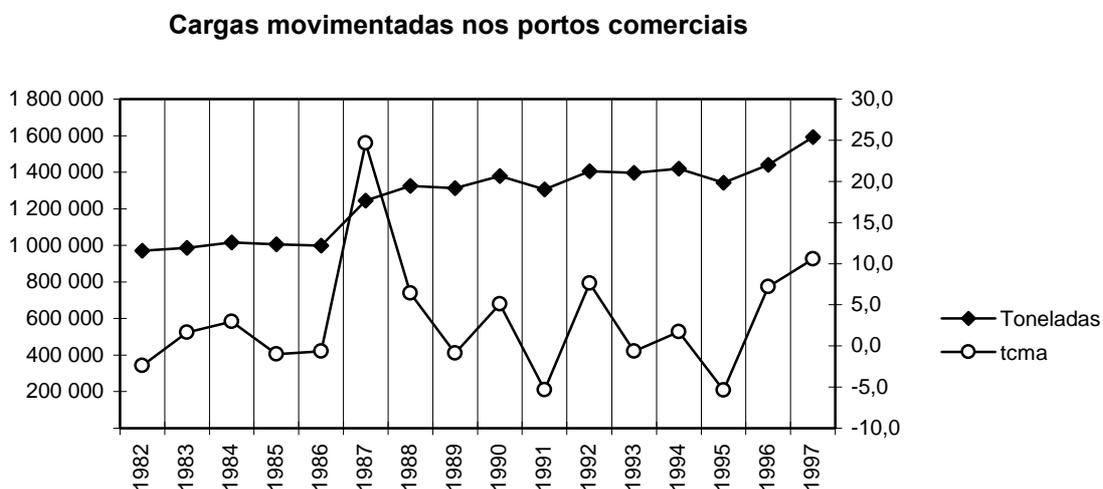
Cargas Movimentadas

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Aeroportos	9,6	11,5	11,5	11,9	13,4	14,4
Portos	1 420,0	1 343,4	1 440,2	1 592,5
Total.....	1 429,6	1 354,9	1 451,7	1 604,4

.. não disponível.

A evolução das cargas por via marítima revela uma tendência de crescimento moderada, mas positiva. As taxas de crescimento médio anual revelam variações que decorrem de alterações na oferta dos próprios transportes, sem deixarem de ser sensíveis à procura por parte das actividades económicas

em geral.



As cargas movimentadas nos aeroportos durante o ano de 1999 somaram um total de 14,4 mil toneladas, incorporando um crescimento de 7,5% em relação ao ano anterior.

O tráfego territorial surge como o segmento mais significativo, com cerca de 70% do total, sendo, assim, determinante para a evolução global deste sector.

Ao tráfego inter-ilhas cabe o grosso do segmento complementar, já que o tráfego internacional tem um carácter residual.

Estas cargas transportadas por via aérea representarão uma quota cujo volume não ultrapassará 1% do volume de bens transportado por via marítima. Todavia, e ao contrário do que se verifica nos transportes marítimos, o volume de carregamentos (exportações) é superior ao dos descarregamentos (importações).

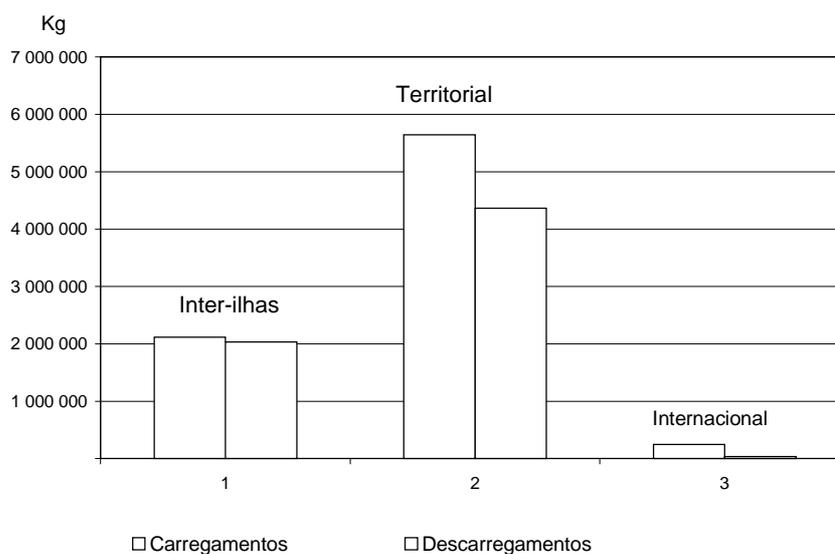
Cargas movimentadas nos aeroportos

1 000 Tons

Anos	Carregadas	Descarregadas	Carregadas + Descarregadas			
			Inter-ilhas	Territorial	Internacional	Total
1992	5,9	4,2	2,8	6,7	0,6	10,1
1993	5,6	3,7	2,3	6,5	0,5	9,3
1994	5,8	3,8	2,2	6,9	0,5	9,6
1995	7,0	4,5	2,3	8,3	0,9	11,5
1996	6,6	4,9	2,7	8,2	0,5	11,5
1997	6,9	5,0	2,9	8,6	0,4	11,9
1998	7,6	5,8	3,7	9,3	0,4	13,4
1999	8,0	6,4	4,1	10,0	0,3	14,4

Fonte: SREA

Mercadorias nos aeroportos no ano de 1999



COMUNICAÇÕES

Observando as variáveis utilizadas para sintetizar a evolução no sector de comunicações, destaca-se que o crescimento do número de postos telefónicos analógicos é revelador da fase de expansão das telecomunicações nos anos oitenta e primeiros anos da década de noventa. O tráfego postal mostra uma

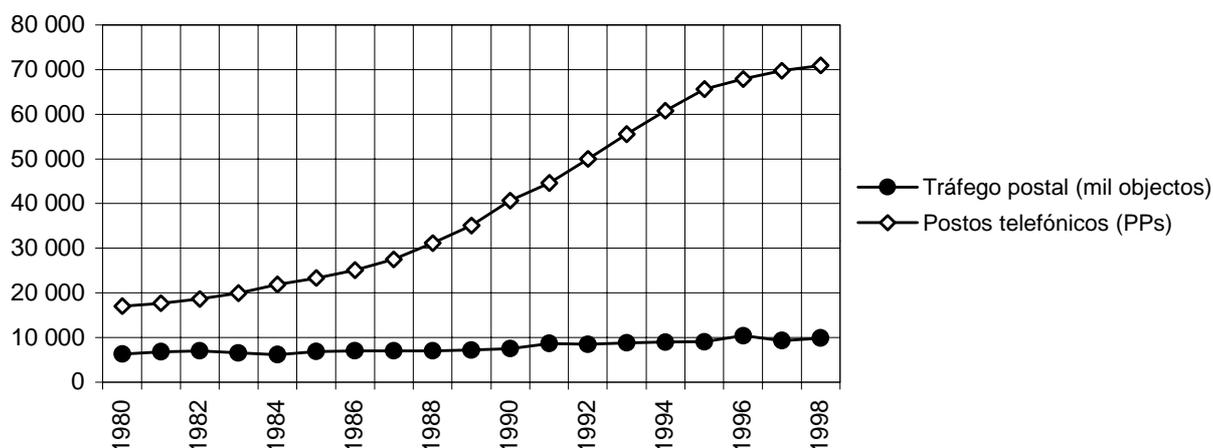
tendência que é de crescimento, mas mais linear e moderada, acompanhando naturalmente as solicitações de mercado, mas dentro de uma estrutura da oferta mais estabilizada.

Comunicações

	Períodos					Δ %			
	1995	1996	1997	1998	1999	96/95	97/96	98/97	99/98
Tráfego Postal (10 ³ obj.)	9 030	10 381	9 273	9 823		+15,0	-10,7	+5,9	
Postos telefónicos*	65 677	67 925	69 788	70 952	71 529	+3,4	+2,7	+1,7	0.8

* Postos telefónicos principais (analógicos).

Fonte: CTT e TELECOM.



ENERGIA

O sistema energético regional caracteriza-se por uma elevada dependência em relação ao exterior. Com efeito, tomando como referência informação relativa ao consumo de combustíveis e à produção de energia a partir de recursos endógenos, constata-se que o consumo de energia primária na

Região depende em cerca de 93,3% da “importação” (perto de 90% a nível nacional e 50% no conjunto da UE).

Em termos de estrutura, considerando o período 1993/98, observa-se que apesar da elevada dependência do exterior, a componente interna adquiriu maior representatividade, mercê do aproveitamento industrial dos recursos geotérmicos em S. Miguel. Em termos dinâmicos, ainda no período em análise, verifica-se uma taxa média de crescimento anual do consumo total de energia de 5,1%, a indiciar um ritmo de crescimento superior em relação ao do produto interno bruto. A confirmar-se que a elasticidade do consumo primário de energia face ao PIB é superior à unidade, releva-se como fundamental aprofundar mecanismos de poupança e de utilização racional de energia.

Consumo de Energia Primária

	mil toneladas equivalentes de petróleo	
	1993	1998
Produção Regional	7,2	17,5
Hidroeléctrica, geotérmica e eólica	7,2	17,5
Importação	234,5	238,7
Gasolina	27,8	31,7
Gasóleo	74,3	97,7
Fuel-oil.....	69,8	85,7
GPL	20,6	23,6
Total	199,7	256,2

Fontes: Fundo Regional de Abastecimento; EDA; DREPA.

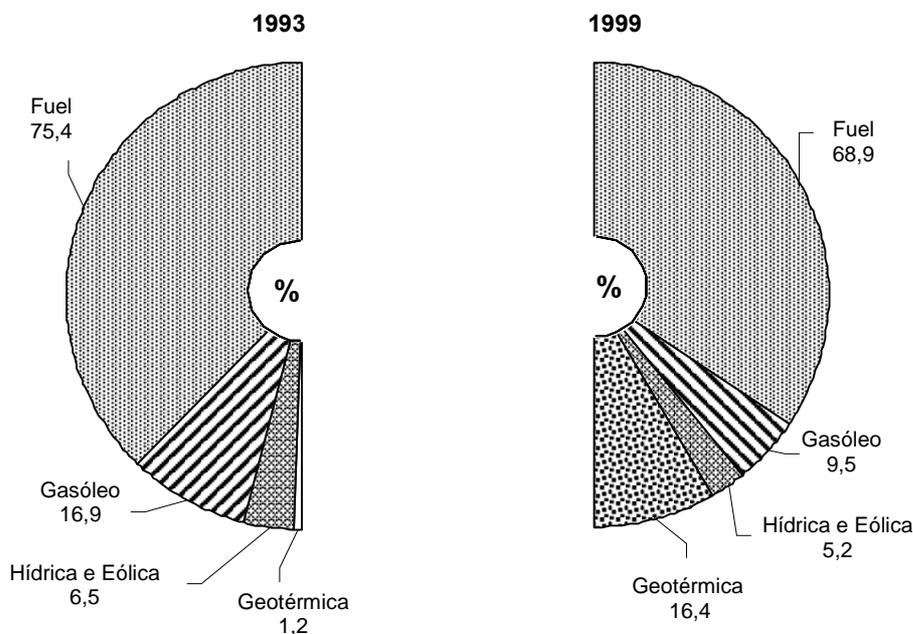
Ao nível do subsistema eléctrico, constata-se uma aceleração recente do ritmo de crescimento do consumo de electricidade. Com efeito, tomando o triénio 1996/99, observam-se taxas médias de crescimento anual do consumo de electricidade na ordem dos 7,4 %, enquanto no triénio antecedente (1993/96) o ritmo de crescimento médio anual foi inferior, cerca de 5,6%. Regista-se ainda melhoria ao nível da eficiência, já que tem vindo a diminuir o peso relativo das perdas na rede e do auto-consumo das centrais, no cômputo da geral da energia produzida.

Electricidade - Balanço

	GWh		
	1993	1996	1999
Produção	342,1	396,0	487,8
Perdas	55,6	58,3	69,8
Consumo	286,5	337,7	418,0

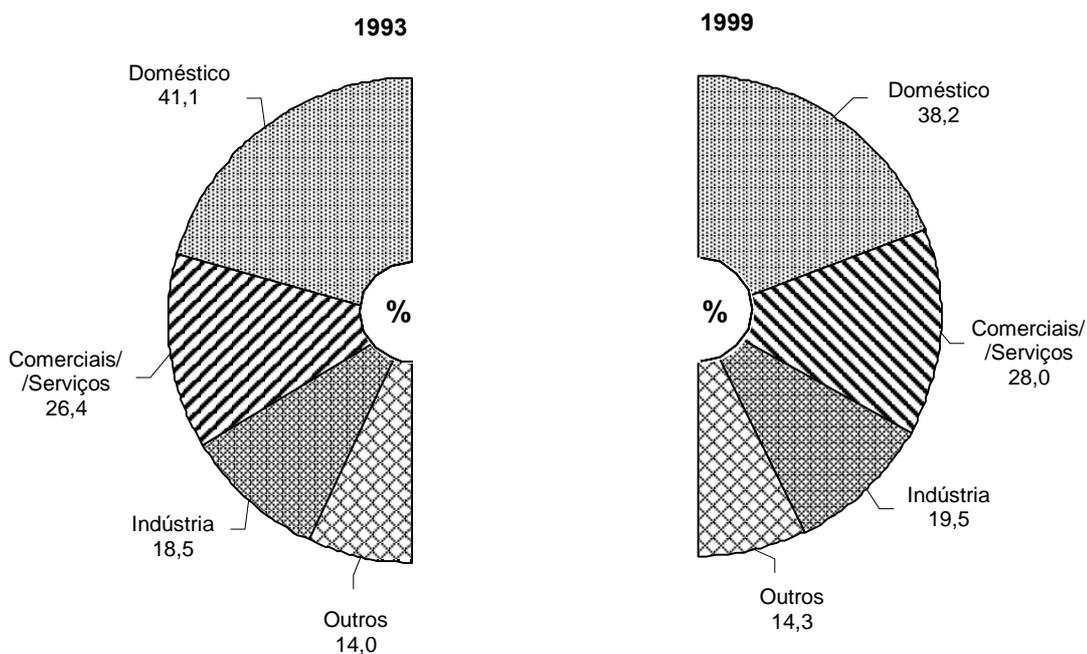
A estrutura de produção de energia eléctrica tem sofrido algumas alterações nestes últimos anos. Assim, enquanto em 1993, as energias renováveis contribuíam apenas com 7,7% para a produção, em 1999 a penetração das renováveis atingia os 21,6%, contribuindo a geotermia com 16,4% do total da produção. O combustível mais utilizado no conjunto das centrais térmicas da EDA é o fuelóleo, representando mais de 4/5 da utilização de combustíveis derivados do petróleo, confinando-se a utilização deste combustível às ilhas de S. Miguel, Terceira, Pico e Faial. As centrais térmicas nas restantes ilhas utilizam exclusivamente o gasóleo.

Energia Eléctrica – Estrutura da Produção



Do lado da procura, tomando como referência o ano de 1999 e em termos de estrutura, são as famílias os principais utilizadores de electricidade, representando 38,2% do total do consumo. O sector comercial e de serviços afecta cerca de 28%, representando os consumos para fins industriais perto 20% do total. Porém, em termos dinâmicos, no período 1993-99, foram os sectores comercial, de serviços e também o industrial que apresentaram maiores taxas de crescimento dos consumos, ganhando peso na estrutura do consumo de energia eléctrica na Região.

Energia Eléctrica – Estrutura do Consumo



EDUCAÇÃO

A evolução do sistema de ensino não superior encontra-se numa fase de estabilização da procura por parte do número de alunos que se matriculam nas escolas da Região Autónoma dos Açores. Apenas alguns segmentos de formação escolar ainda registam aumentos no número de matrículas.

Por outro lado, a oferta do mesmo sistema continua a progredir, registando-se uma maior disponibilidade de recursos humanos e materiais, conforme revelam os números de docentes e das salas de aula, respectivamente.

Desta forma, a relação numérica alunos/docente torna-se menos densa, assim como a relação alunos/sala.

Ensino Não Superior

	1993/94	1995/96	1997/98
Alunos.....	59 604	59 155	58 693
Docentes	3 865	4 314	4 537
Salas de aula *	2 459	2 516	2 605
Alunos/Docente	15	14	13
Alunos/Sala de aula	24	24	23

* Não inclui as salas dos 2º e 3º ciclos e as do secundário nos estabelecimentos particulares.

Fonte: SREAS, DREPA

Alunos

Decompondo a evolução do número de alunos matriculados segundo os ciclos, verifica-se que os níveis de ensino geral ou obrigatório têm cada vez menos procura. A tendência de decréscimo, fundamentalmente por razões de ordem demográfica, começou a revelar-se no 1º ciclo, mas, também, já se faz sentir nos anos seguintes.

São os aumentos de alunos matriculados no pré-escolar e no secundário que contribuem positivamente para uma certa estabilidade global em termos de dimensão.

Alunos

CICLOS	1993/94	1995/96	1997/98
Pré-escolar	6 715	6 819	6 977
1º Ciclo	21 264	19 716	18 659
2º Ciclo	9 820	9 723	9 775
3º Ciclo	13 304	12 572	12 837
Secundário	8 501	10 325	10 445
Total	59 604	59 155	58 693

Fonte: SREAS, DREPA

As taxas de escolarização por idades confirmam que na faixa de ensino geral ou obrigatório a frequência já abrange a população potencialmente escolarizável, verificando-se que apenas nos grupos etários de formação inicial (pré-escolar) e, depois, do secundário o número de alunos matriculados poderá crescer até ao limite de taxas da ordem de 100%.

Docentes

Conforme já referido, a evolução do número de docentes revela alguma dinâmica de crescimento. Todavia, não deixa de ser influenciada pelas evoluções das procuras dos diversos ciclos. O crescimento é proporcionalmente maior nos ciclos em que as matrículas de alunos se fazem sentir de forma positiva e mais intensa.

Docentes

CICLOS	1993/94	1995/96	1997/98
Pré-escolar	375	430	496
1º Ciclo	1 064	1 180	1 125
2º Ciclo	951	910	1 011
3º Ciclo e Secundário	1 549	1 892	1 987
Total *	3 939	4 412	4 619

* Este total é maior que o do quadro 1 porque há situações de um mesmo docente a leccionar em ciclos diferentes.

Fonte: SREAS, DREPA

No que respeita à qualificação dos professores, destaque-se a

melhoria nos índices de qualificação, na medida em que é crescente o número de professores com habilitação própria, em profissionalização ou já profissionalizados. Complementarmente, e por exemplo, o número mais recente de professores sem habilitação própria já foi além de 15% do total no ano lectivo de 1997/98, enquanto há quatro anos lectivos era de cerca de 24%.

Estruturas Físicas

Em termos da evolução das estruturas físicas, verifica-se, também, que há um certo reflexo das tendências dos diversos ciclos já descritas anteriormente. Todavia, destaque-se que esse reflexo é mais evidente em termos do crescimento de salas de aulas do que de estabelecimentos, o que se traduziu num aumento de capacidade mais derivado de ampliações das unidades escolares já existentes do que da criação de novas.

Estruturas Físicas

CICLOS	1993/94	1995/96	1997/98
Pré-escolar	234	242	246
1º Ciclo	260	261	258
2º, 3º e Secundário.....	39	39	39
Total	533	542	543
Salas			
Pré-escolar	382	400	406
1º Ciclo	1 016	1 015	1 020
2º, 3º e Secundário.....	1 061	1 101	1 179
Total	2 459	2 516	2 605

Fonte: SREAS, DREPA.

Aproveitamento escolar

O aproveitamento escolar revela níveis de sucesso escolar menores no ensino secundário.

Por exemplo, no ano lectivo de 1997/98 a percentagem de alunos que

concluíram o 12º ano de escolaridade foi de 46,2%, sendo mesmo inferior à dos que ficaram retidos, isto é 48,2 %. Complementarmente, os que abandonaram a frequência escolar sem passarem por um processo global e final de avaliação foi de 5,6%.

Aproveitamento Escolar

Ano lectivo de 1997/98

Ano de escolaridade	Transição/Aprovação	Retenção	Abandono
6º (1)	78,7	18,6	2,7
9º (2)	73,7	21,2	5,1
12º (3)	46,2	48,2	5,6

(1) Ano terminal do 2º ciclo do E. Básico (inclui C. Alternativo) – Prep. Directo (Diurno).

(2) Ano terminal do 3º ciclo do E. Básico (Diurno).

(3) Ano terminal do Ensino Secundário – CSPOPE (Diurno).

SAÚDE

Recursos Físicos

A cobertura da Região, no que se refere a equipamentos de saúde, consubstancia-se em 3 unidades hospitalares, 16 centros de saúde, 90 unidades de saúde, 31 postos de enfermagem e 1 centro de oncologia. Os hospitais encontram-se sedeados nas cidades de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada. Em 1999, foram inaugurados uma unidade de saúde e um posto de enfermagem.

A capacidade de internamento nas unidades de saúde, medido através do número de camas, tem-se mantido praticamente constante, embora com ligeiro reforço quanto ao número de camas no conjunto dos três hospitais regionais.

Serviços de Saúde

	1995	1996	1997	1998	1999
Hospitais.....	3	3	3	3	3
Nº de camas	614	616	620	624	638
Centros de Saúde	16	16	16	16	16
Nº de camas	345	332	332	308	314
Unidades de Saúde.....	98	102	89	89	90
Postos de Enfermagem ...	14	14	33	30	31
Centro de Oncologia	1	1	1	1	1
Total de unidades ...	132	136	142	139	141
Total de camas	959	948	952	932	952

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

Recursos Humanos

Em 1999, nos hospitais e nos centros de saúde da Região, 1 397 profissionais de saúde desenvolveram a sua actividade, isto é, menos 19 do que no ano anterior, devendo-se este decréscimo, essencialmente, a uma diminuição no número de enfermeiros (-15), nas ilhas de S. Miguel e Graciosa. De facto, em 1999, o número de habitantes por enfermeiro melhorou em todas as ilhas, com a excepção das referidas.

Entre 1995 e 1999, o número de médicos a prestar serviço nos serviços de saúde manteve-se praticamente constante, ligeiramente acima das três centenas e meia desta categoria de profissionais.

Ao nível dos técnicos de diagnóstico e terapêutica tem-se registado uma tendência de aumento destes profissionais a prestar serviço na Região.

Em termos gerais, os profissionais de saúde concentram-se, sobretudo, nas ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial, onde se localizam os hospitais regionais, que integram 67% dos médicos, 63% dos enfermeiros e 57% dos técnicos de diagnóstico e terapêutica.

Evolução dos Recursos humanos em Saúde

	1995	1996	1997	1998	1999
Médicos.....	356	351	363	351	352
Enfermeiros.....	772	790	834	889	874
Técnicos Diagnóstico. Terapêutica.....	157	169	172	176	171
Total.....	1 285	1 310	1 369	1 416	1 397

Fonte: Direcção Regional de Saúde

Movimento assistencial

Entre 1995 e 1997 registou-se um crescimento no número de consultas nos hospitais e centros de saúde, vindo a diminuir no biénio 1997-99. Porém, os atendimentos urgentes registaram um aumento contínuo, cerca de 26%, nos últimos 5 anos.

A utilização dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica aumentou também significativamente nos últimos anos. Refira-se que da utilização destes meios, mais de 50% respeitam a análises clínicas, sendo a restante parcela relativa a exames radiológicos, electrocardiogramas, exames ecográficos, TACs e tratamentos fisiátricos.

Movimento Assistencial nos Hospitais e Centros de Saúde

	1995	1996	1997	1998	1999
Consultas	465 644	482 692	502 589	478 544	441 923
Urgências	303 958	325 018	334 515	362 777	381 603
Meios comp. de diag. e terap.	1 460 675	1 587 397	1 676 882	1 804 040	1 833 960

Fonte: Direcção Regional de Saúde

Indicadores

No âmbito da eficiência do sistema, há a assinalar o aumento das urgências diárias, que passaram de 834/dia, em 1995, para 1 045, em 1999. Este

crescimento foi omnia significativo.

Quanto ao número médio de consultas por médico, aumentaram entre 1995 e 1997, diminuindo desde esse ano. Contudo, ao nível do atendimento urgente, o crescimento tem sido contínuo, registando-se em 1999, uma média de 1045 atendimentos por dia.

Indicadores de Eficiência

	1995	1996	1997	1998	1999
Internamento médio (dias)					
Hospitais.....	7,13	6,79	7,21	7,32	7,04
Centros de saúde.....	11,76	10,59	11,35	10,97	10,94
Taxa de ocupação (%)					
Hospitais.....	68,22	68,53	68,70	68,04	65,70
Centros de saúde.....	48,62	45,73	48,06	52,79	56,38
Urgências/ dia					
Hospitais.....	302,67	328,07	326,052	355,30	398,92
Centros de saúde.....	530,90	562,41	590,43	638,61	646,56
Consultas/médico/ano (nº).....	1 308	1 375	1 385	1 363	1 255

Fonte: Direção Regional de Saúde.

Ao nível da distribuição espacial dos recursos e da sua utilização, as ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial são as melhores dotadas, em virtude de nessas parcelas se localizarem os três hospitais regionais.

Número de Habitantes por Pessoal de Saúde

	1998			1999		
	Nº hab./ médico	Nº hab./ enfermeiro	Nº hab./ téc.diag.terap.	Nº hab./ médico	Nº hab./ enfermeiro	Nº hab./ téc.diag.terap.
Stª. Maria	2 023	508	2 023	1 974	494	1 184
S. Miguel.....	659	291	1 716	636	296	1 702
Terceira.....	665	210	1 396	640	201	1 326
Graciosa.....	1 218	609	974	1 730	865	1 038
São Jorge.....	1 720	543	1 474	1 460	487	1 460
Pico	2 472	570	1 348	1 689	563	1 169
Faial	350	164	589	364	154	746
Flores	1 500	643	900	1 443	618	866
Corvo	260	260	-	393	393	-
RAA.....	698	276	1 392	676	272	1 391

CULTURA

Entre as mais diversas manifestações de ordem cultural existentes no arquipélago dos Açores, distinguem-se certas formas de expressão com maior evidência social e vivência comunitária, seja através da sua materialização já consagrada em bens históricos, seja através de novas actividades. É na conjugação da herança com a criação que se dá seguimento a processos de valorização cultural, tanto em termos de enriquecimento do património já acumulado, como do potencial que se abre a partir das interpretações em realização permanente.

É já adquirida a amplitude que a expressão musical atinge através das actuações das 105 filarmónicas, com base nas iniciativas das sociedades existentes nas diversas povoações açorianas. O caso dos grupos corais já será mais revelador de uma dinâmica que se vai construindo. Por outro lado, há formas de expressão que estão mais restritas ou, pelo menos, com organização mais pontual e individualizada, como, por exemplo, as das artes plásticas.

Por sua vez, as bibliotecas e os museus existentes constituem equipamentos de inegável valia no contexto cultural português. Para além dos valores próprios e insubstituíveis de que são depositários, têm potencialidades que se podem desenvolver a partir da utilização dos acervos de documentação já disponíveis.

Equipamentos Culturais

	1990	1994	1998
Bibliotecas	44	43	43
Editores e Livreiros.....	6	5	8
Publicações Periódicas	24	20	41
Museus	14	13	15
Galerias de Arte e Exposições	11	16	7
Filarmónicas	103	105	105
Grupos Corais	8	11	15

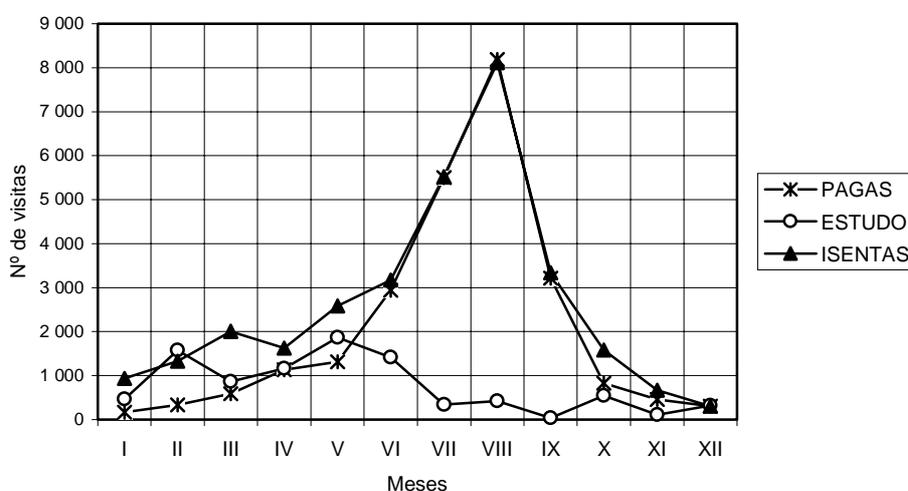
Fonte: SREA, Miraçores 2000.

Dentro desta óptica de valorização do património cultural através de possibilidades de utilização, mostram-se a seguir alguns elementos disponíveis sobre os museus da Região Autónoma dos Açores.

As visitas aos museus parecem obedecer a um ciclo associado a férias, sendo mais frequentes nos meses de Verão. Aliás, verifica-se um certo paralelismo com as dormidas na hotelaria, já que o tipo de sazonalidade é idêntico e, também, cerca de $\frac{3}{4}$ dos visitantes têm residência em Portugal.

Por sua vez, o caso particular das visitas de estudo continua a revelar a sua maior frequência durante os meses de cada ano lectivo, particularmente a partir de Fevereiro.

VISITAS AOS MUSEUS - 1999



Fonte:DRC

DESPORTO

As actividades desportivas têm vindo a expandir-se, envolvendo um número crescente de participantes, seja enquanto atletas, seja como elementos de acompanhamento nas diversas modalidades.

O desenvolvimento de novas modalidades tem contribuído para o aumento do número de atletas praticantes, todavia o futebol continua a ser a

modalidade com maior implantação.

Paralelamente, o acompanhamento das práticas desportivas tem vindo a incrementar-se de forma significativa. De facto, verifica-se maior capacidade ou disponibilidade para enquadramento técnico e arbitragem dos jogos, conforme os rácios do número de praticantes por treinador e por árbitro deixa antever.

Evolução desportiva

	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99
Atletas	15 996	16 038	16 505	17 694	20 606	20 903
Treinadores.....	294	359	412	465	588	904
Árbitros ou Juízes	714	775	959	944	1 126	1 334
Praticantes/Treinadores.....	54	45	40	38	35	23
Praticantes/Árbitros	22	21	17	19	18	16

Fonte: DREFD.

No que respeita à organização de estruturas desportivas, destaca-se o crescimento do número de associações, que já totalizam 44, devendo-se tal facto ao aparecimento de novas modalidades e, também, à desagregação de algumas associações de desportos em várias associações de modalidade.

Em termos dos 206 clubes em actividade nos Açores assinala-se que alguns celebraram contratos programa de desenvolvimento desportivo, para apoio às suas actividades, nomeadamente:

- preparação nos escalões de formação, e
- participação em quadros competitivos nacionais de regularidade anual nos desportos colectivos.

HABITAÇÃO

Segundo os dados dos últimos Recenseamentos Gerais da Habitação de 1980 e 1991, o parque habitacional da Região aumentou ligeiramente acima

dos 10%, considerando-se quer o número de edifícios, quer o número de alojamentos. Pelo facto de se ter registado durante aquela década uma diminuição da população residente, os indicadores relativos à ocupação de habitação mantiveram-se, no caso do número de famílias por alojamento, melhoraram ligeiramente, se se considerar o número de residentes por alojamento.

Evolução do Parque Habitacional - 1981/1991

	1981	1991
Edifícios	73 145	81 568
Alojamentos	76 395	84 718
Famílias/alojamento.....	3,3	0,8
Pessoas/alojamento	0,8	2,9

Fonte: II e III Recenseamento Geral da Habitação.

Em termos de idade do parque habitacional, é nos Açores que se verifica um maior envelhecimento médio da habitação, se comparado com a média nacional, ou mesmo, individualmente, com outras regiões do país. Com efeito, perto de 1/3 das habitações regionais foram edificadas anteriormente a 1918, mais de 50% têm pelo menos 55 anos de construção e somente 25% do parque habitacional tem menos de 20 anos; valores, conforme quadro que se apresenta de seguida, superiores ao que se verifica no contexto nacional. Por outro lado, o alojamento no tipo “apartamento” não tem ainda expressão significativa na Região.

Tipo e Ano de Construção de Edifícios para Habitação

	RAA	Portugal	%
Tipo			
Vivenda	94,8	64,6	
Apartamento.....	5,1	33,9	
Outro	0,1	1,5	
Ano de Construção			
Antes de 1918	31,2	16,9	
Antes de 1945	51,4	28,6	
Antes de 1980	75,1	77,0	
Antes de 1990	96,2	97,5	

Fonte: Anuário Estatístico – INE.

As condições de conforto existentes no parque habitacional regional são, na prática, aproximados aos que se registam no resto do país, havendo, porém, uma diferença ao nível das águas residuais domésticas, já que pelas características do sistema de povoamento e de habitação na Região, a drenagem destas águas é feita, maioritariamente, através de fossa séptica.

Alojamento nos Açores – Indicadores de Conforto

	RAA	Portugal
%		
Alojamento com:		
Água canalizada no interior	97,3	93,2
Electricidade.....	99,3	99,4
Wc e banho/duche	82,5	89,1
Sistema de Esgotos		
Ligado à rede pública.....	25,9	58,5
Fossa séptica	73,5	38,2

Fonte: Anuário Estatístico – INE.

Ao nível da evolução recente do mercado, observa-se que, nos últimos 3 a 4 anos, a construção de habitação nos Açores aumentou significativamente. Com efeito, através do número anual de licenças concedidas para obras em habitação, constata-se que entre 1997 e 1999, houve um aumento de mais de 40% do número de licenças concedidas, maioritariamente para novas construções.

Licenças Concedidas para Habitação por Tipo de Obra

	1995	1997	1999
Construções Novas	746	850	1 197
Outras	312	343	310
Total	1 058	1 193	1 507

Fonte: Anuário Estatístico – INE.

Para além de medidas de âmbito nacional, a política para o sector está dirigida para os grupos mais vulneráveis, em termos de acesso a habitação condigna, designadamente as famílias de fracos recursos e os jovens à procura da primeira habitação, tendo sido desenvolvidos programas de apoio à aquisição e construção de habitação, promovida construção a custos controlados, recuperados edifícios degradados, bem como promovidas acções de realojamento em parceria com organismos da administração central, regional e municipal.

2.4 Sistema ambiental

A situação geográfica da Região e a sua insularidade contribuem para níveis de degradação do ambiente inferiores aos registados no continente. Contudo, sendo o arquipélago um espaço físico limitado, os efeitos resultantes terão uma maior amplitude.

Apesar de não se registarem elevados níveis de poluição do meio natural, existem factores que terão de ser devidamente controlados, por forma a evitar situações de potenciais perigos em matéria de ambiente.

A pressão urbanística junto das costas, a descarga de esgotos sem tratamento, a deposição de resíduos sólidos, muitas vezes utilizando a orla marítima e as linhas de água como receptores mais comuns, a existência de numerosas infra-estruturas marítimas e o tráfego de embarcações, são factores a ter em consideração devido à enorme sensibilidade da orla marítima.

Qualidade do Ar

Um regime climático de ventos bonançosos a fortes, conjugado quer com um desenvolvimento industrial não muito significativo bem como a não ocorrência de centros urbanos demasiado populosos, são factores potenciais para que a qualidade do ar na Região Autónoma dos Açores, quer a nível das camadas inferiores quer a nível global da troposfera, respeite em absoluto os valores guia e valores limite das Normas de Qualidade do ar.

Neste quadro, ao controlo da qualidade do ar ainda não foi atribuída prioridade face aos outros critérios fundamentais no contexto geral da qualidade do ambiente.

Assim, regista-se a existência de uma única estação de medida permanente de dados climatológicos (ilha Terceira), com colheita regular de parâmetros fundamentais de controlo da qualidade do ar, se bem que não na sua totalidade.

Saliente-se a necessidade de se implementar a colheita de dados sobre os níveis de monóxido de carbono e dióxido de enxofre, parâmetros requeridos pela legislação nacional e comunitária.

Existem séries temporais de colheita bastante significativas para análise, nomeadamente da razão de mistura de CO₂, bem como da composição física e química da água de precipitação.

Para o cumprimento das Directivas¹ respeitantes ao controlo das principais variáveis caracterizadoras da qualidade do ar, haverá que proceder quer ao reforço e actualização dos equipamentos da estação existente bem como, no médio prazo, à instalação de mais duas estações de medida, respectivamente junto ao cume da ilha do Pico, como referência em altitude da situação geral, e a outra em Ponta Delgada, zona mais populosa e industrial do Arquipélago.

¹ Directivas 80/779/CEE, 84/360/CEE e 92/72/CEE

Tabela: Parâmetros de Controlo da Qualidade do Ar

Parâmetro		Valor Médio	Valor Máximo	Valor Mínimo
	Razão de mistura de O ₃ à superfície ² (ppbv)	22	50	< LD ³
	Razão de mistura de CO ₂ (ppmv) ⁴	348	380	328
	Concentração de partículas em suspensão ⁵ com d < 30 µm (µg/m ³)	15	44	2
Precipitação Semanal	PH ⁶	5,8	7,0	4,7
	Cond. (µS/cm)	50	1400	< LD
	Na ⁺ (µg Na/l).....	6	190	< LD
	K ⁺ (µg K/l)	0,38	28,00	< LD
	Mg ²⁺ (µg Mg/l).....	0,65	4,30	< LD
	Ca ²⁺ (µg Ca/l)	0,46	3,50	< LD
	Cl ⁻ (mg Cl/l)	8,2	49,0	< LD
	NH ₄ ⁺ (mg N/l).....	0,074	1,000	< LD
	NO ₃ ⁻ (mg N/l)	0,098	0,570	< LD
	SO ₄ ²⁻ (mg S/l)	0,52	2,80	< LD
	Cd (µg Cd/l)	0,00012	0,00460	< LD
	Cu (µg u/l).....	0,0012	0,0098	< LD
	Mn (µg Mn/l)	0,0082	0,0680	< LD
	Ni (µg Ni/l)	0,0029	0,0400	< LD
	Pb (µg Pb/l)	0,0026	0,0220	< LD
Zn (µg Zn/l).....	0,0890	2,4000	< LD	

Fonte: INMG

A análise dos elementos estatísticos disponíveis (tabela acima) permite concluir que os valores legalmente estabelecidos para os parâmetros medidos nunca foram ultrapassados e indiciam uma boa qualidade do ar.

² Valores referidos às medições efectuadas no Observatório José Agostinho no ano de 1993.

³ Inferior ao Limite de Detecção (LD).

⁴ Valores referidos às medições efectuadas nas Lajes e na Serreta entre 1979 e 1995 no âmbito do programa de amostragens do CMDL/NOAA.

⁵ Valores referidos às medições efectuadas no Observatório José Agostinho entre 1992 e 1993.

⁶ Valores referidos às amostras de precipitação recolhidas no Observatório José Agostinho entre 1992 e 1998.

A Qualidade da Água

As pressões decorrentes do desenvolvimento socioeconómico afectam a qualidade ambiental e em especial os recursos hídricos.

A grande maioria dos cursos de água existentes na Região são ribeiras de regime torrencial. Nas ribeiras permanentes não há qualquer monitorização da qualidade da água.

O elevado número de nascentes e furos utilizados para consumo humano, apresentando moderada contaminação microbiológica, a crescente salinização dos furos usados nalguns dos aglomerados urbanos e a presença de moderados teores de nitratos em águas subterrâneas alertam para uma potencial degradação dos recursos hídricos da Região.

Águas Superficiais

Bacias Hidrográficas⁷

Ilha	Nr Bacias	Classe D Muito Poluído	Classe C Poluído	Classe B Fracamente Poluído	Classe A Boa Qualidade
Sta. Maria.....	0	0	0	0	0
S. Miguel.....	8	0	1	6	1
Terceira.....	2	0	0	2	0
Graciosa.....	0	0	0	0	0
S. Jorge.....	0	0	0	0	0
Pico	6	0	1	2	3
Faial	0	0	0	0	0
Flores.....	5	0	0	3	2
Corvo	1	0	0	1	0
AÇORES.....	22	0	2	14	6

Fonte: Direcção Regional do Ambiente.

A qualidade das águas das lagoas, em todos os seus parâmetros químicos, físicos e microbiológicos, relativas às bacias hidrográficas da Região

⁷ Foram seguidos os critérios de classificação do INAG, para os parâmetros analisados

tem vindo a ser permanentemente monitorizada pela Direcção Regional do Ambiente (DRA), não se constatando nenhuma situação de “Muito Poluído”.

À classe de “Poluído”, situação em que a água só pode ser utilizável para consumo humano após tratamento adequado, pertencem a bacia das Furnas em S. Miguel e a do Peixinho na ilha do Pico.

A maioria das bacias (63,6%) estão incluídas na Classe de “Fracamente Poluído”, sendo as restantes 6 (27,2%) classificadas como de “Boa Qualidade”.

Estado das Lagoas ⁸

Ilha	Estado Eutrofização		
	Oligotrófico	Mesotrófico	Eutrófico
Sta. Maria..	0	0	0
S. Miguel	2	3	3
Terceira	0	2	0
Graciosa	0	0	0
S. Jorge	0	0	0
Pico	3	2	1
Faial.....	0	0	0
Flores	3	1	1
Corvo.....	1	0	0
AÇORES	9	8	5

Fonte: Direcção Regional do Ambiente.

No que respeita ao Estado de Eutrofização das Lagoas, na sua maior parte de reduzidas dimensões, a situação, fundamentalmente originada pelas actividades agrícolas, requer a adopção de medidas correctivas e/ou preventivas dado que a maioria delas (59,1%) se encontram nos estados mesotrófico e eutrófico, estados estes em que os níveis de toxicidade podem pôr em risco a saúde pública.

As intervenções ao nível do solo, alterando o normal regime de escoamento, condicionam a recarga das lagoas e cumulativamente com as actividades agropecuárias, alteram a evolução do estado trófico. Não existem

⁸ Classificação de acordo com o programa de monitorização da DRA 1994 a 1998

descargas directas para as massas de água.

No estado eutrófico, situação mais grave, estão as lagoas das Furnas, Congro e S. Brás na ilha de S. Miguel, Peixinho na ilha do Pico e a lagoa Funda na ilha das Flores.

Em S. Miguel as lagoas da Empadadas, Canário e Sete Cidades, na ilha Terceira as do Negro e Patas, na ilha do Pico as do Capitão e Seca e na Ilha das Flores a Comprida, são as 8 lagoas classificadas no estado intermédio de eutrofização, ou seja, mesotrófico.

Águas Subterrâneas

De acordo com a informação mais recente, existem na Região um total de 178 sistemas aquíferos com a seguinte distribuição por ilha:

Ilha	Nr. Sistemas Aquíferos ⁹	Ilha	Nr. Sistemas Aquíferos ¹⁰
Sta. Maria.....	33	Pico.....	4
S. Miguel ¹¹	29	Faial.....	12
Terceira.....	21	Flores.....	34
Graciosa.....	5	Corvo.....	9
S. Jorge.....	31	AÇORES	178

Fonte: Direcção Regional do Ambiente.

As massas de água subterrâneas, de que a quase totalidade das povoações açorianas depende para o seu abastecimento, apresentam sinais de poluição microbiológica moderada, exigindo eficazes sistemas de tratamento. Os solos ácidos e as formações contendo águas ácidas, como é o caso dos aquíferos açorianos, têm maior capacidade de retenção de bactérias e vírus do que os solos de maior pH; no entanto devido à sua elevada porosidade verifica-se que tal não acontece, sendo reduzida a capacidade de filtração.

⁹ Foram consideradas as unidades aquíferas referidas no estudo do LNEC “Desenvolvimento de um Inventário das Águas Subterrâneas dos Açores”, 1999

¹⁰ Foram consideradas as unidades aquíferas referidas no estudo do LNEC “Desenvolvimento de um Inventário das Águas Subterrâneas dos Açores”, 1999

¹¹ Inclui apenas as unidades do Maciço das Sete Cidades

Esta moderada poluição microbiológica é ainda explicada pelo facto de a protecção às zonas demarcadas das nascentes não ser ainda universal, bem como o gado, muitas das vezes, pastar junto a elas.

A presença significativa, muitas vezes, de nitratos e nitritos também afecta a qualidade das águas, estimando-se no entanto que o seu valor global seja muito inferior ao valor indicador de águas poluídas: 50 mg NO₃/l. Contudo, no que se refere à utilização de fertilizantes as taxas de aplicação de nitratos e fosfatos são praticamente metade da média europeia.

Outro aspecto que assume relevante importância para a qualidade das águas subterrâneas está associado ao fenómeno da intrusão salina. De facto, a maioria dos furos capta a um nível próximo do mar, num corpo lenticular de água doce que flutua sobre a água salgada da parte inferior do aquífero. As ilhas do Pico e Graciosa, bem como a Vila da Praia da Vitória, são apontadas como locais onde ocorre este fenómeno. Os outros furos captam em aquíferos suspensos, apresentando estas águas menor salinidade.

Presentemente, não existem resultados sistemáticos que conduzam à classificação da qualidade da água.

Águas Costeiras

Qualidade das Águas Balneares ¹²

Ilha	Nr. Pontos de Amostragem	Em conformidade c/ os Valores Guia	Não Conformes
Sta. Maria	2	2	0
S. Miguel	13	13	0
Terceira	10	10	0
Graciosa	4	3	1
S. Jorge	2	2	0
Pico.....	4	4	0
Faial.....	5	5	0
Flores.....	2	2	0
Corvo	1	1	0
AÇORES	43	42	1

Fonte: Direcção Regional do Ambiente.

¹² Resultados da época balnear de 1999

Considera-se como de muito boa a situação no que diz respeito à qualidade das Águas Balneares. De facto, o universo das praias do Arquipélago, tem merecido a atribuição de “Bandeira Azul”, com todos os valores em conformidade com os normativos europeus¹³

Na passada época balnear de 1999, verificou-se uma condição de excepcionalidade na Praia da Barra da ilha Graciosa, situação ainda não completamente estudada mas que não constitui razão de preocupação significativa.

O Abastecimento de Água

Apesar de toda a abundância de caudal para abastecimento de água, apenas 56% se traduz em consumo, ou seja, 76,89 m³/hab., num total de 137,20 m³/hab., enquanto no continente essa razão é de 67,6%. Neste consumo predominam os domésticos mas também outras formas significativas, nomeadamente consumos de carácter público (rega, espaços verdes, segurança contra incêndios, etc.).

Abastecimento de Água

	1993		1996	
	Açores	Continente	Açores	Continente
Caudal total (m ³ /hab)	147,39	80,02	137,20	82,04
Consumo total (m ³ /hab)	84,68	54,51	76,89	55,50
Consumo/caudal (%)	57,5	68,0	56,0	67,6

Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente.

Abastecimento de Água	Açores			
	Nr. Freg.	% Freg.	Pop. Servida	% Pop. Servida
Rede de distribuição domiciliária de água.....	149	99,3	237 188	99,7
% de Cobertura da rede de distribuição domiciliária de água	149	99,3	237 188	99,7
Abastecimento de água suficiente todo o ano.....	122	81,3	206 362	86,8

Fonte: SREA, 1999.

¹³ Directiva nr 76/160/CEE

O controlo regular da qualidade da água das várias redes de abastecimento é executado pelas entidades autárquicas, de uma maneira geral em acordo com as normas legalmente estabelecidas. A não total sistematização e entrega dos relatórios de campo de amostragem, bem como o recurso a diferentes laboratórios, fazem com que não se disponham de resultados actualizados e sistematizados quanto à garantia de qualidade da água fornecida, respectivos tratamentos, equipamentos e materiais.

Decorre, presentemente, um Levantamento / Diagnóstico da situação, levado a cabo pela DRA, cujos resultados finais deverão estar concluídos no próximo mês de Março.

O Abastecimento de Água às populações ainda não é universal, dado que existe uma freguesia no concelho da Madalena, Ilha do Pico, com uma população estimada em 607 habitantes, onde este abastecimento não ocorre.

A situação no que respeita ao Abastecimento Suficiente de “Água destinada ao Consumo Humano” ¹⁴, atendendo quer à sazonalidade das condições climáticas regionais quer ainda à insuficiência de estruturas de retenção de recursos aquíferos, não é também ainda universal (assume um valor de 86.8% do total da população residente).

¹⁴ (Directiva 98/83 do Conselho de 1998.11.03)

Solos por Ilha

Classificação quanto à Finalidade

Ilha	% Área Total				
	Fins Agrícolas ¹⁵	Fins Florestais ¹⁶	Fins Urbanos ¹⁷	Outros	Áreas Naturais ¹⁸
Sta. Maria ..	39,9	1,7	5,8	52,6	12,8
S. Miguel	16,8	35,5	4,6	43,1	12,9
Terceira.....	48,4	10,1	7,2	34,3	22,1
Graciosa.....	44,0	6,6	2,2	47,2	19,2
S. Jorge.....	39,2	5,7	1,4	53,7	27,2
Pico	36,4	2,6	1,4	59,6	36,4
Faial	42,2	7,1	2,3	48,4	23,6
Flores.....	63,9	1,1	1,8	33,2	42,5
Corvo	65,7	4,7	1,5	28,1	48,0
AÇORES.....	33,8	16,4	3,8	46,0	24,5

Todas as medições foram efectuadas pelo sistema informático Arc Info Pc.

A Região é constituída por nove ilhas caracterizadas pela sua reduzida dimensão, pela existência de vales curtos e pequenas bacias de drenagem, por um relevo alteroso dominado por elevados maciços e por uma linha de costa onde pontuam imponentes arribas.

A estrutura ocupacional dos solos, nas duas últimas décadas, não registou alterações significativas.

¹⁵ Consideraram-se como solos com fins agrícolas, todos aqueles que constituem a S.A.U. Fonte: Inquérito Agrícola, 1995

¹⁶ Consideraram-se os solos com potencial florestal na S.A.U. Fonte: *Plano do Desenvolvimento Sustentável do Sector Florestal dos Açores, DRRF, 1998*

¹⁷ Não existe informação actualizada sobre os perímetros urbanos e zonas de expansão. Os valores indicados, que se julgam subestimados, constam da *Carta de Capacidade de Uso do Solo, IROA, 1991*

¹⁸ Consideraram-se as Áreas Naturais, que se sobrepõem frequentemente às outras classes e incluem: Reservas Naturais (incluindo Área Ecológica Especial), Reservas Florestais, Paisagens Protegidas (incluindo Zonas Históricas e Lugares Classificados), Biótopos, ZPE's e SIC's. Fonte: *PROTA, 1996*

Classificação para Fins Agrícolas

Ilha	Qualidade (% Área Total)		
	Bons ¹⁹	Fracos ²⁰	Impróprios
Sta. Maria.....	34.0	49.9	16.1
S. Miguel	48.3	44.8	6.9
Terceira.....	53.8	37.3	8.9
Graciosa.....	58.7	34.7	6.6
S. Jorge.....	27.3	61.0	11.7
Pico	14.1	82.1	3.8
Faial	64.0	31.0	5.0
Flores.....	29.5	66.4	4.1
Corvo	35.0	41.9	23.1
AÇORES.....	40.1	52.8	7.1

Fonte: IROA, Carta de Capacidade de Uso do Solo, 1991.

De acordo com as condições geológicas, morfológicas e climáticas e segundo os critérios do IROA, verifica-se que os solos da Região são favoráveis para fins agrícolas, merecendo destaque as ilhas de S. Miguel, Terceira, Graciosa e Faial com uma percentagem significativa de solo de boa qualidade para fins agrícolas.

¹⁹ Consideraram-se como solos bons, os que correspondem à R.A.R. (Classes I a IV) mais os solos agro-florestais (Classe V)

²⁰ Consideraram-se os solos que correspondem às Classes VI e VII

Susceptibilidade para a Erosão

Ilha	Risco de Erosão (% Área Total)		
	Alto ²¹	Moderado ²²	Fraco ²³
Sta. Maria.....	10.40	37.10	52.50
S. Miguel	3.60	18.40	78.00
Terceira.....	4.80	13.10	82.10
Graciosa.....	9.80	20.50	69.70
S. Jorge.....	10.60	36.00	53.40
Pico	4.90	23.60	71.50
Faial	7.60	27.00	65.40
Flores	6.00	41.90	52.10
Corvo	25.70	30.30	44.00
AÇORES.....	5.80	23.30	70.90

Fonte: PROTA, 1996

Todas as medições foram efectuadas pelo sistema informático Arc Info Pc

A erosão é uma das principais condicionantes da utilização do solo. De facto, todos aqueles que se encontram em zonas de declive elevado a intermédio estão sujeitos à erosão, situação agravada pela elevada pluviosidade, característica da Região.

A agressividade da linha de costa é consequência da erosão marinha. Nas Flores, por exemplo, esta forma de erosão conjuntamente com as ribeiras de torrentes tempestuosas criou ravinas e vales profundos.

Em zonas favoráveis das arribas, a água da chuva infiltra-se e altera a rocha, originando desabamentos espectaculares dos quais resultam terrenos planos na base das escarpas e que se estendem em direcção ao mar – as fajãs.

Nas zonas de leitos de ribeiras, na sua maioria de regime torrencial, esses desabamentos têm originado por vezes verdadeiras catástrofes naturais, resultando em perda de vidas e bens.

²¹ Consideraram-se áreas de alto risco a orla costeira, compreendida por uma faixa de 500 metros a contar do limite da costa para o interior da ilha

²² Consideraram-se de risco moderado as zonas com declive superior a 40%

²³ Considerou-se de fraco risco todo o restante território

Conservação da Natureza / Biodiversidade

No âmbito da Rede Natura 2000 e respectivas Directivas para Habitats e Aves²⁴ estão definidos 23 sítios de Importância Comunitária (SIC's), estando em fase de elaboração os seus planos de gestão e/ou recuperação a fim de poderem vir a ser designados como Zonas Especiais de Conservação (ZEC's).

Para os Açores foram considerados alguns habitats e espécies que a seguir se indicam:

Habitats: lagunas, dunas fixas com vegetação herbácea, charcos temporários mediterrânicos, charnecas macaronésicas endémicas, turfeiras altas ativas, turfeiras de cobertura, Laurissilva dos Açores e florestas macaronésicas de *Juniperus* (cedro).

Espécies: *Marsilea azorica*, *Azorina vidalii*, *Lactuca watsoniana*, *Lotus azoricus* e *Euphrasia azorica*.

Além destes habitats e espécies, existem mais 16 habitats e 20 espécies que, embora não prioritários, exigem também medidas especiais de conservação.

Estatuto de Conservação das Espécies de Flora Autóctone

Ilha	Extinto		Em Perigo		Vulnerável		Raro		Indeter-minado		Insuficiente-mente Conhecido		Não Ameaçado	
	Proteg	Não Protec	Proteg	Não Protec	Proteg	Não Protec	Proteg	Não Protec	Proteg	Não Protec	Proteg	Não Protec	Proteg	Não Protec
Sta. Maria	1	3	7	3	0	7	4	20	0	0	1	35	0	0
S. Miguel	2	0	16	17	0	8	4	31	0	0	0	54	0	12
Terceira .	2	4	12	16	4	7	8	52	0	0	0	4	1	13
Graciosa	2	3	3	3	0	2	1	14	0	0	1	15	0	2
S. Jorge .	0	0	13	6	6	5	6	13	0	0	1	32	1	17
Pico.....	0	3	12	10	8	18	7	29	0	0	0	11	3	19
Faial.....	2	0	9	6	4	28	6	22	0	0	0	9	3	14
Flores.....	0	1	11	7	7	11	2	19	0	0	1	23	1	2
Corvo.....	5	5	10	21	0	7	0	5	0	0	0	5	1	0

Fonte: Dias et al, 1993

²⁴ Directivas 92/43/CEE e 79/409/CEE

O estudo referido (Dias et al,1993) tem um universo de amostragem onde são consideradas 150 espécies de plantas vasculares autóctones, das quais 29 são protegidas.

Posteriormente, os mesmos autores em 1998 inventariaram cerca de 300 espécies de plantas vasculares autóctones das quais 39 são protegidas. De acordo com a mesma publicação 150 espécies estão vulneráveis, 3 extintas e 10 em perigo.

Através da observação da distribuição geográfica das diversas plantas vasculares endémicas conhecidas, conclui-se que as ilhas contribuem de forma diferente para o património genético dos Açores. Com efeito, existem ilhas com grande número de espécies endémicas e outras muito pobres em termos de diversidade, como a Graciosa, Santa Maria e Corvo.

De acordo com os dados disponíveis é de 723 o número de espécies introduzidas.

Estatuto de Conservação das Espécies da Fauna

NÃO AUTÓ- CTONES	AUTÓCTONES														
	Extinto		Em Perigo		Vulnerável		Raro		Indeterminado		Insuficientemente Conhecido		Não Ameaçado		
	Proteg	Não Proteg	Proteg	Não Proteg	Proteg	Não Proteg	Proteg	Não Proteg	Proteg	Não Proteg	Proteg	Não Proteg	Proteg	Não Proteg	
Mamí-															
Feros....	15	0	0	2	0	3	0	1	0	18	0	0	0	0	0
Aves.....	4	0	0	2	0	5	0	0	0	1	0	10	0	14	0
Répteis..	1	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Peixes..	10	0	0	1	3	0	0	0	4	0	447	0	5	0	0
Anfíbios	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inverte- brados..	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

A única espécie terrestre de mamífero endémico é o *Nyctalus azorium*, - morcego dos Açores - um dos raros morcegos de hábitos diurnos. Não existem outras espécies ou subespécies endémicas pertencentes à fauna açoriana.

A nível da avifauna, a diversidade já é maior, contudo, existe apenas uma espécie endémica de aves, *Pyrrhula murina*, - priolo -, havendo já várias subespécies endémicas.

Resíduos e Águas Residuais

Resíduos Sólidos Urbanos

A gestão de resíduos sólidos constitui uma das maiores preocupações de natureza ambiental, devido aos impactes negativos que a sua inexistência provoca no meio ambiente e na saúde e bem estar das populações.

Os sistemas de tratamento dos resíduos sólidos são insuficientes. Por um lado, as lixeiras ainda são o principal meio de deposição final da maior parte dos resíduos sólidos, com as consequências nefastas inerentes, por outro lado, assiste-se a uma deposição pouco controlada de resíduos, sendo por vezes a orla marítima e as linhas de água os receptores mais comuns.

Resíduos Sólidos Urbanos	AÇORES
Produção Anual (1998).....	97 050 ton
Capitação.....	1kg/hab.dia
Taxa de Crescimento Annual	3%
Nr de Aterros Sanitários	4
Nr. de Lixeiras.....	14
Sistemas de Tratamento.....	0

Resíduos Sólidos Urbanos	Nr. Freg.	% Freg.	Pop. Servida	% Pop. Servida
Existe recolha de lixo	150	100,0	237 795	100,0
Destino final do lixo para Aterro Sanitário.....	47	31,3	75 138	31,6
Destino final do lixo para Lixeira	103	68,7	162 657	68,4
Freq. de Recolha < 2 dias por semana.....	2	1,3		
Freq. de Recolha de 2, 3 ou 4 dias por semana.....	107	71,3		
Freq. de Recolha de 5 ou mais dias por semana	41	27,3		
Modo de recolha - Contentor Colectivo.....	116	77,3	207 009	87,1
Modo de recolha - Porta a porta	139	92,7	228 809	96,2
Recolha de objectos de grandes dimensões	111	74,0	201 697	84,8
Recolha específica de outros materiais para reciclar – Outros.....	31	20,7	53 177	22,4
Recolha específica de outros materiais para reciclar - Papel e Cartão	35	23,3	89 082	37,5
Recolha específica de outros materiais para reciclar – Vidros	30	20,0	78 629	33,1

Fonte: SREA, 1999

Os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) registam uma produção anual (1998) de cerca de 97 000 ton/ano, para uma capitação média de 1Kg/hab./dia, com uma taxa de crescimento anual de produção estimada em 3%.

O sistema de recolha é universal (100% da população), se bem que a moda da sua frequência esteja situada em 2, 3 ou 4 dias por semana.

Registou-se um forte desfasamento entre a recolha e o tratamento, já que apenas 31,6% dos resíduos recolhidos foram tratados, nomeadamente em aterros sanitários, valor inferior ao registado a nível nacional (74% em 1996).

O sistema de recolha selectiva para reciclagem abrange somente cerca de 31% da população.

Na maioria das ilhas os resíduos sólidos urbanos são depositados em contentores herméticos, havendo municípios de algumas ilhas que procederam à distribuição de um contentor de 50 L por cada habitação.

Na Região não existe capacidade instalada de transformação necessária à reutilização, recuperação ou reciclagem, pelo que a eliminação consiste no transporte e tratamento de parte dos RSU para e no Continente.

O Plano Estratégico de RSU da RAA (PERSURAA) foi concluído em de Julho de 1999 tendo já sido entregue à Comissão.

O PERSURAA, que tem por bases estratégicas as mesmas definidas para o PERSU a nível nacional, define as acções prioritárias a implementar a nível regional e local, a curto (2001) e médio prazo (2005), nomeadamente nas questões relativas ao tratamento e destino final dos resíduos sólidos e na implementação da recolha selectiva, devidamente acompanhadas de outras acções tais como as orientadas para a prevenção e educação/formação.

Resíduos Industriais

Se bem que o desenvolvimento industrial da região ainda não tenha assumido valores significativos que possam pressupor uma situação alarmante no que respeita à existência de resíduos industriais, não existem dados para

quantificar os resíduos industriais.

Decorre actualmente um levantamento da situação, do qual faz parte um inquérito às entidades produtoras deste tipo de resíduos, a fim de se elaborar, no mais curto prazo, um Plano Estratégico de Resíduos Industriais.

Todos os resíduos industriais, perigosos e não perigosos, têm como destino final a lixeira ou o aterro sanitário.

Resíduos Hospitalares

Rubrica	Valor	Unidade
Produção anual total	32 978	ton/ano
Taxa de crescimento anual	n.d.	%
Grupo I- Resíduos Equiparados a Urbanos + Grupo II – Resíduos Hospitalares Não Perigosos ²⁵	60	% do total
Grupo III -Resíduos Hospitalares Perigosos (Contaminados ou Suspeitos) + Grupo IV -Resíduos Específicos (de Incineração Obrigatória) ²⁶	40	% do total

Fonte: PESRH (Despacho nr. 7/61/99, D.R. 2ª Série nr. 203 de 31 de Agosto)

Estima-se uma produção anual de 32978 ton, divididas em 60% dos Grupos I e II, sendo os restantes 40% classificados como Grupo III e IV. Não existe informação qualificada sobre a sua taxa de crescimento anual.

Os resíduos dos Grupos III e IV são incinerados a 100%, tendo os dos Grupos I e II como destino final o aterro ou lixeira.

Decorre, presentemente, a elaboração do Plano Estratégico Regional dos Resíduos Hospitalares à semelhança do dos RSU.

²⁵ Grupos I e II considerados em conjunto como Resíduos Não Contaminados

²⁶ Grupos III e IV considerados em conjunto como Resíduos Contaminados

Águas Residuais

A taxa de cobertura de infra-estruturas de tratamento das águas residuais na Região é muito reduzida. Somente 8,8 % da população é servida por Estações de Tratamento de Águas Residuais (somente 5 ETAR's em toda a Região), sendo de 22,4 a percentagem correspondente a fossa séptica comum.

Quanto à natureza da rede de saneamento somente 45% da população é servida por rede separativa.

	AÇORES			
	Nr. Freg.	% Freg.	Pop. Servida	% Pop. Servida
Águas residuais submetidas a tratamento - Estação de tratamento	8	5,3	20 830	8,8
Águas residuais submetidas a tratamento - Fossa séptica comum.....	20	13,3	53 303	22,4
Natureza da rede de saneamento - Rede Separativa	46	30,7	107 103	45,0
Natureza da rede de saneamento - Rede Unitária	16	10,7	23 679	10,0
Natureza da rede de saneamento - Só Rede Pluvial.....	86	57,3	106 154	44,6

Fonte: SREA, 1999

Com vista ao levantamento da situação no que respeita ao cumprimento dos artigos 3º 4º da Directiva 91/271/CEE, relativa ao tratamento das águas residuais urbanas apresenta-se de seguida uma tabela com o cálculo das aglomerações urbanas de equivalente populacional superior a 2000. Os investimentos terão em conta as disposições decorrentes daquela directiva e serão objecto de programação a definir com as Autarquias Locais e integrada nos Complementos de Programação.

Tab. Águas Residuais Urbanas / Aglomerações

Concelho	Aglomeração	População ²⁷	Equivalente Populacional ²⁸
Lagoa	Água de Pau.....	2 951	2 951
	N. Sra. Rosário / Sta Cruz.....	8 629	8 629
Ponta Delgada	Arrifes/Covoadá.....	7 672	7 672
	Capelas.....	3 768	3 768
	Mosteiros/Sete Cidades	27 500	3 000
	Ponta Delgada.....	25 000	27 500
Ribeira Grande	Rabo de Peixe	7 635	7 635
	Ribeira Grande	9 980	9 980
Vila Franca do Campo	Vila Franca do Campo.....	4 000	4 000
Angra do Heroísmo	Angra do Heroísmo	17 090	25 635
Praia da Vitória	Praia da Vitória	9 800	9 800
Horta	Horta / Feteira / Flamengos.....	7 803	8 583

Ruído

De entre as formas de poluição por fontes pontuais o ruído é aquela que menor relevância assume no contexto do Arquipélago.

À exceção da Praia da Vitória e outros centros urbanos com aeroportos próximos e atendendo às especificidades próprias da Região, nomeadamente a não existência de grandes aglomerados populacionais ou sistemas ferroviários de transportes, o ruído não tem assumido prioridade significativa nas preocupações ambientais.

Na Região existem alguns meios necessários para medição dos níveis de ruído, mas que têm sido utilizados apenas para responder a situações esporádicas e ainda não foi elaborada a caracterização do ambiente sonoro conforme o legalmente previsto.²⁹

²⁷ Engloba o todo ou parte das freguesias mais urbanizadas

²⁸ Equivalente populacional da aglomeração

²⁹ Dec. Lei nr 251/87 de 24 de Junho

Considerações Finais

Os meios disponíveis em matéria de luta contra a poluição, pela sua natureza, são dispendiosos, sendo por isso insuficientes, mantêm-se por exemplo alguns riscos de poluição das costas, por via de eventuais desastres com navios, não havendo os meios necessários à prevenção e combate.

As medidas de controlo de qualidade são pouco eficazes pela omissão da fiscalização/punição às agressões ambientais, e a ausência de planos de ordenamento aprovados origina pressões desajustadas relativamente à qualidade do ambiente.

Os fenómenos de concentração da população junto dos aglomerados urbanos e o próprio crescimento económico aumentarão a pressão sobre o meio ambiente, no entanto haverá margem para um controlo da situação.

Acentua-se uma tendência crescente de valorizar a protecção dos ecossistemas insulares, pela sua importância e vulnerabilidade.

Afigura-se, no futuro, um quadro de medidas tendentes a promover cada vez mais a co-responsabilização na promoção da qualidade de vida, incrementando intercâmbios e protocolos de cooperação que favorecem a avaliação de recursos, a sua gestão integrada e o conhecimento dos diferentes graus de impacto da actividade humana, no sentido de evitar ou minimizar os desequilíbrios. Perspectiva-se uma consciencialização cimentada na informação e cooperação.

2.5 Situação sobre a recuperação dos efeitos das calamidades

Um dos factos que marcou o anterior período de programação 1997-2000 foi a ocorrência de situações excepcionais, quer ao nível de intempéries que assolaram a Região, quer ao nível do sismo de forte intensidade em Julho de 1998. Estes fenómenos, para além dos efeitos devastadores e irrecuperáveis ao nível de perdas de vidas, originaram também necessidades de recuperação de infra-estruturas, equipamentos e bens públicos e privados.

Desde logo, o Governo Regional, para além de ter mobilizado todos os recursos disponíveis para acudir às diversas solicitações e de ter tentado solucionar algumas situações mais problemáticas, sensibilizou de pronto as autoridades nacionais para as implicações desta situação de excepção.

Ao nível do Governo Central, face à gravidade destes acontecimentos extraordinários, para além da declaração de calamidade pública no Arquipélago dos Açores, foram concedidos auxílios financeiros de emergência por parte do Estado.

A Comissão Europeia veio a disponibilizar, da reserva do QCA II para Portugal, verbas de fundos comunitários para reforço das medidas do PEDRAA II, para efeitos de co-financiamento de obras necessárias à reposição da normalidade.

Nos sucessivos Planos Anuais foram contempladas verbas importantes, tendo sido criado um programa exclusivamente afecto à intervenção nos diferentes domínios e sectores afectados por estas situações de calamidade.

No que concerne às intempéries, que assolaram sucessivamente a Região, com maior violência nas últimas semanas de 1996 e em 1997, as acções desenvolvidas tiveram como pressuposto assegurar, as respectivas condições de exequibilidade imediata e de solidez, com preocupações preventivas.

Ao nível das diferentes áreas de intervenção, destaca-se:

Agricultura

Reconstrução de estruturas de armazenamento e de distribuição de água às explorações, pagamento de ajudas extraordinárias aos agricultores e entidades afectadas, apoio na aquisição de alimentos fibrosos, reparação/reabilitação de caminhos rurais, agrícolas e edifícios e caminhos florestais.

Pesca

Atribuição de auxílios extraordinários ao rendimento, fundamentalmente respeitantes a parte do valores dos equipamentos perdidos, reparação e reabilitação de diversos portos de pesca e equipamentos de apoio.

Reabilitação de estradas regionais

Intervenção ao nível da reabilitação/reconstrução de pontes e obras de arte, com reparação e/ou reconstrução parcial ou total; reconstrução de aquedutos, muros de suporte e valetas, reparação e reposição de pavimentos de órgãos de drenagem, construção de colectores.

Transportes Marítimos

Intervenção em diversos portos, comerciais e em marinas, com reparação dos cais, das cabeças dos molhes, dos terraplenos, rampas de varagem, muros de protecção, cortina de protecção, antiferes da cortina muro, limpeza das baías, reposição das redes eléctricas, remoção de navios.

Ambiente

Limpeza, desobstrução e desassoreamento de ribeiras e grotas, desassoreamento de bacias de retenção, regularização e correcção de linhas de água, limpeza, reposição de troços, construção de muros, aquisição de terrenos e construção de bacias de retenção, reparação de açudes e intervenções diversas na orla costeira.

Habitação

Desenvolvimento de acções ao nível do realojamento de famílias, através da construção e aquisição de habitação, com maior expressão, naturalmente, na freguesia da Ribeira Quente.

No dia 9 de Julho de 1998, as ilhas do Faial, Pico e São Jorge foram abaladas por um violento sismo que provocou a perda de vidas humanas e a destruição de centenas de lares.

Muitas destas habitações eram de famílias de baixos recursos financeiros, que sozinhas dificilmente resolveriam o seu problema habitacional.

Assim, em 25 de Setembro de 1998, foi publicado o Decreto Legislativo Regional nº 15-A/98/A, que estabeleceu os apoios a conceder aos sinistrados, dos quais se destacam as participações a fundo perdido e a concessão de crédito bonificado. Estes apoios foram regulamentados pela Resolução nº 230-A/98, de 19 de Novembro.

Para além de atribuição de subsídios e de bonificações de juros de empréstimos contraídos pelos sinistrados, promoveu-se o realojamento provisório e a execução dos trabalhos inerentes ao início da reconstrução. Desenvolveram-se ainda outros tipos de intervenção ao nível das reparações e reabilitações de habitações para a eliminação de danos emergentes do sismo e consolidação estrutural dos imóveis existentes, reconstruções para a reposição de imóveis já existentes e construções novas para as novas edificações.

Os efeitos devastadores do sismo não se circunscreveram ao sector da habitação, havendo a necessidade de intervenção em outras áreas, designadamente, no sector agrícola, reabilitando-se edifícios, caminhos rurais e florestais e, em colaboração com as autarquias, apoiando-se obras de reparação de caminhos e muros; nos domínios da saúde e da solidariedade social, foram atribuídas verbas para reparações no Hospital da Horta, Centros de Saúde da

Horta e da Madalena, promoveu-se a reconstrução do lar de idosos na Horta, da Casa da Infância Stº. António, do Lar das Criancinhas; no domínio do património, apoiou-se a recuperação de igrejas e imóveis classificados ou de interesse arquitectónico; no âmbito do sistema escolar, promoveu-se a reparação de estabelecimentos escolares danificados, celebraram-se contratos com a Câmara Municipal da Horta tendo em vista a realização de reparações de escolas do 1º ciclo; em matéria de ambiente, promoveu-se a reconstrução de muros de suporte de ribeiras, a sua limpeza, desobstrução e protecção e, finalmente, no âmbito das acessibilidades, foram desencadeadas intervenções ao nível da reconstrução de troços das estradas regionais, de pontes, de muros de protecção e também em infra-estruturas e equipamentos marítimos.

2.6 Relações Externas e Cooperação

Durante a primeira década da Autonomia democrática, os órgãos de governo próprio da Região confinaram o seu relacionamento político com o exterior praticamente às autoridades das regiões de tradicional sediação da emigração açoriana. Só nos anos noventa, com o fenómeno de órgãos de cooperação europeia inter-regional e com a consolidação de intercâmbios sócio-profissionais, designadamente com as Canárias, os Açores, de forma intermitente, passaram a empenhar-se em projectos de relacionamento multilateral.

A própria participação da Região nas negociações estruturantes do II Quadro Comunitário de Apoio desenvolveu-se na dependência sistemática do Governo da República, apesar de então se terem conseguido programas específicos destinados às regiões insulares portuguesas.

As relações políticas com países ou regiões terceiras não constituíram elemento importante do nosso relacionamento com o exterior, sendo vedadas à Região, pelas autoridades nacionais da altura, iniciativas que terão sido ensaiadas com aquela intenção.

Até meados dos anos oitenta, o Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, bem como o de facilidades concedidas à França na ilha das Flores, resultaram em contrapartidas financeiras estabelecidas, pelo que o ambiente negocial diplomático não suscitava grandes exigências às autoridades regionais.

Após a revisão do Acordo das Lajes, o respectivo acompanhamento e a indagação de benefícios concretos para os Açores passaram a integrar, para além do relacionamento corrente com a União Europeia, o âmbito privilegiado da cooperação externa.

No período mais recente, tem sido promovida a diversificação da cooperação externa. No quadro da União Europeia a participação desenvolve-se a diferentes níveis:

-
- Comité das Regiões (CDR) - participação activa, quer nas suas reuniões plenárias, quer nas duas comissões a que pertence. Na Comissão 1, onde se trata de problemáticas que se revestem da maior importância para a Região, tais como a política regional, os fundos estruturais, a coesão económica e social, a cooperação trans-fronteiriça e inter-regional. Na Comissão 2, em que são abordadas temáticas, como a agricultura, o desenvolvimento rural e as pescas.
 - Assembleia das Regiões da Europa (ARE) - Na Comissão A (assuntos institucionais e cooperação Leste-Oeste), os Açores têm feito ouvir a sua voz face às perspectivas de alargamento da União Europeia, chamando a atenção para as necessidades que têm as regiões menos desenvolvidas do espaço comunitário de não verem diminuir os seus apoios financeiros. Nas Comissões B, C, e D têm vindo a ser salvaguardados os interesses dos Açores, desde a política de coesão económica e social à cultura e saúde pública. Por outro lado, nos últimos quatro anos, já tiveram lugar nos Açores duas importantes reuniões da Assembleia das Regiões da Europa, que traduzem o grau de notoriedade da nossa participação neste fórum.
 - Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa (CPLRE) - A participação dos Açores no quadro da CPLRE reveste-se de singular interesse, dada a pluralidade representativa neste órgão, o que potencia múltiplas acções que visam o conhecimento mútuo e a publicitação dos Açores. A maior parte das grandes questões europeias são aí discutidas.
 - Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM) - O arquipélago dos Açores tem vindo a desempenhar um papel cada vez mais activo no seio da CRPM, nomeadamente na sua Comissão das Ilhas. A CRPM tem vindo a desenvolver um trabalho extremamente importante no que diz respeito à defesa dos interesses das regiões periféricas marítimas de toda a Europa.
 - Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia - Desde a sua institucionalização que os Açores têm vindo a trabalhar conjuntamente com as outras Regiões Ultraperiféricas (RUP's) na defesa intransigente, junto das instituições europeias, designadamente da Comissão, dos seus interesses e de medidas tendentes a serem ultrapassados os obstáculos estruturais. As especificidades das RUP's, designadamente o seu

afastamento dos grandes centros de decisão, a sua dispersão geográfica, a sua densidade populacional, etc., têm sido feitas sentir, não apenas aos seus governos centrais, mas, acima de tudo, à Comissão Europeia, por forma a poderem garantir os apoios de que tanto necessitam para se aproximarem dos padrões de vida médios europeus. A consagração no Tratado da União Europeia do artigo 299.º, nº 2, foi o resultado de vários anos de trabalho das sete regiões ultraperiféricas, junto das instâncias nacionais e europeias. O Relatório da Comissão para a adopção de medidas concretas para as RUP's teve, naturalmente, tratamento privilegiado neste organismo.

- Representação Portuguesa na União Europeia (REPER) - Os Açores canalizam uma parte significativa da defesa dos seus interesses através da REPER em Bruxelas. Trata-se de um organismo do Estado português, dirigida pelo Embaixador de Portugal junto da União Europeia, no qual os Açores possuem um representante, quadro superior, indicando pelo Governo Regional. Também através dessa representação são recebidos relatórios diários sobre todas as matérias de maior interesse para a nossa Região.
- Governo da República - A Região desenvolve um relacionamento corrente com o Ministério dos Negócios Estrangeiros através de reuniões semanais, e com os ministérios sectoriais, quer no acompanhamento de dossiers de carácter geral, quer no tratamento de problemas específicos para os Açores, quer, ainda, através da Direcção Regional de Estudos e Planeamento em foruns inter-governamentais de carácter nacional ou mistos com a participação de representantes da União Europeia.
- Comissão Europeia - Para além da comunicação permanente e sectorial dos Açores com os serviços da Comissão, multiplicaram-se, nos últimos quatro anos, os contactos directos com os membros da Comissão, registando-se, inclusive, a vinda de dois Comissários aos Açores.

No quadro do relacionamento com espaços fora do contexto da integração europeia, destacam-se:

- Estados Unidos da América - Para além do reforço das relações políticas com as autoridades americanas – locais, estaduais e federais –, o Acordo das Lajes atravessa uma fase de redefinição no que concerne às possibilidades de cooperação e benefícios para os Açores. A recente visita do Presidente

Clinton a Portugal proporcionou a entrega pelo Estado Português de um memorando contendo questões prementes. Na sequência desse trabalho preparatório, a Região já reequacionou as questões a tratar, que passarão a constituir os objectivos futuros.

- O Canadá, a Bermuda e o Brasil têm estado, também, na rota do relacionamento bilateral dos Açores.
- Cabo Verde - Com o patrocínio do Governo da República e do Instituto da Cooperação Externa, os Açores iniciaram uma cooperação directa com as autoridades da República de Cabo Verde, a qual conheceu especial dimensão e impacto após a visita histórica do Presidente do Governo Regional àquele país em Março de 1999. A assinatura de vários protocolos cuja execução tem decorrido com êxito, cimenta essa relação que adquire importância estratégica, económica e cultural.

No quadro específico do relacionamento com as comunidades emigradas, particularmente nos Estados Unidos da América, no Canadá, no Brasil e na Bermuda, bem como no Continente, relevam os seguintes aspectos:

Os investimentos promovidos pelo governo regional nos últimos quatro anos representam um acréscimo de 250% face a 1996.

Ao mesmo tempo, tal como noutros sectores, foi aprovada legislação e regulamentos que passaram a disciplinar com transparência a concessão daqueles apoios, pondo termo à discricionariedade governamental na sua atribuição.

Para além da maior abrangência desses apoios, que passaram a incluir uma nova acção de formação para agentes culturais e a organização da prestação de serviços técnicos, informáticos e documentais em todas as ilhas dos Açores aos emigrantes regressados, o apoio generalizado de matérias às escolas portuguesas e o diálogo permanente com as diferentes organizações representativas das comunidades alcançou uma dimensão reconhecida e apreciada por todos. O intercâmbio e a proximidade da Direcção Regional com os seus destinatários foram outros aspectos positivos que as organizações têm

salientado.

Nesta área da situação actual poder-se-á sintetizar da seguinte forma:

- Uma melhoria sensível dos instrumentos disponibilizados para favorecer a identidade e a integração das nossas comunidades no exterior e no seu regresso aos Açores;
- Essas acções, quando destinadas aos países de residência, são promovidas, essencialmente, através de contactos e envolvimento na acção social das organizações para tal vocacionadas, de protocolos de cooperação, diálogo com as autoridades locais dos países de acolhimento, e apoio a campanhas de consciencialização cívica, conferências e encontros;
- No seu regresso aos Açores, procede-se ao seu acompanhamento inicial, disponibilizando-se informação sobre os Açores e o sistema jurídico, apoiando a manutenção de laços legais com os países onde residiram, facilitando a reaprendizagem da língua portuguesa, e, no caso das deportações, prestando um apoio integral com vista à sua reinserção social;
- A preservação da identidade cultural incentiva-se através de diferentes acções e apoios às necessidades comunitárias. Assim, desenvolvem-se medidas de formação, visitas de estudo e contactos directos com a realidade insular; conferências, exposições, encontros temáticos, divulgação de obras de temática açoriana, trajes regionais e instrumentos tradicionais; protocolos de intercâmbio cultural com associações; periódicos e notícias televisivas; e estudos sobre temáticas emigratórias e comunitárias.

Verificam-se, ainda, algumas lacunas, tais como a necessidade de maior entrosamento com outras áreas da governação (cooperação externa, cultura, educação, turismo, transportes, e, de um modo geral, toda a área económica) de modo a habilitar a respostas que os emigrantes colocam com frequência e que, nem sempre, são esclarecedoras, nem obtidas em tempo útil; e, também, de maior atenção ao potencial que as comunidades representam para parcerias e investimentos, extraíndo mais valias da sua existência, influência e conhecimento.

No domínio específico do **co-financiamento comunitário**, através dos **fundos estruturais**, do esforço de desenvolvimento regional destacam-se, naturalmente, os fluxos financeiros decorrentes da aplicação dos Quadros Comunitários de Apoio, no âmbito da política de coesão económica e social, promovida pela Comissão da UE.

No final de 1999 completou-se o período de programação do II Quadro Comunitário de Apoio e encerrou-se o período de aprovação de candidaturas, embora o prazo regulamentar para a sua execução efectiva só termine em 2001.

Durante o ano de 1999 procedeu-se à reprogramação global e final do QCA, que consistiu na reafectação de meios entre programas e na atribuição dos recursos adicionais gerados pela indexação.

Face a uma despesa pública programada de 207 milhões de contos para o total do QCA e Iniciativas Comunitárias, as aprovações atingiram uma taxa de 107%, o que significa que se pretendeu garantir a total utilização das dotações comunitárias disponíveis.

No conjunto dos quatro Fundos Estruturais, destacam-se as aprovações da componente FSE, que atingiram 115%, seguindo-se-lhe o FEDER com 107%, o FEOGA-O com 105% e o IFOP com 100%.

No que respeita à execução financeira acumulada em 31 de Dezembro de 2000, a despesa pública executada registada era de 185 milhões de contos, equivalentes a uma taxa de execução de 89%, dos quais 153 milhões de contos são provenientes de fundos comunitários.

O FSE foi o fundo que atingiu uma taxa de execução mais elevada 97%, seguindo-se-lhe o FEDER com 93%, o FEOGA-O com 80% e o IFOP com 54%.

QCA II – Execução financeira acumulada por FUNDO (s/ ICs)

(Situação a 31 de Dezembro de 2000)

	Previsto (Pr) milhões contos	Aprovado (Ap) milhões contos	Executado (Ex) milhões contos	Ap/Pr %	Ex/Pr %
FEDER.....	123,2	132,7	115,6	108	94
FEOGA-O	36,5	38,3	30,5	105	84
FSE	17,4	20	16,9	115	97
IFOP.....	6,9	6,9	3,7	100	54
PEDRAA II	184	197,9	166,7	108	91

Nota: os valores do Feder e FSE reportam-se a 31 de Dezembro; os valores do FEOGA-O a 30 de Novembro e do IFOP a 30 de Outubro.

O Programa Operacional da Região Autónoma dos Açores (PEDRAA II) apresenta uma taxa de aprovação de 108%, face a um valor programado de 184 milhões de contos.

A execução financeira a 31 de Dezembro de 2000 para o PEDRAA II era de 116 milhões de contos, correspondente a uma taxa de execução de 94%, face ao programado para o período 1994-2000.

As Iniciativas Comunitárias (ICs), REGIS II mais KONVER II, apresentam uma taxa de aprovação de 106%, face a um valor programado de despesa pública de quase 23 milhões de contos.

Até 31 de Dezembro de 2000 as Iniciativas Comunitárias (REGIS II e Konver II) registaram uma execução de 20 milhões de contos de despesa pública, equivalente a uma taxa de execução financeira de 87%. Embora esta taxa seja inferior ao programa operacional, tal justifica-se pelo facto de os programas de Iniciativa Comunitária terem sido aprovados mais tarde.

Tendo em conta que o período complementar de execução do QCA II se prolonga até ao final de 2001, considera-se ter havido um bom desempenho, prevendo-se que os recursos financeiros sejam absorvidos na totalidade e que o encerramento dos programas possa ocorrer no final do 1º semestre de 2001.

QCA II – Execução financeira acumulada por FUNDO (c/ ICs)

(Situação a 31 de Dezembro de 2000)

	Previsto (Pr)	Aprovado (Ap)	Executado (Ex)	Ap/Pr	Ex/Pr
	milhões contos	milhões contos	milhões contos	%	%
FEDER.....	144,4	155,2	133,6	107	93
FEOGA-O	38,2	40	30,7	105	80
FSE	17,4	20	16,9	115	97
IFOP.....	6,9	6,9	3,7	100	54
PEDRA II +Ics.....	206,9	222,1	184,9	107	89

Nota: Os valores do Feder e FSE reportam-se a 31 de Dezembro; os valores do FEOGA-O a 30 de Novembro e do IFOP a 30 de Outubro.

As transferências dos Fundos Estruturais efectuadas até 31 de Dezembro de 2000, para o total do QCA (incluindo Iniciativas Comunitárias) totalizaram 154 milhões de contos, o que representa uma taxa de 92% face ao total dos Fundos programados.

Salienta-se que a maior parte das transferências ainda por efectuar só ocorrerão após o encerramento e aprovação das contas finais de cada intervenção operacional.

QCA II - Transferências Comunitárias, por Fundo (c/ ICs)

(Situação a 31 de Outubro de 2000)

	Compromisso programado	Transferências Comunit.	Transf/Comp
	94-99	até 31/12/2000	%
	milhões contos	milhões contos	
FEDER.....	116,3	110,4	95
FEOGA-O	30,8	27,5	89
FSE	13,8	13	94
IFOP.....	5,2	4,5	87
PEDRA II +ICs.....	166,1	155,4	93

Nota: os valores do Feder reportam-se a 31 de Dezembro; os valores do FEOGA-O, FSE e IFOP reportam-se a 30 de Outubro.

II- ESTRATÉGIA E OBJECTIVOS

1. Equilíbrio e necessidades de crescimento económico 2001-2004

O posicionamento da Região no contexto nacional e comunitário, em termos dos índices de desenvolvimento económico e social, revela a necessidade de reforço das políticas e da orientação do investimento para objectivos que tenham por pressuposto o alcançar de níveis mais satisfatórios, em termos da coesão económica e social, no contexto nacional e, naturalmente, no europeu.

O desafio que se coloca tem uma natureza dupla, por um lado atingir-se o nível médio de desenvolvimento de outros espaços e, ao mesmo tempo, adaptação rápida às exigências de um futuro sempre em mutação e fortemente exigente, em matéria de competitividade das economias.

Um estrutura sectorial menos favorável, algumas limitações ao nível da capacidade de inovação, uma localização geográfica ultraperiférica, uma base produtiva pouco diversificada, dificuldades acrescidas ao nível das acessibilidades, os ainda baixos níveis de instrução e qualificação da mão de obra e também, como factores menos tangíveis mas não menos importantes, a fraca expressão de uma cultura empresarial, a dimensão e a eficácia dos serviços de apoio às empresas, as infra-estruturas sociais, condicionam a competitividade e o esforço de convergência real com as regiões com maior nível de desenvolvimento.

Sem prejuízo de uma abordagem integrada ao desenvolvimento, haverá que manter uma observação contínua de informação relevante e dos principais indicadores adoptados comumente, designadamente ao nível da coesão europeia, para aferição do progresso das economias de âmbito regional.

A “monitoragem” do crescimento económico na Região, em termos gerais, desenrolar-se-á ao nível do acompanhamento de duas componentes principais – a produtividade e o emprego. Assim, no período de programação 2001-2004, será conferida especial importância à evolução do produto interno bruto, enquanto indicador sintético revelador da criação de riqueza, e ao

emprego/desemprego, enquanto variáveis relativas ao nível de ocupação dos recursos humanos potencialmente activos, numa perspectiva de despiste de situações não desejáveis de desocupação involuntária dos recursos humanos.

Ao nível do emprego/desemprego, a definição de uma situação de equilíbrio será dada, fundamentalmente, pela realidade regional. É conhecido que a manutenção no tempo de taxas de desemprego acima de valores da vizinhança dos 4 a 5% da população activa, não só tem implicações sociais ao nível das famílias afectadas, mas também induz o fenómeno de saída, por via da emigração, de activos, com consequências igualmente perversas ao nível do equilíbrios sociais e, inclusivamente, em matéria de despovoamento das parcelas de menor potencial demográfico e económico.

A partir de projecções demográficas da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística (INE) e dos dados que vêm sendo apurados no âmbito dos Inquéritos Trimestrais ao Emprego, poder-se-á retirar algumas ilações, para o futuro próximo, sobre a evolução do emprego na Região:

- manutenção de tendência de crescimento da população residente nos Açores;
- aumento da população em idade potencialmente activa;
- estabilidade do nível de participação do segmento masculino no mercado de trabalho;
- tendência de crescimento do nível de actividade das mulheres.

Estas linhas força da evolução futura do emprego na Região indicam claramente a necessidade de criação líquida de postos de trabalho, de forma a manterem-se níveis razoáveis de desemprego.

A realização próxima do recenseamento geral da população e de outros trabalhos neste sector serão peças importantes na validação das projecções realizadas. Assim, sem prejuízo de actualizações a desenvolver no âmbito do acompanhamento da conjuntura regional, indica-se como primeira aproximação a necessidade de criação líquida de 5900 postos de trabalho na economia regional, para o período 2000 –2004, em ordem à absorção de uma oferta crescente de mão de obra, proporcionalmente superior no segmento feminino.

RAA – Emprego (Estimativas)

	2000	2004
População Residente (mil indivíduos)	246,9	252,2
Taxa de Actividade (%)	40,7	42,3
População Activa (mil activos)	100,5	106,7
Emprego (mil empregados).....	96,5	102,4
Taxa de desemprego (%).....	4,0	4,0

À variação do emprego na economia regional poderá, em tese, corresponder a situações diferenciadas na evolução do nível de produção interna (PIB). Assim, de forma resumida, são possíveis as seguintes situações:

- crescimento económico proporcionalmente inferior ao crescimento do volume de emprego, situação indesejável, por traduzir quebras na produtividade geral da economia e, por conseguinte, diminuição, da qualidade do emprego;
- crescimento económico equivalente ao ritmo de crescimento do emprego, cenário em que a economia reproduz a “performance” existente, crescendo em quantidade e não em qualidade;
- crescimento económico superior ao ritmo de aumento do emprego, situação favorável, em que aumenta o nível de criação de valor acrescentado por posto de trabalho. Neste particular, poder-se-á ainda verificar:
 - um ritmo de crescimento da produtividade próximo do verificado no espaço nacional, não se agravando os desequilíbrios existentes;
 - crescimentos da produtividade da economia regional superiores aos valores observados na economia nacional, reforçando-se o nível de coesão.

A actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento 2000-2004, apresentado pelo Governo da República, perspectiva um crescimento real da economia portuguesa, medido através da variação real do PIB, à taxa média anual de 3,5% e um crescimento médio anual do emprego total de 0,9%. Deste modo, em termos da produtividade bruta da economia nacional, nesse período, o crescimento médio anual rondará os 2,6%.

Portugal – Programa de Estabilidade e Crescimento

	2000-2004
Taxa de variação real anual do PIB (%).....	3,5
Taxa de variação anual do Emprego (%).....	0,9

Fonte: Ministério das Finanças

Tomando como referência o espaço nacional, o não agravamento dos actuais desequilíbrios implica que o ritmo de crescimento da produtividade global da economia regional deverá pelo menos acompanhar o que se perspectiva para o conjunto do país, ou seja, uma taxa de crescimento médio anual de 2,6%. Por outro lado, face ao previsual aumento do volume de emprego na Região, o crescimento do Produto Interno Bruto gerado na economia açoriana deverá atingir, pelo menos, uma taxa de variação média anual superior a 4%.

R.A.A. – Enquadramento Económico

	2000-2004
Taxa de variação real anual do PIB (%).....	4,1 a 4,5
Taxa de variação anual do Emprego (%).....	1,5
Taxa de variação real anual de Produtividade (%)	2,6 a 3,0

Definidos os limiares mínimos para a evolução da economia regional, na perspectiva da coesão nacional, a definição das grandes linhas de orientação estratégica, dos objectivos gerais e sectoriais consagrados no Plano a Médio Prazo 2001-2004, que adiante se explicitam, têm por pressuposto as necessidades do crescimento económico necessário ao reforço do posicionamento da Região no quadro nacional e, também, o desejável equilíbrio no mercado de trabalho.

2. Prioridades estratégicas de intervenção

As grandes linhas de orientação estratégica deste Plano a Médio Prazo têm por base alguns pressupostos que estruturam as diversas intervenções previstas na programação. Assim, para além da detecção das necessidades de investimento público visando a aceleração do processo de desenvolvimento regional, existe, naturalmente, o enquadramento proporcionado pelo programa do VIII Governo Regional, aprovado pela Assembleia Legislativa Regional, e os compromissos assumidos no âmbito da negociação dos fundos estruturais previstos no 3º Quadro Comunitário, compromissos esses que estabelecem as linhas de rumo para um melhor posicionamento da sociedade açoriana, em matéria de coesão económica e social, no espaço da União Europeia.

O primeiro grande vector de orientação estratégica da política de desenvolvimento a prosseguir, visa **fomentar e diversificar a actividade produtiva regional**, através de adopção de mecanismos de enquadramento e apoio aos agentes económicos, no sentido da promoção de mais elevados níveis de competitividade e parceria, procedendo a reajustamentos na base económica regional (Agricultura, Pescas e Transformadoras associadas), em paralelo com o fomento da diversificação do sistema produtivo, designadamente na afirmação crescente do Turismo e Outros Serviços Mercantis, em termos de geração de valor acrescentado e criação de empregos.

A estratégia definida para a base económica passa pela modernização das actividades que a compõem, perspectivando-se uma evolução da produtividade mais rápida do que no passado, cimentando-se em paralelo factores de diferenciação dos produtos regionais. É imperioso o funcionamento eficaz de sistemas de controlo, em termos da manutenção da associação dos produtos regionais às condicionantes únicas em termos de produção de qualidade e ecológica (ausência dos fenómenos recentes em outros espaços de doenças e pragas), apostando-se fortemente na comercialização e marketing deste tipo de produções que constituem a parte principal das exportações regionais. Esta estratégia passa pela orientação das produções tradicionais sustentada as diferentes condições naturais, estruturais e de potencial económico de cada ilha, numa perspectiva de conciliação entre a produção, a comercialização, a qualidade e

segurança dos consumidores, com as exigências em matéria de preservação dos recursos e dos equilíbrios ambientais. Por outro lado, está subjacente às intervenções nestes sectores a dignificação dos respectivos profissionais.

Em matéria de diversificação da economia, a estratégia contempla a afirmação e ascensão na cadeia de valor das actividades relacionadas com o Turismo e Lazer. Existe uma vocação natural do arquipélago para o turismo, orientando-se o esforço de desenvolvimento do sector para uma oferta fora do contexto tradicional (sol-praia), fundamentando-se o produto turístico nas vertentes natureza, património histórico e cultural, desportos náuticos, golfe, turismo rural. A par do fomento dos visitantes de tipo individual/família procurar-se-á captar as clientelas de tipo institucional (congressos reuniões, formação/reciclagem de profissionais de grandes empresas), tirando-se partido do factor isolamento, tranquilidade e equilíbrio paisagístico e ambiental.

Este vector estratégico compreende ainda acções que visam a fixação na Região de massa critica, designadamente os jovens formados nos estabelecimentos de ensino profissional e superior, em actividades ligadas aos serviços às empresas (financeiros, informática, comunicação, imagem, ...), reforçando-se não só a oferta de condições para inovação e modernização do tecido produtivo, mas também potenciando-se os sinais já existentes ao nível da ocupação destes activos mais diferenciados. Paralelamente, reforçar-se-á a dinâmica de crescimento dos serviços de apoio às famílias e outras actividades, que por condições naturais e geográficas, se encontram minimamente protegidos da concorrência externa e que podem constituir alternativa de ocupação a activos libertados pelo processo de modernização e reestruturação das actividades tradicionais.

Ao nível da intervenção junto das empresas serão desenvolvidos não só sistemas de apoio financeiro ao investimento privado, mas também outras linhas de política que de forma complementar possam promover a competitividade, através do reforço da capacidade técnica, tecnológica e de marketing, por forma a apoiar o esforço necessário à inovação de produtos e de processos e à adaptação organizacional aos constrangimentos dos mercados.

Numa segunda linha de orientação estratégica para o período 2001-2004 procurar-se-á **modernizar as redes de estruturação do território e reforçar a posição geoestratégica dos Açores.**

Fomento da eficiência, eficácia e funcionalidade das redes de transportes, marítimos, aéreos e terrestres, da energia, promovendo-se a articulação entre as diferentes componentes desses sistemas (infra-estruturas, meios e organizações) e a promoção da inserção da Região na sociedade de informação serão vias a explorar.

A melhoria da operacionalidade dos sistemas de transportes rodoviários, através da intervenção na rede regional de estradas, em função do crescimento potencial do tráfego de cada ilha, a dinamização da prevenção rodoviária e da diminuição da sinistralidade e o incentivo à aquisição de meios de transporte colectivo serão áreas privilegiadas de intervenção. Ao nível dos sistemas de transporte marítimo e aéreo, será conferida especial importância não só à realização de obras de modernização da rede de infra-estruturas, como também, ao desenvolvimento de instrumentos que permitam aumentar a racionalidade do modelo de gestão das infra-estruturas e equipamentos, com impactes positivos ao nível da eficiência dos serviços prestados e da adequação dos tarifários/preços praticados.

Promover a utilização racional de energia e a diversificação das fontes energéticas, pela utilização do potencial endógeno existente, designadamente o hídrico, o eólico e o geotérmico, a reconversão dos diversos parques de combustíveis, em ordem à racionalização do abastecimento das ilhas em combustível e a convergência de tarifários ao nível do consumo de electricidade, serão aspectos a desenvolver neste período de programação.

Complementarmente procurar-se-á melhorar a capacidade interna de investigação e aplicação de novas tecnologias, o recurso a parcerias com outras regiões e organizações com elevado potencial nestes domínios, a captação de saberes e práticas, a infra-estruturação necessária ao desenvolvimento da nova economia e o apoio à criação e desenvolvimento de empresas de serviços tecnologicamente avançados. Lateralmente, existe uma oportunidade de afirmação da Região no contexto nacional e internacional como espaço privilegiado para o desenvolvimento da investigação oceânica e da atracção de avançadas tecnologias e saberes no âmbito da sismovulcanologia e dos recursos marinhos.

O desenvolvimento das novas dinâmicas nas actividades económicas na Região passa obrigatoriamente por uma nova atitude dos empresários, níveis de maior qualificação dos activos e um mercado de trabalho flexível e eficiente, com

ausência de fenómenos de subemprego e inactividade involuntária de segmentos significativos de mão de obra, para além de níveis sanitários e de protecção social satisfatórios. Assim, constitui uma terceira linha de orientação estratégica, **melhorar a qualificação dos recursos humanos e dos níveis de solidariedade e de protecção social.**

A par das intervenções ao nível das infra-estruturas e equipamentos do sector do ensino, em que a Carta Escolar constitui referência obrigatória, procurar-se-á desenvolver e incrementar as acções piloto já em curso na Região, em que, na própria escola, se promove o cruzamento entre os subsistemas de educação e de formação profissional, com vista a adequar a aquisição de conhecimentos básicos por parte dos jovens com outras qualificações mais ligadas ao mundo do trabalho e aos novos ambientes emergentes, designadamente uma nova sociedade da informação.

A concepção e funcionamento de dispositivos de formação profissional inicial e de qualificação para desempregados e trabalhadores inseridos em segmentos de actividade em forte reestruturação; o fomento de estruturas que permitam uma grande visibilidade antecipadora das necessidades do mercado de emprego e que identifique, atempadamente, as necessidades de resposta aos sectores emergentes no contexto do sistema produtivo, tendo em atenção os fenómenos relativos crescente entrada do segmento feminino no mercado de trabalho; a promoção de acções de sensibilização da classe empresarial para as novas realidades e oportunidades, em paralelo com acções de formação específicas para o tecido empresarial, serão vias a desenvolver neste vector estratégico.

Ao nível da prestação de cuidados de saúde, a intervenção pública terá como pressuposto a equidade no acesso aos cuidados de saúde, a promoção da saúde e prevenção da doença, observando-se critérios de eficiência e de eficácia na utilização dos recursos disponíveis. Por outro lado, ao nível da solidariedade e segurança social será conferida prioridade à prevenção e redução da pobreza, à inclusão social, à oferta de uma resposta eficaz às necessidades das categorias sociais mais desfavorecidas, no quadro de articulação com outras áreas, designadamente a da educação, saúde, habitação, do emprego e formação profissional.

Uma quarta linha de orientação estratégica visa **promover o desenvolvimento sustentado**.

Assume particular importância neste vector estratégico as acções dirigidas ao sector do Ambiente, através da valorização e protecção dos ecossistemas insulares, realçando a problemática dos recursos hídricos (avaliação e monitorização dos recursos, ordenamento de bacias hidrográficas, protecção e intervenção em lagoas, desobstrução e limpeza de ribeiras), da valorização da qualidade ambiental (conservação da natureza, controlo da qualidade ambiental, gestão de áreas protegidas e da rede Natura, entre outras), do ordenamento do território (planeamento e gestão do território, protecção e requalificação da orla costeira) e da informação e formação (informação, formação e divulgação ambiental).

No domínio da habitação as linhas de orientação estratégica passam pela introdução de elementos de maior racionalidade na aquisição e produção de solo urbanizável, melhorando-se a articulação entre o parque habitacional a construir e o já edificado, o ordenamento territorial e o saneamento básico, o controlo do custo dos solos e dos fogos. Por outro lado, diversificar e flexibilizar a promoção da habitação, promover a construção de habitação social, a produção de habitação em propriedade resolúvel, constituem-se como linhas de orientação para este sector.

Na área cultural procurar-se-á criar condições de utilização e fruição dos bens patrimoniais e dos bens estéticos, bem como fomentar a actividade dos agentes dinamizadores e criadores condições de expansão das sua potencialidades. Assim, será conferida especial atenção à recuperação, restauro, inventariação e tratamento das diferentes vertentes do património cultural da Região e também instaurar e desenvolver mecanismos que protejam e favoreçam a criação artística, tanto na vertente de expressão erudita e urbana, como da expressão artística rural e de raiz tradicional, criando em paralelo condições para o acesso das populações aos seus benefícios e fruição.

Ao nível da prática desportiva, será fomentada a educação física e o desporto escolar, a modernização e ampliação do parque desportivo regional, a dinamização de programas promocionais de prática desportiva dirigida a todos os cidadãos e também a formação dos agentes desportivos. Estas linhas de orientação para o sector terão por pressuposto a estruturação de uma política integrada com as áreas da educação, saúde, juventude, cultura e turismo, numa atitude de diálogo e

cooperação com diversas entidades, designadamente com o associativismo desportivo, as autarquias locais e as escolas.

Finalmente, uma última prioridade relativa ao **aumento dos níveis de eficiência e de parceria estratégica na gestão pública e institucional**.

Na vertente externa, será conferida especial atenção à participação em matérias de direito internacional que respeitam à Região, entre outras, a utilização do território regional por entidades estrangeiras, aos protocolos celebrados com a NATO e outras organizações internacionais, participação dos Açores na União Europeia, lei do mar, utilização da Zona Económica Exclusiva, plataforma continental, poluição do mar, conservação e exploração de espécies vivas, navegação aérea, exploração do espaço aéreo controlado. No contexto particular do relacionamento com as comunidades emigradas continuar-se-á a prestar todos os apoios que têm sido disponibilizados, mantendo-se os três princípios orientadores da política que tem sido seguida: preservar a identidade cultural açoriana nas comunidades emigradas, ajudar à sua promoção nos países onde residem; e aprofundar o diálogo com os seus representantes políticos. Será ainda atribuído um ênfase acrescido a quatro aspectos: instituir as relações institucionais bilaterais dos Açores com as autoridades hierarquicamente superiores dos países de acolhimento; criar Centros de Divulgação Açoriana, com secções de expediente e informação; reforçar as trocas comerciais e missões empresariais, acrescentando conteúdo económico ao relacionamento afectivo, cultural e político, inclusive para além dos luso-descendentes; e, protocolar com o Governo da República, a colaboração da Região Autónoma dos Açores no ensino da língua portuguesa nos países de acolhimento.

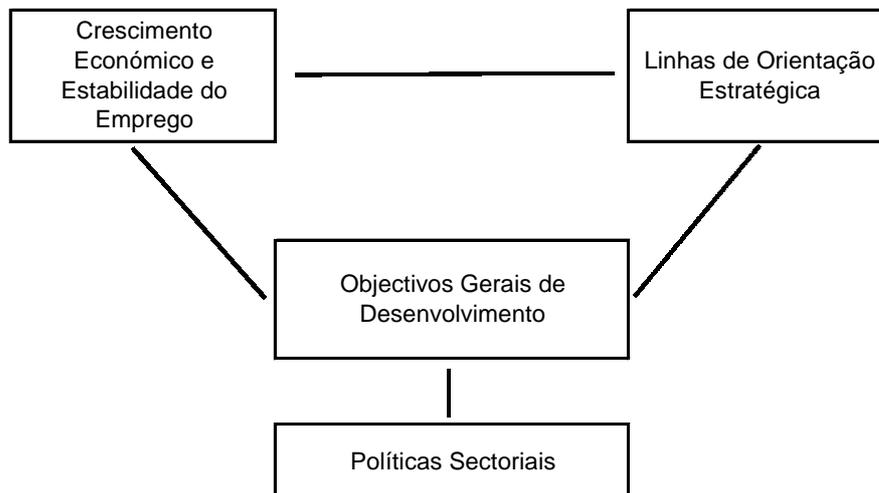
No plano interno ao nível do funcionamento de uma administração eficiente e eficaz constitui-se como prioridade a aproximação da administração pública ao cidadão, a crescente introdução de novas tecnologias, um melhor funcionamento da gestão orçamental e de tesouraria e dos sistemas de planeamento regional e de produção estatística, a formação adequada dos funcionários, em ordem ao aumento real de índices de produtividade e de eficiência, sem descurar a qualidade dos serviços prestados.

No plano da cooperação com a administração local, continuar-se-á a desenvolver acções de cooperação técnica e financeira, em ordem a uma melhor articulação dos diferentes parceiros no esforço de desenvolvimento.

3. Quadro de referência de objectivos

3.1 Os Grandes Objectivos do Plano Regional

A definição dos objectivos genéricos do Plano a Médio Prazo resultam de uma agregação específica das componentes mais significativas da operacionalização das necessidades de crescimento económico e de estabilidade do mercado de trabalho, numa perspectiva de coesão económica e de aproximação aos níveis médios de desenvolvimento dos espaço nacional e comunitário, da operacionalização das prioridades estratégicas na intervenção pública, servindo, por sua vez, referência das políticas de investimento sectorial a implementar no quadro deste Plano a Médio Prazo.



1- DINAMIZAR O CRESCIMENTO E A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA REGIONAL

Este primeiro objectivo está associada a necessidade de crescimento sustentado da economia regional, na perspectiva do aumento da competitividade da produção económica, com a criação de emprego com índices mais elevados ao nível da geração de valor acrescentado.

As metas propostas apontam para uma redução progressiva dos desequilíbrios existentes em relação aos valores médios projectados para o resto do país.

A modernização da actividade produtiva em que a Região detém vantagens comparativas, em paralelo com um esforço de diversificação da produção regional, onde pontua o impulso forte do sector turístico, na cadeia de geração de valor acrescentado na economia, são apostas da política a prosseguir.

Uma efectiva articulação e parceria com os agentes privados e com as empresas, aos diferentes níveis, apoio financeiro ao investimento, à inovação, ao reforço da capacidade técnica, tecnológica e de marketing das empresas será outro vector de intervenção, com vista à consecução deste objectivo.

As políticas sectoriais a desenvolver no âmbito deste objectivo compreendem os sectores, agrícola, pecuário, florestal, pescas, compreendendo as actividades transformadoras e de comercialização associadas, a indústria e artesanato, turismo e comércio.

2- MODERNIZAR E AUMENTAR OS NÍVEIS DE EFICIÊNCIA DOS EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS DE DESENVOLVIMENTO

A este objectivo geral associam-se as intervenções não só ao nível da necessária dotação de capital físico, indispensável ao processo de desenvolvimento, mas também, à introdução de elementos de maior eficiência, eficácia e de funcionalidade deste tipo de bens públicos.

É condição necessária à melhoria da competitividade da economia regional o aproveitamento e exploração racional das infra-estruturas de carácter

mais geral, sem prejuízo de se introduzirem elementos de diferenciação e inclusivamente de excelência, orientados para a inserção da Região na nova sociedade da informação e também para o desenvolvimento da investigação.

A este objectivo estarão ligadas as políticas sectoriais dirigidas aos sectores dos transportes (terrestres, marítimos e aéreos), telecomunicações, energia, ciência e tecnologia.

3- VALORIZAR O CAPITAL HUMANO E AUMENTAR OS NÍVEIS DE PROTECÇÃO DA SOCIEDADE AÇORIANA

A competitividade da economia açoriana dependerá não apenas da dotação de infra-estruturas físicas, mas também, e numa amplitude crescente, das infra-estruturas de capital humano ou da qualificação de mão de obra. Sistemas de educação e de formação eficazes assumem-se como contributos indispensáveis ao desenvolvimento económico. O aumento desejável da competitividade da economia açoriana não é incompatível com sistemas de protecção social, principalmente dos mais desfavorecidos. A condução do processo de desenvolvimento económico na Região será acompanhado por medidas e investimentos que permitam enquadrar todos os elementos, inclusivamente os mais fracos e dependentes, numa sociedade em transformação.

A este objectivo serão associadas as políticas dirigidas aos sectores da educação, juventude e emprego, saúde e solidariedade social.

4- PROMOVER A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO E A QUALIDADE DE VIDA

A este objectivo associam-se intervenções públicas no domínio do equilíbrio ambiental, enquanto elemento estruturador do desenvolvimento sustentado, com linhas de intervenção ao nível de um melhor ordenamento do território, gestão equilibrada e conservação dos recursos naturais, bem como nos aspectos relativos à valorização da qualidade ambiental.

No âmbito da qualidade de vida, o Plano a Médio Prazo contém instrumentos para a satisfação de necessidades da população, entre outras, ao nível da habitação, da cultura, do desporto, da protecção civil, ou seja, a oferta de condições de vida condignas, propiciadoras de um ambiente de confiança, bem estar e tranquilidade, no contexto de opção de fixação na sua terra.

A este objectivo serão associadas as políticas dirigidas aos sectores do ambiente, protecção civil, património e actividades culturais, desporto, comunicação social e habitação.

5- MELHORAR A EFICIÊNCIA DOS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA E INSTITUCIONAL

A consecução deste objectivo passa pela adopção de instrumentos que visem a efectiva melhoria da eficiência do sector administrativo, num quadro de rigor da gestão dos recursos financeiros públicos. Instrumentos conducentes a uma real parceria com as forças vivas do sector privado, bem como o aprofundamento do relacionamento com o exterior, incluindo com as comunidades emigradas, serão aspectos subjacentes às políticas públicas a desenvolver neste domínio.

A este objectivo serão associadas as políticas dirigidas aos sectores da administração regional e local, planeamento, finanças e estatística e cooperação externa.

Sector público empresarial e política de privatizações

Tal como enunciado no Programa do VIII Governo Regional, a gestão do sector público empresarial pautar-se-á, sempre, por critérios de racionalidade económica e por princípios de transparência, isenção, rigor e funcionalidade económica e social, não se enquadrando, por conseguinte, num modelo rígido e imutável de gestão.

O sector público empresarial regional será, assim, reestruturado e gerido em função das realidades concretas de cada momento e dos objectivos definidos para cada um dos sectores de actividade económica em que as empresas regionais estão inseridas.

O sector público empresarial será, igualmente, reestruturado e gerido em função do interesse público, tendo sempre presente que as empresas que o integram ou que as actividades por elas desenvolvidas deverão passar para o sector privado sempre que tal se justifique, ou seja, sempre que as empresas sejam fornecedoras de bens e serviços em mercado concorrencial e/ou sempre que a gestão privada contribua para reforçar a sua competitividade e eficiência.

É objectivo do VIII Governo Regional reduzir a presença do Estado na economia, redução esta que será efectuada sempre que se verifique haver resposta positiva do mercado às operações de privatização ou de transferência de actividades do sector público para a esfera do domínio privado. Esta transferência de activos e de responsabilidades do sector público para o sector privado terá, sempre, como contrapartida um reforço da função reguladora e fiscalizadora do Governo Regional, por forma a que o interesse público seja sempre salvaguardado.

A dimensão actual do sector público empresarial regional é, hoje, menor do que há quatro anos atrás, tendo, entretanto, sido transferido para o sector privado a totalidade das participações que o Governo Regional detinha no capital social das empresas do sector hoteleiro da Região bem como na Sanibritas, empresa de construção civil que se dedica à produção de britas e areias.

Foi, também, concluída, já no mandato do VIII Governo Regional, uma operação de venda dos direitos de subscrição de acções do B.C.A., correspondentes à não participação da Região num aumento de capital daquela instituição de crédito. Em resultado desta operação, que não teve o acolhimento que

se esperava por parte do mercado, tendo ficado um grande número de acções por subscrever e, concomitantemente, um grande número de direitos de subscrição do Governo por vender, a parte de capital do B.C.A. detida pela Região passou a ser de 29,484% em vez dos 34% anteriores.

Continua a ser intenção do Governo Regional proceder à privatização de mais uma parcela do capital do B.C.A., por forma a que a Região fique detentora de apenas 15% do seu capital social, o que lhe permitirá não acompanhar futuros aumentos de capital até ao limite da “golden-share”, que é de 5%.

Relativamente à EDA – Electricidade dos Açores, S.A. que é a maior empresa do sector público regional, foi já assegurada a entrada de um parceiro estratégico – a E.D.P. – para o seu capital social. Com este novo parceiro estratégico, que passou a deter 10% do capital social da EDA, ficaram reunidos os principais requisitos para a potenciação e valorização da empresa, com vista ao Governo prosseguir a sua privatização. Para o efeito, torna-se também necessário alcançar uma convergência dos tarifários regional e nacional, processo este que foi iniciado no VII Governo Regional e que agora urge concluir.

Quanto à SATA, concluiu-se o processo jurídico de transformação da empresa de E.P. para S.A. pelo que ficou dado o 1º passo para a sua futura privatização, que poderá vir a ter um percurso semelhante ao da EDA.

Relativamente à Lotaçor, prosseguir-se-á a sua reestruturação no sentido de identificar com o máximo rigor todas as actividades desenvolvidas pela empresa, nomeadamente as efectuadas em cooperação com a Direcção Regional das Pescas, com vista a uma clara segmentação da sua actividade e eventual posterior transferência para a responsabilidade do sector privado.

3.2 - Principais Políticas Sectoriais

AGRICULTURA

Linhas de orientação estratégica para o sector

Num quadro de globalização e política económica de liberalização crescentes, importa diversificar a agricultura e consolidar o desenvolvimento rural na Região Autónoma dos Açores. Esse processo deve conciliar, tanto quanto possível, os valores fundamentais, os quais resultam da mercantilização, da qualidade dos produtos agrícolas, da segurança do consumidor e, naturalmente, da preservação do património rural e paisagístico.

Como Região ultraperiférica, os Açores não podem alhear-se das tendências actuais e de as enquadrar numa estratégia própria, com vista à receptividade das indicações do mercado, à sua viabilidade económica, à sua sustentabilidade na gestão dos recursos naturais, à sua fiabilidade na perspectiva de segurança alimentar e à inovação na preservação do mundo rural.

Esta orientação deve porfiar numa produção agrícola, pecuária e florestal, que tenha sempre presente as diferentes condições naturais, estruturais e económicas das nove ilhas, e a redução das disparidades que objectivamente resultam de entre elas. Constituem, assim, as principais linhas estratégicas para este sector:

- Definir zonas destinadas à agricultura extensiva e ou intensiva;
- Compatibilizar áreas de reserva agrícola com o natural crescimento urbano;
- Concluir a Rede Regional de Abate;
- Certificar a carne açoriana;

-
- Promover os produtos agro-pecuários e apoiar a sua colocação nos mercados fora da Região;
 - Apoiar e motivar as culturas industriais, bem como a agricultura biológica;
 - Apoiar o rendimento dos agricultores, quer por se reconhecer os estrangulamentos de região ultraperiférica, quer por via do desenvolvimento sustentado e das boas práticas agrícolas;
 - Apoiar o emparcelamento e a aquisição de terrenos, redefinindo o conceito de Unidade Mínima Agrícola;
 - Promover acções de formação.
 - Redefinir as áreas com potencial florestal e implementação do Plano de Melhoramento Florestal;
 - Explorar os viveiros florestais;
 - Construir e melhorar os caminhos de acesso florestal;
 - Formar e sensibilizar quer os agentes públicos, quer os cidadãos, para os benefícios da floresta;

Objectivos:

- Manter a fileira do leite e reforçar a da carne, como principais motores da actividade agro-pecuária;
- Promover a extensão rural;
- Alargar as acções de ordenamento agrário e reforçar a estrutura agrícola;
- Melhorar a comercialização dos produtos agro-pecuários;
- Diversificar a produção agrícola;
- Reduzir os custos de exploração;
- Fortalecer a estrutura produtiva e fundiária;
- Garantir a qualidade dos produtos animais, através do controlo e despiste de doenças;
- Requalificar e valorizar os recursos humanos;

- Ordenar as áreas florestais;
- Manter e diversificar a oferta de plantio florestal;
- Formar e motivar os cidadãos para a necessidade de manter a floresta como componente paisagística e recurso natural económico.

Medidas:

- Fornecimento de energia eléctrica, abastecimento de água e construção e beneficiação de caminhos de acesso às explorações agrícolas;
- Apoio ao investimento nas explorações, designadamente em infra-estruturas e equipamento;
- Apoio a novas culturas, designadamente agro-industriais e ainda no âmbito da horticultura, floricultura e fruticultura;
- Apoio ao rendimento dos agricultores, através de indemnizações compensatórias, atendendo às desvantagens naturais em que exercem a sua actividade;
- Execução dos programas relativos à aquisição de terrenos, por via do PRODESA e do SICATE;
- Remodelação e beneficiação dos matadouros existentes;
- Construção do matadouro industrial da Terceira;
- Reforço das acções de marketing e promoção dos produtos açorianos;
- Estabelecimento de protocolos com redes de distribuição a nível nacional;
- Construção do Laboratório Regional de Veterinária na ilha Terceira;
- Edição de folhetos e publicações e realizar palestras e sessões de esclarecimento;
- Reforço das acções televisivas de divulgação agrária;
- Criação de comissões técnicas de extensão rural;
- Arborização de 1 230 ha de terrenos agrícolas, em conformidade com o ordenamento florestal e, em especial, de zonas ambientalmente sensíveis;
- Arborização de 200 ha de incultos, recuperação de 68 ha de povoamento

degradado e arborização de 1000 ha ;

- Instalação de viveiros e produção anual de 4 milhões de plantas;
- Regularização e conservação de 800 Km de caminhos rurais e a construção de 80 Km de novos caminhos. Revestimento betuminoso de 60 Km de caminhos;
- Elaboração de programas televisivos de divulgação florestal e formação de novos guardas florestais.

PESCAS

Linhas de orientação estratégica para o sector

Provavelmente mais do que qualquer outro, o sector da pescas é aquele onde se verifica uma permanente mutação. Daí que a exigência de respostas rápidas, quer ao nível político, quer ao nível da iniciativa privada, seja uma realidade constante.

A escassez de recursos tem conduzido aos limites de capturas máximas permitidas (TAC), que são distribuídas pelos estados que exploram esses recursos, em função das capturas históricas. Em contrapartida, novos mercados vão surgindo para os produtos tradicionais, que por si potenciam mais valias superiores às resultantes do aproveitamento tradicional a que esses recursos têm estado sujeitos. Neste sentido, as linhas de orientação estratégica para este sector são as seguintes:

- Construir e reforçar as lotas e casas de apresto;
- Apoiar a aquisição de novas embarcações e modernização das existentes;
- Estabelecer protocolos de colaboração com instituições de carácter científico;
- Dotar a Inspeção Regional das Pescas de meios humanos e materiais;
- Propiciar acordos para a pesca, junto dos PALOP's;
- Promover acções de formação para os pescadores.

Objectivos:

- Melhorar as infra-estruturas de apoio aos pescadores;
- Modernizar e remodelar a frota de pesca;

-
- Optimizar a gestão de recursos naturais;
 - Manter, reforçar e coordenar os meios de fiscalização da ZEE dos Açores e monitorizar a frota de pesca;
 - Procurar novas áreas de pesca;
 - Requalificar e valorizar os recursos humanos;
 - Valorizar as organizações de produtores;
 - Promover e valorizar no mercado externo os produtos da pesca.

Medidas:

- Modernização da frota regional;
- Reforço da fiscalização da ZEE dos Açores, através de radar/satélite e do recurso a meios navais e aéreos, com coordenação da Inspeção Regional das Pescas;
- Intervenções em diversos portos de pesca, com vista a melhorar a sua operacionalidade e as condições de trabalho dos pescadores;
- Apoio financeiro à modernização das embarcações, através da apresentação de candidaturas no âmbito do PRODESA;
- Estabelecimento de protocolos de cooperação com os PALOP's, com vista ao alargamento da área de pesca da frota atuneira regional;
- Realização da "EXPOPESCA" e da "SEMANA DAS PESCAS";
- Dotação das organizações de produtores com os meios necessários ao apoio técnico dos respectivos associados;
- Realização de acções de formação profissional destinadas aos pescadores;
- Desenvolvimento de acções de promoção dos produtos da pesca;
- Apoio aos investimentos em estruturas de transformação de pescado.

TURISMO

Linhas de orientação estratégica para o sector

Os desafios da globalização e da concorrência exigem uma política integrada de estruturação do sector a médio e longo prazo, refocalizando as intenções estratégicas face à evolução operada nos mercados e às novas atitudes face ao turismo.

Importa assim, a cada momento assegurar os mecanismos que garantam a sua sustentabilidade, prosseguindo uma política que assente num modelo de desenvolvimento não só baseado num crescimento continuado dos fluxos turísticos.

Neste âmbito, deve prosseguir-se uma estratégia consensualizada entre o sector público e privado, no sentido de uma melhor estruturação da oferta e fomento de uma verdadeira cultura de turismo na sociedade açoriana.

Preconizando-se um turismo competitivo, sustentável e de qualidade, só possível pela prossecução de uma política integrada do ponto de vista ambiental, cultural, social e económico, definem-se como principais linhas de orientação estratégica:

- Planear de forma integrada e ordenar o território;
- Reforçar os mecanismos que estimulem o aumento da competitividade ao nível do alojamento e animação;
- Estruturar e diversificar os produtos;
- Fomentar o emprego e melhorar o profissionalismo;
- Redefinir a promoção e marketing turístico.
- Aumentar e modernizar a oferta hoteleira;
- Aumentar e valorizar a oferta de animação turística e de equipamentos complementares de alojamento;
- Incentivar a criação de novos produtos temáticos e preservação e valorização dos actuais;

-
- Reforçar a promoção institucional e privada do destino Açores, dirigida a mercados alvo;
 - Requalificar e valorizar os recursos humanos, e fomentar uma cultura de turismo.

Objectivos:

Para potenciar as oportunidades e valorizar e preservar a riqueza endógena da Região, compatibilizando o crescimento com um desenvolvimento integrado e sustentável, fixam-se a médio prazo como objectivos globais para o sector:

- Fortalecer e modernizar a oferta de alojamento e equipamentos de animação e restauração;
- Diversificar a procura e reduzir a sazonalidade;
- Reforçar a qualificação dos recursos humanos e estabilização do emprego no sector.

Dentro dos objectivos sectoriais traçados e considerando o investimento privado e público, fixam-se as seguintes metas a alcançar a médio prazo:

- Criação de mais 4 000 camas ao nível do alojamento hoteleiro tradicional, e de 300 em unidades de turismo no espaço rural;
- Ultrapassar 8 milhões de contos de receitas da hotelaria (preços constantes);
- Criação de 800 novos postos de trabalho no sector hoteleiro;
- Instalação de 1 escola hoteleira;
- Construção de 1 campo de golfe;
- Criação de 1 Centro Cultural e de Congressos;
- Criação de 1 Pavilhão de Exposições;
- Recuperação de 3 unidades termais (Carapacho, Ferraria, Varadouro);
- Conclusão de 1 parque de campismo de 4 estrelas (Furnas).

Medidas:

- Plano de Ordenamento Turístico da RAA, modelo de desenvolvimento de médio e longo prazo;
- Plano Operacional de Marketing para a RAA;
- Inventário dos Recursos Turísticos dos Açores, instrumento de referência essencial em termos de planeamento, e de estruturação e promoção da oferta regional;
- Implementação de parcerias estratégicas, no âmbito do ICEP para a campanha internacional, e reforço e fomento de Programas de Promoção Conjunta com entidades públicas e privadas dirigidos a mercados alvo, tendentes à diversificação de mercados e diminuição da sazonalidade;
- Implementação do sistema de incentivos financeiros de âmbito regional para dinamizar o investimento no âmbito do alojamento, animação e promoção - SIDER, e os subsistemas SIDET e SIDEP;
- Instalação de uma escola de hotelaria;
- Adequação dos serviços às novas tecnologias, melhorando o acesso à informação da DRT com os organismos externos, Delegações e Postos de Turismo.

INDÚSTRIA E ARTESANATO

Linhas de orientação estratégica para o sector

As linhas de força a adoptar neste sector são as seguintes:

- Reforçar a produtividade global do sector;
- Apoiar sectores emergentes ou com novas dinâmicas de crescimento;
- Diversificar o actual modelo de especialização, estimulando, selectivamente, o desenvolvimento de actividades competitivas;
- Racionalizar a capacidade produtiva já instalada, estimulando os projectos que contribuam para aumentar a produtividade global dos factores produtivos, sobretudo às empresas que laboram em sectores tradicionais;
- Fortalecer o tecido empresarial, no contexto da utilização eficaz das tecnologias da informação;
- Articular as dinâmicas de desenvolvimento sectorial e regional;
- Promover acções de cooperação e parceria inter-empresas, nomeadamente através da realização de missões empresariais e da divulgação selectiva de oportunidades de investimento.

Objectivos:

A política dirigida ao sector industrial regional, para o próximo quadriénio, centrar-se-á na promoção da competitividade das empresas, através do reforço da sua capacidade técnica, tecnológica e de marketing, por forma a apoiar os esforços necessários à inovação de produtos e de processos e à adaptação organizacional aos constrangimentos dos mercados. Pretende-se:

- Favorecer acréscimos de produtividade, através de actuações no interior da empresa (inovação, recursos humanos, eficiência energética e ambiental, qualidade global) e na mobilização activa de infra-estruturas de apoio;

- Apoiar o aprofundamento da especialização das actividades industriais tradicionais, promovendo, simultaneamente, as que possam surgir enquadradas em novas áreas, contribuindo para uma mais célere evolução/diversificação do perfil produtivo da indústria regional;
- Incentivar a formação profissional para reforço das qualificações e das competências dos recursos humanos envolvidos na área industrial;
- Consolidar e reorientar as infra-estruturas de apoio à actividade empresarial;
- Promover a utilização do sistema de propriedade industrial, estimulando as empresas a investir em factores complexos da competitividade, associados aos sinais distintivos dos produtos regionais;
- Incentivar a utilização eficaz das tecnologias de informação.

Medidas:

- Apoio aos investimentos conducentes à melhoria da produtividade, designadamente em factores de competitividade nas áreas da internacionalização, inovação tecnológica, sistemas de qualidade, de segurança e de gestão ambiental, introdução de tecnologias de informação e de comunicações, técnicas de distribuição, comercialização, marketing e design;
- Apoio a projectos de deslocalização de indústrias para parques e zonas industriais;
- Promoção dos produtos regionais no exterior;
- Adopção de princípios e procedimentos de ecogestão, designadamente no que se refere à recolha, tratamento, valorização e eliminação de resíduos industriais;
- Apoio a acções de certificação e de protecção de produtos e serviços artesanais;
- Promoção das Artes e Ofícios Tradicionais dos Açores.

COMÉRCIO

Linhas de orientação estratégica para o sector

- Modernizar e dinamizar a actividade comercial;
- Promover e incentivar a divulgação de produtos regionais no exterior;
- Promover acordos de cooperação entre a produção e o comércio de bens e serviços no sentido de, beneficiando das sinergias assim propiciadas em termos de redução de custos, se prosseguir uma política de penetração em novos mercados e de se reforçar as quotas nos mercados actuais;
- Proporcionar o reforço da fidelização dos clientes e da interacção com outras actividades, no caso do comércio tradicional.

Objectivos:

- Revitalizar e dinamizar o comércio tradicional;
- Melhorar o nível de competitividade das empresas comerciais;
- Requalificar o parque comercial.

Medidas:

- Realização de campanhas promocionais para a dinamização do comércio tradicional dos Açores, materializadas em acções de animação de ruas, mediante a celebração de protocolos;
- Continuação à atribuição de apoio financeiro ao escoamento de produtos regionais através da comparticipação da despesas suportadas pelas empresas até aos mercados de destino;
- Apoio à concepção e realização de campanhas promocionais, concepção de rótulos e embalagens, e a participação em feiras em exposições e feiras internacionais para exibição de produtos regionais;

- Apoio à realização de feiras e certames de âmbito regional, nacional e internacional;
- Continuação do apoio à Associação de Consumidores da Região Autónoma dos Açores, ACRA, mediante a celebração de protocolos de colaboração anuais tendo em vista o desempenho das atribuições que lhes estão cometidas;
- Continuação do apoio às associações empresariais dos Açores, tendo em vista a promoção e divulgação pelos agentes económicos de informação útil para a definição e formulação de estratégias empresariais e apoio logístico a potenciais investidores;
- Participação conjunta, com a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, em feiras de cariz agro-alimentar, nomeadamente a Feira-Açores, e promoção do envio de amostras de produtos regionais para provas de degustação em Portugal e no estrangeiro;
- Desenvolvimento de campanhas de incentivo ao consumo de produtos açorianos.

ENERGIA

Linhas de orientação estratégica para o sector

Considerando que o custo da energia é um factor condicionante da competitividade da economia regional, torna-se importante assegurar de uma forma estável e duradoura a convergência do tarifário eléctrico com o todo nacional.

A evolução recente do custo com os combustíveis fósseis demonstram a justeza da aposta feita na produção de energias renováveis, nomeadamente na produção de energia geotérmica que deve ser continuada sempre que os recursos disponíveis demonstrarem ser viáveis. É também fundamental que se prossiga com a política de racionalização e melhoria da qualidade dos processos de armazenagem e distribuição de combustíveis e se promova a poupança energética e a utilização racional de energia.

Objectivos:

- Garantir o processo de convergência do tarifário eléctrico com o todo nacional;
- Apoiar a realização de infra-estruturas eléctricas de usufruto público;
- Promover a recolha e tratamento de dados indispensáveis a uma apreciação da situação actual e evolução recente do sector energético da Região;
- Dinamizar a intervenção e a participação em organizações que possam contribuir para uma melhor defesa dos interesses específicos do sector energético da Região;
- Aproveitar os instrumentos favoráveis à instalação e à integração das energias renováveis no sistema electroprodutor dos Açores;
- Estimular a reconversão e a reabilitação dos vários parques de combustíveis existentes nas diversas ilhas dos Açores, de forma a racionalizar o processo de armazenagem e distribuição de combustíveis da Região;

- Diminuir a dependência da Região em relação aos combustíveis fósseis, incentivando a produção de energias renováveis, com especial destaque para a energia geotérmica, eólica e hídrica.
- Promover acções de Informação e de divulgação nos domínios da utilização racional de energia e da diversificação energética;
- Promover a eficiência e a poupança na utilização da energia, de forma que o crescimento económico se efectue numa base sustentável, minimizando os impactos de ordem ambiental.

Medidas:

- Garantia do processo de convergência do tarifário eléctrico, suportado por um quadro técnico-legal estável, previsível e duradouro;
- Acompanhamento da acção da futura Agência Regional de Energia dos Açores, por forma a que a sua actividade se traduza em benefícios e aumentos de eficiência do sector energético da Região;
- Apoio à utilização racional de energia e a diversificação de fontes energéticas;
- Continuação de acções de apoio à electrificação de locais públicos;
- Promoção da construção do parque de combustíveis da Praia da Vitória;
- Acompanhamento do projecto da instalação de uma central geotérmica na ilha Terceira.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Linhas de orientação estratégica para o sector

Na sequência dos objectivos e das realizações que se cumpriram durante o VII Governo Regional dos Açores, no sector da Ciência e Tecnologia, e revelada e comprovada, que ficou, a importância do desenvolvimento e da aposta nestas áreas para a Região, importa, agora, dar continuidade aos projectos anteriormente iniciados e realizar novas apostas no âmbito deste sector.

Assim sendo, continuará a ser política deste sector a implementação de meios e instrumentos que permitam o efectivo melhoramento e desenvolvimento da Sociedade da Informação nos Açores, das áreas de Investigação e Desenvolvimento, Formação e Divulgação Científica e Tecnológica e de Inovação Tecnológica porque, só assim, se poderão cumprir os objectivos do Desenvolvimento das áreas da Ciência e Tecnologia na Região.

Objectivos:

Os principais objectivos a prosseguir pelo VIII Governo Regional, neste sector, são:

- Melhorar a capacidade de investigação e aplicação das novas tecnologias,
- Fomentar as parcerias com regiões e organizações com elevado potencial nestes domínios,
- Captar saberes e práticas,
- Fomentar a infra-estruturação necessária ao desenvolvimento da nova economia
- Apoiar o desenvolvimento e criação de empresas de serviços tecnologicamente avançados.

Medidas:

- Aumento do nível de qualificação dos recursos humanos;
- Implementação do Projecto Açores - Região Digital integrado no programa nacional Portugal - Região Digital;
- Promoção de generalização do uso da Internet;
- Extensão do projecto RSIA às freguesias, através da criação de espaços públicos de acesso à Internet;
- Promoção da produção e divulgação de conteúdos multimédia de âmbito regional, potenciando o conhecimento científico, educacional e cultural;
- Extensão do Diploma de Competências Básicas em Tecnologias da Informação a cerca de 1/3 da população açoriana;
- Promoção da generalização dos suportes digitais na administração pública, com acesso electrónico a informação pública por parte do cidadão e incentivo a transacções comerciais electrónicas no âmbito da administração pública;
- Promoção da investigação e do desenvolvimento tecnológico através de parcerias com entidades de investigação;
- Criação de espaços de ciência para crianças com vista à aprendizagem experimental das ciências e das tecnologias;
- Criação de um centro de dinamização empresarial de âmbito científico e tecnológico, com pólos nas diversas ilhas;
- Criação de centros de teletrabalho, que promovam o uso das novas tecnologias e a deslocação de técnicos para as ilhas menos populosas;
- Colaboração com o Instituto de Meteorologia nas vertentes indispensáveis ao conhecimento profundo da Região;
- Estreitamento da colaboração com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

TRANSPORTES TERRESTRES

Linhas orientação estratégica para o sector

A principal linha orientadora consiste na promoção da melhoria das acessibilidades de pessoas e cargas e o reforço da qualidade e da segurança dos equipamentos colectivos.

Objectivo:

- O objectivo orientador consiste em aumentar a eficácia global do sistema rodoviário regional por forma a melhorar o grau de satisfação dos utentes do sistema, sem perder de vista o cumprimento dos compromissos de ordem financeira assumidos com empreiteiros e fornecedores, o reforço da fiscalização e a diminuição de custos.

Medidas:

- Melhoria das acessibilidades, mediante a construção de novos troços de estradas e a conservação e reabilitação das vias existentes, bem como a construir obras de arte (pontes e viadutos), em conformidade com o Plano Rodoviário Regional ajustado ao potencial crescimento de tráfego de cada ilha;
- Redução da sinistralidade, mediante a colocação de sinalização adequada e dinamização da Prevenção Rodoviária Açoriana;
- Incentivo à aquisição de equipamentos de transporte colectivo;
- Colaboração com os demais Departamentos Governamentais na concretização dos objectivos, por estes definidos, no que se refere à execução de Obras Públicas;
- Melhoria da qualificação de recursos humanos no âmbito da construção civil em articulação com a Câmara de Comércio, Escolas Profissionais, Ensino Técnico-

Profissional e de demais entidades representadas no Conselho Regional de Obras Públicas de modo a permitir a revisão dos planos de formação que correspondam às necessidades detectadas no sector;

- Adaptação à Região, quando necessário, da Legislação sobre o Regime Jurídico de Empreitadas de Obras Públicas;
- Desenvolvimento, quando necessário, de novos conceitos de execução de obras públicas como seja o recurso ao Project Finance.

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Linhas de orientação estratégica para o sector

Atendendo à natureza arquipelágica dos Açores, os transportes marítimos assumem um papel fundamental no processo de desenvolvimento económico e social da Região. Assim, o Governo Regional irá continuar as políticas de melhoria das acessibilidades e de incremento do mercado regional intervindo nas infra-estruturas portuárias e estimulando a liberalização dos transportes e o desenvolvimento do tráfego local, criando ainda condições para a racionalização de custos.

Objectivos

- Racionalizar a gestão portuária;
- Dinamizar a náutica de recreio;
- Melhorar as infra-estruturas portuárias;
- Dotar os portos de equipamentos adequados a uma maior e melhor operacionalidade.

Medidas:

- Desenvolvimento de planos directores portuários;
- Desenvolvimento de projectos de investimento no sector portuário;
- Reestruturação e reorganização do modelo de gestão portuária;
- Criação de medidas legislativas no âmbito da gestão portuária (orgânica, tarifário, etc.).

TRANSPORTES AÉREOS

Linhas de orientação estratégica para o sector

Os transportes aéreos assumem um papel fundamental na coesão nacional e insular, bem como no desenvolvimento de todas as actividades económicas, com especial realce para o turismo. Assim, o Governo Regional irá continuar a implementar uma política de desenvolvimento do sector, definindo como principal estratégia:

- Estimular a criação de condições para racionalização dos custos;
- Promover a melhoria da qualidade dos serviços aéreos prestados;
- Promover a diversificação das ligações aéreas, entre os Açores e o exterior.

Objectivo:

- Melhorar as condições de operacionalidade dos aeroportos e aeródromos.

Medidas:

- Desenvolvimento de planos directores aeroportuários;
- Desenvolvimento de projectos de investimento no sector aeroportuário, destacando-se a ampliação da pista do aeroporto do Pico;
- Reequipamento dos meios de salvação e combate a incêndios dos aeroportos e aeródromos.

TELECOMUNICAÇÕES

Linhas de orientação estratégica para o sector

Atendendo à importância que a qualidade e o custo do acesso às tecnologias de informação têm no processo de desenvolvimento da Região, nomeadamente para o crescimento da nova economia, o Governo Regional entende ser fundamental continuar uma política de cooperação do sector com o Governo da República e de sensibilização junto dos operadores de telecomunicações.

Objectivos:

- Promover a continuidade do processo de redução do custo das telecomunicações;
- Proporcionar as condições para a disponibilização nos Açores, de novos serviços;
- Promover a continuidade do processo de melhoria da qualidade das telecomunicações.

Medidas:

- Avaliação da penetração e da qualidade dos serviços de telecomunicações e correio;
- Participação no desenvolvimento de medidas legislativas e cooperação com o Governo da República, no sentido de integrar os Açores nas redes nacionais de telecomunicações.

EDUCAÇÃO

Linhas de orientação estratégica para o sector

As grandes linhas de orientação estratégica para a Educação são as que se encontram consubstanciadas nos objectivos apontados no Programa do Governo e que visam a qualificação e valorização das pessoas, o sucesso educativo dos alunos, bem como a criação de condições que permitam considerar a escola como um local de bem estar e como um verdadeiro centro educativo, com capacidade de responder adequadamente às dinâmicas sociais e económicas envolventes.

Objectivos:

- Consolidar todas as medidas já tomadas;
- Encarar o investimento em Educação como uma prioridade;
- Valorizar e qualificar os recursos humanos;
- Considerar o aluno como um elemento central de todo o Sistema Educativo;
- Melhorar as infra-estruturas e equipamentos.

Medidas:

- Reforço do investimento na Educação Pré-Escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico;
- Reforço da integração da Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico, criando mecanismos facilitadores do cumprimento da escolaridade obrigatória;
- Dignificação da integração na escola das crianças com necessidades educativas especiais;
- Criação de condições para a dotação de pessoal especializado nos Núcleos de Educação Especial;
- Adaptação funcional dos edifícios escolares por forma a poderem acolher com

dignidade todos os seus alunos;

- Dotação de todas as escolas e áreas escolares com um psicólogo e, pelo menos, 50% com outro técnico superior nas áreas de reabilitação e apoio social;
- Aperfeiçoamento do apoio sócio-educativo, visando combater a exclusão social na escola;
- Dotação das escolas com meios necessários ao apoio pedagógico dos alunos com dificuldades de aprendizagem;
- Promoção da flexibilização curricular, visando a adopção de estratégias educativas específicas que facilitem o sucesso educativo de todos os alunos;
- Adequação dos conteúdos curriculares e o funcionamento das escolas à realidade regional e local;
- Redução do número de adultos não detentores de escolaridade obrigatória, promovendo a educação e a formação como um processo permanente ao longo da vida;
- Fomento da escolarização de 2ª oportunidade;
- Promoção da extensão da rede de escolas básicas integradas e a especialização do ensino secundário;
- Integração do ensino regular no ensino vocacional da música e das artes;
- Aprofundamento da autonomia das escolas ;
- Profissionalização do pessoal docente e criação de condições para a sua estabilidade;
- Promoção da formação contínua do pessoal docente e não docente;
- Criação de mecanismos de auto-avaliação e de avaliação externa das escolas;
- Fomento do acesso dos alunos às tecnologias de informação;
- Generalização do ensino experimental das ciências e tecnologias;
- Execução da Carta Escolar de acordo com as prioridades aí estabelecidas;
- Aprofundamento da cooperação com as Autarquias em matéria de construção e conservação do parque escolar, transporte escolar e o apoio ao funcionamento das escolas;
- Promoção da formação profissional dos grupos com menos empregabilidade ;
- Promoção do acesso dos jovens açorianos ao ensino superior;

EMPREGO, JUVENTUDE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Linhas de orientação estratégica para o sector

As grandes linhas de orientação política sectorial consubstanciam-se nos objectivos finais, descritos no Programa do Governo, no Plano Regional de Emprego, e no PRODESA, e visam dar uma resposta integrada – social, educativa e formativa – de sucesso profissional, de promoção de qualidade do emprego e de estilos de vida saudáveis dos jovens, assim como preparar pertinentemente os recursos humanos necessários ao desenvolvimento do tecido empresarial açoriano.

Objectivos:

- Prosseguir e reforçar o investimento na formação profissional inicial de jovens, assim como de estágios;
- Desenvolver medidas de requalificação dos activos;
- Adequar as qualificações individuais às necessidades de mercado de emprego.

Medidas:

- Acompanhamento permanente e cuidado dos desempregados inscritos nas Agências para a Qualificação e Emprego;
- Antecipação das necessidades de qualificação pela observação da evolução do emprego e das qualificações pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional;
- Fomento do combate à precaridade no trabalho;
- Sensibilização dos parceiros sociais visando a introdução nos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho de factores que facilitem o

reconhecimento do profissionalismo qualificado;

- Desenvolvimento de medidas que visam o aumento da empregabilidade de público desfavorecido, nomeadamente desenvolvendo medidas de inserção no mercado de emprego, tais como as inseridas no mercado social de emprego;
- Fomento da mobilidade juvenil, nomeadamente, a mobilidade profissional de jovens em parceria com programas comunitários de intercâmbio;
- Desenvolvimento da informação juvenil, através do reforço da Rede Regional de Informação Juvenil;
- Promoção do associativismo juvenil, através do Programa de Incentivo ao Associativismo Juvenil, PIAJ;
- Dotação de alternativas à ocupação de tempos livres dos jovens, nomeadamente através do programa de Ocupação de Tempos Livres do Jovens, prioritariamente em actividades socialmente úteis.

SAÚDE

Linhas de orientação estratégica para o sector

Tendo em conta os conteúdos programáticos do Sector da Saúde do VIII Governo Regional, o prosseguimento da execução dos projectos e compromissos assumidos e as propostas, agora apresentadas, as principais linhas de orientação estratégica são:

- Zelar pela eficiência e eficácia dos recursos postos à disposição dos serviços;
- Melhorar a recolha de informação;
- Investir nas novas tecnologias, dirigidas tanto para a organização e oferta de cuidados, como para a gestão dos serviços e instituições;
- Aperfeiçoar e regulamentar o Estatuto do Serviço Regional de Saúde;
- Continuar a apoiar a formação profissional dos diferentes grupos sócio-profissionais que trabalham no sector, bem como a formação pré e pós graduada dos técnicos de saúde de acordo com as necessidades do SRS;
- Prosseguir com a modernização das instalações e equipamentos.

Objectivos:

- Melhorar a acessibilidade e garantir a equidade no acesso aos cuidados de saúde;
- Promover a saúde e prevenir a doença, nomeadamente a saúde materna, as doenças sexualmente transmissíveis e as dependências;
- Conceber um Plano Regional relativo aos recursos humanos (PRRH), necessário ao SRS;
- Elaborar a carta de equipamentos da Saúde;
- Implementar a telemedicina;

-
- Dotar os serviços com redes estruturadas de dados e voz;
 - Rentabilizar os recursos humanos e materiais existentes.

Medidas:

- Continuação do desenvolvimento das infra-estruturas de saúde, através da construção de novas unidades ou da remodelação/ampliação de unidades existentes, por forma a melhorar e adequar as instalações dos serviços de saúde às necessidades dos utentes, nomeadamente o Novo Hospital de Angra do Heroísmo e o Centro de Saúde de Ponta Delgada;
- Finalização das obras e aquisição de equipamentos do novo Centro de Saúde da Praia da Vitória e da Unidade de Saúde da Lagoa;
- Continuação das acções relacionadas com as estruturas existentes, quer no sentido da melhoria da qualidade, quer no aumento das capacidades de resposta, como sucede com as intervenções nos Hospitais de Santo Espírito, da Horta e no Centro de Saúde da Povoação;
- Apetrechamento dos novos serviços, substituição e aquisição de equipamentos que pelo seu uso e idade estejam inadequados, ou que sejam necessários para colmatar carências nos serviços;
- Implementação de parcerias, através de acordos de cooperação e protocolos com Autarquias Locais, IPSSs, Organizações Profissionais e Associações voluntárias, para o desenvolvimento de programas e acções em diversas áreas de actuação, nomeadamente no caso das dependências;
- Apoio à realização de reuniões, cursos, congressos, bem como a formação pré e pós graduada dos diferentes técnicos necessários ao SRS.

SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Linhas de orientação estratégica

O VII Governo Regional definiu a intervenção nas “*questões sociais*” como um dos seus principais objectivos. Nesse sentido o actual Governo propõe-se consolidar as respostas sociais criadas e continuará a desenvolver, a ampliar e a melhorar a sua intervenção na área da solidariedade e segurança social.

As principais linhas de orientação estratégica para este sector são:

- Criar, aumentar, diversificar e melhorar as respostas dirigidas às crianças e jovens especialmente nos meios urbanos e suburbanos e nas áreas que, pelas características sociais, se justifiquem a criação das mesmas;
- Manter as pessoas idosas no seu domicílio, permitindo a continuidade da vivência no seu meio familiar e social, em condições de dignidade e bem estar;
- Apoiar, inserir e promover as pessoas com deficiência e suas famílias;
- Combater a pobreza e a exclusão social das famílias e das comunidades através de medidas de prevenção, acompanhamento e inserção.

Objectivos:

- Prevenir e reduzir a pobreza;
- Promover a inclusão social;
- Desenvolver a rede de serviços e equipamentos sociais, respondendo de modo eficaz e eficiente às necessidades das categorias sociais mais desfavorecidas e das mulheres que necessitam ou desejam participar na vida activa, através de uma actividade socioprofissional,
- Criar e melhorar as respostas destinadas às pessoas idosas dependentes;
- Humanizar os serviços e equipamentos de apoio a idosos.

Medidas:

Infância e juventude

- Continuação da implementação e da melhoria da rede de equipamentos para crianças e jovens, nomeadamente, creches, jardins de infância, ateliers de tempos livres;
- Manutenção do programa de criação da rede regional de Centros de Acolhimento para Crianças e Jovens em Risco, criando equipamentos em oito das nove ilhas;
- Manutenção do programa de instalação de crianças e jovens residentes em internatos, em unidades de tipo familiar;
- Aumento da formação técnica e humana dos dirigentes e funcionários das valências de apoio a crianças e jovens.

Idosos e suas famílias

- Alargamento da rede de Serviços de Ajuda Domiciliária;
- Aumento da quantidade e qualidade dos serviços prestados;
- Alargamento da rede de centros de convívio para idosos;
- Melhoria da qualidade das instalações dos lares de idosos;
- Construção de lares de pequena dimensão;
- Aumento da rede de residências para idosos;
- Continuação da criação de camas de cuidados geriátricos;
- Aumento da formação técnica e humana dos dirigentes e funcionários das valências de apoio a pessoas idosas;
- Avaliação da qualidade dos serviços prestados.

Pessoas com deficiência

- Criação da rede regional de Centros de Actividades Ocupacionais;
- Criação de unidades residenciais de apoio a pessoas com deficiência e suas famílias;
- Aumento da formação técnica e humana dos dirigentes e funcionários das valências de apoio a pessoas com deficiência.

Desenvolvimento comunitário

- Manutenção, diversificação e alargamento dos Programas de Luta Contra a Pobreza;
- Diversificação dos programas de inserção no âmbito do Rendimento Mínimo como instrumento de apoio às medidas de promoção social;
- Reforço das medidas e programas de apoio aos cidadãos repatriados;
- Criação de Centros de Apoio e Acolhimento para mulheres vítimas de violência e maus tratos;
- Desenvolvimento da criação de centros comunitários permitindo a rentabilização dos equipamentos, evitando a sua duplicação.

AMBIENTE

Linhas de orientação estratégica para o sector

A afirmação e prossecução do princípio político do desenvolvimento sustentável reassumido no âmbito do Programa do VIII Governo Regional e já consubstanciado na criação da Secretaria Regional do Ambiente, encerra, como norma fundamental, a necessidade intrínseca de compatibilização do crescimento económico com a salvaguarda dos valores ambientais. Neste sentido, importa a implementação de políticas de gestão racional dos recursos endógenos, numa filosofia preventiva e minimizadora dos impactos negativos decorrentes do próprio desenvolvimento e uma atitude iminentemente pedagógica no âmbito do alargamento exigido da partilha de responsabilidades na salvaguarda e valorização do património ambiental da Região.

Decorrendo deste princípio de enquadramento, as linhas de orientação estratégica para o sector apontam para os seguintes eixos:

- Reforçar as actividades de inspecção e controle, com particular incidência nos domínios da água, dos resíduos sólidos e da avaliação dos impactes ambientais mas, também, do ar e do ruído, por forma a assegurar o cabal cumprimento da legislação em vigor;
- Aprofundar o conhecimento científico da biogeografia regional, a par do incremento dos mecanismos legais indispensáveis à salvaguarda e manutenção dos processos ecológicos sustentadores da vida e da biodiversidade genética do Arquipélago;
- Agregar sinergias políticas e sociais que, na base de uma partilha de responsabilidades, sustentem uma acção continuada e eficaz na formação, informação e sensibilização ambientais;
- Planear de forma integrada os recursos hídricos, enquanto ferramenta estratégica para se atingir o objectivo do desenvolvimento

regional ambientalmente sustentado, otimizando os recursos disponíveis e potenciais face aos usos – conciliando os aspectos técnicos, económicos, sociais e ambientais –, a par da protecção dos ecossistemas;

- Desenvolver o planeamento do território, enquanto processo de concepção e orientação da afectação dos usos do solo, dinâmico e necessariamente articulado com as restantes políticas sectoriais, pretendendo-se sanar, de forma antecipativa e proactiva, conflitos de interesses relativamente a procedimentos e vontades sectoriais potencialmente conflituantes, nomeadamente o desenvolvimento económico, o bem estar das populações e a protecção da natureza.

Objectivos:

- Implementar uma estratégia Regional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade e um reforço do conhecimento científico sobre o património natural das Ilhas e da complementariedade desse património;
- Promover a informação sobre a qualidade do ambiente, melhorando a capacidade de intervenção dos serviços de vigilância e monitorização da qualidade ambiente;
- Compatibilizar a gestão de resíduos com a especificidade insular e com os níveis de atendimento necessário à qualidade de vida das populações;
- Adequar os instrumentos de ordenamento e de gestão aos interesses específicos locais e regionais, desenvolvendo uma rede de infra-estruturas de apoio e acolhimento nas áreas protegidas que permita uma informação científica sobre o património e que se assuma como espaço de usufruto sustentado dos recursos;
- Implementar da estratégia regional para a educação ambiental que induza à capacidade de opção consciente e responsável dos cidadãos e entidades;
- Assegurar uma gestão integrada dos recursos hídricos - águas interiores e costeiras, superficiais e subterrâneas – e assegurar a disponibilidade em quantidade e qualidade do recurso água satisfazendo, dessa forma, as

necessidades e os interesses da população e, por maioria de razão, preservar e valorizar os ecossistemas aquáticos;

- Minorar riscos e prevenir danos a pessoas e bens por acção de um planeamento das bacias hidrográficas e, em complemento, por execução das necessárias obras de protecção em troços críticos;
- Concretizar o planeamento integrado da orla costeira, como meio privilegiado do desenvolvimento sustentado das diversas políticas sectoriais actantes no litoral;
- Assegurar a participação e intervenção dos cidadãos no processo de planeamento estratégico e prospectivo, disponibilizando a necessária informação;
- Assegurar o cumprimento normativo legal de base nacional e comunitária.

Medidas:

Conservação da Natureza, Controlo, Informação e Formação Ambientais

- Criação e consolidação do Jardim Botânico dos Açores, com a afectação e gestão de áreas com interesse botânico importante, em diferentes ilhas;
- Implementação de uma rede de vigilância capacitada com meios logísticos e formação adequada para o exercício eficaz das suas atribuições, nas diferentes ilhas;
- Requalificação de habitats prioritários, nomeadamente em espaços de REDE NATURA 2000;
- Criação de mecanismos de incentivo e apoio à adesão voluntária ao esforço de preservação e valorização dos recursos naturais;
- Promoção, classificação e valorização de bens naturais dos Açores, como património de interesse, nacional e internacional, nomeadamente Reservas da Biosfera e Património Mundial;
- Incremento da cooperação técnica científica e institucional com entidades externas, nomeadamente a académica, da administração central, regiões insulares e ultraperiféricas e utilização de tecnologias limpas;

- Implementação dos planos estratégicos, consagrando as soluções para os resíduos de embalagem e os resíduos especiais;
- Instalação da inspecção regional do ambiente;
- Implementação de programas de monitorização da qualidade da água, ar e do ruído;
- Implementação de contratos de adaptação ambiental para situações de incumprimento dos normativos legais;
- Implementação de um sistema geo-referenciado do controlo da qualidade do ambiente;
- Revisão do quadro legal regional na área ambiental;
- Apoio a projectos de ONGA's e projectos escolares de dimensão ambiental;
- Organização e apoio à realização de foruns e outras iniciativas de interesse para a qualidade do ambiente na Região;
- Criação de uma rede regional e banco de dados de educação ambiental;
- Apoio à troca de experiências entre os diversos agentes de educação ambiental;
- Edição e apoio à produção de material educativo impresso e audiovisual de divulgação;
- Conclusão da instalação da rede regional de ecotecas;
- Instalação de centros de interpretação do ambiente, nas áreas protegidas.

Recursos Hídricos e Ordenamento do Território

- Protecção e valorização dos recursos hídricos e ecossistemas associados, no âmbito de um planeamento integrado dos recursos superficiais e subterrâneos, integrando ainda as águas interiores e costeiras, num conjunto coerente com o desenvolvimento económico e social ambientalmente sustentado;
- Definição de um modelo legal e institucional de gestão de água por forma a permitir otimizar a o uso eficiente e sustentável dos recursos;
- Reforço da protecção contra danos e minimização da ocorrência de riscos naturais ou acidentais em bacias hidrográficas críticas;
- Incremento do cumprimento do normativo legal emanado da Comunidade

Europeia;

- Adopção do Planeamento do Território como elemento estruturante e articulador da estratégia de desenvolvimento da Região com respeito pela vocação e dimensão cultural específica de cada ilha;
- Cumprimento das linhas estratégicas de orientação relativas às intervenções no litoral, promovendo a conservação e requalificação da orla costeira e concretizando, na prática, os instrumentos de gestão territorial entretanto aprovados;
- Defesa e protecção da paisagem, entendida como um bem cultural e social, fundamental para o desenvolvimento económico da região;
- Reforço da política de planeamento do território como instrumento de prevenção de riscos naturais.

CULTURA

Linhas de orientação estratégica para o sector

No domínio da Cultura, a acção governativa deverá desenvolver-se, de forma integrada, na salvaguarda e na defesa do rico e variado património cultural da Região e a fomentar um conjunto de medidas tendentes a desenvolver culturalmente a população e os seus variados agentes culturais.

Objectivos:

- Valorizar, inventariar, recuperar e proteger os diferentes tipos de património regional, promovendo acções estruturadas e programadas com rigor, de que resultem intervenções, tanto de natureza jurídica quanto de natureza operacional, técnica e cientificamente adequadas ao desenvolvimento de projectos já iniciados e promovendo a implementação de novos projectos, que progressivamente abranjam a diversidade do património cultural da Região;
- Valorizar e apoiar os diferentes tipos de actividade cultural — quer da perspectiva do público, propiciando a melhoria das condições de fruição, quer da perspectiva dos agentes de dinamização cultural e, em especial, dos artistas — promovendo melhores condições de formação e de desabrochamento das suas capacidades e favorecendo as condições e os meios de difusão do trabalho artístico, tanto no vector tradicional popular quanto no erudito e intelectual — dando estímulo à qualidade e resguardando sempre a independência em relação aos poderes públicos;
- Implantar medidas de modernização de diversas estruturas de difusão do saber e potenciadoras de dinamização cultural, museus regionais e de ilha, casas de cultura e em particular das bibliotecas públicas e dos arquivos regionais, quer pelo incremento da formação quer pela criação de condições instrumentais e orgânicas, e dinamizando a instalação progressiva de uma rede de bibliotecas municipais em interligação com a rede nacional;

Medidas:

- Conclusão do inventário do património arquitectónico;
- Melhoria das condições jurídicas de protecção do património arquitectónico e dos núcleos históricos classificados;
- Prosseguimento do inventário dos museus da Região;
- Estabelecimento das bases jurídicas de uma nova e moderna política de arquivos e de gestão documental;
- Criação de uma unidade orgânica de gestão da política de gestão documental e de arquivos;
- Implementação de medidas de autonomização dos arquivos regionais em relação às bibliotecas e propiciar o seu melhor desempenho e oferta de acesso aos utentes;
- Assinatura de um protocolo com a Torre do Tombo e desenvolver medidas, no quadro desse protocolo, para modernizar os arquivos regionais e integrá-los na Rede Nacional de Arquivos;
- Implementação de medidas de salvaguarda do património imaterial, designadamente através de projectos de digitalização dos espólios existentes, por forma a disponibilizar condições para o seu tratamento e estudo;
- Continuação das medidas de recuperação, conservação e salvaguarda do património baleeiro;
- Prosseguimento com as medidas de recuperação e salvaguarda do património organístico regional;
- Promoção de medidas de inventariação do património artístico regional;
- Implementação de medidas experimentais, designadamente em cooperação com a Diocese, de inventariação do património religioso, com vista a uma maior e melhor protecção do património artístico diocesano;
- Continuação do projecto em curso do Atlas Linguístico dos Açores;
- Continuação do projecto em curso da Enciclopédia Açoriana;
- Enquadramento legal às actividades de exploração arqueológica na Região e promover o estabelecimento de uma carta arqueológica da Região;
- Início ao projecto de construção das novas instalações da Biblioteca Pública e

Arquivo de Angra do Heroísmo;

- Arranque com a 2ª fase da Biblioteca Pública da Horta.

Zona Classificada

- Apoio a obras públicas e particulares na Zona Classificada de Angra do Heroísmo, de acordo com a legislação específica em vigor, bem como o apoio ao restauro de elementos de interesse histórico ou arquitectónico; correcções de várias anomalias arquitectónicas existentes em imóveis ou vias públicas e a realização de estudos que visam conhecer melhor toda a zona classificada e as suas áreas de protecção. Finalmente, em conjugação com o Município, participar em actos de animação recreativa e cultural que visem a divulgação e consciencialização do valor da zona classificada.

DESPORTO

Linhas de orientação estratégica para o sector

As principais linhas de orientação estratégica para a Educação Física e Desporto, são as seguintes:

- Fomentar a educação física e o desporto escolar;
- Prosseguir a estruturação de um política integrada do desporto nas áreas da educação, saúde, juventude, cultura e turismo;
- Assumir uma atitude de diálogo e cooperação com as entidades do associativismo desportivo, as autarquias e as escolas;
- Criar um parque desportivo regional integrando infra-estruturas e equipamentos desportivos de qualidade de forma a possibilitar o aumento da oferta e da qualidade da prática;
- Dinamizar programas promocionais de prática desportiva dirigidos a todos os cidadãos;
- Melhorar a qualidade da formação dos agentes desportivos.

Objectivos:

- Criar condições ao nível do enquadramento legal e das infra-estruturas desportivas, que permitam o aumento do índice de prática desportiva dos açorianos;
- Estimular uma prática desportiva de qualidade, enquanto factor de afirmação e promoção dos Açores no contexto nacional e internacional;
- Dinamizar a prática das actividades físicas e desportivas como factor de promoção da saúde e qualidade de vida dos residentes, e a actividade física e desportiva adaptada a portadores de deficiência;
- Fomentar o desporto escolar e apoiar os jovens praticantes;

- Apoiar e dinamizar o movimento associativo.

Medidas:

- Criação de mecanismos de coordenação operacional entre os sistemas educativo; desportivo; saúde; cultura; juventude e turismo, expressos em diferentes níveis de intervenção pública;
- Adaptação da produção legislativa no contexto nacional, nomeadamente: - Regime de exploração do Totoloto; - Regime de apoio aos dirigentes desportivos; - Prevenção da violência associada ao desporto; - Regime de instalação e funcionamento de instalações desportivas; - Regime da responsabilidade técnica pelas instalações desportivas abertas ao público, etc.;
- Propostas de legislação regional nomeadamente nas seguintes áreas: - Reconhecimento de mérito desportivo; - Apoios a Jovens talentos regionais e alta competição; - Apoio ao desenvolvimento de actividades no âmbito das actividades físicas e desportivas; - Regulamentação da utilização do parque desportivo regional, etc.;
- Concentração dos esforços de investimento nas infra-estruturas desportivas nos Parques Desportivos de S. Miguel, Terceira e Faial;
- Acompanhamento e apoio às Autarquias, nos programas de investimento nas instalações desportivas de âmbito municipal;
- Prestação de apoio às entidades do associativismo desportivo que demonstrem capacidade e iniciativa para efectuarem investimentos próprios;
- Aprofundamento das parcerias com Autarquias, movimento associativo, e outras entidades com intervenção directa nas áreas do desporto, da educação física e desporto escolar.

HABITAÇÃO

Linhas orientação estratégica para o sector

- Acentuar a participação das populações na concepção, produção e gestão da habitação;
- Dispor de terrenos necessários (e suficientes) para responder à procura real para projectos de auto-construção, propriedade resolúvel e custos controlados, sejam eles de iniciativa pública, privada ou mista, em áreas urbanas e urbanizáveis, ou seja, integrados no sistema urbano, com boa acessibilidade e servidas de infra-estruturas;
- Assegurar níveis de ofertas suficientes nas zonas de “urbanização prioritária” ou de forte pressão urbanística por forma a baixarem os valores médios do factor solo;
- Incentivar eficazmente a reabilitação urbana que engloba não só a recuperação individualizada, privada e pública, de edifícios, mas também a renovação das infra-estruturas e equipamentos, ou seja, do espaço colectivo (projectos de “ambiente urbano”, “centros históricos”, áreas “degradadas” ou de “abandono” funcional, etc.) por forma a que a reabilitação constitua uma componente maior da política de habitação e não apenas uma política supletiva de salvaguarda patrimonial;
- Garantir programas específicos ou de emergência com dotações financeiras por objectivos para áreas-problema de carência habitacional ou de risco e de atrasos de infra-estrutura urbanística comprovadamente irrecuperáveis com os meios correntes;
- Reforçar a cooperação com as autarquias locais, cooperativas de habitação e outros agentes locais na criação e manutenção de um parque habitacional qualificado, devidamente reabilitado, equipado e integrado no ordenamento urbano;
- Descentralizar as estruturas do sector quanto à informação, atendimento, promoção, reabilitação e gestão do parque habitacional.

- Rever e melhorar a legislação que fundamenta a atribuição de subsídios à habitação, com a preocupação sempre presente de as políticas públicas serem dirigidas aos agregados familiares mais vulneráveis em termos de estabilidade habitacional;
- Actuar sobre as recomendações do Plano Regional de Habitação nomeadamente no que concerne à melhoria das políticas seguidas e implementando as que possam beneficiar as várias estruturas sociais da Região;
- Desenvolver uma política concertada e estruturante de alienação das habitações pertencentes à Região;
- Promover uma gestão integrada e sustentada do parque habitacional público da Região, em regime de arrendamento, colaborando de forma sistemática com o pertencente às autarquias locais.

Objectivos:

- Promover a aquisição e a produção de solo urbanizável, com vista a correlacionar justificadamente o parque habitacional a criar com o existente; melhorar o ordenamento territorial e o saneamento básico; fixar populações; controlar o custo dos solos e dos fogos;
- Diversificar e flexibilizar a promoção de habitação apoiando, simultaneamente, o investimento individual, com destaque para os casais jovens, em termos de auto-construção e o investimento cooperativo e empresarial na produção de habitação a custos controlados;
- Promover a construção e a aquisição de habitação social destinada a realojamentos de famílias carenciadas e em regime de sobreocupação, quer no âmbito dos protocolos celebrados entre a Região, os Municípios e o Instituto Nacional de Habitação, quer no âmbito dos realojamentos previstos na legislação em vigor;
- Promover a produção de habitação em regime de propriedade resolúvel como alternativa a outras formas de habitação social, em que se privilegia o acesso à propriedade;
- Reforçar a interligação com o Instituto de Acção Social e outros parceiros em projectos de intervenção comunitária de luta contra a pobreza.

Medidas:

- Estímulo a construção de habitação a custos controlados (CDH's), através da promoção empresarial e cooperativa;
- Conclusão, em parceria com as autarquias locais, dos acordos de realojamento em vigor e fomento da celebração de novos acordos;
- Construção de habitação em regime de propriedade resolúvel para agregados familiares sem capacidade de endividamento;
- Reabilitação de conservação do parque habitacional existente, requalificando as habitações degradadas;
- Criação de linhas de crédito e outros incentivos com vista ao reforço estrutural anti-sísmico de edifícios antigos destinados à habitação;
- Promoção da gestão integrada e sustentada do parque habitacional público, em regime de arrendamento;
- Reforço da interligação com o Instituto de Acção Social e outros parceiros em projectos de intervenção comunitária de luta contra a pobreza, mormente na freguesia de Rabo de Peixe, mediante contratualização técnico-financeira;
- Reforço da cooperação com as Autarquias Locais, com as cooperativas de habitação e outros agentes locais na criação e manutenção do parque habitacional qualificado, mediante contratualização técnico-financeira;
- Revisão do edifício jurídico enformador dos programas de apoio à habitação existentes.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Linhas de orientação estratégica para o sector

Durante o período de abrangência do Plano a Médio Prazo, manter-se-á o esforço financeiro da Região no sentido de atenuar a penalização dos órgãos de Comunicação Social regionais, derivada da dispersão geográfica da Região e da reduzida dimensão dos mercados potenciais de assinantes e anunciantes, nomeadamente através do apoio aos custos de exploração das empresas.

Neste âmbito, será implementada a revisão do quadro legislativo enquadrador do sistema de ajudas financeiras à Comunicação Social privada, procurando uma melhor adequação à realidade actual, decorrente, por um lado, do surgimento de novos suportes de difusão informativa e, por outro, da recente alteração do sistema nacional de incentivos, devendo estabelecer-se um carácter de complementaridade com este último.

No que respeita aos órgãos de Comunicação social do Estado e ao serviço público de televisão e rádio de que estão incumbidos, será desenvolvido um esforço mais significativo no apoio à melhoria da qualidade e à produção de programas de interesse informativo e cultural, que contribuam, também, para a divulgação no exterior da cultura açoriana.

Paralelamente, serão apoiadas acções ou iniciativas que contribuam para a valorização dos profissionais do sector.

Objectivo:

- Dotar os órgãos de Comunicação Social regionais de meios que lhes permitam o exercício da sua função informativa, paralelamente ao acréscimo da qualidade daquele serviço e ao aperfeiçoamento profissional.

Medidas:

- Apoio a infra-estruturas, à aquisição de equipamento e à produção informativa e de ficção na área do audiovisual, bem como à realização de trabalhos jornalísticos que contribuam para a promoção da Região no exterior;
- Apoio financeiro à difusão e circulação dos órgãos de Comunicação Social regionais;
- Apoio financeiro à participação de agentes Comunicação Social em acções que contribuam para a respectiva valorização:

PROTECÇÃO CIVIL

Linhas orientação estratégica para o sector:

- Privilegiar o diálogo com todos os Agentes de Protecção Civil, designadamente Serviços Municipais de Protecção Civil, Corporações de Bombeiros, Unidades de Saúde e Forças Armadas e com o , incluindo o Comando da Zona Marítima dos Açores e o Instituto de Socorros a Náufragos, definindo o papel dos Bv's em ocorrências na orla marítima e junto à costa;
- Apostar na formação e sensibilização dos Jovens designadamente junto da população escolar, e incrementar a auto-protecção nos estratos populacionais mais idosos, nomeadamente promovendo a execução de um projecto de sensibilização e treino destinado à prevenção e protecção desses estratos populacional;
- Reforçar as formas de apoio ao voluntariado, através da criação de incentivos e sua Formação Profissional;
- Apoiar a realização dos planos municipais de emergência e fomentar a criação dos respectivos Serviços Municipais de Protecção Civil, de modo a atingir a cobertura total na região, nos dois próximos anos;
- Estreitar a colaboração com a Universidade dos Açores, no plano científico, aprofundar a cooperação com entidades/organizações internacionais e nacionais de Protecção Civil;
- Melhorar a qualificação dos recursos humanos dos corpos de bombeiros, fomentar a realização de exercícios, treinos e simulações de Protecção Civil com as associações humanitária de bombeiros, estruturas de saúde e instituições de assistência e solidariedade social, nas empresas, estabelecimentos que recebem público, nas escolas e nos órgãos de comunicação social;
- Apoiar a modernização das infra-estruturas físicas e dos equipamentos das Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários e do próprio Serviço Regional de Protecção Civil.

Objectivos:

- Redefinir toda a estrutura operacional do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores;
- Aumentar a capacidade de resposta do Serviço e dos Agentes de Protecção Civil através de medidas de formação e sensibilização;
- Melhorar os níveis de análise de risco e consequente actuação, através da aprovação e criação dos Planos Municipais de Emergência e respectivos Serviços Municipais de Protecção Civil;
- Construir o Centro de Formação de Protecção Civil e Bombeiros;
- Construir/reabilitar os quartéis de Bombeiros;
- Adquirir/substituir as viaturas dos corpos de Bombeiros;
- Dar continuidade ao melhoramento do sistema de comunicações do SRPCBA;
- Elaborar a carta de risco da Região Autónoma dos Açores;
- Adquirir equipamentos para socorro imediato;
- Fomentar acções de formação e sensibilização abrangendo os Agentes de Protecção Civil e população em geral.

Medidas:

- Aprovação do Manual Operacional Regional;
- Incremento das acções de formação e sensibilização na área da Protecção Civil, concluindo o projecto “Crianças em Segurança” e iniciar o projecto para a 3ª idade;
- Conclusão dos Planos Municipais de Emergência e respectiva articulação com o Plano Regional de Emergência da Protecção Civil;
- Elaboração do projecto do Centro de Formação de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores e dar início à sua construção;
- Apoio financeiro às empreitadas de construção e reabilitação dos quartéis;
- Financiamento da aquisição de viaturas para os corpos de bombeiros;
- Aquisição do equipamento necessário à operacionalidade da rede de

comunicações do SRPCBA;

- Garantia do apoio técnico-científico da Universidade dos Açores;
- Criação da linha telefónica gratuita “S.O.S. – prevenção”, destinada a fomentar a colaboração no recenseamento de todas as situações susceptíveis de potenciarem a desprotecção ou insegurança de pessoas e bens;
- Criação do Estatuto Social do Bombeiro dos Açores, em estreita cooperação com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários da Região, promovendo incentivos na área da habitação, saúde e emprego, de modo, a garantir a existência de pessoal voluntário.

COOPERAÇÃO EXTERNA

Linhas de orientação estratégica para o sector

Ao nível das relações externas, promover-se-á o estabelecimento e desenvolvimento da Cooperação com países e regiões insulares, designadamente regiões ultraperiféricas e potenciais parceiros comerciais.

Serão acompanhados os trabalhos relativos a acordos e tratados internacionais nas quais a Região tenha interesse directo, fomentando-se, igualmente as relações com os organismos vocacionados para o diálogo e cooperação interregional.

Especial ênfase será dado ao relacionamento com as comunidades emigrantes espalhadas pelo mundo, fomentando a identidade cultural através do ensino da língua, da cultura portuguesa e das especificidades açorianas.

Objectivos:

- Acompanhar o processo de construção europeia;
- Fomentar a cooperação com entidades regionais estrangeiras;
- Apoiar o reforço das trocas comerciais e missões empresariais, aliando o conteúdo económico ao relacionamento afectivo, cultural e político;
- Acompanhar e participar dos trabalhos de organismos e organizações internacionais;
- Fomentar o estreitamento dos laços com a América do Norte e o Brasil;
- Divulgar publicações periódicas regionais pelas sociedades e associações culturais existentes nas diferentes comunidades;
- Promover a integração social, educativa e profissional, cívica e política na área de residência do emigrante, consciencializando a necessidade da naturalização dos emigrados, solucionando as causas do fenómeno da repatriação.

Medidas:

- Estabelecimento e desenvolvimento da cooperação com regiões ultra-periféricas e potenciais parceiros comerciais;
- Cooperação com entidades regionais estrangeiras, nomeadamente dos Estados Unidos da América, Canadá, Bermuda e Brasil;
- Acompanhamento dos trabalhos da Assembleia das Regiões da Europa (ARE), Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa (CPLRE) e da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM);
- Acompanhamento dos trabalhos relativos ao Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América;
- Acompanhamento de todas as questões conexas com as negociações Luso-Americanas sobre a Base das Lages;
- Intervenção da Região em acções de intervenção de regressados;
- Divulgação e promoção da identidade cultural açoriana.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL

Linhas de orientação estratégica para o sector

No 1º Quadriénio do século XXI mantém-se a orientação de modernizar a administração pública, com vista ao objectivo estratégico da Qualidade, reforçando-se os instrumentos necessários à sua prossecução.

Objectivos:

- Melhorar a eficiência e eficácia da administração pública regional autónoma;
- Aproximar a administração pública ao cidadão;
- Fomentar a cooperação com a administração local.

Medidas:

- Modernização Administrativa

No que se refere à política de modernização da administração pública e da sua aproximação ao cidadão, destacam-se os Projectos INFOCID – AÇORES – instalação de quiosques multimédia em todos os concelhos, com o alargamento do acervo de informação específica da Região, a criação do Prémio de Qualidade em serviços públicos, visando o estímulo à melhoria constante do funcionamento e da imagem da administração e a publicação de roteiros e colectâneas de legislação.

Para uma maior celeridade e eficácia dos procedimentos da administração pública regional estão previstas acções relacionadas com a implementação de projectos de automatização desses procedimentos. Há a destacar as despesas com contratos, INFORMIX, ADSE, DNS, SCBD ORACLE, DIGESTO, CELEX, bem como outras relativas à actualização de software decorrente da entrada em vigor do novo regulamento do QCA III e do EURO, à aquisição de material informático e sua manutenção.

- Formação Profissional

Sendo a formação um instrumento estruturante de gestão de recursos humanos nas organizações públicas regionais, manter-se-á a estratégia de propiciar anualmente formação a dez por cento dos funcionários e agentes da administração pública regional e local, traduzindo-se, em termos absolutos, em 2.000 pessoas/ano.

As despesas com a formação profissional continuarão a ser candidatas ao co-financiamento pelo Fundo Social Europeu.

Continuar-se-á com o financiamento das associações sem fins lucrativos de funcionários da Região, através do pagamento das respectivas despesas correntes.

- Aproximação da administração pública ao cidadão

Destaca-se a implementação na Região da RIAC – Rede Integrada de Apoio ao Cidadão, constituída por postos de atendimento ao cidadão (PAC – Açores) e um serviço de "Call Center", sendo que os PAC disponibilizarão informação e alguns serviços da administração pública.

- Estatística

Realça-se a elaboração das Contas Económicas da Região, a realização de um novo inquérito de caracterização do turismo nos Açores e a aquisição de equipamento para maior funcionalidade das novas instalações do SREA.

- Cooperação com as Autarquias Locais

No apoio técnico às autarquias locais, merece especial atenção a implementação do POCAL – Plano de Contabilidade das Autarquias Locais, prevendo-se a realização de acções de formação, visitas técnicas e a participação em reuniões de âmbito nacional.

Pretende-se também que se encontrem em vigor a totalidade dos Planos Directores Municipais.

Por outro lado, realizar-se-ão eleições autárquicas em 2001, cabendo a este Departamento a organização logística do processo eleitoral – recenseamento, spots publicitários de apelo ao voto, esclarecimento de dúvidas, etc.

Será dada continuidade à política de bonificações de juros aos municípios, quer de compromissos já assumidos quer como complemento aos apoios que venham a receber do PRODESA, quer ainda da satisfação de encargos dos financiamentos bancários para obras de tratamento de resíduos sólidos em São Miguel, Terceira e Pico. É de relevar que estes encargos financeiros implicam um acréscimo substancial na dotação desta acção.

Manter-se-ão os apoios às freguesias para obras e equipamento das respectivas sedes.

PLANEAMENTO

Linhas de orientação estratégica para o sector

A estrutura do VIII Governo Regional integra na sua orgânica o Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus, na perspectiva do reforço da condução das matérias relativas ao sistema de planeamento regional e, no plano político e operativo, uma maior capacidade de articulação e de eficácia no que se relaciona com as novas exigências do 3º Quadro Comunitário de Apoio.

Neste sentido as linhas de orientação estratégica para este sector são:

- Aumentar a eficácia na coordenação política e técnica entre os departamentos governamentais, quer nas tarefas relativas ao processo de planeamento regional, quer na condução dos programas operacionais e iniciativas comunitárias em que a Região participa;
- Aprofundar as metodologias e meios aplicados na preparação, acompanhamento e avaliação dos instrumentos de planeamento regional;
- Aprofundar a articulação entre o Plano Regional, os planos e programas nacionais/sectoriais e os apoios comunitários a projectos públicos e privados, em ordem a se maximizar a obtenção de financiamentos para o investimento na Região, independentemente deste ser promovido pelo Governo Regional, pelas Autarquias Locais, pelas empresas ou outros agentes públicos ou privados.

Objectivos:

- Melhorar a eficiência e a eficácia do sistema regional de planeamento, seja ao nível da preparação, da gestão, do acompanhamento e da avaliação dos instrumentos de planeamento;

-
- Maximizar o aproveitamento de recursos financeiros provenientes de fundos comunitários, quer os afectos ao Programa Operacional PRODESA, quer os disponíveis em programas nacionais e em iniciativas comunitárias.

Medidas:

- Introdução de metodologias de análise prospectiva na preparação e acompanhamento dos instrumentos de planeamento, bem como melhorar a recolha e tratamento de informação;
- Dinamização dos trabalhos da Comissão Técnica de Planeamento;
- Introdução progressiva de tarefas de controlo e avaliação no processo de planeamento regional;
- Implementação de sistemas de informação e de apoio à decisão adaptados às exigências da gestão e acompanhamento do processo de co-financiamento comunitário;
- Dotar o departamento regional competente de meios físicos e humanos para o desempenho cabal das tarefas atribuídas.

III- INVESTIMENTO DO PLANO

1. Investimento Público

Dotação do Plano Regional para o Quadriénio

Definidas as grandes linhas de orientação estratégica para o quadriénio, explicitados os grandes objectivos de desenvolvimento e definidos os principais instrumentos, está afectado a este Plano Médio Prazo 2001-2004 um envelope financeiro que atinge o montante de 226,3 milhões de contos.

PMP 2001-2004
Recursos Financeiros

Objectivos Gerais	Dotação		%
	Contos	Euros	
Dinamizar o Crescimento e a Competitividade da Economia Regional.....	62 622 373	312 359 080	27,7
Aumentar os Níveis de Eficiência dos Equipamentos e das Infra-estruturas de Desenvolvimento	51 156 836	255 169 222	22,6
Valorizar e Aumentar os Níveis de Protecção da Sociedade Açoriana.....	41 337 000	206 188 087	18,3
Promover a Sustentabilidade do Desenvolvimento e da Qualidade de Vida	31 140 331	155 327 316	13,8
Aumentar a Eficiência da Gestão Pública e Institucional	12 546 400	62 581 179	5,5
Calamidades.....	27 488 500	137 112 060	12,1
TOTAL PMP 2001-2004.....	226 291 440	1 128 736 944	100,0

PMP 2001-2004 – Desagregação Sectorial por Objectivos

mil escudos

ENTIDADES EXECUTORAS PROGRAMAS		2001	2002	2003	2004	Total 2001 - 2004
	Dinamizar o Crescimento e a Competitividade da Economia Regional..	16 894 144	15 152 943	14 609 143	15 966 143	62 622 373
1	Fomento Agrícola.....	3 083 840	3 465 093	3 469 693	3 469 193	13 487 819
2	Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários	4 593 500	2 754 000	2 514 000	2 561 000	12 422 500
3	Diversificação Agrícola	925 000	875 000	995 000	1 020 000	3 815 000
4	Desenvolvimento Florestal.....	908 700	1 050 000	1 120 000	1 160 000	4 238 700
5	Estruturas de Apoio à Actividade da Pesca.....	512 104	592 350	620 950	604 450	2 329 854
6	Modernização das Pescas.....	325 000	435 000	515 000	645 000	1 920 000
7	Desenvolvimento do Turismo	1 621 000	1 520 000	1 415 000	2 040 000	6 596 000
8	Desenvolvimento Industrial.....	210 000	227 000	214 000	211 000	862 000
9	Desenvolvimento do Comércio e Exportação.....	215 000	220 000	240 000	250 000	925 000
10	Sistemas de Incentivos	4 500 000	4 014 500	3 505 500	4 005 500	16 025 500
	Aumentar os Níveis de Eficiência dos Equipamentos e das Infra-estruturas de Desenvolvimento	9 742 918	11 819 418	15 591 500	14 003 000	51 156 836
11	Sistema Rodoviário Regional.....	4 555 000	4 600 000	7 225 000	6 865 000	23 245 000
12	Equipamentos Públicos, Sistemas de Informação e Formação	630 000	575 000	640 000	690 000	2 535 000
13	Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos.....	1 386 500	2 256 500	2 803 500	1 830 500	8 277 000
14	Desenvolvimento dos Transportes Aéreos.....	1 728 500	2 392 500	2 543 000	2 376 500	9 040 500
15	Consolidação e Modernização do Sector Energético.....	193 418	210 418	155 000	171 000	729 836
16	Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica	1 249 500	1 785 000	2 225 000	2 070 000	7 329 500
	Valorizar e Aumentar os Níveis de Protecção da Sociedade Açoriana...	9 521 000	9 339 000	10 461 000	12 016 000	41 337 000
17	Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais	5 284 500	4 935 000	5 747 500	6 365 000	22 332 000
18	Desenvolvimento do Sistema Educativo.....	275 000	275 000	275 000	275 000	1 100 000
19	Juventude e Emprego.....	424 000	578 500	651 000	621 500	2 275 000
20	Desenvolvimento de Infra-Estruturas de Saúde	1 040 000	1 100 000	1 080 000	1 770 000	4 990 000
21	Desenvolvimento do Sistema de Saúde.....	1 170 000	1 050 000	910 000	1 230 000	4 360 000
22	Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social.....	540 000	685 000	940 000	1 030 000	3 195 000
23	Protecção Civil.....	787 500	715 500	857 500	724 500	3 085 000
	Promover a Sustentabilidade do Desenvolvimento e a Qualidade de Vida.....	6 736 270	7 833 860	7 982 811	8 587 390	31 140 331
24	Qualidade Ambiental.....	1 591 270	2 342 400	2 188 885	2 192 420	8 314 975
25	Património e Actividades Culturais	1 361 000	1 517 000	1 532 476	1 769 500	6 179 976
26	Desenvolvimento Desportivo	1 027 000	1 129 000	1 150 000	1 328 000	4 634 000
27	Habitação	2 600 000	2 700 000	2 965 000	3 150 000	11 415 000
28	Comunicação Social	157 000	145 460	146 450	147 470	596 380
	Aumentar a Eficiência da Gestão Pública e Institucional.....	4 114 900	4 055 050	2 190 150	2 186 300	12 546 400
29	Cooperação Externa	323 900	353 050	375 150	394 300	1 446 400
30	Administração Regional e Local	671 000	614 000	656 000	700 000	2 641 000
31	Planeamento e Finanças	1 120 000	1 088 000	1 059 000	992 000	4 259 000
32	Reestruturação do Sector Público Empresarial Regional.....	2 000 000	2 000 000	100 000	100 000	4 200 000
	Calamidades.....	7 530 000	7 628 500	6 375 000	5 955 000	27 488 500
33.1	Intempéries	1 386 000	1 748 500	495 000	345 000	3 974 500
33.2	Sismo	6 094 000	5 580 000	5 580 000	5 310 000	22 564 000
33.3	Sismo	50 000	300 000	300 000	300 000	950 000
	TOTAL.....	54 539 232	55 828 771	57 209 604	58 713 833	226 291 440

PMP 2001-2004 – Desagregação por Entidade Proponente

mil escudos

ENTIDADES EXECUTORAS PROGRAMAS		2001	2002	2003	2004	Total 2001 - 2004
	Presidência do Governo Regional	1 740 400	2 293 510	2 756 600	2 621 770	9 412 280
16	Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica	1 249 500	1 785 000	2 225 000	2 070 000	7 329 500
28	Comunicação Social	157 000	145 460	146 450	147 470	596 380
29	Cooperação Externa	323 900	353 050	375 150	394 300	1 446 400
33.2	Sismo	10 000	10 000	10 000	10 000	40 000
	S. R. Presidência, Finanças e Planeamento	3 130 000	3 098 000	1 169 000	1 102 000	8 499 000
31	Planeamento e Finanças	1 120 000	1 088 000	1 059 000	992 000	4 259 000
32	Reestruturação do Sector Público Empresarial Regional	2 000 000	2 000 000	100 000	100 000	4 200 000
33.1	Intempéries	10 000	10 000	10 000	10 000	40 000
	S. R. Adjunto da Presidência	671 000	614 000	656 000	700 000	2 641 000
30	Administração Regional e Local	671 000	614 000	656 000	700 000	2 641 000
	S. R. da Educação e Cultura	8 771 500	8 634 500	9 555 976	10 559 000	37 520 976
17	Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais	5 284 500	4 935 000	5 747 500	6 365 000	22 332 000
18	Desenvolvimento do Sistema Educativo	275 000	275 000	275 000	275 000	1 100 000
19	Juventude e Emprego	424 000	578 500	651 000	621 500	2 275 000
25	Património e Actividades Culturais	1 361 000	1 517 000	1 532 476	1 769 500	6 179 976
26	Desenvolvimento Desportivo	1 027 000	1 129 000	1 150 000	1 328 000	4 634 000
33.2	Sismo	400 000	200 000	200 000	200 000	1 000 000
	S. R. da Habitação e Equipamentos	14 361 500	14 590 500	17 437 500	16 829 500	63 219 000
11	Sistema Rodoviário Regional	4 555 000	4 600 000	7 225 000	6 865 000	23 245 000
12	Equipamentos Públicos, Sistemas de Informação e Formação	630 000	575 000	640 000	690 000	2 535 000
23	Protecção Civil	787 500	715 500	857 500	724 500	3 085 000
27	Habitação	2 600 000	2 700 000	2 965 000	3 150 000	11 415 000
33.1	Intempéries	575 000	900 000	400 000	300 000	2 175 000
33.2	Sismo	5 214 000	5 100 000	5 350 000	5 100 000	20 764 000
	S. R. Assuntos Sociais	3 135 000	3 085 000	2 950 000	4 030 000	13 200 000
20	Desenvolvimento de Infra-Estruturas de Saúde	1 040 000	1 100 000	1 080 000	1 770 000	4 990 000
21	Desenvolvimento do Sistema de Saúde	1 170 000	1 050 000	910 000	1 230 000	4 360 000
22	Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social	540 000	685 000	940 000	1 030 000	3 195 000
33.2	Sismo	385 000	250 000	20 000		655 000
	Secretaria Regional da Economia	9 889 418	10 860 918	10 876 000	10 884 500	42 510 836
7	Desenvolvimento do Turismo	1 621 000	1 520 000	1 415 000	2 040 000	6 596 000
8	Desenvolvimento Industrial	210 000	227 000	214 000	211 000	862 000
9	Desenvolvimento do Comércio e Exportação	215 000	220 000	240 000	250 000	925 000
10	Sistemas de Incentivos	4 500 000	4 014 500	3 505 500	4 005 500	16 025 500
13	Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos	1 386 500	2 256 500	2 803 500	1 830 500	8 277 000
14	Desenvolvimento dos Transportes Aéreos	1 728 500	2 392 500	2 543 000	2 376 500	9 040 500
15	Consolidação e Modernização do Sector Energético	193 418	210 418	155 000	171 000	729 836
33.2	Sismo	35 000	20 000			55 000
	S. R. da Agricultura e Pescas	10 644 144	9 491 443	9 269 643	9 494 643	38 899 873
1	Fomento Agrícola	3 083 840	3 465 093	3 469 693	3 469 193	13 487 819
2	Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários	4 593 500	2 754 000	2 514 000	2 561 000	12 422 500
3	Diversificação Agrícola	925 000	875 000	995 000	1 020 000	3 815 000
4	Desenvolvimento Florestal	908 700	1 050 000	1 120 000	1 160 000	4 238 700
5	Estruturas de Apoio à Actividade da Pesca	512 104	592 350	620 950	604 450	2 329 854
6	Modernização das Pescas	325 000	435 000	515 000	645 000	1 920 000
33.1	Intempéries	296 000	320 000	35 000	35 000	686 000
33.2	Sismo	50 000				50 000
	S. R. do Ambiente	2 196 270	3 160 900	2 538 885	2 492 420	10 388 475
24	Qualidade Ambiental	1 591 270	2 342 400	2 188 885	2 192 420	8 314 975
33.1	Intempéries	605 000	818 500	350 000	300 000	2 073 500
	TOTAL	54 539 232	55 828 771	57 209 604	58 713 833	226 291 440

Quadro Global de Financiamento da Administração Pública Regional

O valor do investimento da responsabilidade directa do Governo Regional, a realizar no quadriénio 2001-2004, ascenderá a 226,3 M.c., o que representa um investimento médio anual de 56,6 M.c..

Financiamento Global da Actividade da Administração Regional No Período 2001-2004

Unidade: milhões de contos

	2001		2002		2003		2004		Total	
	Valor	%								
Origem dos Fundos.....	150,0	100,0	157,0	100,0	164,5	100,0	172,4	100,0	644,0	100,0
(1) Receitas Próprias.....	89,1	59,4	96,2	61,3	103,9	63,2	112,3	65,1	401,6	62,4
(2) Transferências do O.E.	38,4	25,6	39,1	24,9	41,4	25,2	43,8	25,4	162,7	25,3
(3) Fundos Comunitários.....	16,5	11,0	14,7	9,4	14,2	8,6	14,3	8,3	59,7	9,2
Sub-total.....	144,0	96,0	150,0	95,5	159,5	97,0	170,4	98,8	624,0	96,9
(4) Endividamento Líquido.....	6,0	4,0	7,0	4,5	5,0	3,0	2,0	1,2	20,0	3,1
Aplicação de Fundos.....	150,0	100,0	157,0	100,0	164,5	100,0	172,4	100,0	644,0	100,0
(5) Despesas de Funcionamento	95,5	63,7	101,2	64,5	107,3	65,2	113,7	66,0	417,7	64,9
Juros da dívida.....	2,7	1,8	3,2	2,0	3,6	2,2	3,9	2,3	13,4	2,1
(6) PMP 2001-2004.	54,5	36,3	55,8	35,5	57,2	34,8	58,7	34,0	226,3	35,1
Calamidades.....	7,5	5,0	7,6	4,8	6,4	3,9	6,0	3,5	27,5	4,3
Rácio (1)/(5).....		93,3		95,1		96,9		98,7		

Relativamente ao quadriénio imediatamente anterior, que coincidiu com o mandato do VII Governo Regional dos Açores, este valor de 56,6 M.c. de investimento projectado representa um acréscimo de cerca de 36% ao valor médio de investimento realizado no período anterior, que foi de 41,7 M.c..

Se a comparação for feita com o quadriénio 1993-1996, constata-se então que o investimento que agora se projecta efectuar é mais do dobro do então realizado (27,2 M.c.).

Estes elevados níveis de investimento que agora se projectam são alcançáveis num padrão de consolidação orçamental também diferente dos conseguidos anteriormente. Assim, enquanto que no período de vigência do P.M.P. 2001-2004 se prevê que o financiamento dos investimentos do Plano seja feito em apenas 8,9% com o recurso a endividamento líquido (20 milhões de contos), no período de 1997-2000 o financiamento do Plano foi feito com 25,4% de novos empréstimos (42,4 milhões de contos) e no período 1993-1996 com 52,5% de novos empréstimos, num total de 58,2 milhões de contos.

Este novo padrão de consolidação orçamental que agora se consegue só foi possível alcançar após a grande reforma das finanças públicas regionais operada pela Lei de Finanças para as Regiões Autónomas, reforma esta que veio, igualmente, abrir novas perspectivas ao desenvolvimento económico dos Açores e reforçar o seu posicionamento na União Europeia, agora, também, em processo acelerado de alargamento e de transformação.

De realçar também deste quadro de financiamento da Administração Regional no período do P.M.P. 2001-2004, a progressiva melhoria que se obtém no rácio de cobertura das despesas de funcionamento por receitas próprias da Região que chega, no final do período, a atingir o valor de 98,7%.

Verifica-se, assim, ao longo deste período, o cumprimento tendencial da denominada regra do equilíbrio financeiro mínimo, que só não é plenamente atingido ou mesmo ultrapassado, devido ao grande esforço orçamental que constituiu o abaixamento das taxas de I.R.S. e I.R.C. e o aumento das pensões de reforma e de remunerações complementares, efectuados em ordem a compensar os custos de insularidade que impendem sobre todos quantos vivem e desenvolvem a sua actividade nos Açores.

De registar ainda o facto de o esforço do investimento desenvolvido pelo Governo Regional em ordem a suprir os efeitos das calamidades que têm

vindo a afectar a Região, ser, em todos os anos, sempre de valor superior aos empréstimos necessários para alcançar o equilíbrio dos respectivos orçamentos.

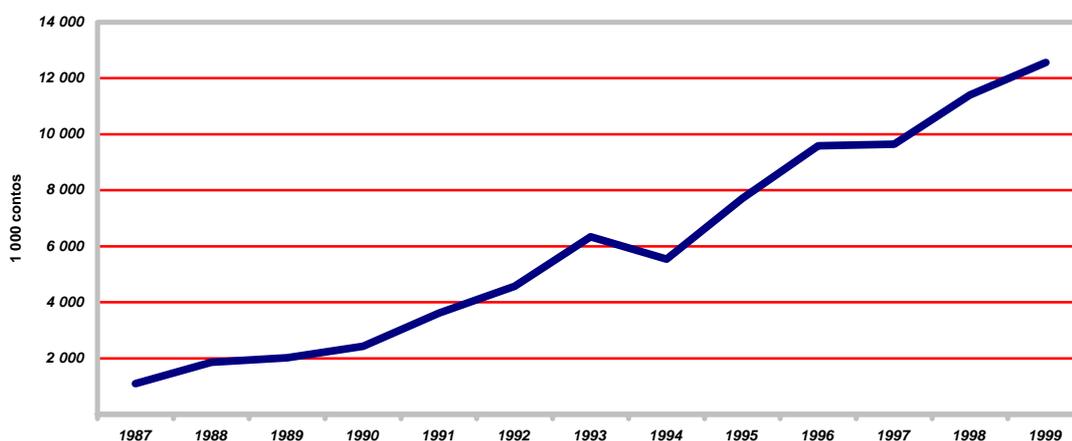
O quadro de consolidação orçamental deste quadriénio é um quadro realista, que propiciará à Região e a todos os seus agentes económicos, públicos e privados, estímulos suficientes que os habilitem a responder positivamente aos grandes desafios de desenvolvimento e de convergência económica e social com o restante território nacional e com a União Europeia.

Investimento Autárquico, dos Fundos Autónomos e das Empresas Públicas

Investimento Autárquico

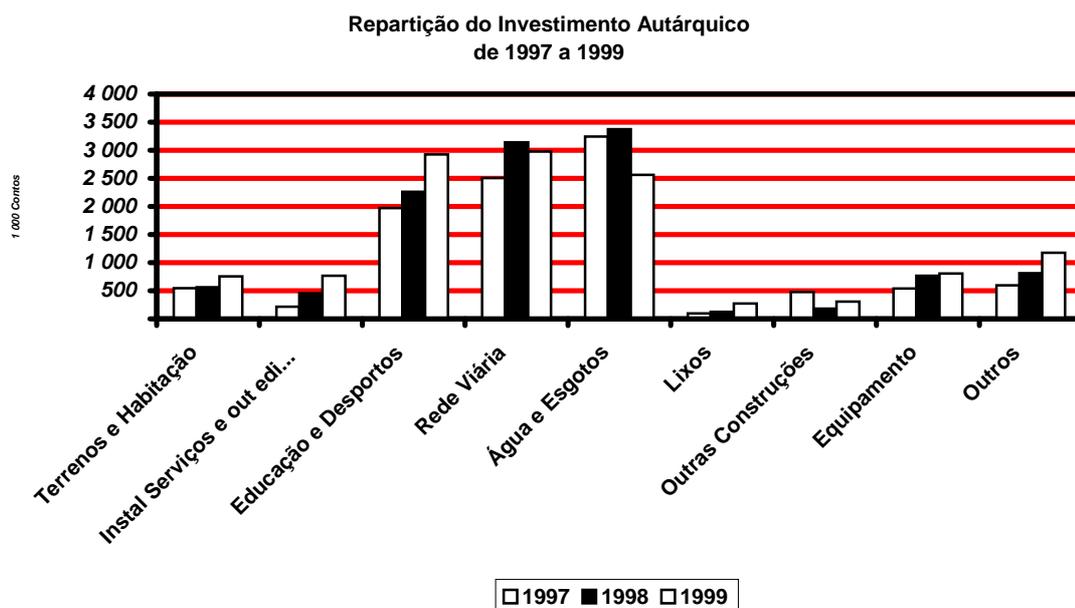
Nos últimos anos as despesas de investimento das Autarquias Locais aumentaram de forma expressiva, sendo, a preços constantes, seis vezes superiores os montantes anuais de investimento em 1999, quando comparados com a situação existente em 1987. Durante estes últimos 12 anos, registaram-se alguns momentos de aceleração/desaceleração dos ritmos de crescimento do investimento municipal, geralmente associados aos fluxos do fundo estrutural FEDER, no âmbito da execução dos programas operacionais inseridos nos diferentes Quadro Comunitários de Apoio, cujo primeiro teve início no anos de 1990.

Evolução das
Despesas de Investimento
(preços 1999)



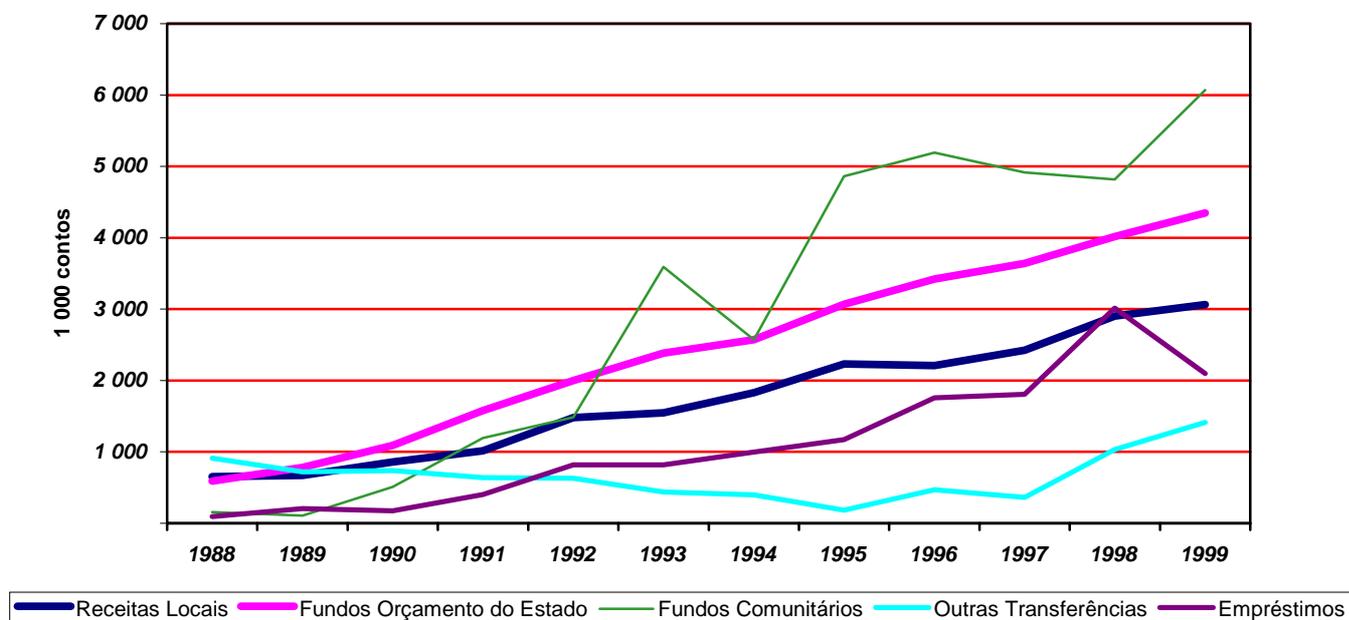
Em termos de estrutura do investimento municipal, e no período mais recente, as aplicações que assumem maior importância são: o Saneamento Básico, a Rede Viária e a Educação e Desporto. O investimento no sector da Habitação também evoluiu positivamente, começando já a atingir alguma

expressão em 1999. A rubrica Equipamentos assume também algum relevo traduzindo o importante parque de máquinas de alguns dos municípios.



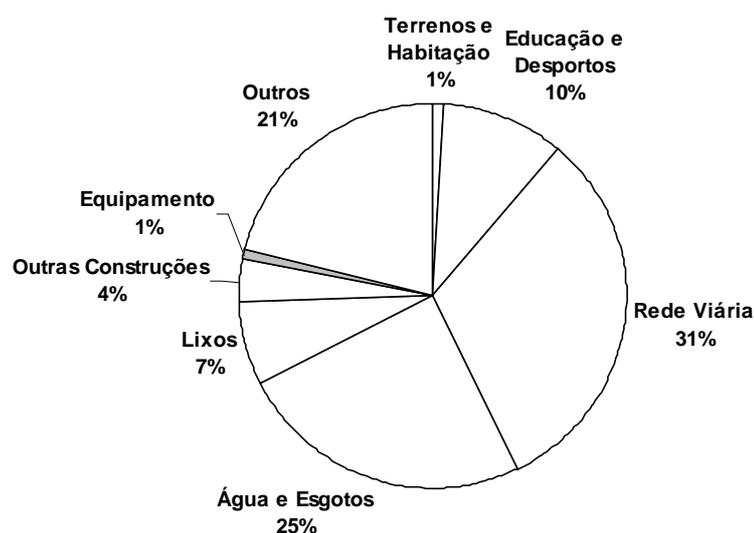
Na estrutura de financiamento do investimento municipal, como já referido, os fundos comunitários têm vindo a ganhar peso, passando, a partir de 1993, a constituir-se como a principal origem de fundos nas aplicações em investimento. De realçar, também, o crescimento contínuo do FEF capital e a utilização crescente dos empréstimos como fonte de financiamento, registando-se no entanto uma redução no ano de 1999. As outras transferências que atingiram o seu valor mínimo em 1995, voltam a ganhar expressão em 1999, atingindo um montante de cerca de 1,4 milhões de contos.

Investimento Municipal - Financiamento
(preços de 1999)



Do conjunto das intenções de investimento das Autarquias Locais da Região, recolhidas no âmbito dos trabalhos preparatórios do Programa Operacional PRODESA, para o período 2000 – 2006, observa-se que as obras de construção e de reabilitação da rede viária municipal irá afectar parte substancial, cerca de 1/3, dos recursos financeiros afectos ao investimento municipal, montantes equivalentes ao que poderá ser despendido ao nível do ambiente, considerando as obras nas redes de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e no domínio dos resíduos sólidos urbanos.

Repartição do Investimento Autárquico
de 2000 a 2006



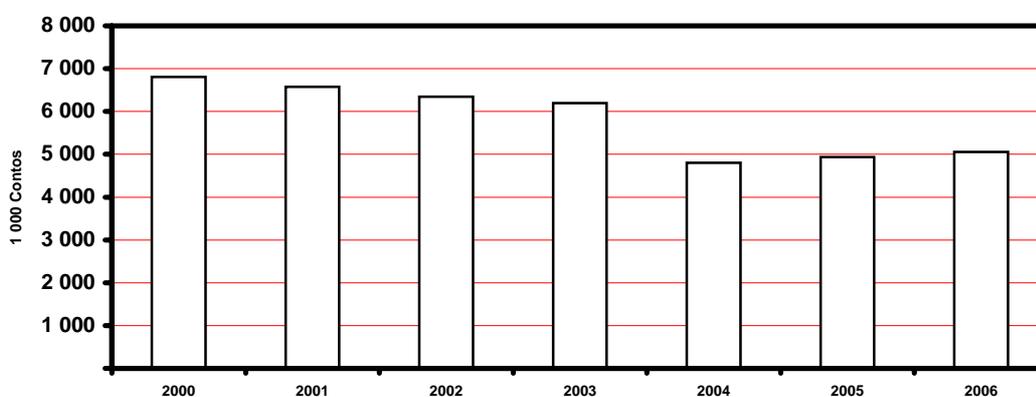
No Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores (PRODESA) as Autarquias terão acesso exclusivo ao Eixo Prioritário 4 – Apoiar o desenvolvimento local do potencial endógeno.

Este eixo visa fomentar o potencial de desenvolvimento local, reconhecendo a importância desta escala territorial em termos de proximidade e como a mais adequada para satisfazer um conjunto de necessidades específicas, associadas à qualidade e condições de vida dos núcleos populacionais, urbanos e rurais, implantados no território e à mobilização dos recursos endógenos disponíveis de forma a garantir a sua sustentabilidade. Irá integrar, no essencial, o apoio a investimentos na área do saneamento básico, das acessibilidades físicas locais, das infra-estruturas e equipamentos escolares e desportivos, da animação turística e cultural e do apoio à actividade produtiva local.

O envelope financeiro previsto para o período de duração do PRODESA atinge o montante global, no período 2000-2006, de 172,6 milhões de euros (34, 6 milhões de contos) de co-financiamento do fundos estrutural FEDER, a que corresponde uma despesa pública de investimento de 203,1 milhões de euros (perto de 41 milhões de contos).

A distribuição anual da programação financeira deste eixo do PRODESA, corresponde às exigências da “Curva de Berlim”, decorrentes da negociação do 3º Quadro Comunitário de Apoio, e que se aplicam a todos os programas/eixos/projectos apresentados ao nível das regiões dos estados membros que beneficiam deste tipo de apoio comunitário.

**Volume de investimento das Autarquias
a financiar pelo PRODESA
entre 2000 e 2006**



Sector Público Empresarial e Organismos Autónomos

O investimento público para o próximo quadriénio 2001-2004 não se esgota apenas na programação material e financeira do Plano Regional.

Algumas entidades de natureza pública promovem igualmente investimentos estratégicos no quadro do desenvolvimento regional, sendo por isso, inclusivamente, beneficiárias finais de co-financiamento comunitário, no âmbito dos programas operacionais, com destaque para o PRODESA.

Considerando empresas do sector público empresarial e as Juntas Autónomas dos Portos, o valor dos investimentos projectados, para o período 2001–2004, ascende a cerca de 48,1 milhões de contos, dos quais 30,3 milhões são da responsabilidade do sector empresarial público e a restante parcela a cargo das Juntas Autónomas dos Portos.

EMPRESAS PÚBLICAS E JUNTAS AUTÓNOMAS – INVESTIMENTOS 2001-2004

	1 000 contos
Empresas Públicas	30 260
Juntas Autónomas	17 869
Total	48 129

A empresa regional com responsabilidades ao nível da produção, transporte e distribuição de energia eléctrica, a EDA, SA, tem um programa de investimentos, para o período 2001-2004, que se estima em 26,4 milhões de contos, em que as aplicações nos centros electroprodutores afectarão cerca de 60% do total da despesa de investimento, o transporte e a grande distribuição cerca de 15,9 %, a pequena distribuição 17,3% e a restante parcela destina-se a imobilizações diversas.

EDA, S.A. – Investimentos

(1 000 contos)

Designação	2001	2002	2003	2004	Total
Centros Produtores.....	5 875,8	3 031,7	2 497,5	4 532,0	15 937,0
Transporte Grande Distribuição.....	827,7	1 279,6	888,9	1 220,0	4 216,2
Pequena Distribuição.....	1 147,1	1 548,2	948,2	941,7	4 585,2
Outras Imobilizações	703,1	300,5	254,4	446,4	1 704,4
Total	8 553,7	6 160,0	4 589,0	7 140,0	26 442,8

A SATA, SA, propõe-se investir para o quadriénio cerca de 2 milhões de contos, destinando-se cerca de 38,7% deste montante às operações em terra, e perto de 26% para aplicação nas direcções de manutenção, de operação de vôo e comercial. De realçar ainda a expressão do investimento no âmbito do apoio à gestão, designadamente para implementação do novo sistema de reservas.

SATA, S.A. – Investimentos

(1 000 contos)

Designação	2001	2002	2003	2004	Total
Manutenção Aeronaves.....	93	80	50	90	313
Operações Terrestres.....	210	190	200	180	780
Operações Voo.....	20	25	25	25	95
Geral Comercial.....	20	30	30	30	110
Apoio à Gestão	316	100	100	200	716
Total	659	425	405	525	2 014

A LOTAÇOR, tem intenções de investimento que totalizam 1,8 milhões de contos, com aplicações diversas, destacando-se as obras de modernização a desenvolver nas infra-estruturas portuárias em articulação com o governo regional. O plano de investimentos desta empresa contém ainda outras áreas de intervenção, desde a informatização de lotas, até aquisição de diversos equipamentos para a modernização da sua actividade.

LOTAÇOR – Investimentos

(1 000 contos)

Designação	2001	2002	2003	2004	Total
Melhoramento de infra-estruturas portuárias	400	400	400	400	1 600
Informatização da lota da Horta.....	40				40
Aquisição de viaturas isotérmicas	10	5	5	5	25
Aquisição de equipamentos	11	11	11	11	44
Aquisição de balanças	2	2	2	2	8
Reconversão dos programas informáticos p/ Euro	30				30
Equipamento informático	2	2	2	2	8
Conservação e manutenção de lotas ...	10	10	10	10	40
Outros	2	2	2	2	8
Total	507	432	432	432	1 803

As Juntas Autónomas dos Portos da Região, para além das tarefas correntes que lhes estão atribuídas, no quadro da gestão e funcionamento dos portos, desempenham um papel importante no investimento público em infra-estruturas e equipamentos relacionados com o transporte marítimo. Estas funções são devidamente planeadas e executadas em articulação com o departamento governamental com a tutela do sector, abrangendo também matérias relativas à montagem financeira dos correspondentes projectos de investimento, englobando recursos públicos regionais, previstos nas dotações deste Plano, em complemento de financiamentos comunitários, designadamente no quadro da execução do PRODESA.

Apresenta-se a seguir um quadro com as propostas de investimento, projecto a projecto, e respectivos valores financeiros indicativos, os quais totalizam um montante de investimento na ordem dos 17,9 milhões de contos.

JAP's – Investimentos

(1 000 contos)

Designação	2001	2002	2003	2004	Total
JAP de Angra do Heroísmo	2 420	2 360	1 310	575	6 665
Equipamento portuário	860	570	170	130	1 730
Porto de Recreio de Angra do Heroísmo	400	255			655
Emissário de Angra do Heroísmo	510				510
Plano Integrado da Baía de Angra do Heroísmo	615	1 030			1 645
Gare Marítima e Terminal de Passageiros da Praia da Vitória	10	140	550		700
Porto de Pescas e Recreio da Praia da Graciosa		285	425	350	1 060
Edifício das Oficinas do Porto da Praia da Vitória			85	85	170
Pav. e infra-estruturas p/ contentores frigoríficos da P. Vitória		65	65		130
Informática	25	15	15	10	65
JAP de Ponta Delgada	1 655	1 214	694	350	3 913
Ordenamento do sector da pescas no Saco do Porto	500	350	80		930
Protecção da boca da Marina de Ponta Delgada	80	130			210
Edificações e pontões para a Marina de Ponta Delgada	30	50	40		120
Intervenções no Porto de Ponta Delgada	140	119	84		343
Pav. e vedações do parque de contentores (Mata da Docca)	60	20			80
Equipamento portuário	530	200	125	70	925
Plano director do porto	50	30			80
Adaptação do Cais da Sardinha p/ embarcações Marítimo-turísticas	40	100			140
Informática/Diversos	25	15	15	10	65
Recreio Náutico de Vila do Porto e Terminal para Ferries	200	200	350	250	1 000
Consolidação da falésia				20	20
JAP da Horta	1 546	2 265	2 005	1 475	7 291
Equipamento portuário	300	370	100	120	890
Empreitada de reabilitação do Porto de São Roque	100	600	1 100	350	2 150
Empreitada de ampliação do Porto da Calheta de S. Jorge	690	1 265			1 955
Empreitada de const. Núcleo de Recreio Náutico de Velas e Lajes das Flores		30	405	205	640
Empreitada de const. armazém polivalente do Porto de Lajes das Flores ..			100		100
Empreitada de const. armazém/oficina no Porto do Corvo	20				20
Empreitada de reorden. e reabilitação do Porto da Madalena do Pico	75		300	400	775
Empreitada de construção das redes de água, electricidade e serviços de incêndios no Porto de Lajes das Flores	74			300	374
Empreitada de alargamento do acesso ao Porto de L. Pico	130				130
Empreitada de construção do parque de retém de gado do Porto de S. Roque do Pico	57				57
Início das obras terrestres envolventes da bacia Sul da Marina da Horta e ampliação do Clube Naval	100			100	200
Total JAP`s	5 621	5 839	4 009	2 400	17 869

Fonte: Elementos fornecidos pelas Juntas Autónomas dos Portos de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta.

Fundos Comunitários

O QCA III PARA O PERÍODO 2000-2006

O Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores (PRODESA)

O Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores (PRODESA) aprovado pela Comissão Europeia em 28 de Julho de 2000, deverá contribuir decisivamente para o desenvolvimento equilibrado e sustentável das actividades económicas, do emprego e dos recursos humanos e ainda para a correcção de assimetrias económicas, sociais e territoriais existentes.

Para o período 2000-2006 o valor do investimento global será de 252 milhões de contos, o que representa uma média anual da ordem dos 36 milhões de contos.

A despesa pública programada para o PRODESA é de 220 milhões de contos, a que corresponde uma contribuição comunitária de 171 milhões de contos. Deste montante, o FEDER representa cerca de 69%, o FEOGA-O 16%, o FSE 12% e o IFOP cerca de 3%.

O Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores (PRODESA) incluído no Quadro Comunitário de Apoio III para 2000-2006, irá desempenhar um papel crucial no esforço de investimento regional, procurando compatibilizar as ambições de desenvolvimento económico com as preocupações de âmbito social e equilíbrio sustentado.

A natureza selectiva, articulada e plurianual do investimento programado no PRODESA, envolvendo a participação dos Fundos Estruturais, permite assegurar a disponibilização de meios para intervir em domínios e áreas de intervenção estratégicos onde se concentram obstáculos a um desenvolvimento que se pretende rápido, sustentado e indutor de coesão social.

A estratégia que orienta o esforço de desenvolvimento a prosseguir, parte da identificação de um conjunto de problemas centrais, dos quais os mais relevantes estão associados à baixa produtividade da economia e aos factores de competitividade externa, e têm em conta um conjunto de oportunidades que podem ser exploradas para reduzir a gravidade dos estrangulamentos identificados.

As linhas de orientação estratégicas assentam em 4 vectores base:

- a dinâmica de desenvolvimento económico;
- a qualificação dos recursos humanos e a estabilização do mercado de emprego;
- o reforço da posição geoestratégica da Região;
- o equilíbrio sustentado do território e das condições de vida da população.

Os **Objectivos Estratégicos** definidos para a intervenção dos Fundos Estruturais consignados no PRODESA procuram dar solução aos problemas identificados e explorar as maiores oportunidades de desenvolvimento:

▪ No que respeita à **modernização e diversificação dos sistema produtivo**, é necessário um esforço de integração do investimento público e privado, tendo em vista o aumento dos níveis de competitividade.

▪ No que respeita ao **reforço da qualificação do capital humano**, a Região deve apostar no desenvolvimento dos sistemas educativo, científico-tecnológico e de formação profissional, reforçando em simultâneo as política de igualdade de oportunidades e procurando manter a estabilidade e equilíbrio do mercado de trabalho.

▪ No que respeita ao **desenvolvimento das redes de infra-estruturas e equipamentos e da qualidade de vida**, a Região deve previllegiar a intervenção em áreas fundamentais de estruturação do território por via do

fortalecimento e dos sistemas de transporte, do abastecimento energético e das condições de vida.

Face aos domínios prioritários e a estes objectivos estratégicos, o PRODESA estruturou-se em **Eixos Prioritários** que exprimem claramente as prioridades de acção dos fundos comunitários para o período 2000-2006:

- **O Eixo Prioritário 1 - Melhorar a Competitividade Regional**, visa promover a integração da Região no espaço europeu, garantindo a circulação eficiente de pessoas e bens, ao mesmo tempo que assegure a modernização da rede regional de equipamentos de base. Esta prioridade implica um grande esforço de investimento em acessibilidades, garantindo uma oferta de base em cada uma das ilhas ao nível das redes viária, portuária e aeroportuária, em equipamentos de educação e de saúde com vista a aumentar os níveis de cobertura da população e assegurando a qualidade de oferta destes serviços, e em infra-estruturas e equipamentos de protecção civil, dado ser fundamental melhorar os níveis de análise de riscos e aumentar a confiança e segurança perante situações de catástrofes naturais.

- **O Eixo Prioritário 2 - Modernizar a Base Produtiva Tradicional**, que se desenvolve através das iniciativas apoiadas pelo FEOGA-O e pelo IFOP, visa o incremento dos níveis de sustentabilidade da fileira agro-pecuária, promovendo a integração do sistema de desenvolvimento rural e o desenvolvimento da fileira da pesca, incluindo as actividades transformadoras e de comercialização associadas. É crucial promover a modernização das estruturas fundiárias e o reordenamento do espaço rural, melhorar a rede de infra-estruturas de apoio às explorações agrícolas, modernizar a rede regional de abate, valorizar os espaços e os recursos florestais, o espaço natural e o património rural, valorizar os recursos marinhos, modernizar a frota de pesca e apoiar as acções conducentes ao desenvolvimento da pesca e ao ajustamento do esforço de pesca.

▪ **O Eixo Prioritário 3 – Promover o Desenvolvimento Sustentado,** engloba as apostas na dinamização dos sectores estratégicos, fora da base económica tradicional, potenciando o esforço no domínios da ciência, da tecnologia e da sociedade da informação, melhorando os níveis de emprego e de qualificação profissional e garantindo o correcto ordenamento do território e dos níveis de sustentabilidade ambiental. Pretende-se neste âmbito, reforçar as actividades produtivas ligadas ao turismo e aos serviços, favorecendo o aparecimento de novas iniciativas e de externalidades positivas nestes domínios, apostar na dinamização das componentes científico-tecnológica e da sociedade da informação enquanto áreas estratégicas de apoio ao desenvolvimento e à inserção da Região no novo contexto da globalização. De modo a assegurar um desenvolvimento sustentado, é fundamental criar condições para uma maior e melhor empregabilidade e uma maior qualificação do factor trabalho, assim como promover uma intervenção estruturadora nos sistemas ambiental e do ordenamento do território.

▪ **O Eixo Prioritário 4 – Desenvolver o Potencial Endógeno de Nível Local,** acolhe as iniciativas de investimento à escala municipal, promovidas pelas Autarquias Locais enquanto agentes privilegiados na valorização do potencial endógeno. Neste âmbito, o esforço de investimento dirige-se preferencialmente para as áreas do saneamento básico, rede viária, equipamentos educacionais e desportivos e iniciativas locais de investimento dirigidas para a animação turística, cultural e de ordenamento industrial.

▪ **O Eixo Prioritário 5 – Fortalecer o Tecido Empresarial Regional,** compreende a promoção e diversificação da base económica e a melhoria de sectores fundamentais, como sejam a energia e os transportes. O sector empresarial, público e privado, constitui o parceiro estratégico no processo de desenvolvimento, no que respeita ao fortalecimento e à modernização da economia. As intervenções ao nível do privado e que abrangem os diversos sectores económicos, revestirão a forma de auxílios de estado de base regional a estabelecer em quadro legislativo apropriado. No âmbito da intervenção pública, por um lado, é necessário promover a melhoria da oferta de energia, pelo que é

prioritário aumentar e modernizar as redes de produção, transporte e distribuição e proporcionar uma maior penetração das energias renováveis e endógenas, com particular destaque para a geotermia e, por outro lado, é crucial assegurar a melhoria das condições de oferta do transporte rodoviário colectivo de passageiros, de modo a promover uma maior utilização deste modo de transporte.

PRODESA – Programa Operacional de Desenvolvimento Económico e Social dos Açores

Linhas de Orientação Estratégica

Dinâmica do Desenvolvimento
Económico

Qualificação dos Recursos
Humanos e Estabilização do
Mercado do Emprego

Redes de Estruturação do
Território e Posição
Geoestratégica

Equilíbrio Sustentado do
Território e das Condições de
Vida

Eixos Prioritários

Garantir as condições básicas
para a melhoria da
competitividade regional

Incrementar a modernização da
base produtiva tradicional

Promover a dinamização do
desenvolvimento sustentado

Apoiar o desenvolvimento local
do potencial endógeno

Dinamizar e fortalecer o tecido
empresarial regional

Objectivos

Modernização e Dinamização
do Sistema Produtivo

Reforço e Qualificação do
Capital Humano

Desenvolvimento das Redes
Regionais de Infra-Estruturas e
Qualidade de Vida

Medidas

M.1.1 -Infra-estruturas e equipamentos portuários e aeroportuários
M.1.2 -Infra-estruturas e equipamentos rodoviários
M.1.3 -Infra-estruturas e equipamentos de educação e cultura
M.1.4 -Infra-estruturas e equipamentos de saúde
M.1.5 -Protecção Civil

M.2.1 -Promoção do desenvolvimento sustentado em zonas rurais
M.2.2 -Incentivos à modernização e diversificação do sector agro-florestal
M.2.3 -Apoio ao desenvolvimento das pescas
M.2.4 -Ajustamento do esforço de pesca

M.3.1 -Desenvolvimento do turismo
M.3.2 -Desenvolvimento do sistema, industrial, comercial e de serviços
M.3.3 -Desenvolvimento da ciência, tecnologia e da sociedade da
informação
M.3.4 -Desenvolvimento do emprego e da formação profissional
M.3.5 -Desenvolvimento do sistema ambiental e do ordenamento

M.4.1 -Infra-estruturas de saneamento básico
M.4.2 -Rede viária municipal
M.4.3 -Educação e desporto
M.4.4 -Valorização do potencial endógeno

M.5.1 -Turismo
M.5.2 -Indústria, comércio e serviços
M.5.3 -Energia
M.5.4 -Transportes e Comunicações.

IV- DESENVOLVIMENTO DA PROGRAMAÇÃO

Neste capítulo apresenta-se a programação prevista para o quadriénio 2001-2004.

O Plano a Médio Prazo 2001-2004 estrutura-se em 33 Programas, que por sua vez integram 109 projectos e 584 acções.

A informação a seguir prestada compreende descrições sobre o conteúdo material dos programas e dos respectivos projectos, bem como as dotações financeiras previstas para a sua execução.

Tendo em consideração a opção do governo de proceder a uma intervenção específica na freguesia de Rabo de Peixe, que é desenvolvida de forma articulada pelos diferentes departamentos governamentais e avaliada de forma contínua, procede-se, em diversos programas, à desagregação de verbas e identificação de acções dirigidas àquele universo, consubstanciando-se, dessa forma, uma base mínima de intervenção que atinge um valor médio anual de um milhão de contos, no quadriénio. Muitas outras acções, porém, designadamente na acção social, com repercussão genérica, têm especial aplicação naquele universo.

Programa nº 1 — FOMENTO AGRÍCOLA

O programa "Fomento Agrícola" irá privilegiar as infra-estruturas agrícolas, as explorações e a qualidade animal e vegetal, através de 4 projectos.

O projecto "Infra-estruturas Agrícolas" incide no abastecimento de água às explorações, nomeadamente a construção de redes de abastecimento; nos caminhos agrícolas e rurais, principalmente no que concerne a empreitadas de construção/beneficiação; na electrificação agrícola, através do fornecimento de energia eléctrica às explorações agrícolas com colocação de novas linhas de MT, BT e novos postos de transformação. Para além destas acções, este projecto abrangerá o funcionamento do IROA, uma intervenção no edifício sede da SRAPA e melhoramentos nos Serviços de Desenvolvimento Agrário em diversas ilhas.

O projecto "Sanidade Animal e Vegetal", compreende infra-estruturas de apoio e campanhas que assegurem a sanidade animal e vegetal. No que concerne à sanidade, prosseguirá um esforço para a erradicação da brucelose e leucose, por forma a assegurar-se a higiene e qualidade dos produtos finais. Em relação à sanidade vegetal, este projecto visa garantir a protecção fitossanitária, impedir a dispersão de organismos nocivos às culturas da Região e desenvolver métodos expeditos de diagnóstico laboratorial, bem como controlar a infestação de ratos.

O projecto "Modernizar as Explorações Agro-Pecuárias" perspectiva a realização de estudos e projectos de experimentação nas áreas de: pastagens e forragens, bovinicultura de leite e carne, floricultura, horticultura, viticultura e enologia. Será ainda abrangido por este projecto a identificação de todos os bovinos, assim como a supervisão de todos os sub-centros de inseminação artificial existentes na Região. O actual controlo e supervisão dos serviços de contraste leiteiro será levado a cabo em todas as ilhas onde existe indústria de lacticínios.

O projecto "Reduzir Custos de Exploração" irá compensar as desvantagens naturais das condições de produção dos agricultores, através de ajudas diversas como sejam as indemnizações compensatórias. Serão apoiadas as organizações de produtores, assegurando-lhes o funcionamento, capacidade técnica e de gestão,

possibilitando-lhes a aquisição de serviços, meios humanos e materiais, bem como a constituição de novas organizações.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 1 - Fomento Agrícola					
Projecto nº:					
1.1 Infra-Estruturas Agrícolas	610 720	665 520	690 120	663 620	2 629 980
1.2 Sanidade Animal e Vegetal.....	800 000	810 000	750 000	720 000	3 080 000
1.3 Modernizar as Explorações Agro-Pecuárias.....	501 000	540 000	540 000	545 000	2 126 000
1.4 Reduzir Custos de Exploração Agrícola.....	1 172 120	1 449 573	1 489 573	1 540 573	5 651 839
Total da dotação do Programa	3 083 840	3 465 093	3 469 693	3 469 193	13 487 819

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 1 - Fomento Agrícola					
Projecto nº:					
1.1 Infra-Estruturas Agrícolas	3 046 259	3 319 600	3 442 304	3 310 123	13 118 285
1.2 Sanidade Animal e Vegetal.....	3 990 383	4 040 263	3 740 984	3 591 345	15 362 975
1.3 Modernizar as Explorações Agro-Pecuárias.....	2 498 977	2 693 509	2 693 509	2 718 449	10 604 443
1.4 Reduzir Custos de Exploração Agrícola.....	5 846 510	7 230 440	7 429 959	7 684 346	28 191 254
Total da dotação do Programa	15 382 129	17 283 811	17 306 756	17 304 262	67 276 958

**Programa nº 2 — APOIO À TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS
PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS**

O Programa "Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos" apoiará, através do projecto "Transformação e Comercialização", a construção e conclusão de novos matadouros e conservação/reparação dos já existentes, tendo em vista a consolidação da rede de abate regional.

Estão previstas acções para o desenvolvimento da qualidade nas indústrias agro-alimentares, a gestão de quotas leiteiras, prémios e ajudas, a classificação do leite à produção e classificação de carcaças e na regularização de mercados agrícolas.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 2 - Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro- Pecuários					
Projecto nº:					
2.1 Transformação e Comercialização	4 593 500	2 754 000	2 514 000	2 561 000	12 422 500
Total da dotação do Programa	4 593 500	2 754 000	2 514 000	2 561 000	12 422 500

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 2 - Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro- Pecuários					
Projecto nº:					
2.1 Transformação e Comercialização	22 912 281	13 736 894	12 539 779	12 774 214	61 963 169
Total da dotação do Programa	22 912 281	13 736 894	12 539 779	12 774 214	61 963 169

Programa nº 3 — DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA

O programa "Diversificação Agrícola" englobará 4 projectos. O projecto "Diversificação da Produção Agrícola" consiste na implementação de acções fomentadoras do aparecimento de novas culturas e produtos, incentivando-se, para o efeito, o incremento de produções estratégicas na área da horticultura, da fruticultura e da floricultura, por forma a garantir a especialização e alternativas de mercado. Este projecto compreende ainda o apoio à agricultura biológica e preservação de espécies vegetais tradicionais e ainda a promoção de produtos regionais no mercado externo.

No que concerne à valorização dos recursos humanos, o projecto "Formação e Informação" abrangerá os jovens agricultores que serão alvo da formação que lhes permita melhorar o seu desempenho profissional e dotar os agricultores com a formação profissional necessária à gestão das suas explorações agrícolas.

Através do projecto "Renovação e Reestruturação das Empresas Agrícolas", serão processadas as candidaturas relativas à cessação antecipada da actividade agrícola. Serão, ainda, pagos os juros resultantes da aplicação do SICATE (DLR nº 23/99/A de 31/07).

O projecto "Intervenção Específica em Rabo de Peixe" inclui acções de valorização profissional, de apoio ao investimento e de apoio à introdução de novas culturas.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 3 - Diversificação Agrícola					
Projecto nº:					
3.1 Diversificação da Produção Agrícola	565 000	595 000	705 000	705 000	2 570 000
3.2 Formação e Informação	32 000	37 000	37 000	42 000	148 000
3.3 Renovação e Reestruturação das Empresas Agrícolas...	315 000	230 000	240 000	260 000	1 045 000
3.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Agricultura .	13 000	13 000	13 000	13 000	52 000
Total da dotação do Programa	925 000	875 000	995 000	1 020 000	3 815 000

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 3 - Diversificação Agrícola					
Projecto nº:					
3.1 Diversificação da Produção Agrícola	2 818 208	2 967 847	3 516 525	3 516 525	12 819 106
3.2 Formação e Informação	159 615	184 555	184 555	209 495	738 221
3.3 Renovação e Reestruturação das Empresas Agrícolas.....	1 571 213	1 147 235	1 197 115	1 296 875	5 212 438
3.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Agricultura	64 844	64 844	64 844	64 844	259 375
Total da dotação do Programa	4 613 881	4 364 482	4 963 039	5 087 739	19 029 140

Programa nº 4 — DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

No programa "Desenvolvimento Florestal consideraram-se três projectos, que visam o aumento e diversificação dos recursos florestais, a gestão racional dos mesmos e o uso múltiplo da floresta.

No âmbito do Fomento e Gestão dos Recursos Florestais, prevê-se a aplicação de medidas de fomento à arborização, nomeadamente no que concerne aos terrenos baldios. Está previsto o apoio ao investimento nas empresas de colheita, transformação e comercialização de produtos florestais e ainda o protocolo de cooperação entre a SRAPA e o ISA/ADISA, relativamente ao Plano de Melhoramento Florestal dos Açores.

No que concerne a infra-estruturas e equipamentos será promovida a construção e conservação/reparação de caminhos rurais e florestais. Este projecto contempla, ainda, a conservação de equipamentos florestais, abrigos, armazéns, casas de guarda, oficinas e sedes dos Serviços.

O projecto "Uso Múltiplo da Floresta" visa a continuação dos trabalhos de Inventário Florestal dos Açores. Serão implementados projectos relativos à gestão dos recursos cinegéticos e piscícolas, concluído o projecto Life II "Estudo e Conservação do Património Natural dos Açores" e "Estudo da Bioecologia da Galinhola".

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 4 - Desenvolvimento Florestal					
Projecto nº:					
4.1 Fomento e Gestão dos Recursos Florestais.....	190 500	240 000	240 000	260 000	930 500
4.2 Infra-Estruturas e Equipamentos Florestais.....	580 000	660 000	720 000	730 000	2 690 000
4.3 Uso Múltiplo da Floresta.....	138 200	150 000	160 000	170 000	618 200
Total da dotação do Programa	908 700	1 050 000	1 120 000	1 160 000	4 238 700

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 4 - Desenvolvimento Florestal					
Projecto nº:					
4.1 Fomento e Gestão dos Recursos Florestais	950 210	1 197 115	1 197 115	1 296 875	4 641 314
4.2 Infra-Estruturas e Equipamentos Florestais	2 893 028	3 292 066	3 591 345	3 641 225	13 417 663
4.3 Uso Múltiplo da Floresta.....	689 339	748 197	798 077	847 956	3 083 569
Total da dotação do Programa	4 532 576	5 237 378	5 586 536	5 786 056	21 142 546

Programa nº 5 — ESTRUTURAS DE APOIO À ACTIVIDADE DA PESCA

O programa "Estruturas de Apoio à Actividade da Pesca" engloba a inspecção e a gestão dos recursos, assim como a adequação das estruturas portuárias. Este programa estrutura-se em 3 projectos.

No que concerne ao projecto "Inspeção e Gestão", serão adquiridos meios de fiscalização das pescas e apoiar-se-á a realização de projectos de investigação do DOP e a gestão do N/I "Arquipélago" e L/I "Águas Vivas".

Com o projecto "Estruturas Portuárias", visa-se a construção, reparação e manutenção dos portos de pesca, assim como a construção de novas lotas e assegurar as reparações e manutenções necessárias às mesmas.

Para a intervenção específica na Freguesia de Rabo de Peixe inclui-se a dotação financeira, relativa à conclusão da construção do Porto de Rabo de Peixe.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 5 - Estruturas de Apoio à Actividade da Pesca					
Projecto nº:					
5.1 Inspeção e Gestão	155 000	235 000	260 000	200 000	850 000
5.2 Estruturas Portuárias.....	257 104	357 350	360 950	404 450	1 379 854
5.3 Intervenção específica em Rabo de Peixe - Pescas	100 000				100 000
Total da dotação do Programa.....	512 104	592 350	620 950	604 450	2 329 854

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 5 - Estruturas de Apoio à Actividade da Pesca					
Projecto nº:					
5.1 Inspeção e Gestão	773 137	1 172 175	1 296 875	997 596	4 239 782
5.2 Estruturas Portuárias.....	1 282 429	1 782 454	1 800 411	2 017 388	6 882 683
5.3 Intervenção específica em Rabo de Peixe - Pescas	498 798				498 798
Total da dotação do Programa.....	2 554 364	2 954 629	3 097 286	3 014 984	11 621 263

Programa nº 6 — MODERNIZAÇÃO DAS PESCAS

O programa "Modernização das Pescas" visa o melhoramento da frota, o apoio à transformação e comercialização e a valorização dos recursos humanos.

O projecto "Frota" terá em consideração a reestruturação da frota pesqueira regional. Para tal, serão garantidos apoios financeiros necessários ao pagamento de bonificações de juros e de subsídios a fundo perdido às candidaturas já aprovadas pelos sistemas de apoio financeiro ao investimento no sector.

O projecto "Transformação, Comercialização e Cooperação Externa", visa apoiar o estabelecimento de protocolos de cooperação com os PALOP's, nomeadamente com vista ao alargamento da área de actuação da frota atuneira regional, sendo também apoiadas as organizações de produtores do sector.

Relativamente à valorização dos recursos humanos, serão implementadas acções de formação profissional, bem como de divulgação.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 6 - Modernização das Pescas					
Projecto nº:					
6.1 Frota	150 000	150 000	150 000	150 000	600 000
6.2 Transformação, Comercialização e Cooperação Externa	115 000	215 000	295 000	425 000	1 050 000
6.3 Recursos Humanos	60 000	70 000	70 000	70 000	270 000
Total da dotação do Programa	325 000	435 000	515 000	645 000	1 920 000

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 6 - Modernização das Pescas					
Projecto nº:					
6.1 Frota.....	748 197	748 197	748 197	748 197	2 992 787
6.2 Transformação, Comercialização e Cooperação Externa.....	573 618	1 072 415	1 471 454	2 119 891	5 237 378
6.3 Recursos Humanos.....	299 279	349 159	349 159	349 159	1 346 754
Total da dotação do Programa	1 621 093	2 169 771	2 568 809	3 217 246	9 576 920

Programa nº 7 — DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

A programação adoptada estrutura-se em 6 projectos, que contemplam de forma integrada as diversas componentes que serão alvo de intervenção e de investimento público. De realçar, que o apoio ao investimento privado no sector, está contemplado em programa adequado, o qual resulta de uma orientação integrada na área do incentivo público ao investimento particular.

O primeiro projecto deste programa, promoção turística, relaciona-se directamente com o fomento da procura do destino Açores. Para além das necessárias campanhas publicitárias, quer dirigidas aos mercados nacional, quer ao estrangeiro, da edição de materiais promocionais, da promoção de viagens educacionais, da participação regional em feiras e certames de grande impacto e da utilização de novas tecnologias no processo promocional, serão realizados e/ou concluídos diversos estudos, destacando-se o Plano de Ordenamento do Turismo da Região, Plano Estratégico de Marketing e o Inquérito à Qualidade da Oferta Turística.

No âmbito da dinamização da oferta e animação turísticas, serão implementadas acções segundo duas orientações: por um lado, intervenções ao nível de estruturas físicas, como por exemplo, arranjos paisagísticos, instalação de parques de campismo, intervenção em termas, entre outras; por outro lado, serão apoiadas acções de carácter cultural, recreativo e desportivo, de marcado interesse e que sirvam os propósitos de animação turística na Região.

Outro domínio de intervenção na programação está afecto ao apoio a determinados investimentos de natureza estratégica para o desenvolvimento do sector, designadamente ao nível da construção/conclusão de campos de golfe, reordenamento da baía de Angra e um centro cultural e de congressos em Ponta Delgada.

Estão ainda previstas outras iniciativas ao nível da informação, da formação técnica, das instalações da delegação de turismo de Ponta Delgada e ainda acções de animação turística a desenvolver na Freguesia de Rabo de Peixe.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 7 – Desenvolvimento do Turismo					
Projecto nº:					
7.1 Promoção Turística	1 040 000	1 040 000	1 040 000	1 060 000	4 180 000
7.2 Oferta e Animação Turísticas.....	430 000	225 000	225 000	335 000	1 215 000
7.3 Investimentos Estratégicos	141 000	220 000	85 000	460 000	906 000
7.4 Informação e Formação	5 000	10 000	10 000	10 000	35 000
7.5 Instalações Públicas.....		20 000	50 000	170 000	240 000
7.6 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Desenvolvimento do Turismo.....	5 000	5 000	5 000	5 000	20 000
Total da dotação do Programa	1 621 000	1 520 000	1 415 000	2 040 000	6 596 000

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 7 – Desenvolvimento do Turismo					
Projecto nº:					
7.1 Promoção Turística	5 187 498	5 187 498	5 187 498	5 287 258	20 849 752
7.2 Oferta e Animação Turísticas.....	2 144 831	1 122 295	1 122 295	1 670 973	6 060 394
7.3 Investimentos Estratégicos	703 305	1 097 355	423 978	2 294 470	4 519 109
7.4 Informação e Formação	24 940	49 880	49 880	49 880	174 579
7.5 Instalações Públicas.....		99 760	249 399	847 956	1 197 115
7.6 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Desenvolvimento do Turismo.....	24 940	24 940	24 940	24 940	99 760
Total da dotação do Programa	8 085 514	7 581 728	7 057 990	10 175 477	32 900 709

Programa nº 8 — DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Neste programa, num primeiro eixo de intervenção, estão compreendidas as acções dirigidas ao ordenamento territorial e da protecção ambiental, em termos do apoio à construção/requalificação de parques e zonas industriais, à modernização e reorientação de infra-estruturas de apoio às empresas nos domínios tecnológicos, formativo e de consultoria.

No âmbito dos serviços de apoio às empresas, serão estimuladas actividades com potencial de crescimento, renovadas outras de cariz mais tradicional, e ainda apoiado o desenvolvimento de novos produtos, numa perspectiva estratégica de valorização da produção regional. Em paralelo, serão promovidas e apoiadas acções que apontem para o reforço das qualificações e competências dos recursos humanos e das próprias organizações da envolvente empresarial. O apoio à qualidade, através de sensibilização dos agentes económicos e o estímulo a uma adequada certificação dos produtos, para além da sistematização e divulgação de informação relevante para um melhor acesso e conhecimento dos mercados, constituem-se como acções estratégicas no âmbito do projecto relativo aos serviços de apoio às empresas.

No âmbito do Artesanato, numa perspectiva de adequação da genuinidade da produção regional com as realidades do mercado, está previsto um pacote integrado de intervenções, compreendendo o apoio a iniciativas na área das artes e ofícios tradicionais, a participação em feiras e concursos regionais, nacionais e internacionais, a qualificação dos recursos humanos, a certificação e protecção dos produtos e serviços artesanais e ainda acções de divulgação e promoção, informação e de divulgação.

No projecto relativo à intervenção específica em Rabo de Peixe, estão previstos apoios à criação e desenvolvimento de micro-empresas naquela Freguesia.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 8 – Desenvolvimento Industrial					
Projecto nº:					
8.1 Consolidação de Infra-estruturas	83 000	83 000	68 000	48 000	282 000
8.2 Serviços de Apoio às Empresas	38 000	58 000	58 000	73 000	227 000
8.3 Artesanato	82 000	79 000	81 000	83 000	325 000
8.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Desenvolvimento Industrial	7 000	7 000	7 000	7 000	28 000
Total da dotação do Programa	210 000	227 000	214 000	211 000	862 000

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 8 – Desenvolvimento Industrial					
Projecto nº:					
8.1 Consolidação de Infra-estruturas	414 002	414 002	339 183	239 423	1 406 610
8.2 Serviços de Apoio às Empresas	189 543	289 303	289 303	364 122	1 132 271
8.3 Artesanato	409 014	394 050	404 026	414 002	1 621 093
8.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Desenvolvimento Industrial	34 916	34 916	34 916	34 916	139 663
Total da dotação do Programa	1 047 476	1 132 271	1 067 427	1 052 464	4 299 638

Programa nº 9 — DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO

Neste programa será fomentada a cooperação com as associações empresariais e com outras associações ligadas ao sector, a promoção de acções de dinamização comercial, incluindo aquelas que terão lugar no âmbito da intervenção específica em Rabo de Peixe, através do apoio a associações de consumidores, da dinamização do comércio tradicional, do apoio às empresas exportadoras e ainda à participação em feiras internacionais e apoio a entidades que promovam a divulgação externa das potencialidades económicas da Região.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 9 – Desenvolvimento do Comércio e Exportação					
Projecto nº:					
9.1 Dinamização do Comércio	66 000	56 000	66 000	76 000	264 000
9.2 Promoção Externa de Produtos Regionais	145 000	160 000	170 000	170 000	645 000
9.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Desenvolvimento do Comércio	4 000	4 000	4 000	4 000	16 000
Total da dotação do Programa	215 000	220 000	240 000	250 000	925 000

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 9 – Desenvolvimento do Comércio e Exportação					
Projecto nº:					
9.1 Dinamização do Comércio	329 207	279 327	329 207	379 086	1 316 826
9.2 Promoção Externa de Produtos Regionais	723 257	798 077	847 956	847 956	3 217 246
9.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Desenvolvimento do Comércio	19 952	19 952	19 952	19 952	79 808
Total da dotação do Programa	1 072 415	1 097 355	1 197 115	1 246 995	4 613 881

Programa nº 10 — SISTEMAS DE INCENTIVOS

Este programa abrange um conjunto de linhas de apoio ao investimento privado, enquanto elemento potenciador de modernização e competitividade das empresas regionais, nomeadamente as de dimensão mais reduzida, em ordem a, por um lado, enfrentarem a concorrência acrescida nos mercados e, por outro lado, constituírem-se como pólos geradores de riqueza e de emprego.

A concepção destes sistemas de incentivos teve por base a complementaridade com outros sistemas de apoios existentes a nível nacional, potenciando-se assim a oferta de um leque de instrumentos orientados para o fomento da iniciativa privada.

Este programa compreende as seguintes linhas de apoio:

- A finalização dos compromissos assumidos no âmbito do Sistemas SIFIT I e II;
- apoio a projectos de investimento aprovado através do recurso a leasing, no âmbito do sistema instituído pelo Decreto Legislativo Regional nº4/92/A;
- A finalização dos compromissos, relativos a projectos aprovados no âmbito do SITRAA;
- A satisfação dos compromissos assumidos no âmbito do sistema SIRALA;
- A concessão de prémios no âmbito do SIRAPE e os incentivos concedidos no domínio do SIRAPA;
- Finalmente, está prevista a concessão dos apoios a conceder com a execução da nova geração de linhas de incentivo ao investimento, que recolheu a designação de SIDER.

No âmbito deste programa está ainda compreendida um acção relativa à prestação de informações ao investidor, acerca dos apoios ao investimento produtivo.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 10 – Sistemas de Incentivos					
Projecto nº:					
10.1 Sistemas de Apoio ao Investimento Privado.....	4 500 000	4 014 500	3 505 500	4 005 500	16 025 500
Total da dotação do Programa	4 500 000	4 014 500	3 505 500	4 005 500	16 025 500

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 10 – Sistemas de Incentivos					
Projecto nº:					
10.1 Sistemas de Apoio ao Investimento Privado.....	22 445 905	20 024 242	17 485 360	19 979 350	79 934 857
Total da dotação do Programa	22 445 905	20 024 242	17 485 360	19 979 350	79 934 857

Programa nº 11 — SISTEMA RODOVIÁRIO REGIONAL

Neste programa estão previstas as intervenções dirigidas ao sistema rodoviário regional, compreendendo a rede regional de estradas e as medidas de política dirigidas aos operadores regionais de transportes terrestres.

A rede viária regional é constituída por cerca de 1400 km, distribuídos pelas nove ilhas. A necessária adaptação da rede às necessidades de tráfego, a idade dos pavimentos, o natural envelhecimento dos sistemas de drenagem, de sinalização, outros, para além das condições naturais climatéricas e orográficas, obrigam a uma intervenção integrada.

Neste período de programação será promovida a construção de novos troços de estrada regional; a reabilitação de estradas, que consiste na realização de grandes beneficiação em vias já existentes, normalmente com mais de 25 anos de utilização; e a conservação corrente, que incidirá, sobretudo, nos troços com idades compreendida entre os 15 e 20 anos.

No âmbito deste programa estão ainda previstas medidas de apoio financeiro a operadores de transportes terrestres, designadamente no que concerne a renovação da respectiva frota.

Para a intervenção específica em Rabo de Peixe, estão previstas 3 acções, relativas à construção à E.R. 1-1ª, a via de acesso ao porto de Rabo de Peixe e ainda a reabilitação da E.R. 1-1ª Rabo de Peixe / Fenais da Luz.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 11 – Sistema Rodoviário Regional					
Projecto nº:					
11.1 Construção de Novos Troços de Estrada	1 380 000	560 000	2 695 000	2 775 000	7 410 000
11.2 Reabilitação de Estradas Regionais	2 800 000	3 525 000	3 630 000	2 865 000	12 820 000
11.3 Operadores e Segurança Rodoviária.....	375 000	400 000	400 000	400 000	1 575 000
11.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Estradas Regionais		115 000	500 000	825 000	1 440 000
Total da dotação do Programa	4 555 000	4 600 000	7 225 000	6 865 000	23 245 000

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 11 – Sistema Rodoviário Regional					
Projecto nº:					
11.1 Construção de Novos Troços de Estrada	6 883 411	2 793 268	13 442 603	13 841 642	36 960 924
11.2 Reabilitação de Estradas Regionais	13 966 341	17 582 626	18 106 364	14 290 560	63 945 890
11.3 Operadores e Segurança Rodoviária.....	1 870 492	1 995 192	1 995 192	1 995 192	7 856 067
11.4 Intervenção Especifica em Rabo de Peixe – Estradas Regionais		573 618	2 493 989	4 115 083	7 182 690
Total da dotação do Programa	22 720 244	22 944 703	36 038 148	34 242 476	115 945 571

**Programa nº 12 — EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E
FORMAÇÃO**

Neste programa, para além da conservação e reabilitação de edifícios públicos, integra acções orientadas para a dotação de condições do Laboratório Regional de Engenharia Civil, em ordem a se dispor de um instrumento estratégico para a avaliação e controlo da qualidade da construção civil a nível regional.

Ao nível da Cartografia Digital da Região projecta-se a cartografia de toda a Região (escala 1/5000), de todas as Zonas urbanas e Costeiras (escala 1/200) e de todas as cidades e vilas (escala 1/1000). Esta cartografia tem um papel fundamental no apoio aos diversos Planos de Ordenamento em curso, quer ao nível regional quer ao nível local.

A beneficiação de diversas instalações de Serviços Públicos e cooperação com as Autarquias Locais e entidades de interesse colectivo na prossecução de acções com marcado interesse e relevância.

Destaca-se ainda a promoção de divulgação de informação de interesse dos cidadãos, ao nível da sensibilização cívica sobre conservação, higiene e limpeza de estradas e miradouros regionais, também no domínio da prevenção rodoviária.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 12 – Equipamentos Públicos, Sistemas de Informação e Formação					
Projecto nº:					
12.1 Edifícios Públicos	485 000	415 000	430 000	480 000	1 810 000
12.2 Cartografia.....	25 000	25 000	50 000	50 000	150 000
12.3 LREC.....	90 000	75 000	100 000	100 000	365 000
12.4 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRHE.....	10 000	40 000	40 000	40 000	130 000
12.5 Divulgação e Sensibilização das Populações	20 000	20 000	20 000	20 000	80 000
Total da dotação do Programa	630 000	575 000	640 000	690 000	2 535 000

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 12 – Equipamentos Públicos, Sistemas de Informação e Formação					
Projecto nº:					
12.1 Edifícios Públicos	2 419 170	2 070 011	2 144 831	2 394 230	9 028 242
12.2 Cartografia.....	124 699	124 699	249 399	249 399	748 197
12.3 LREC.....	448 918	374 098	498 798	498 798	1 820 612
12.4 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRHE.....	49 880	199 519	199 519	199 519	648 437
12.5 Divulgação e Sensibilização das Populações	99 760	99 760	99 760	99 760	399 038
Total da dotação do Programa	3 142 427	2 868 088	3 192 307	3 441 705	12 644 527

**Programa nº 13 — CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TRANSPORTES
MARÍTIMOS**

A mobilidade intra-regional dos factores produtivos, das mercadorias e das pessoas é dificultada pela presença do mar, a separar o território, relevando a importância dos transportes marítimos.

A programação dirigida a este sector desdobra-se, de forma articulada e integrada, em várias frentes de intervenção. Assim, no que concerne às infra-estruturas portuárias e equipamentos de apoio, o investimento público será articulado com as respectivas Juntas Autónomas dos Portos, estando previsto a intervenção em diversos portos, designadamente, porto e marina da Horta, porto de S. Roque, reordenamento do porto da Madalena e alargamento do cais do porto das Lajes (Pico), porto da Calheta (S. Jorge), Núcleo de pesca e projecto de reordenamento e ampliação do porto de Ponta Delgada (S. Miguel), Núcleos de Recreio Náutico em Stª Maria, Graciosa, S. Jorge e Flores, e ainda a aquisição de equipamento diverso, incluindo gruas e rebocadores.

No âmbito do tráfego de passageiros inter-ilhas, projecta-se a construção da Gare Marítima e terminal de Passageiros da Praia da Vitória, a realização de reparações nos navios Cruzeiro das Ilhas e do Canal, a concessão de apoio financeiro a operadores do transporte marítimo inter-ilhas e a projectos de renovação da frota, através de bonificações de juros, nos termos da legislação em vigor.

Perspectivam ainda acções ao nível da actualização de informação de estudo realizado sobre o sector e o apoio a acções de dinamização do transporte marítimo dos Açores.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 13 – Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos					
Projecto nº:					
13.1 Equipamentos de Apoio Portuários.....	50 000	50 000	50 000	100 000	250 000
13.2 Tráfego de Passageiros Inter-Ilhas	533 500	483 500	555 000	510 000	2 082 000
13.3 Infra-estruturas Portuárias.....	795 000	1 715 000	2 187 500	1 209 500	5 907 000
13.4 Estudos	3 000	3 000	5 000	5 000	16 000
13.5 Promoção e Dinamização dos Transportes Marítimos	5 000	5 000	6 000	6 000	22 000
Total da dotação do Programa	1 386 500	2 256 500	2 803 500	1 830 500	8 277 000

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 13 – Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos					
Projecto nº:					
13.1 Equipamentos de Apoio Portuários.....	249 399	249 399	249 399	498 798	1 246 995
13.2 Tráfego de Passageiros Inter-Ilhas	2 661 087	2 411 688	2 768 328	2 543 869	10 384 972
13.3 Infra-estruturas Portuárias.....	3 965 443	8 554 384	10 911 204	6 032 961	29 463 992
13.4 Estudos	14 964	14 964	24 940	24 940	79 808
13.5 Promoção e Dinamização dos Transportes Marítimos	24 940	24 940	29 928	29 928	109 736
Total da dotação do Programa	6 915 833	11 255 375	13 983 799	9 130 496	41 285 502

Programa nº 14 — DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES AÉREOS

A programação para este sector compreende três linhas de intervenção: ao nível das infra-estruturas e equipamentos, no âmbito da gestão dos aeródromos regionais e uma última relativa ao serviço público de transporte aéreo inter-ilhas.

No âmbito das infra-estruturas e equipamentos destaca-se a dotação de meios relativos à segurança e de combate a incêndios, a substituição e modernização de equipamentos, a realização de obras de remodelação de aerogares e de terminal de carga, a realização da principal obra prevista para este plano, que consiste na ampliação da pista, reordenamento/ampliação da placa de estacionamento de aeronaves, do aeródromo do Pico, e ainda a realização de planos directores para aeródromos regionais.

As acções dos restantes projectos relacionam-se com a satisfação de compromissos resultantes de contratos de concessão da gestão e exploração de aeródromos regionais e de obrigações de serviço público de transporte aéreo inter-ilhas.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 14 – Desenvolvimento dos Transportes Aéreos					
Projecto nº:					
14.1 Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários.....	103 500	765 500	912 000	743 500	2 524 500
14.2 Gestão dos Aeródromos Regionais	120 000	122 000	125 000	127 000	494 000
14.3 Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-Ilhas.....	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	6 000 000
14.4 Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos	5 000	5 000	6 000	6 000	22 000
Total da dotação do Programa	1 728 500	2 392 500	2 543 000	2 376 500	9 040 500

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 14 – Desenvolvimento dos Transportes Aéreos					
Projecto nº:					
14.1 Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários.....	516 256	3 818 298	4 549 037	3 708 562	12 592 153
14.2 Gestão dos Aeródromos Regionais	598 557	608 533	623 497	633 473	2 464 062
14.3 Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-Ilhas.....	7 481 968	7 481 968	7 481 968	7 481 968	29 927 874
14.4 Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos	24 940	24 940	29 928	29 928	109 736
Total da dotação do Programa	8 621 722	11 933 740	12 684 431	11 853 932	45 093 824

Programa nº 15 — CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SECTOR ENERGÉTICO

A programação definida para a consolidação e modernização do sector energético, no quadro das atribuições do departamento do governo com responsabilidades no sector, desdobra-se em 3 projectos.

No primeiro, está prevista a constituição de um novo organismo, a Agência Regional de Energia. No segundo projecto incluem-se as acções relativas à atribuição de apoio à execução de infra-estruturas eléctricas de usufruto público, e as obrigações decorrentes do protocolo entre o Governo Regional, a Associação de Municípios da RAA e a EDA, SA. No âmbito da Intervenção Específica em Rabo de Peixe está prevista a electrificação de um campo de jogos e de zona de lazer anexa.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 15 – Consolidação e Modernização do Sector Energético					
Projecto nº:					
15.1 Utilização Racional de Energia	20 000	36 000	36 000	36 000	128 000
15.2 Serviço Público e Social.....	168 918	174 418	119 000	135 000	597 336
15.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Energia .	4 500				4 500
Total da dotação do Programa	193 418	210 418	155 000	171 000	729 836

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 15 – Consolidação e Modernização do Sector Energético					
Projecto nº:					
15.1 Utilização Racional de Energia	99 760	179 567	179 567	179 567	638 461
15.2 Serviço Público e Social.....	842 559	869 993	593 569	673 377	2 979 499
15.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Energia .	22 446				22 446
Total da dotação do Programa	964 765	1 049 561	773 137	852 944	3 640 407

Programa nº 16 — DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Este programa engloba um conjunto de acções, as quais abrangem um leque variado de iniciativas no âmbito da actividade científica e tecnológica. Das propostas para o período de programação a médio prazo, destacam-se:

- Projectos de Investigação e Desenvolvimento na área da Saúde, Recursos Naturais e Ambiente, no Sector Agro-Pecuário e no Sector Cultural e Educacional;
- Apoio à promoção, formação e divulgação da ciência, tecnologia e sociedade da informação; execução de protocolos no âmbito da rede sociedade da informação Açores e apoio a cidadãos com necessidades educativas especiais;
- Criação dos Espaços Laboratoriais Educativos;
- Apoio à Instalação do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores;
- Execução de planos regionais de apoio ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e sociedade da informação (PRAIT, PRADIC e INFOTEC);
- Implementação do Projecto Açores - Região Digital;
- Realização de protocolos no âmbito da criação de Observatórios Científicos (Astronomia, Ambiental, Vulcanologia e Oceanografia);
- Implementação do Projecto Dicas e Inventos e apoio ao ensino na aprendizagem no âmbito da Sociedade da Informação; combatendo-se a info-exclusão;
- Satisfação de compromissos no âmbito de contrato celebrado com a Microsoft (Prológica/VBData) e acções diversas de divulgação no âmbito do Multimédia e Audiovisual.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 16 – Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica					
Projecto nº:					
16.1 Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores.....	1 246 500	1 782 000	2 222 000	2 067 000	7 317 500
16.2 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Ciência e Tecnologia.....	3 000	3 000	3 000	3 000	12 000
Total da dotação do Programa	1 249 500	1 785 000	2 225 000	2 070 000	7 329 500

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 16 – Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica					
Projecto nº:					
16.1 Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores.....	6 217 516	8 888 579	11 083 289	10 310 153	36 499 536
16.2 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Ciência e Tecnologia.....	14 964	14 964	14 964	14 964	59 856
Total da dotação do Programa	6 232 480	8 903 542	11 098 253	10 325 116	36 559 392

Programa nº 17 — DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS EDUCACIONAIS

Os investimentos destinados à construção, ampliação e grande reparação das infra-estruturas escolares destinam-se a cumprir os seguintes grandes objectivos: (1) conclusão da grande reparação e ampliação das edifícios destinados à educação pré-escolar e ao 1.º ciclo do ensino básico, projectos que têm vindo a ser desenvolvidos em cooperação com as autarquias; (2) início do processo de reformulação global das escolas do ensino básico que albergam ensino secundário, construindo os laboratórios necessários à componente científico-tecnológica daquele ensino e, quando necessário, ampliando as instalações para albergar o crescimento induzido pela melhoria da escolarização e a existência de turmas do ensino secundário; (3) manter o plano de novas construções escolares para o ensino básico e secundário e (4) proceder ao fecho financeiro de um conjunto de intervenções de melhoria do parque escolar que ou já terminaram ou se encontram na sua fase final.

Na Horta iniciar-se-á a obra de construção da Escola Secundária no ano de 2003, para a qual existirá nesse ano uma verba de 300 000 contos e no ano de 2004 uma verba de um milhão de contos.

No caso da intervenção específica em Rabo de Peixe está prevista a construção da EB-JI daquela Freguesia.

A maioria das acções propostas são da responsabilidade da administração regional, através dos seus serviços centrais ou através dos fundos escolares autónomos, embora ainda existam diversas intervenções a ser conduzidas pelas Autarquias no âmbito da cooperação para ampliação e recuperação de infra-estruturas escolares da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 17 – Desenvolvimento das Infra-estruturas Educacionais					
Projecto nº:					
17.1 Construções Escolares	5 284 500	4 785 000	5 680 000	6 365 000	22 114 500
17.2 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Educação		150 000	67 500		217 500
Total da dotação do Programa	5 284 500	4 935 000	5 747 500	6 365 000	22 332 000

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 17 – Desenvolvimento das Infra-estruturas Educacionais					
Projecto nº:					
17.1 Construções Escolares	26 358 975	23 867 479	28 331 721	31 748 486	110 306 661
17.2 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Educação		748 197	336 689		1 084 885
Total da dotação do Programa	26 358 975	24 615 676	28 668 409	31 748 486	111 391 546

Programa nº 18 — DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCATIVO

O presente programa integra dois projectos distintos mas complementares: o destinado a financiar a aquisição de equipamentos escolares, incluindo os equipamentos informáticos e os investimentos destinados a permitir o acesso do sistema educativo às tecnologias da informação, com particular destaque para a manutenção das ligações e das infra-estruturas de acesso à internet; e o segundo onde se assegura a componente regional do programa de formação do pessoal docente e não docente das escolas.

A aquisição de equipamentos escolares é executada na sua vasta maioria pelos fundos escolares, já que cabe às escolas decidir quais os equipamentos necessários e proceder à sua aquisição. A componente de funcionamento da rede informática cabe à Direcção Regional da Educação.

As verbas inscritas para formação permitem manter os programas de formação contínua do pessoal docente e não docente das escolas e ainda dar execução, em colaboração com a Universidade dos Açores, ao programa de profissionalização em exercício e de formação complementar e qualificante para os docentes detentores de bacharelato.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 18 – Desenvolvimento do Sistema Educativo					
Projecto nº:					
18.1 Equipamentos Escolares	200 000	200 000	200 000	200 000	800 000
18.2 Formação (comparticipação regional).....	75 000	75 000	75 000	75 000	300 000
Total da dotação do Programa	275 000	275 000	275 000	275 000	1 100 000

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 18 - Desenvolvimento do Sistema Educativo					
Projecto nº:					
18.1 Equipamentos Escolares	997 596	997 596	997 596	997 596	3 990 383
18.2 Formação (comparticipação regional).....	374 098	374 098	374 098	374 098	1 496 394
Total da dotação do Programa	1 371 694	1 371 694	1 371 694	1 371 694	5 486 777

Programa nº 19 — JUVENTUDE E EMPREGO

O presente programa integra os projectos voltados para o apoio às actividades dos organismos juvenis e à promoção das políticas de juventude, com particular destaque para a ocupação de tempos livres dos jovens e de implantação da rede regional de informação juvenil.

Na vertente de promoção do emprego são incluídas as acções que visam dar execução ao Plano Regional de Emprego, com particular destaque para a continuação e incremento dos programas de formação inicial, essencialmente dirigidas aos mais jovens, e dos programas de formação de activos dirigidos às empresas e às associações patronais, que pretendem promover acções de formação contínua e de melhoria da qualificação dos seus trabalhadores.

No âmbito da intervenção específica em Rabo de Peixe está previsto o apoio a actividades de organizações juvenis e à dinamização do mercado social de emprego na Freguesia.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 19 – Juventude e Emprego					
Projecto nº:					
19.1 Juventude.....	194 500	261 500	327 500	282 500	1 066 000
19.2 Emprego e Formação Profissional.....	224 500	312 000	318 500	334 000	1 189 000
19.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Juventude e Emprego.....	5 000	5 000	5 000	5 000	20 000
Total da dotação do Programa	424 000	578 500	651 000	621 500	2 275 000

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 19 – Juventude e Emprego					
Projecto nº:					
19.1 Juventude.....	970 162	1 304 357	1 633 563	1409 104	5 317 186
19.2 Emprego e Formação Profissional.....	1 119 801	1 556 249	1 588 671	1 665 985	5 930 707
19.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Juventude e Emprego	24 940	24 940	24 940	24 940	99 760
Total da dotação do Programa	2 114 903	2 885 546	3 247 174	3 100 029	11 347 652

Programa nº 20 — DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS DE SAÚDE

No âmbito dos investimentos da administração regional em infra-estruturas de saúde está prevista a implementação de novas unidades e iniciativas de beneficiação de unidades já existentes, desenvolvendo-se assim condições para as práticas de cuidados médicos, por forma a promover a saúde e a prevenir a doença.

No que respeita a implementação de novas unidades, destacam-se as acções conducentes à construção de um novo hospital em Angra do Heroísmo e de um novo centro de saúde em Ponta Delgada. Para além disso, e ainda no horizonte temporal deste plano a médio prazo, há acções que decorrem de compromissos assumidos do centro de saúde da Praia da Vitória e de outras unidades, onde se inclui a construção de casas mortuárias.

No que respeita a iniciativas de beneficiação de unidades já existentes, estão previstas acções que visam tanto a execução de compromissos já assumidos como de obras em preparação e em fase de lançamento.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 20 – Desenvolvimento das Infra-estruturas de Saúde					
Projecto nº:					
20.1 Construção de Novas Unidades	200 000	330 000	480 000	1 170 000	2 180 000
20.2 Remodelação/Ampliação de Unidade de Saúde Existentes.....	840 000	770 000	600 000	600 000	2 810 000
Total da dotação do Programa	1 040 000	1 100 000	1 080 000	1 770 000	4 990 000

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 20 – Desenvolvimento das Infra-estruturas de Saúde					
Projecto nº:					
20.1 Construção de Novas Unidades	997 596	1 646 033	2 394 230	5 835 935	10 873 794
20.2 Remodelação/Ampliação de Unidade de Saúde Existentes.....	4 189 902	3 840 744	2 992 787	2 992 787	14 016 221
Total da dotação do Programa	5 187 498	5 486 777	5 387 017	8 828 723	24 890 015

Programa nº 21 — DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE

Este programa abrange projectos que se destinam a dar cobertura a acções relativas a meios mais operacionais da prestação de cuidados de saúde.

As acções organizam-se no âmbito de um projecto de apetrechamento e de outro de actualização profissional.

No projecto de apetrechamento destacam-se as acções relativas aos hospitais de Ponta Delgada e da Horta pelo volume de investimento que atingem. Há, todavia, outras acções que têm potencialidades e funções indispensáveis ao funcionamento e dinâmica geral de todo o sistema de saúde, como sejam as de telemedicina, equipamento de “software” e emergência médica.

No âmbito do projecto de actualização de profissionais de saúde dar-se-á cobertura a processos de candidatura já efectuados, assumindo a natureza de instalação de redes estruturadas em diversas unidades de saúde.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 21 – Desenvolvimento do Sistema de Saúde					
Projecto nº:					
21.1 Apetrechamento/Modernização	1 060 000	910 000	750 000	1 050 000	3 770 000
21.2 Actualização Profissional	110 000	140 000	160 000	180 000	590 000
Total da dotação do Programa	1 170 000	1 050 000	910 000	1 230 000	4 360 000

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 21 – Desenvolvimento do Sistema de Saúde					
Projecto nº:					
21.1 Apetrechamento/Modernização	5 287 258	4 539 061	3 740 984	5 237 378	18 804 681
21.2 Actualização Profissional	548 678	698 317	798 077	897 836	2 942 908
Total da dotação do Programa	5 835 935	5 237 378	4 539 061	6 135 214	21 747 588

**Programa nº 22 — DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL**

Este programa contempla projectos de equipamento e de organização social, visando implementar condições para o desempenho de actividades socialmente integradoras e enriquecedoras de potencialidades humanas, que, todavia, pela condição de fragilidade material ou de particularidade vivencial, são carentes de cuidados específicos. Sendo assim, desenvolvem-se actuações com características de interesse ou de bem público, que compatibilizam as iniciativas dos próprios agentes particulares com a capacidade globalizante e institucional da administração regional.

O programa desagrega-se em 5 projectos. Há dois que se evidenciam pela dimensão atingida, já que representam 96% da dotação financeira. Um projecto é o de apoio a idosos e o outro é de apoio à infância e juventude.

No projecto relativo a idosos destacam-se as acções de apoio às Santas Casas das Misericórdias de Vila do Porto, da Praia da Graciosa e de São Roque do Pico, para obras em prédios destinados à instalação de centros comunitários e de um lar de idosos. Apoiar-se-á também a partir de 2001 e nos anos 2002, 2003 e 2004 a Santa Casa da Misericórdia das Lajes das Flores no sentido da construção do seu lar de idosos, o qual estará concluído em 2004.

Por sua vez, o projecto relativo à infância e juventude alarga-se por dezanove acções de apoio a diversas associações e instituições, onde se incluem as vocacionadas para cuidados com pessoas portadoras de deficiência.

Dois projectos são consequência de novas orientações, já que surgem, pela primeira vez, como categoria própria na estrutura de programação sectorial. Mais concretamente, trata-se dos projectos de promoção da igualdade de oportunidades e de prevenção de toxicodependências.

Finalmente, no âmbito da intervenção específica em Rabo de Peixe, está prevista a criação do Centro de Apoio a Crianças e Jovens, na Casa do Povo daquela Freguesia.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 22 – Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social					
Projecto nº:					
22.1 Equipamentos de Apoio a Idosos (comparticipação regional)	295 000	365 000	470 000	640 000	1 770 000
22.2 Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude (comparticipação regional)	195 000	240 000	390 000	330 000	1 155 000
22.3 Promoção da Igualdade de Oportunidades.....	10 000	10 000	10 000	10 000	40 000
22.4 Prevenção das Toxicodependências	20 000	30 000	40 000	50 000	140 000
22.5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Solidariedade Social	20 000	40 000	30 000		90 000
Total da dotação do Programa	540 000	685 000	940 000	1 030 000	3 195 000

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 22 – Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social					
Projecto nº:					
22.1 Equipamentos de Apoio a Idosos (comparticipação regional)	1 471 454	1 820 612	2 344 350	3 192 307	8 828 723
22.2 Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude (comparticipação regional)	972 656	1 197 115	1 945 312	1 646 033	5 761 116
22.3 Promoção da Igualdade de Oportunidades.....	49 880	49 880	49 880	49 880	199 519
22.4 Prevenção das Toxicodependências	99 760	149 639	199 519	249 399	698 317
22.5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Solidariedade Social	99 760	199 519	149 639		448 918
Total da dotação do Programa	2 693 509	3 416 766	4 688 700	5 137 618	15 936 593

Programa nº 23 — PROTECÇÃO CIVIL

A programação prevista para o quadriénio 2001-2004, no âmbito da Protecção Civil, sector estratégico no contexto das condições naturais e climatéricas características da Região, tem em atenção não só os serviços dependentes directamente da administração, mas também os intervenientes neste sector, designadamente a organização e os meios afectos à acção dos soldados da paz.

Neste contexto um primeiro projecto relaciona-se com a atribuição às Corporações de Bombeiros de viaturas (ambulâncias, pronto-socorros, auto-tanques, outros), apoio na reparação das existentes, bem como na aquisição de fardamento e equipamento diverso.

Ao nível das infra-estruturas e equipamentos, está prevista a construção de 1 novo quartel de bombeiros, para além da beneficiação e reparação de cerca de 16 quartéis de bombeiros existentes.

Estão também contempladas verbas para acções de natureza imaterial, mas com igual relevância ao nível da eficiência do funcionamento do sistema de protecção civil, quer ao nível de estudos de carácter científico, quer ao da formação profissional, quer também ao nível da informação e sensibilização, da população em geral, para a problemática da protecção civil. Será igualmente mantida a operacionalidade do sistemas de radiocomunicações do Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores, bem como a dotação de outros meios para intervenção em caso de catástrofe.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 23 - Protecção Civil					
Projecto nº:					
23.1 Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB's.....	114 500	142 500	144 500	131 500	533 000
23.2 Construção/Remodelação de Infra-estruturas e Equipamentos dos CB's.....	250 000	395 000	520 000	470 000	1 635 000
23.3 Formação e Informação	88 000	88 000	93 000	93 000	362 000
23.4 Serviço Regional de Protecção Civil	335 000	90 000	100 000	30 000	555 000
Total da dotação do Programa	787 500	715 500	857 500	724 500	3 085 000

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 23 - Protecção Civil					
Projecto nº:					
23.1 Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB's.....	571 124	710 787	720 763	655 919	2 658 593
23.2 Construção/Remodelação de Infra-estruturas e Equipamentos dos CB's.....	1 246 995	1 970 252	2 593 749	2 344 350	8 155 346
23.3 Formação e Informação	438 942	438 942	463 882	463 882	1 805 648
23.4 Serviço Regional de Protecção Civil	1 670 973	448 918	498 798	149 639	2 768 328
Total da dotação do Programa	3 928 033	3 568 899	4 277 192	3 613 791	15 387 915

Programa nº 24 — QUALIDADE AMBIENTAL

O programa Qualidade Ambiental estrutura-se em 5 projectos que visam dar resposta às necessidades em matéria ambiental, com a introdução de elementos novos e também o seguimento de políticas de investimento público iniciadas no período de programação anterior.

O primeiro projecto integra as acções dirigidas à valorização do recursos hídricos regionais. Assim, estão previstas diversas acções, tais como a realização de planos de ilha de recursos hídricos e a elaboração de um Plano Regional da Água, para além de, entre outras, acções de ordenamento de bacias hidrográficas, da avaliação e monitorização deste recurso, estando também previstas intervenções muito concretas ao nível da desobstrução e limpeza de ribeiras.

O segundo projecto, designado de Valorização da Qualidade Ambiental compreende intervenções associadas à conservação da natureza, ao controlo e vigilância da qualidade ambiental, à gestão de áreas protegidas, da rede Natura 2000 e da rede regional de jardins botânicos.

O projecto relativo ao Ordenamento do Território, compreende, entre outras, a promoção de instrumentos de planeamento, como sejam os PMOT, os POOC, ordenamento de bacias hidrográficas, a própria revisão do PROTA e a preparação do PROTA II, e ainda acções de protecção da orla costeira.

Está prevista na programação para o sector, o desenvolvimento da informação, da promoção, da formação e da divulgação ambientais.

O projecto relativo à intervenção específica em Rabo de Peixe compreende acções destinadas a medidas de requalificação de formação e de sensibilização ambientais a desenvolver naquela Freguesia.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 24 - Qualidade Ambiental					
Projecto nº:					
24.1 Recursos Hídricos	721 000	993 000	737 000	627 000	3 078 000
24.2 Valorização da Qualidade Ambiental	423 050	556 050	624 150	623 150	2 226 400
24.3 Ordenamento do Território	345 500	677 500	707 500	819 500	2 550 000
24.4 Formação e Promoção Ambiental.....	80 220	96 350	105 235	105 770	387 575
24.5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Ambiente	21 500	19 500	15 000	17 000	73 000
Total da dotação do Programa	1 591 270	2 342 400	2 188 885	2 192 420	8 314 975

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 24 - Qualidade Ambiental					
Projecto nº:					
24.1 Recursos Hídricos	3 596 333	4 953 063	3 676 141	3 127 463	15 352 999
24.2 Valorização da Qualidade Ambiental	2 110 165	2 773 566	3 113 247	3 108 259	11 105 236
24.3 Ordenamento do Território	1 723 347	3 379 356	3 528 995	4 087 649	12 719 346
24.4 Formação e Promoção Ambiental.....	400 136	480 592	524 910	527 579	1 933 216
24.5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Ambiente	107 242	97 266	74 820	84 796	364 122
Total da dotação do Programa	7 937 221	11 683 842	10 918 112	10 935 745	41 474 920

Programa nº 25 — PATRIMÓNIO E ACTIVIDADE CULTURAIS

Este programa procura contemplar as manifestações culturais nas suas formas de expressão mais genuínas e específicas, mas enquadrando-as, segundo duas vertentes mais gerais, correspondendo uma a actividades e outra ao património no sentido de bens concretizados e materializados.

As actividades previstas assumirão as mais diversas formas de criação individual ou colectiva, de festivais, de encontros, de investigação e, quaisquer destas formas possíveis nas múltiplas áreas artísticas, indo desde as mais espontâneas e populares às mais elaboradas e estilizadas. Neste âmbito estão previstas 22 acções a desenvolver ao longo do próximo quadriénio.

No que respeita ao património, as iniciativas previstas para as suas defesa e valorização somam um total de 41 acções. Algumas traduzir-se-ão em iniciativas executáveis sem mobilização de grandes recursos, como, por exemplo, a de restauro de talhas. Outras, todavia, atingirão volumes significativos, como o caso de equipamento da Biblioteca Pública de Ponta Delgada.

Para a intervenção específica em Rabo de Peixe estão previstas dotações para a dinamização de diversas actividades culturais.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 25 - Património e Actividades Culturais					
Projecto nº:					
25.1 Dinamização de Actividades Culturais	341 500	400 000	432 000	476 500	1 650 000
25.2 Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural	929 500	1 026 000	989 476	1 191 000	4 135 976
25.3 Protecção e Valorização de Angra Património Mundial	85 000	86 000	106 000	97 000	374 000
25.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Cultura	5 000	5 000	5 000	5 000	20 000
Total da dotação do Programa	1 361 000	1 517 000	1 532 476	1 769 500	6 179 976

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 25 - Património e Actividades Culturais					
Projecto nº:					
25.1 Dinamização de Actividades Culturais	1 703 395	1 995 192	2 154 807	2 376 772	8 230 165
25.2 Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural	4 636 326	5 117 666	4 935 485	5 940 683	20 630 161
25.3 Protecção e Valorização de Angra Património Mundial	423 978	428 966	528 726	483 834	1 865 504
25.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Cultura	24 940	24 940	24 940	24 940	99 760
Total da dotação do Programa	6 788 639	7 566 764	7 643 958	8 826 229	30 825 590

Programa nº 26 — DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Este programa enquadra as acções a implementar no próximo quadriénio, integrando-as em três projectos, a saber: Instalações e Equipamentos, Actividades Desportivas e Promoção e Formação.

O projecto de instalações e equipamentos contempla apoios de modernização e beneficiação a diversas instalações desportivas. Todavia, as acções de maior expressão correspondem aos parques desportivos nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial.

No que respeita a actividades desportivas, apoiar-se-ão as organizações de jogos, a obtenção de melhores resultados através da atribuição de prémios e, especialmente, a participação em quadros competitivos mais amplos e potenciadores de capacidades desportivas.

No domínio da promoção e formação, considerar-se-ão acções de realização de congressos e seminários, de estudos e investigação, de eventos desportivos e jogos das ilhas, apoiando-se, também, as estruturas técnicas associativas.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 26 - Desenvolvimento Desportivo					
Projecto nº:					
26.1 Instalações e Equipamentos	449 000	504 000	450 000	610 000	2 013 000
26.2 Actividades Desportivas	423 000	450 000	478 000	531 000	1 882 000
26.3 Promoção e Formação.....	150 000	170 000	217 000	182 000	719 000
26.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Desporto	5 000	5 000	5 000	5 000	20 000
Total da dotação do Programa	1 027 000	1 129 000	1 150 000	1 328 000	4 634 000

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 26 - Desenvolvimento Desportivo					
Projecto nº:					
26.1 Instalações e Equipamentos	2 239 603	2 513 941	2 244 591	3 042 667	10 040 802
26.2 Actividades Desportivas	2 109 915	2 244 591	2 384 254	2 648 617	9 387 376
26.3 Promoção e Formação.....	748 197	847 956	1 082 391	907 812	3 586 357
26.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Desporto	24 940	24 940	24 940	24 940	99 760
Total da dotação do Programa	5 122 654	5 631 428	5 736 176	6 624 036	23 114 295

Programa nº 27 — HABITAÇÃO

A programação relativa ao sector da Habitação, estrutura-se 3 projectos. O primeiro compreende o apoio à aquisição, construção, ampliação ou remodelação de habitação, com a preocupação de concessão de apoios a agregados familiares mais carenciados, em termos de estabilidade habitacional. Por outro lado, serão adquiridos solos e executadas infra-estruturas de loteamento, incluindo a execução de trabalhos de infra-estruturas gerais, eléctricas, telefones e pavimentos, com o objectivo de cedência dos respectivos lotes para auto-construção, propriedade resolúvel e custos controlados. Este projecto compreende ainda a satisfação dos compromissos assumidos com o programa SAFIN e para apoio supletivo a jovens no acesso à primeira habitação.

O segundo projecto, deste programa, está vocacionado para a recuperação da habitação e também para acções de realojamento. As acções previstas correspondem a situações específicas e áreas-problema de carência habitacional. Por outro lado, reforça-se a parceria com as Autarquias Locais, no âmbito dos realojamentos, sem prejuízo de acções próprias em matéria de recuperação de habitação degradada e também no realojamento.

No âmbito da intervenção específica para Rabo de Peixe, o projecto respectivo contém duas acções, uma relativa aos apoios concedidos no âmbito da construção e aquisição de habitação e outro onde se concentra a intervenção no domínio da recuperação de habitação e realojamentos.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 27 - Habitação					
Projecto nº:					
27.1 Construção e Aquisição de Habitação Própria.....	1 219 500	1 500 000	1 605 000	1 590 000	5 914 500
27.2 Recuperação da Habitação e Realojamentos.....	1 085 500	897 500	1 157 500	1 377 500	4 518 000
27.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Habitação	295 000	302 500	202 500	182 500	982 500
Total da dotação do Programa	2 600 000	2 700 000	2 965 000	3 150 000	11 415 000

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 27 - Habitação					
Projecto nº:					
27.1 Construção e Aquisição de Habitação Própria.....	6 082 840	7 481 968	8 005 706	7 930 887	29 501 402
27.2 Recuperação da Habitação e Realojamentos.....	5 414 451	4 476 711	5 773 586	6 870 941	22 535 689
27.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Habitação	1 471 454	1 508 864	1 010 066	910 306	4 900 689
Total da dotação do Programa	12 968 745	13 467 543	14 789 358	15 712 134	56 937 780

Programa nº 28 — COMUNICAÇÃO SOCIAL

A programação para este sector estrutura-se em 5 projectos. Em relação à área do audiovisual será prestado apoio financeiro à construção de infra-estruturas e aquisição de equipamentos destinados a micro-coberturas de rádio e televisão, à divulgação informativa de âmbito desportivo e cultural e à produção de ficção televisiva.

No que se relaciona com a circulação dos media será prestado apoio financeiro à difusão e circulação dos órgãos de comunicação social dos Açores, nos termos da legislação em vigor.

Para a modernização dos órgãos de comunicação social está também previsto na legislação, o apoio financeiro à aquisição de equipamento que contribua para a modernização tecnológica.

No âmbito da formação será também concedido apoio financeiro à participação de agentes da comunicação social dos Açores em acções de formação profissional e em iniciativas que contribuam para a respectiva valorização.

Finalmente será apoiada a realização de reportagens e trabalhos para publicação em órgãos de Comunicação Social editados no exterior da Região, que contribuam para a promoção e divulgação dos Açores.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 28 - Comunicação Social					
Projecto nº:					
28.1 Audiovisual	57 000	43 460	44 450	45 470	190 380
28.2 Circulação	75 000	77 000	77 000	77 000	306 000
28.3 Modernização.....	10 000	10 000	10 000	10 000	40 000
28.4 Formação e Incentivo.....	10 000	10 000	10 000	10 000	40 000
28.5 Promoção no Exterior.....	5 000	5 000	5 000	5 000	20 000
Total da dotação do Programa	157 000	145 460	146 450	147 470	596 380

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 28 - Comunicação Social					
Projecto nº:					
28.1 Audiovisual	284 315	216 778	221 716	226 803	949 611
28.2 Circulação	374 098	384 074	384 074	384 074	1 526 322
28.3 Modernização.....	49 880	49 880	49 880	49 880	199 519
28.4 Formação e Incentivo.....	49 880	49 880	49 880	49 880	199 519
28.5 Promoção no Exterior.....	24 940	24 940	24 940	24 940	99 760
Total da dotação do Programa	783 113	725 551	730 490	735 577	2 974 731

Programa nº 29 — COOPERAÇÃO EXTERNA

Neste programa estão contemplados 2 projectos: o primeiro relativo à cooperação inter-regional e o segundo orientado para a problemática da emigração e repatriação.

No primeiro projecto estão previstas as despesas inerentes às relações externas ao nível da Cooperação com países e regiões insulares; com entidades regionais estrangeiras; com a realização de missões empresariais; com o acompanhamento dos trabalhos relativos ao Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os EUA e com as negociações luso-americanas sobre a Base das Lages. Ao nível das relações com organismos e organizações internacionais: destaca-se a participação regional na Assembleia das Regiões da Europa (ARE), no Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa (CPLRE) e na Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM).

Em relação aos demais projectos, dirigidos às comunidades emigradas, financia-se a intervenção em acções de integração dos regressados/repatriados, a realização de acções de formação e de divulgação, a contratação de fornecimento de serviços noticiosos para comunidades e assinaturas de periódicos, a execução de protocolos de cooperação e a concessão de apoios financeiros a actividades culturais comunitárias, a realização de encontros temáticos de cooperação com entidades representativas das comunidades.

Programação Financeira:

Programa/Projectos	Contos				
	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 29 - Cooperação Externa					
Projecto nº:					
29.1 Cooperação Inter-regional	100 000	104 000	108 000	110 000	422 000
29.2 Emigrado/Repatriado	18 000	22 000	22 000	27 000	89 000
29.3 Identidade Cultural	205 900	227 050	245 150	257 300	935 400
Total da dotação do Programa	323 900	353 050	375 150	394 300	1 446 400

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 29 - Cooperação Externa					
Projecto nº:					
29.1 Cooperação Inter-regional	498 798	518 750	538 702	548 678	2 104 927
29.2 Emigrado/Repatriado	89 784	109 736	109 736	134 675	443 930
29.3 Identidade Cultural	1 027 025	1 132 521	1 222 803	1 283 407	4 665 756
Total da dotação do Programa	1 615 606	1 761 006	1 871 240	1 966 760	7 214 613

Programa nº 30 — ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL

No domínio da modernização administrativa, no que se refere à política de modernização e da sua aproximação ao cidadão, destaca-se a implementação do INFOCID – AÇORES – instalação de quiosques multimédia em todos os concelhos, a criação do Prémio de Qualidade em serviços públicos e a publicação de roteiros e colectâneas de legislação. Destaca-se ainda implementação na Região da RIAC – Rede Integrada de Apoio ao Cidadão, constituída por postos de atendimento ao cidadão (PAC – Açores) e um serviço de "Call Center", sendo que os PAC disponibilizarão informação e alguns serviços da administração pública. No âmbito da automatização de procedimentos administrativos estão previstas acções relacionadas com a implementação de projectos de automatização desses procedimentos, bem como outras relativas à aquisição de software e hardware para este efeito.

Está também contemplada a formação profissional dos funcionários, perspectivando-se como meta a formação anual de, pelo menos, dez por cento dos funcionários e agentes da administração pública regional e local, traduzindo-se, em termos absolutos, em 2.000 pessoas/ano. Continuar-se-á com o financiamento das associações sem fins lucrativos de funcionários da Região.

Serão igualmente implementadas parcerias com a administração local, em termos de cooperação técnica, destacando-se a implementação do POCAL – Plano de Contabilidade das Autarquias Locais, estimando-se que venham a vigorar a totalidade dos Planos Directores Municipais.

Sob o ponto de vista da cooperação financeira será dada continuidade à política de bonificações de juros aos municípios, quer de compromissos já assumidos quer como complemento aos apoios que venham a receber do PRODESA, quer ainda da satisfação de encargos dos financiamentos bancários para obras de tratamento de resíduos sólidos em São Miguel, Terceira e Pico. Manter-se-ão os apoios às freguesias para obras e equipamento das respectivas sedes.

No que se relaciona com o aparelho estatístico, realça-se a elaboração das Contas Económicas da Região, a realização de um novo inquérito de caracterização do

turismo nos Açores e a aquisição de equipamento para maior funcionalidade das novas instalações do SREA.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 30 - Administração Regional e Local					
Projecto nº:					
30.1 Modernização Administrativa	134 000	135 000	140 000	140 000	549 000
30.2 Cooperação com as Autarquias Locais.....	445 000	315 000	300 000	287 000	1 347 000
30.3 Estatística.....	35 000	30 000	30 000	35 000	130 000
30.4 Informação de Interesse Público ao Cidadão	25 000	100 000	150 000	200 000	475 000
30.5 Serviços Sociais	32 000	34 000	36 000	38 000	140 000
Total da dotação do Programa	671 000	614 000	656 000	700 000	2 641 000

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 30 - Administração Regional e Local					
Projecto nº:					
30.1 Modernização Administrativa	668 389	673 377	698 317	698 317	2 738 400
30.2 Cooperação com as Autarquias Locais.....	2 219 651	1 571 213	1 496 394	1 431 550	6 718 808
30.3 Estatística.....	174 579	149 639	149 639	174 579	648 437
30.4 Informação de Interesse Público ao Cidadão	124 699	498 798	748 197	997 596	2 369 290
30.5 Serviços Sociais	159 615	169 591	179 567	189 543	698 317
Total da dotação do Programa	3 346 934	3 062 619	3 272 114	3 491 585	13 173 252

Programa nº 31 — PLANEAMENTO E FINANÇAS

Neste Programa inclui-se o financiamento de despesas relativas à gestão, acompanhamento e controlo dos programas operacionais e iniciativas comunitárias, incluindo os sistemas de informação e de assistência técnica.

Estão previstas as despesas relativas a obras nas instalações do Palácio de Santana, da Conceição, dos Capitães Generais e das instalações da Direcção Regional de Estudos e Planeamento e na Direcção Regional das Comunidades.

Finalmente serão satisfeitos compromissos relativos ao pagamento de bonificação de juros, nos termos do Decreto-Lei 349/98 de 11 de Novembro.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 31 - Planeamento e Finanças					
Projecto nº:					
31.1 Planeamento e Finanças.....	1 120 000	1 088 000	1 059 000	992 000	4 259 000
Total da dotação do Programa	1 120 000	1 088 000	1 059 000	992 000	4 259 000

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 31 - Planeamento e Finanças					
Projecto nº:					
31.1 Planeamento e Finanças.....	5 586 536	5 426 921	5 282 270	4 948 075	21 243 802
Total da dotação do Programa	5 586 536	5 426 921	5 282 270	4 948 075	21 243 802

**Programa nº 32 — REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL
REGIONAL**

Prosseguir a reestruturação do sector público empresarial regional, nomeadamente com a privatização de mais uma parcela do capital social do BCA e afectação da receita assim obtida a aumentos de capital da SATA e da EDA.

Programação Financeira:

Contos

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 32 - Reestruturação do Sector Público Empresarial Regional					
Projecto nº:					
32.1 Reestruturação do Sector Público Empresarial Regional.....	2 000 000	2 000 000	100 000	100 000	4 200 000
Total da dotação do Programa	2 000 000	2 000 000	100 000	100 000	4 200 000

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 32 - Reestruturação do Sector Público Empresarial Regional					
Projecto nº:					
32.1 Reestruturação do Sector Público Empresarial Regional.....	9 975 958	9 975 958	498 798	498 798	20 949 512
Total da dotação do Programa	9 975 958	9 975 958	498 798	498 798	20 949 512

Programa nº 33 — CALAMIDADES

Prosseguir com os trabalhos de recuperação e reabilitação de infra-estruturas e equipamentos afectados pelas intempéries que assolaram a Região, designadamente, com intervenções no sector agrícola (caminhos rurais, florestais e apoio ao rendimento e culturas), no âmbito das pescas (reparação de portos e concessão de apoios extraordinários ao rendimento), na reabilitação de estradas regionais e ainda na protecção da orla marítima, regularização de ribeiras, reparação de muros de suporte, entre outras;

Continuar as acções relativas ao processo de reconstrução, derivado do sismo de 9 de Julho de 1998, donde se destaca a reabilitação-construção de habitação de particulares, e outras intervenções ao nível das infra-estruturas e equipamentos educativos, patrimoniais, infra-estruturas rodoviárias, portuárias, entre outras de natureza mais pontual.

No caso da intervenção específica em Rabo de Peixe serão desenvolvidos trabalhos de protecção da orla marítima da Freguesia.

Programação Financeira:

					Contos
Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 33 - Calamidades					
Projecto nº:					
33.1 Intempéries	1 386 000	1 748 500	495 000	345 000	3 974 500
33.2 Sismo	6 094 000	5 580 000	5 580 000	5 310 000	22 564 000
33.3 Intervenção Especifica em Rabo de Peixe – Ambiente	50 000	300 000	300 000	300 000	950 000
Total da dotação do Programa	7 530 000	7 628 500	6 375 000	5 955 000	27 488 500

Euros

Programa/Projectos	2001	2002	2003	2004	Total
Programa nº 33 - Calamidades					
Projecto nº:					
33.1 Intempéries	6 913 339	8 721 481	2 469 050	1 720 853	19 824 722
33.2 Sismo	30 396 744	27 832 923	27 832 923	26 486 168	112 548 757
33.3 Intervenção Especifica em Rabo de Peixe – Ambiente	249 399	1 496 394	1 496 394	1 496 394	4 738 580
Total da dotação do Programa	37 559 482	38 050 798	31 798 366	29 703 415	137 112 060

ANEXOS

**DESAGREGAÇÃO SECTORIAL
POR OBJECTIVOS**

a) - milhares de escudos -

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Ação	2001	2002	2003	2004	total
Dinamizar o Crescimento e a Competitividade da Economia Regional	16.894.144	15.152.943	14.609.143	15.966.143	62.622.373
1 FOMENTO AGRÍCOLA	3.083.840	3.465.093	3.469.693	3.469.193	13.487.819
1.1 Infra-estruturas agrícolas	610.720	665.520	690.120	663.620	2.629.980
1.1.1 Abastecimento de Água	125.000	150.000	150.000	150.000	575.000
1.1.2 Caminhos Agrícolas	375.000	400.000	450.000	450.000	1.675.000
1.1.3 Electrificação Agrícola	30.000	35.000	35.000	23.000	123.000
1.1.4 Infra-estruturas dos Serviços	55.720	55.520	30.120	15.620	156.980
1.1.5 IROA	25.000	25.000	25.000	25.000	100.000
1.2 Sanidade animal e vegetal	800.000	810.000	750.000	720.000	3.080.000
1.2.1 Infra-estruturas Fitossanitárias	10.000	15.000	15.000	10.000	50.000
1.2.2 Sanidade Animal	590.000	580.000	400.000	400.000	1.970.000
1.2.3 Sanidade Vegetal	140.000	130.000	110.000	120.000	500.000
1.2.4 Infra-estruturas veterinárias	60.000	85.000	225.000	190.000	560.000
1.3 Modernizar as explorações agro-pecuárias	501.000	540.000	540.000	545.000	2.126.000
1.3.1 Estudos e Informática	112.000	130.000	130.000	130.000	502.000
1.3.2 Experimentação e Divulgação	319.000	320.000	320.000	325.000	1.284.000
1.3.3 Melhoramento Animal	70.000	90.000	90.000	90.000	340.000
1.4 Reduzir custos de exploração agrícola	1.172.120	1.449.573	1.489.573	1.540.573	5.651.839
1.4.1 Apoio ao Investimento	577.120	392.420	422.420	458.420	1.850.380
1.4.2 Apoio ao Rendimento	245.000	255.000	255.000	260.000	1.015.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
1 4 3 Apoio ao Sector Cooperativo	230.000	672.153	672.153	672.153	2.246.459
1 4 4 Apoio às Organizações de Produtores	120.000	130.000	140.000	150.000	540.000
2 APOIO À TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS	4.593.500	2.754.000	2.514.000	2.561.000	12.422.500
2 . 1 Transformação e comercialização	4.593.500	2.754.000	2.514.000	2.561.000	12.422.500
2 1 1 Apoio à Indústria Agro-alimentar	1.250.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.250.000
2 1 2 Rede Regional de Abate	100.000	100.000	100.000	100.000	400.000
2 1 3 Matadouro Industrial de S. Miguel	1.500.000	100.000	100.000	100.000	1.800.000
2 1 4 Matadouro Industrial da Terceira	50.000	150.000	100.000	25.000	325.000
2 1 5 Qualidade e Certificação	105.000	105.000	105.000	250.000	565.000
2 1 6 Regularização De Mercados	1.000.000	1.000.000	1.036.000	1.086.000	4.122.000
2 1 7 Resgate Da Quantidade De Referência	73.000	73.000	73.000		219.000
2 1 8 Beneficiação do Matadouro de Stª Maria	17.500	90.000			107.500
2 1 9 Remodelação do Matadouro do Pico	134.000	136.000			270.000
2 1 10 Remodelação do Matadouro da Graciosa	132.400				132.400
2 1 11 Remodelação do Matadouro da Calheta	171.600				171.600
2 1 12 Matadouro do Faial	60.000				60.000
3 DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA	925.000	875.000	995.000	1.020.000	3.815.000
3 . 1 Diversificação da produção agrícola	565.000	595.000	705.000	705.000	2.570.000
3 1 1 Medidas Agro-ambientais	300.000	300.000	300.000	300.000	1.200.000
3 1 2 Novas Culturas	95.000	95.000	105.000	105.000	400.000
3 1 3 Promoção de Produtos Açorianos	170.000	200.000	300.000	300.000	970.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
3 . 2 Formação e Informação	32.000	37.000	37.000	42.000	148.000
3 2 1 Valorização Profissional	32.000	37.000	37.000	42.000	148.000
3 . 3 Renovação e reestruturação das empresas agrícolas	315.000	230.000	240.000	260.000	1.045.000
3 3 1 Reforma Antecipada	300.000	200.000	200.000	200.000	900.000
3 3 2 SICATE	15.000	30.000	40.000	60.000	145.000
3 . 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Agricultura	13.000	13.000	13.000	13.000	52.000
3 4 1 Valorização Profissional em Rabo de Peixe	3.000	3.000	3.000	3.000	12.000
3 4 2 Apoio ao Investimento em Rabo de Peixe	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
3 4 3 Apoio a Novas Culturas em Rabo de Peixe	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
4 DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	908.700	1.050.000	1.120.000	1.160.000	4.238.700
4 . 1 Fomento e gestão dos recursos florestais	190.500	240.000	240.000	260.000	930.500
4 1 1 Medidas de Desenvolvimento Rural	100.000	130.000	130.000	140.000	500.000
4 1 2 Fomento Florestal	90.500	110.000	110.000	120.000	430.500
4 . 2 Infra-estruturas e equipamentos florestais	580.000	660.000	720.000	730.000	2.690.000
4 2 1 Caminhos Rurais	500.000	550.000	600.000	600.000	2.250.000
4 2 2 Infra-estruturas de Apoio	80.000	110.000	120.000	130.000	440.000
4 . 3 Uso múltiplo da floresta	138.200	150.000	160.000	170.000	618.200
4 3 1 Informação e formação	50.000	50.000	50.000	50.000	200.000
4 3 2 Silvicultura Ambiental e Protecção	88.200	100.000	110.000	120.000	418.200

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
5 ESTRUTURAS DE APOIO À ACTIVIDADE DA PESCA	512.104	592.350	620.950	604.450	2.329.854
5 . 1 Inspeção e gestão	155.000	235.000	260.000	200.000	850.000
5 1 1 Fiscalização e Inspeção	35.000	45.000	50.000	50.000	180.000
5 1 2 Cooperação com Entidades Nacionais e Internacionais	120.000	150.000	160.000	150.000	580.000
5 1 3 Infra-estruturas dos Serviços da IRP		40.000	50.000		90.000
5 . 2 Estruturas portuárias	257.104	357.350	360.950	404.450	1.379.854
5 2 1 Portos de Stª Maria	9.500	15.900	900	900	27.200
5 2 2 Portos de S. Miguel	19.614	48.000	115.500	181.500	364.614
5 2 3 Portos da Terceira	52.500	16.500	22.500	7.500	99.000
5 2 4 Portos da Ilha da Graciosa	13.650	4.650	900	900	20.100
5 2 5 Portos de S. Jorge	10.650	6.150	900	900	18.600
5 2 6 Portos da Ilha do Pico	21.240	46.500	16.500	9.000	93.240
5 2 7 Portos da Ilha do Faial	11.250	16.500	2.250	2.250	32.250
5 2 8 Portos da Ilha das Flores	8.700	3.150	6.500	11.500	29.850
5 2 9 Porto da Casa	17.000	2.000	2.000	2.000	23.000
5 2 10 Lotas	13.000	198.000	193.000	188.000	592.000
5 2 11 Construção do Porto da Ribeira Quente	80.000				80.000
5 . 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Pescas	100.000				100.000
5 3 1 Construção do Porto de Rabo de Peixe	100.000				100.000
6 MODERNIZAÇÃO DAS PESCAS	325.000	435.000	515.000	645.000	1.920.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
6 . 1 Frota	150.000	150.000	150.000	150.000	600.000
6 1 1 Frota de Pesca	150.000	150.000	150.000	150.000	600.000
6 . 2 Transformação, comercialização e cooperação externa	115.000	215.000	295.000	425.000	1.050.000
6 2 1 Cooperação Externa	25.000	25.000	25.000	25.000	100.000
6 2 2 Mercados e Comercialização	40.000	90.000	70.000	100.000	300.000
6 2 3 Transformação	50.000	100.000	200.000	300.000	650.000
6 . 3 Recursos humanos	60.000	70.000	70.000	70.000	270.000
6 3 1 Divulgação	20.000	20.000	20.000	20.000	80.000
6 3 2 Formação Profissional	40.000	50.000	50.000	50.000	190.000
7 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	1.621.000	1.520.000	1.415.000	2.040.000	6.596.000
7 . 1 Promoção turística	1.040.000	1.040.000	1.040.000	1.060.000	4.180.000
7 1 1 Estudos	70.000	15.000	10.000	5.000	100.000
7 1 2 Sistemas de Informação Turística	15.000	15.000	15.000	15.000	60.000
7 1 3 Participação em Feiras	35.000	40.000	40.000	50.000	165.000
7 1 4 Viagens Eduacionais	20.000	20.000	25.000	30.000	95.000
7 1 5 Materiais de Promoção	50.000	50.000	50.000	60.000	210.000
7 1 6 Campanhas Publicitárias	850.000	900.000	900.000	900.000	3.550.000
7 . 2 Oferta e animação turísticas	430.000	225.000	225.000	335.000	1.215.000
7 2 1 Estruturas Físicas de Apoio	310.000	145.000	145.000	195.000	795.000
7 2 2 Animação Turística	120.000	80.000	80.000	140.000	420.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
7.3 Investimentos estratégicos	141.000	220.000	85.000	460.000	906.000
7.3.1 Campo de Golf do Faial	21.000			200.000	221.000
7.3.2 Reordenamento da Baía de Angra	50.000	50.000	25.000		125.000
7.3.3 Centro Cultural e de Congressos	30.000	50.000		200.000	280.000
7.3.4 Apoio à Conclusão do Campo de Golfe da Batalha	40.000	120.000	60.000	60.000	280.000
7.4 Informação e formação	5.000	10.000	10.000	10.000	35.000
7.4.1 Observatório do Turismo e Outras Iniciativas	5.000	10.000	10.000	10.000	35.000
7.5 Instalações Públicas		20.000	50.000	170.000	240.000
7.5.1 Delegação e Posto de Turismo de Ponta Delgada		20.000	50.000	170.000	240.000
7.6 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento do Turismo	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
7.6.1 Animação Turística em Rabo de Peixe	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
8 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	210.000	227.000	214.000	211.000	862.000
8.1 Consolidação de infra-estruturas	83.000	83.000	68.000	48.000	282.000
8.1.1 Dinamização do Sistema Tecnológico	43.000	48.000	48.000	48.000	187.000
8.1.2 Novos Espaços de Desenvolvimento Económico	40.000	35.000	20.000		95.000
8.2 Serviços de Apoio às Empresas	38.000	58.000	58.000	73.000	227.000
8.2.1 Consolidação da Estrutura Produtiva	10.000	10.000	10.000	20.000	50.000
8.2.2 Mobilização da Iniciativa Empresarial	18.000	18.000	18.000	18.000	72.000
8.2.3 Apoio à Qualidade	5.000	20.000	20.000	20.000	65.000
8.2.4 Acesso ao Conhecimento e aos Mercados	5.000	10.000	10.000	15.000	40.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
8 . 3 Artesanato	82.000	79.000	81.000	83.000	325.000
8 3 1 Realização de Feiras e Concursos	37.000	39.000	41.000	43.000	160.000
8 3 2 Apoio à Criação e Desenvolvimento de Microempresas Regionais	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
8 3 3 Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais	15.000	10.000	10.000	10.000	45.000
8 3 4 Divulgação e Promoção das Artes e Ofícios	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
8 3 5 Certificação e Protecção dos Produtos e Serviços Artesanais	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
8 . 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento Industrial	7.000	7.000	7.000	7.000	28.000
8 4 1 Criação e Desenvolvimento de Micro-Empresas em Rabo de Peixe	7.000	7.000	7.000	7.000	28.000
9 DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO	215.000	220.000	240.000	250.000	925.000
9 . 1 Dinamização do Comércio	66.000	56.000	66.000	76.000	264.000
9 1 1 Acções de Dinamização Comercial	66.000	56.000	66.000	76.000	264.000
9 . 2 Promoção externa de produtos regionais	145.000	160.000	170.000	170.000	645.000
9 2 1 Apoio à Promoção de Produtos Regionais no Exterior	100.000	110.000	120.000	120.000	450.000
9 2 2 Divulgação das Potencialidades Económicas da Região	45.000	50.000	50.000	50.000	195.000
9 . 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento do Comércio	4.000	4.000	4.000	4.000	16.000
9 3 1 Dinamização Comercial em Rabo de Peixe	4.000	4.000	4.000	4.000	16.000
10 SISTEMAS DE INCENTIVOS	4.500.000	4.014.500	3.505.500	4.005.500	16.025.500
10 . 1 Sistemas de apoio ao investimento privado	4.500.000	4.014.500	3.505.500	4.005.500	16.025.500
10 1 1 DLR 4/92/A	10.000	10.000			20.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		1000 esc.				total
		2001	2002	2003	2004	
10 1 2	Compromissos SIFIT I/II	30.000				30.000
10 1 3	SITRAA	902.500				902.500
10 1 4	SIRALA	1.050.000	487.000			1.537.000
10 1 5	SIRAPE - A	1.949.000	487.000			2.436.000
10 1 6	SIDER	500.000	3.000.000	3.500.000	4.000.000	11.000.000
10 1 7	Informações ao Investidor	58.500	30.500	5.500	5.500	100.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
Aumentar os Níveis de Eficiência dos Equipamentos e das Infra-estruturas de Desenvolvimento	9.742.918	11.819.418	15.591.500	14.003.000	51.156.836
11 SISTEMA RODOVIÁRIO REGIONAL	4.555.000	4.600.000	7.225.000	6.865.000	23.245.000
11.1 Construção de novos troços de estrada	1.380.000	560.000	2.695.000	2.775.000	7.410.000
11 1 1 Construção do Nó entre Saída Leste e Canada D. Borges	30.000				30.000
11 1 2 Env. R.Grande 1-1ª Trecho 1	80.000				80.000
11 1 3 Env. R.Grande 1-1ª Trecho 2	50.000	300.000	300.000	75.000	725.000
11 1 4 Var. à ER 1-1ª, em Ponta Delgada - 2ª Circular	400.000				400.000
11 1 5 Variante à ER 1-1ª, Ponta Delgada/Lagoa - 2ª fase	800.000				800.000
11 1 6 Variante ER 6-2ª - São Carlos	20.000	160.000	450.000	400.000	1.030.000
11 1 7 Estudo Ligação ER 1-1ª Ponta Delgada/F. Grande		10.000			10.000
11 1 8 Via de acesso ao Porto da Praia da Vitória		50.000	500.000	250.000	800.000
11 1 9 Env. R.Grande 1-1ª Trecho 3		40.000	270.000	400.000	710.000
11 1 10 Variante à ER 1-1ª, em Povoação			50.000	200.000	250.000
11 1 11 Variante à ER 1-1ª na Horta - 2ª Fase			50.000	100.000	150.000
11 1 12 Via de Acesso ao Porto da Horta			50.000	50.000	100.000
11 1 13 Viaduto sobre a Rotunda de Belém - Saída Leste			25.000	250.000	275.000
11 1 14 Ligação Variantes Água de Pau - Vila Fanca				50.000	50.000
11 1 15 Variante Lagoa - Ribeira Grande			1.000.000	1.000.000	2.000.000
11.2 Reabilitação de estradas regionais	2.800.000	3.525.000	3.630.000	2.865.000	12.820.000
11 2 1 Aquedutos e Muros Suporte na Estrada do Leste do Corvo	10.000	20.000			30.000
11 2 2 Beneficiação da ER 1-1ª Sta. Iria - Fenais da Ajuda	15.000	35.000	350.000	500.000	900.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
11 2 3 Beneficiação da ER 1-1ª Fenais da Ajuda / Nordeste - 1ª Fase	25.000	170.000	250.000	190.000	635.000
11 2 4 Reabilitação da ER 1-1ª - Cruz das Cinco / São Mateus / Silveira	75.000	350.000	250.000		675.000
11 2 5 Reabilitação da ER 1-1ª interior das Capelas	30.000				30.000
11 2 6 Reabilitação da ER 1-1ª - Rotunda Beatriz / Rotunda Boavista - Praia	65.000				65.000
11 2 7 Reabilitação da ER 1-2ª Porto Judeu / Feteira	100.000	75.000			175.000
11 2 8 Reabilitação da ER 2-2ª Canada da Mesquita / 5020	75.000				75.000
11 2 9 Reabilitação da ER 3-2ª Via Rápida / Lugar de S. Joões	75.000				75.000
11 2 10 Reabilitação do Ramal da ER 2-1ª Ladeira da Pena	50.000				50.000
11 2 11 Repavimentação da ER 3-1ª Altares / Pico Gordo	200.000	400.000			600.000
11 2 12 Correção e Paviment. Trª Portal do Vento/ Sete Cidades	300.000				300.000
11 2 13 Remodelação da ER 1-1ª Canto Negro/Fenais da Luz	125.000				125.000
11 2 14 Pavimentação da ER 1-1ª Lajes/Sta. Barbara	75.000				75.000
11 2 15 Reabilitação e Pavimentação da ER 1-1ª -Portões de S.Pedro	15.000				15.000
11 2 16 Reabilitação da Zona de Vila Franca	30.000				30.000
11 2 17 Reabilitação da ER 1-2ª Urze/ Aeroporto e Norte Pequeno/Norte Grande - S.Jorge	100.000	200.000	200.000	150.000	650.000
11 2 18 Conservação Corrente	300.000	400.000	500.000	500.000	1.700.000
11 2 19 Equipamento para Parque de Máquinas	100.000	150.000	150.000	150.000	550.000
11 2 20 Pavimentação de Diversos Troços da E.R. da Graciosa	50.000	75.000	50.000	75.000	250.000
11 2 21 Correção/pavimentação em Fonte Jordão-Praia Formosa	75.000				75.000
11 2 22 Remodelação da ER 3 - 1º P.Delgada/Ribeira Grande	700.000	250.000			950.000
11 2 23 Reabilitação e Pavimentação da ER 1-1ª Lajes/P. Vitória	10.000	150.000	100.000		260.000
11 2 24 Pavimentação da ER 1-1ª Sta Bárbara / Serreta	100.000	300.000	250.000		650.000
11 2 25 Repavimentação ER 1—1ª Vigia das Feteiras-Feteiras	100.000	400.000			500.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
11 2 26 Beneficiação da ER 4-1ª Atafona / Canto Negro		50.000	10.000		60.000
11 2 27 Correção e Reabilitação da ER 1-2ª S. Cruz / Rib. Cruz		50.000	300.000	300.000	650.000
11 2 28 Reabilitação da ER 1-1ª interior da Lagoa		90.000			90.000
11 2 29 Reabilitação da ER 1-1ª Capelas - Remédios		110.000	360.000	350.000	820.000
11 2 30 Reabilitação da Via Rápida - 1ª Fase		100.000	250.000		350.000
11 2 31 Reabilitação e Pavimentação da ER 5-2ª Doze Ribeiras / Via Rápida - 1ª Fase		25.000	250.000	250.000	525.000
11 2 32 Pavimentação Div. Troços ER 2-2ª (SMA)		50.000	50.000	50.000	150.000
11 2 33 Reabilitação de Diversas Pontes nas ER's -S. Miguel		50.000	50.000	50.000	150.000
11 2 34 Repavimentação ER 1—1ª Ginetes Mosteiros		25.000	200.000	150.000	375.000
11 2 35 Beneficiação do Ramal da ER 1-1ª, Porto de Sta. Iria			35.000		35.000
11 2 36 Reabilitação Pav. Silveira / S. Carlos / Cruz das Cinco (6-2ª)			25.000	50.000	75.000
11 2 38 Beneficiação da ER 6-2ª				100.000	100.000
11.3 Operadores e segurança rodoviária	375.000	400.000	400.000	400.000	1.575.000
11 3 1 Apoio aos Operadores e Segurança Rodoviária - SIRIARTE	300.000	300.000	300.000	300.000	1.200.000
11 3 2 Apoio à Exploração	75.000	100.000	100.000	100.000	375.000
11.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Estradas Regionais		115.000	500.000	825.000	1.440.000
11 4 1 Variante à ER 1-1ª, em Rabo de Peixe		15.000	125.000	300.000	440.000
11 4 2 Via de acesso ao porto de Rabo de Peixe		100.000	350.000	275.000	725.000
11 4 3 Reabilitação da ER 1-1ª, Rabo de Peixe / Fenais da Luz			25.000	250.000	275.000
12 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO	630.000	575.000	640.000	690.000	2.535.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
12.1 Edifícios Públicos	485.000	415.000	430.000	480.000	1.810.000
12 1 1 Edifício dos Jardineiros do Palácio de Santana	60.000				60.000
12 1 2 Apoio a Diversas Entidades	275.000	300.000	325.000	350.000	1.250.000
12 1 3 Conservação de Edifícios Públicos	50.000	75.000	75.000	100.000	300.000
12 1 4 Participação da Região na EXPO-2000 (Hannover)	100.000				100.000
12 1 5 Reparação e Benef. das Instalações da SRHE - PDL		40.000	30.000	30.000	100.000
12.2 Cartografia	25.000	25.000	50.000	50.000	150.000
12 2 1 Cartografia	25.000	25.000	50.000	50.000	150.000
12.3 LREC	90.000	75.000	100.000	100.000	365.000
12 3 1 Manutenção de Infra-estruturas, Equipamentos e Sistema Qualidade	15.000	25.000	50.000	50.000	140.000
12 3 2 Novo Edifício Sede do LREC	25.000				25.000
12 3 3 Equipamento para o LREC	50.000	50.000	50.000	50.000	200.000
12.4 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRHE	10.000	40.000	40.000	40.000	130.000
12 4 1 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRHE	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
12 4 2 Sistemas de Gestão de Informação da SRHE		30.000	30.000	30.000	90.000
12.5 Divulgação e Sensibilização das Populações	20.000	20.000	20.000	20.000	80.000
12 5 1 Informação e Sensibilização da População	20.000	20.000	20.000	20.000	80.000
13 CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS	1.386.500	2.256.500	2.803.500	1.830.500	8.277.000
13.1 Equipamentos de apoio portuários	50.000	50.000	50.000	100.000	250.000
13 1 1 Investimento em Maquinaria, Equipamento e Oficinas de Apoio Portuário	50.000	50.000	50.000	100.000	250.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
13.2 Tráfego de passageiros inter - ilhas	533.500	483.500	555.000	510.000	2.082.000
13.2.1 Apoio a embarcações de passageiros	500.000	400.000	420.000	450.000	1.770.000
13.2.2 Bonificação de Juros ao Abrigo do Dec. Leg. Regional nº 20/87/A de 30 de Nov.	8.500	8.500	10.000	10.000	37.000
13.2.3 Reparações nos Navios Cruzeiros das Ilhas e do Canal	25.000	50.000	25.000	50.000	150.000
13.2.4 Construção da Gare Marítima e Terminal Passageiros da Praia da Vitória		25.000	100.000		125.000
13.3 Infra-estruturas portuárias	795.000	1.715.000	2.187.500	1.209.500	5.907.000
13.3.1 Porto de S. Roque e Reordenamento do Saco do Porto	100.000	600.000	1.100.000	350.000	2.150.000
13.3.2 Construção do Núcleo de Recreio Náutico, Gare e Cais de Desembarque de Passageiros de Vila do	30.000	30.000	52.500	37.500	150.000
13.3.3 Projecto para a Empreitada de Reordenamento e Ampliação do Porto de Ponta Delgada	5.000	5.000	10.000	15.000	35.000
13.3.4 Porto da Calheta	100.000	1.000.000	490.000		1.590.000
13.3.5 Núcleo de Pescas de Ponta Delgada	30.000	30.000	10.000		70.000
13.3.6 Porto da Horta	300.000				300.000
13.3.7 Alargamento do Caneiro no Porto das Lajes do Pico	130.000				130.000
13.3.8 Marina da Horta	100.000				100.000
13.3.9 Núcleos de Recreio Náutico e Cais de Desembarque de Passageiros		50.000	415.000	407.000	872.000
13.3.10 Reordenamento do Porto da Madalena			50.000	300.000	350.000
13.3.11 Construção de um Armazém Polivalente nas Lajes das Flores			10.000		10.000
13.3.12 Reabilitação das Infra-Estruturas Terrestres da Marina da Horta				100.000	100.000
13.3.13 Estudo de Viabilidade do Porto das Velas			50.000		50.000
13.4 Estudos	3.000	3.000	5.000	5.000	16.000
13.4.1 Estudo sobre o Transporte Marítimo	3.000	3.000	5.000	5.000	16.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
13.5 Promoção e Dinamização dos Transportes Marítimos	5.000	5.000	6.000	6.000	22.000
13.5.1 Apoio a Acções de Dinamização do Transporte Marítimo nos Açores	5.000	5.000	6.000	6.000	22.000
14 DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES AÉREOS	1.728.500	2.392.500	2.543.000	2.376.500	9.040.500
14.1 Infra-estruturas e equipamentos aeroportuários	103.500	765.500	912.000	743.500	2.524.500
14.1.1 Aquisição de Equipamentos Aeroportuários	33.500	55.500	135.000	298.500	522.500
14.1.2 Remodelação e Beneficiação da Aerogare da Graciosa	20.000				20.000
14.1.3 Aerodromo do Pico	50.000	600.000	500.000	170.000	1.320.000
14.1.5 Terminal de Carga da Aerogare Civil das Lages		20.000	32.000	200.000	252.000
14.1.6 Remodelação e Beneficiação da Aerogare das Flores		30.000	100.000	30.000	160.000
14.1.7 Remodelação e Beneficiação da Aerogare de S.Jorge		30.000	100.000		130.000
14.1.8 Planos Directores dos Aeródromos Regionais		30.000	30.000	15.000	75.000
14.1.9 Remodelação e Beneficiação da Aerogare Civil das Lajes			15.000	30.000	45.000
14.2 Gestão dos aerodromos regionais	120.000	122.000	125.000	127.000	494.000
14.2.1 Gestão dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores	120.000	122.000	125.000	127.000	494.000
14.3 Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	6.000.000
14.3.1 Cobertura dos Custos com as Obrigações de Serviço Público Impostas à Sata Air Açores, SA	1.500.000				1.500.000
14.3.2 Concessão das Rotas Inter-Ilhas		1.500.000	1.500.000	1.500.000	4.500.000
14.4 Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos	5.000	5.000	6.000	6.000	22.000
14.4.1 Apoio a Acções de Dinamização do Transporte Aéreo nos Açores	5.000	5.000	6.000	6.000	22.000
15 CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SECTOR ENERGÉTICO	193.418	210.418	155.000	171.000	729.836

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
15.1 Utilização racional de energia	20.000	36.000	36.000	36.000	128.000
15 1 1 Agência Regional de Energia	20.000	36.000	36.000	36.000	128.000
15.2 Serviço público e social	168.918	174.418	119.000	135.000	597.336
15 2 1 Apoios a Electrificações	30.500	35.000	35.000	50.000	150.500
15 2 2 Pagamento da Iluminação Pública das Vias Regionais	82.000	83.000	84.000	85.000	334.000
15 2 3 Regularização Financeira de Acções de Iluminação Pública das Vias Regionais	56.418	56.418			112.836
15.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Energia	4.500				4.500
15 3 1 Apoio à Electrificação do Campo de Jogos e Zona de Lazer	4.500				4.500
16 DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	1.249.500	1.785.000	2.225.000	2.070.000	7.329.500
16.1 Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores	1.246.500	1.782.000	2.222.000	2.067.000	7.317.500
16 1 1 Promoção, Formação, Divulgação da Ciência, Tecnologia e Soc. Informação	114.000	202.000	147.000	242.000	705.000
16 1 2 Apoio à Instalação do DOP-UA	30.000	50.000	50.000	50.000	180.000
16 1 3 Programas Regionais de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Sociedade da Informação	160.000	200.000	200.000	200.000	760.000
16 1 4 Proj. Apoio ao Ens. Experim. das Ciências e da Educação Científica	140.000	90.000	140.000	105.000	475.000
16 1 5 Observatórios Científicos (Astronomia, Ambiental, Vulcanologia e Oceanografia)	32.500	45.000	115.000	90.000	282.500
16 1 6 Centro de Ciência Viva e Espaços Laborat. Científico e Tecnológico	85.000	305.000	390.000	145.000	925.000
16 1 7 Apoio ao Funcionamento e Projectos de Invest. Cient. e Desenv. Tecnológico	85.000	65.000	35.000	10.000	195.000
16 1 8 Instalações e Equipamento para a Direcção Regional da Ciência e Tecnologia	35.000	35.000	35.000	35.000	140.000
16 1 9 Funcionamento e Equipamento para o Jornal Oficial	50.000	25.000	25.000	25.000	125.000
16 1 10 Projecto Açores - Região Digital	130.000	380.000	700.000	780.000	1.990.000
16 1 11 Licenciamento de Software e Equipam. Informat. e Concep. Multimédia	365.000	345.000	345.000	345.000	1.400.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	1000 esc.	
				2004	total
16 1 12 Exposição Permanente da Biologia do Cachalote	20.000	40.000	40.000	40.000	140.000
16.2 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Ciência e Tecnologia	3.000	3.000	3.000	3.000	12.000
16 2 1 Centro Informático de Rabo de Peixe - Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande	3.000	3.000	3.000	3.000	12.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
Valorizar e Aumentar os Níveis de Protecção da Sociedade Açoriana	9.521.000	9.339.000	10.461.000	12.016.000	41.337.000
17 DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS EDUCACIONAIS	5.284.500	4.935.000	5.747.500	6.365.000	22.332.000
17.1 Construções Escolares	5.284.500	4.785.000	5.680.000	6.365.000	22.114.500
17 1 1 Manutenção/Reparação das Instalações do Ensino Básico e Secundário	275.000	300.000	300.000	300.000	1.175.000
17 1 2 Construção EB 2,3 + E. Artístico de Ponta Delgada	10.000	60.000	450.000	500.000	1.020.000
17 1 3 Construção EB2,3 + E. Artístico de Angra do Heroísmo	50.000	1.250.000	1.250.000	1.000.000	3.550.000
17 1 4 Construção EB 2,3 dos Ginetes	350.000	675.000	175.000		1.200.000
17 1 5 Reformulação da Rede Escolar do Topo e Santo Antão	500.000	300.000			800.000
17 1 6 Construção ESG/B Lagoa	900.000	200.000			1.100.000
17 1 7 Construção da EB/JI Lagoa	60.000				60.000
17 1 8 Construção da EB/JI Boa Hora	59.800				59.800
17 1 9 Construção da EB/JI Matriz da Horta	206.700				206.700
17 1 10 Ampliação da EB/JI de Flamengos	110.000				110.000
17 1 11 Aquisição, Repar., Ampl. e Adapt. E. Sec. da EB 2,3/S Maria Isabel C. Medeiros	259.600				259.600
17 1 12 Reparação EB 2,3 Angra do Heroísmo	154.300				154.300
17 1 13 Reparação EB 2,3 Biscoitos	120.000				120.000
17 1 14 Cooperação Financeira com as Autarquias	432.000				432.000
17 1 15 Construção da EB/JI da Carreirinha	270.000	50.000			320.000
17 1 16 Construção do Anexo à Escola Maria Isabel Carmo Medeiros	90.000				90.000
17 1 17 Construção da EB/JI do Pico da Urze	214.000	50.000			264.000
17 1 18 Ampliação da EB/JI João Ferreira da Silva - Água de Pau	20.100				20.100

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
17 1 19 Reparação de Inst. Desportivas da EB 2/3 dos Arrifes	175.000				175.000
17 1 20 Reparação das Inst. Desportivas e Auditório da EB 2/3 do Canto da Maia	135.000				135.000
17 1 21 Ampliação EB 2,3/S São Roque do Pico	128.000				128.000
17 1 22 Construção EB 2,3 da Maia	450.000				450.000
17 1 23 Adapt. E. Sec. e Grande Reparação EB2,3/S Bento Rodrigues (SMA)	50.000	400.000	250.000		700.000
17 1 24 Adapt. E. Sec. EB 1, 2, 3/S Pde. Maurício de Freitas (Flores)	100.000	350.000	150.000		600.000
17 1 25 Construção da EB/JI Ribeira Grande		50.000	150.000	50.000	250.000
17 1 26 Construção da EB/JI Serra de Santiago		50.000	50.000	50.000	150.000
17 1 27 Construção da EB/JI Porto Martins		50.000	150.000	50.000	250.000
17 1 28 Requalificação da EB2 Roberto Ivens	15.000	60.000	450.000	440.000	965.000
17 1 29 Adapt. E. Sec. EB2,3/S Padre Manuel A. Cunha (Calheta)		20.000	250.000	150.000	420.000
17 1 30 Grande Reparação e Ampliação da EB2,3 F. Ornelas da Câmara	100.000	300.000	800.000	800.000	2.000.000
17 1 31 Adapt. E. Sec. e Grande Repar. EB2,3/S Santa Cruz da Graciosa	30.000	200.000	350.000	200.000	780.000
17 1 32 Adapt. E.Sec. e Reparação EB2,3/S Nordeste	20.000	190.000	250.000		460.000
17 1 33 Reparação e Conservação da EB 3/S das Laranjeiras		60.000			60.000
17 1 34 Ampliação/Remodelação EB/JI São Vicente Ferreira		170.000			170.000
17 1 35 Adaptação Funcional da ESG/B Antero de Quental			60.000	140.000	200.000
17 1 36 Grande Reparação ESG/B Domingos Rebelo			60.000	140.000	200.000
17 1 37 Ampliação e Grande Reparação EB 2,3 Vila Franca do Campo			30.000	95.000	125.000
17 1 38 Construção da ESG/B das Lajes do Pico			50.000	300.000	350.000
17 1 39 Ampliação/Remodelação EB/JI Fenais da Luz			30.000	60.000	90.000
17 1 40 Grande Reparação da EB 2,3 da Horta			10.000	250.000	260.000
17 1 41 Construção da EB 1,2,3/JI de Ponta Garça			10.000	100.000	110.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
17 1 42 Construção da EB 1,2,3 de Água de Pau			10.000	270.000	280.000
17 1 43 Ampliação/Remodelação da EB/JI do Pico da Pedra			50.000	50.000	100.000
17 1 44 Ampliação e Remodelação da Biblioteca e Sala de Audio-Visuais da EB 2,3 de Capelas			45.000		45.000
17 1 45 Construção da EB 2,3 do Ramo Grande				100.000	100.000
17 1 46 Construção da EB 2,3 de São Sebastião				100.000	100.000
17 1 47 Construção da EB 2,3 do Livramento				100.000	100.000
17 1 48 Construção da Escola Secundária de Vila Franca do Campo				60.000	60.000
17 1 49 Construção ESG/B da Horta			300.000	1.000.000	1.300.000
17 1 50 Construção da EB 2,3/S de Velas				60.000	60.000
17.2 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Educação		150.000	67.500		217.500
17 2 1 Construção da EB/JI Rabo de Peixe		150.000	67.500		217.500
18 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCATIVO	275.000	275.000	275.000	275.000	1.100.000
18.1 Equipamentos Escolares	200.000	200.000	200.000	200.000	800.000
18 1 1 Aquisição de Equipamentos para a Educação Pré-Escolar e os Ensino Básico e Secundário	200.000	200.000	200.000	200.000	800.000
18.2 Formação (comparticipação regional)	75.000	75.000	75.000	75.000	300.000
18 2 1 Formação para o Ensino	75.000	75.000	75.000	75.000	300.000
19 JUVENTUDE E EMPREGO	424.000	578.500	651.000	621.500	2.275.000
19.1 Juventude	194.500	261.500	327.500	282.500	1.066.000
19 1 1 Ocupação de Tempos Livres dos Jovens	72.500	122.500	127.500	132.500	455.000
19 1 2 Mobilidade Juvenil	30.000	35.000	38.000	40.000	143.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
19 1 3 Pousadas de Juventude	5.000	5.000	6.000	7.000	23.000
19 1 4 PIAJ - Programa de Incentivo ao Associativismo Juvenil	60.000	75.000	75.000	80.000	290.000
19 1 5 RRIJ - Rede Regional de Informação Juvenil	15.000	4.000	5.000	6.000	30.000
19 1 6 Programa INICIATIVA, Apoio a grupos informais de jovens	12.000	15.000	16.000	17.000	60.000
19 1 7 Adaptação do Convento S.Pedro Alcântara a Pousada da Juventude em S. Roque		5.000	60.000		65.000
19.2 Emprego e Formação Profissional	224.500	312.000	318.500	334.000	1.189.000
19 2 1 Formação Profissional Inicial	100.000	140.000	150.000	160.000	550.000
19 2 2 Componente Regional de Formação Profissional	25.000	40.000	45.000	50.000	160.000
19 2 3 Programas de Emprego - Componentes Regionais	25.000	30.000	30.000	30.000	115.000
19 2 4 Adequação Tecnológica dos Serviços	25.000	25.000	10.000	6.000	66.000
19 2 5 Orientação, Reconversão e Qualificação de Desempregados	15.000	27.000	30.000	31.000	103.000
19 2 6 Reconversão e Qualificação de Activos	10.000	12.000	13.000	14.000	49.000
19 2 7 Acções de Conciliação e Arbitragem do Trabalho	7.000	7.500	8.000	8.500	31.000
19 2 8 Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação	10.000	21.000	22.000	23.000	76.000
19 2 9 Mercado Social de Emprego	7.500	9.500	10.500	11.500	39.000
19.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Juventude e Emprego	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
19 3 1 Apoio a Actividades de Organizações Juvenis em Rabo de Peixe	2.500	2.500	2.500	2.500	10.000
19 3 2 Apoio à Dinamização do Mercado Social de Emprego em Rabo de Peixe	2.500	2.500	2.500	2.500	10.000
20 DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS DE SAÚDE	1.040.000	1.100.000	1.080.000	1.770.000	4.990.000
20.1 Construção De Novas Unidades	200.000	330.000	480.000	1.170.000	2.180.000
20 1 1 Centro de Saúde da Praia da Vitória	100.000	100.000	10.000		210.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
20 1 2 Unidades de Saúde	100.000	30.000	20.000	20.000	170.000
20 1 3 Centro de Saúde de Ponta Delgada		50.000	50.000	250.000	350.000
20 1 4 Novo Hospital de Angra do Heroísmo		150.000	400.000	900.000	1.450.000
20.2 Remodelação/Ampliação de Unidades de Saúde Existentes	840.000	770.000	600.000	600.000	2.810.000
20 2 1 Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo	160.000	200.000	200.000	300.000	860.000
20 2 2 Hospital da Horta	160.000	150.000	120.000	50.000	480.000
20 2 3 Centro de Saúde da Povoação	280.000	100.000	10.000		390.000
20 2 4 Estruturas de Apoio à Psiquiatria e Toxicodependência	30.000	50.000	50.000	50.000	180.000
20 2 5 Remodelação e Ampliação de várias Unidades de Saúde (aquisições)	100.000	120.000	100.000	90.000	410.000
20 2 6 Beneficiação de Unidades de Saúde	110.000	150.000	120.000	110.000	490.000
21 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE	1.170.000	1.050.000	910.000	1.230.000	4.360.000
21.1 Apetrechamento/Modernização	1.060.000	910.000	750.000	1.050.000	3.770.000
21 1 1 Apetrechamento do Hospital de Angra do Heroísmo	130.000	150.000	170.000	200.000	650.000
21 1 2 Hospital Divino Espírito Santo	400.000	50.000	50.000	150.000	650.000
21 1 3 Apetrechamento do Hospital da Horta	230.000	350.000	150.000	150.000	880.000
21 1 4 Aquisição de Equipamento para Unidades de Saúde	180.000	200.000	200.000	250.000	830.000
21 1 5 Viaturas do Serviço Regional de Saúde	25.000	30.000	30.000	50.000	135.000
21 1 6 Telemedicina, Renovação de Equipamento e Software	60.000	90.000	100.000	170.000	420.000
21 1 7 Emergência Médica	35.000	40.000	50.000	80.000	205.000
21.2 Actualização Profissional	110.000	140.000	160.000	180.000	590.000
21 2 1 Actualização de Profissionais de Saúde	110.000	140.000	160.000	180.000	590.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
22 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	540.000	685.000	940.000	1.030.000	3.195.000
22.1 Equipamentos de Apoio a Idosos (comparticipação regional)	295.000	365.000	470.000	640.000	1.770.000
22 1 1 Rem. e Adap. do Edifício a Centro Comunit. da Sta. Casa da Mis. de Vila do Porto	10.000	100.000	150.000	80.000	340.000
22 1 2 Remodelação de Edifício para Centro Geriátrico - Lar Augusto César Ferreira Cabido	30.000	10.000			40.000
22 1 3 Reconstrução do Claustro Sul do Recolhimento de São Gonçalo em Angra do Heroísmo	5.000	5.000	50.000	100.000	160.000
22 1 4 Remodelação de Prédios para Lar de Idosos/ S. C. Misericórdia da Praia da Graciosa	20.000	140.000	150.000	60.000	370.000
22 1 5 Remod. e Adap. do Edifício a Centro Comun. da Sta. Casa da Miser. de São Roque do Pico	220.000	100.000			320.000
22 1 6 Criação, Melhoramentos e Apetrechamento de Equip. Sociais de Apoio aos Idosos	10.000	5.000	5.000	20.000	40.000
22 1 7 Construção do Lar de Idosos - Sta. Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo			5.000	50.000	55.000
22 1 8 Criação de Residência de Apoio a Idosos no Corvo - Sta. Casa da Misericórdia de Vila Nova do Corvo		5.000	30.000	100.000	135.000
22 1 9 Remodelação do Lar de Idosos da Povoação - Sta. Casa da Misericórdia da Povoação			5.000	30.000	35.000
22 1 10 Criação de Lar de Idosos em Ponta Delgada - Sta. Casa da Misericórdia de Ponta Delgada			5.000	50.000	55.000
22 1 11 Criação de Lar de Idosos na Lagoa			5.000	40.000	45.000
22 1 12 Criação de Lar de Idosos nas Lages das Flores - Sta. Casa da Misericórdia das Lages das Flores			5.000	5.000	10.000
22 1 13 Remodelação do edifício da Sta. Casa da Misericórdia da Calheta			30.000	50.000	80.000
22 1 14 Remod. e Ampl. Lar de Idosos da Madalena - Sta. Casa da Misericórdia da Madalena do Pico			30.000	35.000	65.000
22 1 15 Criação de Lar de Idosos na Calheta - Sta. Casa da Misericórdia da Calheta				10.000	10.000
22 1 16 Criação de Lar de Idosos nas Lajes do Pico - Sta. Casa da Misericórdia das Lajes do Pico				10.000	10.000
22.2 Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude (comparticipação regional)	195.000	240.000	390.000	330.000	1.155.000
22 2 1 Criação de Centro Ocupacional de Deficientes na Ribeira Grande - Sta. Casa da Misericórdia da Rib.	5.000	10.000	100.000		115.000
22 2 2 Const. de Edifício para Atelier de Tempos Livres e Form. no âmbito do RMG - São Pedro	28.000	40.000			68.000
22 2 3 Criação de Creche do Patronato em Ponta Delgada	10.000	40.000	40.000		90.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
22 2 4 Remodelação/ampliação do Edifício da Creche e Jardim da Associação de S. João de Deus - Ponta	25.000				25.000
22 2 5 Criação de uma Creche na Freguesia do Livramento	20.000	50.000	40.000		110.000
22 2 6 Construção de Estrutura de Apoio a Deficientes na Terceira - Associação Cristã da Mocidade	5.000	40.000	100.000	70.000	215.000
22 2 7 Construção de Centro Comunitário em S. Bento (Terceira)	7.000	10.000	10.000		27.000
22 2 8 Construção de Lar de Jovens na Candelária - Obra Social Madre Maria Clara	50.000				50.000
22 2 9 Construção de Centro Ocup. de Deficientes na Madalena - Sta. Casa da Misericórdia da Madalena	35.000	40.000			75.000
22 2 10 Construção de Edifício para Creche e Jardim de Infância nas Lajes das Flores - Casa do Povo das		5.000	60.000	40.000	105.000
22 2 11 Criação, Melhor. e Apetrechamento de Equip. Sociais de Apoio à Infância e Juventude	10.000	5.000	10.000	25.000	50.000
22 2 12 Construção de Edifício para Centro Ocupacional de Deficientes - Sta. Casa da Misericórdia de Vila do			5.000	60.000	65.000
22 2 13 Criação de Centro Ocupacional de Deficientes no Nordeste - Associação Amizade 2000			10.000	35.000	45.000
22 2 14 Remodelação do Edifício do Lar Bernardo Manuel Silveira Estrela - Ribeira Grande			5.000	20.000	25.000
22 2 15 Remodelação e Ampliação de Edifício para Creche e Jardim de Infância - Confederação Operária			10.000	50.000	60.000
22 2 16 Construção de Edifício para Actividades Sociais e Serviços na Freguesia de Calhetas				5.000	5.000
22 2 17 Construção de Edifício para Centro Ocupacional de Deficientes - Sta. Casa da Misericórdia de Sta. Cruz				5.000	5.000
22 2 18 Remodelação/ampliação de Edifício para Centro de Acolhimento de Jovens em São João do Pico - Sta.				10.000	10.000
22 2 19 Construção de Edifício para Convívio de Idosos, ATL e Creche no Pico da Pedra				10.000	10.000
22.3 Promoção da Igualdade de Oportunidades	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
22 3 1 Promoção da Igualdade de Oportunidades	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
22.4 Prevenção das Toxicodependências	20.000	30.000	40.000	50.000	140.000
22 4 1 Prevenção das Toxicodependências	20.000	30.000	40.000	50.000	140.000
22.5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Solidariedade Social	20.000	40.000	30.000		90.000
22 5 1 Criação de Centro de Apoio a Crianças e Jovens em Rabo de Peixe	20.000	40.000	30.000		90.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
23 PROTECÇÃO CIVIL	787.500	715.500	857.500	724.500	3.085.000
23.1 Aquisição/reparação de viaturas para os CB's	114.500	142.500	144.500	131.500	533.000
23 1 1 Ambulâncias Todo o Terreno	9.500	10.000	10.500	10.500	40.500
23 1 2 Prontos-Socorros-Médios	17.500	35.000	36.000	37.000	125.500
23 1 3 Auto-Tanques-Pesados	22.500	22.500	23.000	24.000	92.000
23 1 4 Ambulâncias de Socorro	45.000	45.000	45.000	30.000	165.000
23 1 5 Reparação de Viaturas dos CB's	10.000	20.000	20.000	20.000	70.000
23 1 6 Aquisição de Equipamento, Fardamento e Mobiliário para AHBV	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
23.2 Construção/remod. de infra-estruturas e equipamentos dos CB's	250.000	395.000	520.000	470.000	1.635.000
23 2 1 Construção do Quartel da AHBV's da Ribeira Grande	105.000	250.000	250.000	200.000	805.000
23 2 2 Instalação da Secção Destacada da AHBV's de Angra do Heroísmo - Altares	25.000				25.000
23 2 3 Beneficiação e Ampliação do Quartel dos AHBV's da Madalena	50.000	75.000	125.000	50.000	300.000
23 2 4 Construção de Anexos	50.000	40.000	30.000		120.000
23 2 5 Beneficiação e Reparação de Quarteis das AHBV's	10.000	20.000	20.000	25.000	75.000
23 2 6 Escola de Formação de BV's/PC	10.000	10.000	10.000	50.000	80.000
23 2 7 Construção de 1 Módulo no Quartel de Vila Franca do Campo			40.000		40.000
23 2 8 Construção de 2 Módulos no Quartel das Lajes do Pico			45.000		45.000
23 2 9 Construção de 2 Módulos no Quartel de Sta. Cruz das Flores				45.000	45.000
23 2 10 Reabilitação do Quartel de Angra do Heroísmo				100.000	100.000
23.3 Formação e Informação	88.000	88.000	93.000	93.000	362.000
23 3 1 Equipamento de Vigilância Sismo-Vulcânica	20.000	20.000	20.000	20.000	80.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
23 3 2 Apoios a Diversas Entidades	3.000	3.000	3.000	3.000	12.000
23 3 3 Estudos de Carácter Científico e Elaboração de Cartas de Risco	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
23 3 4 Execução do Protocolo com a Universidade dos Açores	20.000	20.000	20.000	20.000	80.000
23 3 5 Formação Profissional ao Nível da Protecção Civil	10.000	10.000	15.000	15.000	50.000
23 3 6 Informação, Formação e Sensibilização da População	10.000	10.000	15.000	15.000	50.000
23 3 7 Formação Profissional de Bombeiros	15.000	15.000	10.000	10.000	50.000
23.4 Serviço Regional de Protecção Civil	335.000	90.000	100.000	30.000	555.000
23 4 1 Meios e Recursos do SRPCA	5.000	10.000	10.000	10.000	35.000
23 4 2 Radiocomunicações de Emergência do SRPCA/IRBA	330.000	50.000	50.000	20.000	450.000
23 4 4 Meios e Recursos do SRPCA - Equipamentos para Socorro Imediato		30.000	40.000		70.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
Promover a Sustentabilidade do Desenvolvimento e da Qualidade de Vida	6.736.270	7.833.860	7.982.811	8.587.390	31.140.331
24 QUALIDADE AMBIENTAL	1.591.270	2.342.400	2.188.885	2.192.420	8.314.975
24.1 Recursos Hídricos	721.000	993.000	737.000	627.000	3.078.000
24 1 1 Qualidade e Quantidade de Água (interiores e costeiras)	40.000	60.000	15.000	5.000	120.000
24 1 2 Avaliação e Monitorização de Recursos - Fiscalização e monitorização com laboratório móvel	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
24 1 3 Definição de Zonas de Extracção marinha	30.000	5.000	5.000	5.000	45.000
24 1 4 Levantamentos Batimétricos e Topográficos	25.000	10.000	5.000	5.000	45.000
24 1 5 Manutenção de Postos Udométricos e Hidrométricos	10.000	10.000	5.000	5.000	30.000
24 1 6 Plano Regional Da Água	30.000	30.000	30.000	30.000	120.000
24 1 7 Plano De Ilha De Recursos Hídricos	30.000	40.000	30.000	30.000	130.000
24 1 8 Ordenamento de Bacias Hidrográficas- Ribeira Do Salto Inglesa	20.000	40.000	1.000	1.000	62.000
24 1 9 Ordenamento de Bacias Hidrográficas - Furnas, Povoação E Faial Da Terra	50.000	200.000	50.000	50.000	350.000
24 1 10 Protecção e Intervenções em Lagoas- PORAL	60.000	40.000	25.000	10.000	135.000
24 1 11 Ceifeira de macrófitas flutuantes (Sete Cidades)	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000
24 1 12 Protecção e Intervenções em Lagoas - Projectos e Contratos	15.000	15.000	15.000	15.000	60.000
24 1 13 Desobstrução e Limpeza de Ribeiras - Fiscalização e Conservação	80.000	80.000	80.000	80.000	320.000
24 1 14 Desobstrução e Limpeza de Ribeiras - Correção de leitos, taludes	150.000	200.000	250.000	250.000	850.000
24 1 15 Desobstrução e Limpeza de Ribeiras - Cooperação com Juntas de Freguesia	80.000	80.000	80.000	80.000	320.000
24 1 16 Programa Regional de Protecção das Origens da Água	20.000	25.000	15.000		60.000
24 1 17 Protecção e Intervenções em Lagoas - Caldeirão (Corvo)		40.000	40.000		80.000
24 1 18 Obra de Descarga e Automação da Estação Hidrométrica da Lagoa das Furnas	35.000	2.000			37.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
24 1 19 Plano Integrado de Abastecimento de Água, Drenagem e Águas Residuais	15.000	15.000			30.000
24 1 20 Ordenamento de Bacias Hidrográficas - Ribeira Do Coucinho	20.000				20.000
24 1 21 Protecção e Interv. em Lagoas - expropriações de terrenos em zonas vulneráveis		80.000	80.000	50.000	210.000
24 1 22 Estudo da lagoa do Caiado (PIC)		10.000			10.000
24.2 Valorização da Qualidade Ambiental	423.050	556.050	624.150	623.150	2.226.400
24 2 1 Conservação da Natureza	72.550	62.550	50.150	54.650	239.900
24 2 2 Controlo da Qualidade Ambiental	115.000	180.000	230.000	230.000	755.000
24 2 3 Gestão de Áreas Protegidas	75.000	140.000	160.000	160.000	535.000
24 2 4 Vigilância Integrada da Qualidade do Ambiente	75.000	100.000	120.000	120.000	415.000
24 2 5 Gestão da Rede Natura 2000	20.000	25.000	30.000	30.000	105.000
24 2 6 Rede de Jardins Botânicos	65.500	48.500	34.000	28.500	176.500
24.3 Ordenamento do Território	345.500	677.500	707.500	819.500	2.550.000
24 3 1 Ordenamento de Bacias Hidrográficas Das Sete Cidades E Furnas	70.000	45.000	20.000	5.000	140.000
24 3 2 Elaboração e Acompanhamento dos POOCs	60.000	110.000	80.000	20.000	270.000
24 3 3 Sistema de Informação Geográfica - SIG	20.000	5.000	5.000	5.000	35.000
24 3 4 Instrumentos de Gestão Territorial, incluindo os PMOT	15.000	15.000	15.000	15.000	60.000
24 3 5 Apoio à Gestão dos Concelhos sem PMOT	2.500	2.500	2.500	2.500	10.000
24 3 6 Relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território	5.000	10.000	5.000	10.000	30.000
24 3 7 Sistema de Informação sobre o Ordenamento do Território (internet)	5.000	2.000	2.000	2.000	11.000
24 3 8 Centro de Documentação e Formação Técnica	3.000	3.000	3.000	3.000	12.000
24 3 9 Levantamento Cartográfico e Fotografia Aérea do Litoral	10.000	35.000	50.000	17.000	112.000
24 3 10 Protecção Da Orla Costeira De Santa Maria / Flores / Corvo	15.000	20.000	20.000	100.000	155.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
24 3 11 Protecção da Orla Costeira da Terceira	25.000	25.000	80.000	100.000	230.000
24 3 12 Ordenamento da Orla Costeira de S. Miguel	15.000	60.000	100.000	100.000	275.000
24 3 13 Protecção da Orla Costeira do Faial	15.000	10.000	20.000	80.000	125.000
24 3 14 Protecção Da Orla Costeira De São Jorge	15.000	15.000	80.000	50.000	160.000
24 3 15 Protecção Da Orla Costeira - Outras Intervenções	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
24 3 16 Caracterização e Identificação das Paisagens dos Açores	30.000	15.000			45.000
24 3 17 Revisão do PROTA I e Elaboração do PROTA II	20.000	20.000			40.000
24 3 18 Organização de Simpósio - Zonas Costeiras	10.000			10.000	20.000
24 3 19 Protecção Da Orla Costeira Das Lages Do Pico		150.000	200.000	280.000	630.000
24 3 20 Protecção Da Orla Costeira Da Graciosa		125.000	15.000	10.000	150.000
24.4 Formação e Promoção Ambiental	80.220	96.350	105.235	105.770	387.575
24 4 1 Informação, Sensibilização E Promoção Ambientais	52.220	66.350	75.235	70.770	264.575
24 4 2 Formação Ambiental	28.000	30.000	30.000	35.000	123.000
24.5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Ambiente	21.500	19.500	15.000	17.000	73.000
24 5 1 Medidas de Requalificação Ambiental	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
24 5 2 Formação e Sensibilização Ambientais	11.500	9.500	5.000	7.000	33.000
25 PATRIMÓNIO E ACTIVIDADES CULTURAIS	1.361.000	1.517.000	1.532.476	1.769.500	6.179.976
25.1 Dinamização de Actividades Culturais	341.500	400.000	432.000	476.500	1.650.000
25 1 1 Equipamento para ONG's Culturais	20.000	25.000	30.000	35.000	110.000
25 1 2 Escolas de Formação	20.000	20.000	20.000	20.000	80.000
25 1 3 Música	15.000	20.000	20.000	20.000	75.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
25 1 4 Edição de Obras de Cariz Cultural	20.000	20.000	22.500	22.500	85.000
25 1 5 Festivais e Congressos	10.000	15.000	15.000	20.000	60.000
25 1 6 Artes Dramáticas	16.000	18.000	20.000	22.000	76.000
25 1 7 Institutos Culturais, Academias e Centros de Investigação	22.000	22.000	24.000	24.000	92.000
25 1 8 Rede de Leitura Pública	30.000	55.000	60.500	66.500	212.000
25 1 9 Bolsas para Formação Artística e Técnica	10.000	11.000	12.000	13.500	46.500
25 1 10 Outros Eventos Culturais	11.000	12.000	13.500	14.500	51.000
25 1 11 Actividades de Grupos e Agentes Culturais	20.000	22.000	24.000	27.000	93.000
25 1 12 Artes Plásticas	15.000	15.000	15.000	15.000	60.000
25 1 13 Folclore, Música, Danças e Cantares Tradicionais	22.000	24.000	26.500	30.000	102.500
25 1 14 Formação de Técnicos em Áreas Culturais Carenciadas	5.500	6.000	7.000	7.500	26.000
25 1 15 Música - Fardamentos, Instrumental e Intercâmbios	40.000	44.000	48.500	53.000	185.500
25 1 16 Orquestra Regional dos Açores - (Lira Açoriana)	16.500	18.000	20.000	22.000	76.500
25 1 17 Tauromaquia	7.500	8.000	8.500	9.000	33.000
25 1 18 Espectáculos de Iniciativa Governamental - Música, Teatro, Bailado e Ópera	35.000	45.000	45.000	55.000	180.000
25 1 19 Prémios para Criação Artística	6.000				6.000
25.2 Defesa e valorização do património arquitectónico e cultural	929.500	1.026.000	989.476	1.191.000	4.135.976
25 2 1 Aquisição, Restauro de Bens de Valor Cultural	15.000	15.000	15.000	15.000	60.000
25 2 2 Restauro de Órgãos	10.000	15.000	15.000	15.000	55.000
25 2 3 Inventário do Património Artístico e Cultural	20.000	20.000	20.000	20.000	80.000
25 2 4 Restauro de Talhas	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
25 2 5 Restauro de Fortes	5.000	10.000	10.000	10.000	35.000
25 2 6 Recuperação e Consolidação de Moinhos de Água e de Vento	5.000	10.000	10.000	10.000	35.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
25 2 7 Consolidação e Restauro de Elementos Arquitectónicos de Valor Patrimonial	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
25 2 8 Conservação de Imóveis Classificados em Núcleos Protegidos	10.000	50.000	50.000	50.000	160.000
25 2 9 Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo: Novas Instalações	60.000	60.000	100.000	300.000	520.000
25 2 10 Investigação Arqueológica Subaquática	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
25 2 11 Museus, Bibliotecas, Arquivos e CECRA	30.000	30.000	30.000	30.000	120.000
25 2 12 Planos de Salvaguarda	10.000	10.000	10.000	5.000	35.000
25 2 13 Museu do Pico - Museu dos Baleeiros	10.000	20.000	30.000	40.000	100.000
25 2 14 Conservação e Restauro dos Impérios do Espírito Santo	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
25 2 15 Salvaguarda do Património Baleeiro	30.000	15.000	15.000	15.000	75.000
25 2 16 Divulgação e Sensibilização do Património Cultural	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000
25 2 17 Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas Públicas	15.000	15.000	20.000	20.000	70.000
25 2 18 Inventariação e Tratamento dos Arquivos da Região	15.000	15.000	15.000	15.000	60.000
25 2 19 Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para ONG's Culturais	75.000	80.000	80.000	120.000	355.000
25 2 20 Recolhimento de Santa Bárbara - Museu Carlos Machado	20.000	305.000	355.000	100.000	780.000
25 2 21 Aquisição do Armazém da Canada de Belém - Angra do Heroísmo	25.000	20.000	13.476		58.476
25 2 22 Casa dos Botes - Museu do Pico	5.000	5.000	5.000		15.000
25 2 23 Igreja do Colégio de Ponta Delgada	35.000	35.000	25.000		95.000
25 2 24 Casa Walter Bensaúde - B. P. A. da Horta	20.000		100.000	360.000	480.000
25 2 25 Igreja da Srª dos Passos - Ribeira Grande	10.000	15.000	15.000	10.000	50.000
25 2 26 Restauro da sacristia da Igreja Nª Srª da Guia (Convento de S. Francisco de Angra)	15.000	15.000			30.000
25 2 27 Museu de São Jorge	10.000	10.000			20.000
25 2 28 Igreja da Nª Srª do Livramento (Convento de Santo António dos Capuchos de Angra)	20.000	10.000			30.000
25 2 29 Palacete do Comendador Silveira e Paulo (antiga escola Industrial de Angra)	50.000	170.000			220.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
25 2 30 Igreja de S. José - Ponta Delgada	15.000	5.000			20.000
25 2 31 Museu do Corvo	5.000	20.000			25.000
25 2 32 Restauro e Conservação da Pinacoteca de Natália Correia/Dórdio Guimarães	5.000	5.000			10.000
25 2 33 Igreja Matriz de Vila do Porto	10.000				10.000
25 2 34 Museu do Vinho - Museu do Pico	13.500				13.500
25 2 35 Casa de Ferreira Drumond (antigo Consistório da Santa Casa da Misericórdia da Vila de S. Sebastião)	10.000				10.000
25 2 36 Igreja Matriz de Santa Cruz da Graciosa	10.000				10.000
25 2 37 Igreja das Concepcionistas (Convento de Nª Sª da Conceição de Angra)	60.000				60.000
25 2 38 Equipamento da Biblioteca Pública de Ponta Delgada	150.000				150.000
25 2 39 Remodelação do Edifício da Cozinha Económica Angrense	25.000				25.000
25 2 40 Futuras Instalações da Inspeção Regional do Trabalho	60.000				60.000
25 2 41 Sede do Museu de Santa Maria			15.000	30.000	45.000
25 2 42 Casa do Maestro Francisco Lacerda- Fragueira			15.000		15.000
25 2 43 Remodelação da Igreja de S. Francisco- Ribeira Grande	20.000	20.000			40.000
25.3 Protecção e Valorização de Angra Património Mundial	85.000	86.000	106.000	97.000	374.000
25 3 1 Reconstrução e Conservação de Imóveis	25.000	25.500	30.000	30.500	111.000
25 3 2 Restauro de Elementos de Interesse Histórico ou Arquitectónico	15.000	15.000	15.000	15.000	60.000
25 3 3 Correção de Anomalias Arquitectónicas	30.000	30.000	45.000	35.000	140.000
25 3 4 Estudos sobre Angra do Heroísmo Património Mundial	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
25 3 5 Acções de Animação Recreativa e Educativa, Turístico-Cultural e de Divulgação	5.000	5.500	6.000	6.500	23.000
25.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Cultura	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
25 4 1 Dinamização das Actividades Culturais em Rabo de Peixe	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
26 DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO	1.027.000	1.129.000	1.150.000	1.328.000	4.634.000
26.1 Instalações e Equipamentos	449.000	504.000	450.000	610.000	2.013.000
26 1 1 Apoio à Construção e Beneficiação de Instalações Desportivas	75.000	60.000	110.000	140.000	385.000
26 1 2 Apoio ao Arrelvamento de Campos de Futebol	60.000	75.000	60.000	60.000	255.000
26 1 3 Parque Desportivo de São Miguel	60.000	120.000	100.000	140.000	420.000
26 1 4 Parque Desportivo da Ilha Terceira	100.000	120.000	100.000	140.000	460.000
26 1 5 Parque Desportivo do Faial	100.000	80.000	50.000	100.000	330.000
26 1 6 Modernização e Apetrechamento de Instalações	54.000	49.000	30.000	30.000	163.000
26.2 Actividades Desportivas	423.000	450.000	478.000	531.000	1.882.000
26 2 1 Apoio a Clubes por Utilização de Atletas Formados na Região	20.000	20.000	20.000	20.000	80.000
26 2 2 Clubes Desportivos Escolares	30.000	35.000	36.000	36.000	137.000
26 2 3 Jogos Desportivos Escolares	30.000	31.000	32.000	33.000	126.000
26 2 4 Prémios de Classificação e Subida de Divisão	60.000	62.000	64.000	64.000	250.000
26 2 5 Apoio ao Acesso de Atletas à Alta Competição	25.000	26.000	27.000	28.000	106.000
26 2 6 Actividade Física e Desportiva Adaptada	10.000	12.000	14.000	16.000	52.000
26 2 7 Apoio Excepcional a Clubes Desportivos da Região	7.000	7.000	6.000	6.000	26.000
26 2 8 Apoio à Participação em Quadros Competitivos Nacionais	150.000	160.000	170.000	200.000	680.000
26 2 10 Apoio à Realização e Participação em Competições Regionais e Série Açores	91.000	97.000	109.000	128.000	425.000
26.3 Promoção e Formação	150.000	170.000	217.000	182.000	719.000
26 3 1 Congressos e Seminários	10.000	10.000	12.000	12.000	44.000
26 3 2 Estrutura Técnica Associativa	45.000	45.000	50.000	50.000	190.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
26 3 3 Estudos e Investigação	5.000	10.000	10.000	10.000	35.000
26 3 4 Eventos Desportivos	20.000	20.000	20.000	20.000	80.000
26 3 5 Formação na Área da Educação Física e Desporto	30.000	40.000	45.000	45.000	160.000
26 3 6 Jogos das Ilhas	40.000	45.000	80.000	45.000	210.000
26.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desporto	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
26 4 1 Dinamização de Actividades Desportivas em Rabo de Peixe	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
27 HABITAÇÃO	2.600.000	2.700.000	2.965.000	3.150.000	11.415.000
27.1 Construção e Aquisição de Habitação Própria	1.219.500	1.500.000	1.605.000	1.590.000	5.914.500
27 1 1 Apoio à Aquisição de Habitação	167.750	190.000	190.000	195.000	742.750
27 1 2 Aquisição de Solos (para cedência de lotes inclusivé para CDH's)	50.000	100.000	250.000	200.000	600.000
27 1 3 Apoio à Construção (Auto-Construção e Propriedade Resolúvel)	841.250	1.005.000	979.000	1.014.000	3.839.250
27 1 4 SAFIN	102.500	95.000	70.000	45.000	312.500
27 1 5 Apoio Supletivo a Jovens	58.000	110.000	116.000	136.000	420.000
27.2 Recuperação da Habitação e Realojamentos	1.085.500	897.500	1.157.500	1.377.500	4.518.000
27 2 1 Apoio à Prevenção Sísmica	37.500	41.000	73.500	107.500	259.500
27 2 2 Apoio à Reabilitação de Centros Urbanos	70.000	92.000	185.000	255.000	602.000
27 2 3 Salvaguarda Habitacional das Populações em Situação de Risco	30.000	108.500	123.000	100.000	361.500
27 2 4 Apoio à Recuperação de Habitação Degradada	393.000	190.000	246.000	261.000	1.090.000
27 2 5 Parque Habitacional Público e Realojamentos	325.000	218.000	225.000	247.500	1.015.500
27 2 6 Cooperação c/ Autarquias (realojamentos)	230.000	248.000	305.000	406.500	1.189.500

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
27.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Habitação	295.000	302.500	202.500	182.500	982.500
27.3.1 Construção e Aquisição de Habitação em Rabo de Peixe	167.500	175.000	115.000	102.500	560.000
27.3.2 Recuperação da Habitação e Realojamentos em Rabo de Peixe	127.500	127.500	87.500	80.000	422.500
28 COMUNICAÇÃO SOCIAL	157.000	145.460	146.450	147.470	596.380
28.1 Audiovisual	57.000	43.460	44.450	45.470	190.380
28.1.1 Infra-estruturas Audiovisuais	10.000	10.500	10.500	10.500	41.500
28.1.2 Produção Audiovisual Informativa	32.000	32.960	33.950	34.970	133.880
28.1.3 Produção Audiovisual de Ficção	15.000				15.000
28.2 Circulação	75.000	77.000	77.000	77.000	306.000
28.2.1 Difusão dos Media	75.000	77.000	77.000	77.000	306.000
28.3 Modernização	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
28.3.1 Modernização Tecnológica	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
28.4 Formação e incentivo	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
28.4.1 Formação Profissional	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
28.5 Promoção no exterior	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
28.5.1 Promoção dos Açores	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
Aumentar a Eficiência da Gestão Pública e Institucional	4.114.900	4.055.050	2.190.150	2.186.300	12.546.400
29 COOPERAÇÃO EXTERNA	323.900	353.050	375.150	394.300	1.446.400
29.1 Cooperação inter-regional	100.000	104.000	108.000	110.000	422.000
29 1 1 Relações Externas e Cooperação	65.000	67.000	69.000	70.000	271.000
29 1 2 Relações com Organismos e Organizações Internacionais	35.000	37.000	39.000	40.000	151.000
29.2 Emigrado/Repatriado	18.000	22.000	22.000	27.000	89.000
29 2 1 Integração do Emigrado/Repatriado	18.000	22.000	22.000	27.000	89.000
29.3 Identidade Cultural	205.900	227.050	245.150	257.300	935.400
29 3 1 Açorianidade e Raízes	24.600	26.500	26.500	30.600	108.200
29 3 2 Comunicação Açores/Comunidades	65.500	68.800	70.900	75.500	280.700
29 3 3 Preservação da Identidade Cultural	78.800	87.900	102.900	99.300	368.900
29 3 4 Encontro Intercomunitário	30.000	38.850	39.850	41.900	150.600
29 3 5 Estudo sobre Emigração e Regressos	7.000	5.000	5.000	10.000	27.000
30 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	671.000	614.000	656.000	700.000	2.641.000
30.1 Modernização administrativa	134.000	135.000	140.000	140.000	549.000
30 1 1 Acções de Modernização Administrativa	35.000	35.000	35.000	35.000	140.000
30 1 2 Promoção de Acções de Formação Profissional	75.000	80.000	85.000	85.000	325.000
30 1 3 Projectos de Automatização de Procedimentos Administrativos	24.000	20.000	20.000	20.000	84.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
30.2 Cooperação com as Autarquias Locais	445.000	315.000	300.000	287.000	1.347.000
30.2.1 Cooperação Técnica	40.000	35.000	40.000	42.000	157.000
30.2.2 Cooperação Financeira com os Municípios	325.000	220.000	200.000	175.000	920.000
30.2.3 Cooperação Financeira com as Freguesias	80.000	60.000	60.000	70.000	270.000
30.3 Estatística	35.000	30.000	30.000	35.000	130.000
30.3.1 Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística	35.000	30.000	30.000	35.000	130.000
30.4 Informação de Interesse Público ao Cidadão	25.000	100.000	150.000	200.000	475.000
30.4.1 Loja do Cidadão - Açores / Rede Integrada de Apoio ao Cidadão	25.000	100.000	150.000	200.000	475.000
30.5 Serviços Sociais	32.000	34.000	36.000	38.000	140.000
30.5.1 Serviços de Apoio aos Funcionários Públicos	32.000	34.000	36.000	38.000	140.000
31 PLANEAMENTO e FINANÇAS	1.120.000	1.088.000	1.059.000	992.000	4.259.000
31.1 Planeamento e Finanças	1.120.000	1.088.000	1.059.000	992.000	4.259.000
31.1.1 Acções de Acompanhamento e Avaliação, incluindo os Programas Comunitários	123.000	180.000	200.000	180.000	683.000
31.1.2 Instalações da Presidência do Governo	197.000	108.000	59.000	12.000	376.000
31.1.3 Bonificação de Juros (DL 349/98 de 11 de Novembro)	800.000	800.000	800.000	800.000	3.200.000
32 REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL	2.000.000	2.000.000	100.000	100.000	4.200.000
32.1 Reestruturação do Sector Público Empresarial Regional	2.000.000	2.000.000	100.000	100.000	4.200.000
32.1.1 Reestruturação do Sector Público Empresarial Regional	2.000.000	2.000.000	100.000	100.000	4.200.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
Calamidades	7.530.000	7.628.500	6.375.000	5.955.000	27.488.500
33 CALAMIDADES	7.530.000	7.628.500	6.375.000	5.955.000	27.488.500
33.1 Intempéries	1.386.000	1.748.500	495.000	345.000	3.974.500
33 1 1 Agricultura - Apoio ao Rendimento/Culturas Agrícolas	71.000	180.000	25.000	25.000	301.000
33 1 2 Agricultura - Caminhos Rurais	40.000	30.000			70.000
33 1 3 Agricultura - Caminhos Florestais	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
33 1 4 Pescas - Apoios Extraordinários ao Rendimento	50.000	100.000			150.000
33 1 5 Pescas - Reparação Dos Portos De Pesca	75.000				75.000
33 1 6 ER's - Reabilitação das ER do Concelho de Ribeira Grande	25.000				25.000
33 1 7 ER's - Reabilitação das ER do Concelho do Nordeste	75.000	200.000			275.000
33 1 8 ER's - Reabilitação das ER do Concelho da Povoação	100.000				100.000
33 1 9 ER's - Consolidação dos Taludes e Reabilitação da ER 1-1ª Pisão/A. Alto	130.000	400.000	400.000	300.000	1.230.000
33 1 10 ER's - Empreitada de Pavimentação e Remodelação de 25 kms da ER 1-2ª da Ilha do Pico	225.000	300.000			525.000
33 1 11 Bonificações e Apoios	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
33 1 12 Ambiente - Protecção da Orla Marítima da Povoação (contrato ARAAL)	100.000	78.500			178.500
33 1 13 Ambiente - Protecção da Avenida Marginal da Ribeira Quente - 1ª fase	150.000	50.000			200.000
33 1 14 Ambiente - Reparação do Muro de Suporte de S. Lourenço - Stª Maria	105.000				105.000
33 1 15 Ambiente - Regularização da Ribeira de Santiago - 2ª fase	200.000				200.000
33 1 16 Ambiente - Consolidação talude km 0,5 da ER 2-2ª R. Quente		200.000	50.000		250.000
33 1 17 Ambiente - Regularização da Ribeira de Santiago - 3ª fase		190.000			190.000
33 1 18 Reabilitação das ERs da Ilha das Flores	20.000				20.000

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
33 - 2 Sismo	6.094.000	5.580.000	5.580.000	5.310.000	22.564.000
33 2 1 Sismo-Reconstrução de Habitação	4.789.000	4.600.000	5.000.000	4.750.000	19.139.000
33 2 2 Sismo - Construções Escolares e Imóveis Classificados	400.000	200.000	200.000	200.000	1.000.000
33 2 3 Sismo-Reconstrução/Ampliação do Lar de Idosos - Sta. C. Misericórdia da Horta - Lar e Centro	150.000	250.000	20.000		420.000
33 2 4 Sismo-Reconstrução/Remodelação da Casa da Infância St. António	170.000				170.000
33 2 5 Sismo-Reconstrução do Lar das Criancinhas - 2ª Fase - Cozinha e Refeitório	65.000				65.000
33 2 6 Sismo-Reconstrução de ERs - Faial	250.000	350.000	350.000	350.000	1.300.000
33 2 7 Sismo-Reconstrução de ERs - Pico	100.000	100.000			200.000
33 2 8 Sismo-Reconstrução de ERs - S.Jorge	25.000				25.000
33 2 9 Sismo-Reconstrução de Pontes - Faial	50.000	50.000			100.000
33 2 10 Sismo-Porto da Horta	5.000				5.000
33 2 11 Sismo - Agricultura	50.000				50.000
33 2 12 Sismo-Recuperação dos Estabelecimentos Comerciais e Industriais	30.000	20.000			50.000
33 2 13 Sismo-Bonificação e Apoios	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
33 - 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Calamidades - Ambiente	50.000	300.000	300.000	300.000	950.000
33 3 1 Protecção da Orla Marítima em Rabo de Peixe	50.000	300.000	300.000	300.000	950.000

**DESAGREGAÇÃO SECTORIAL
POR OBJECTIVOS**

b) - euros -

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		EUROS						
		2001	2002	2003	2004	TOTAL		
Dinamizar o Crescimento e a Competitividade da Economia Regional		84.267.635	75.582.561	72.870.098	79.638.786	312.359.080		
1 FOMENTO AGRÍCOLA		15.382.129	17.283.811	17.306.756	17.304.262	67.276.958		
1	1	Infra-estruturas agrícolas	3.046.259	3.319.600	3.442.304	3.310.123	13.118.285	
1	1	1	Abastecimento de Água	623.497	748.197	748.197	748.197	2.868.088
1	1	2	Caminhos Agrícolas	1.870.492	1.995.192	2.244.591	2.244.591	8.354.865
1	1	3	Electrificação Agrícola	149.639	174.579	174.579	114.724	613.521
1	1	4	Infra-estruturas dos Serviços	277.930	276.933	150.238	77.912	783.013
1	1	5	IROA	124.699	124.699	124.699	124.699	498.798
1	2	Sanidade animal e vegetal	3.990.383	4.040.263	3.740.984	3.591.345	15.362.975	
1	2	1	Infra-estruturas Fitossanitárias	49.880	74.820	74.820	49.880	249.399
1	2	2	Sanidade Animal	2.942.908	2.893.028	1.995.192	1.995.192	9.826.319
1	2	3	Sanidade Vegetal	698.317	648.437	548.678	598.557	2.493.989
1	2	4	Infra-estruturas veterinárias	299.279	423.978	1.122.295	947.716	2.793.268
1	3	Modernizar as explorações agro-pecuárias	2.498.977	2.693.509	2.693.509	2.718.449	10.604.443	
1	3	1	Estudos e Informática	558.654	648.437	648.437	648.437	2.503.965
1	3	2	Experimentação e Divulgação	1.591.165	1.596.153	1.596.153	1.621.093	6.404.565
1	3	3	Melhoramento Animal	349.159	448.918	448.918	448.918	1.695.913
1	4	Reduzir custos de exploração agrícola	5.846.510	7.230.440	7.429.959	7.684.346	28.191.254	
1	4	1	Apoio ao Investimento	2.878.662	1.957.383	2.107.022	2.286.589	9.229.657
1	4	2	Apoio ao Rendimento	1.222.055	1.271.935	1.271.935	1.296.875	5.062.799
1	4	3	Apoio ao Sector Cooperativo	1.147.235	3.352.685	3.352.685	3.352.685	11.205.290

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Ação		EUROS				
		2001	2002	2003	2004	TOTAL
1	4 4 Apoio às Organizações de Produtores	598.557	648.437	698.317	748.197	2.693.509
2 APOIO À TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS		22.912.281	13.736.894	12.539.779	12.774.214	61.963.169
2	1 Transformação e comercialização	22.912.281	13.736.894	12.539.779	12.774.214	61.963.169
2	1 1 Apoio à Indústria Agro-alimentar	6.234.974	4.987.979	4.987.979	4.987.979	21.198.911
2	1 2 Rede Regional de Abate	498.798	498.798	498.798	498.798	1.995.192
2	1 3 Matadouro Industrial de S. Miguel	7.481.968	498.798	498.798	498.798	8.978.362
2	1 4 Matadouro Industrial da Terceira	249.399	748.197	498.798	124.699	1.621.093
2	1 5 Qualidade e Certificação	523.738	523.738	523.738	1.246.995	2.818.208
2	1 6 Regularização De Mercados	4.987.979	4.987.979	5.167.546	5.416.945	20.560.449
2	1 7 Resgate Da Quantidade De Referência	364.122	364.122	364.122		1.092.367
2	1 8 Beneficiação do Matadouro de Stª Maria	87.290	448.918			536.208
2	1 9 Remodelação do Matadouro do Pico	668.389	678.365			1.346.754
2	1 10 Remodelação do Matadouro da Graciosa	660.408				660.408
2	1 11 Remodelação do Matadouro da Calheta	855.937				855.937
2	1 12 Matadouro do Faial	299.279				299.279
3 DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA		4.613.881	4.364.482	4.963.039	5.087.739	19.029.140
3	1 Diversificação da produção agrícola	2.818.208	2.967.847	3.516.525	3.516.525	12.819.106
3	1 1 Medidas Agro-ambientais	1.496.394	1.496.394	1.496.394	1.496.394	5.985.575
3	1 2 Novas Culturas	473.858	473.858	523.738	523.738	1.995.192
3	1 3 Promoção de Produtos Açorianos	847.956	997.596	1.496.394	1.496.394	4.838.340

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		EUROS				
		2001	2002	2003	2004	TOTAL
3 2	Formação e Informação	159.615	184.555	184.555	209.495	738.221
3 2 1	Valorização Profissional	159.615	184.555	184.555	209.495	738.221
3 3	Renovação e reestruturação das empresas agrícolas	1.571.213	1.147.235	1.197.115	1.296.875	5.212.438
3 3 1	Reforma Antecipada	1.496.394	997.596	997.596	997.596	4.489.181
3 3 2	SICATE	74.820	149.639	199.519	299.279	723.257
3 4	Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Agricultura	64.844	64.844	64.844	64.844	259.375
3 4 1	Valorização Profissional em Rabo de Peixe	14.964	14.964	14.964	14.964	59.856
3 4 2	Apoio ao Investimento em Rabo de Peixe	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
3 4 3	Apoio a Novas Culturas em Rabo de Peixe	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
4 DESENVOLVIMENTO FLORESTAL		4.532.576	5.237.378	5.586.536	5.786.056	21.142.546
4 1	Fomento e gestão dos recursos florestais	950.210	1.197.115	1.197.115	1.296.875	4.641.314
4 1 1	Medidas de Desenvolvimento Rural	498.798	648.437	648.437	698.317	2.493.989
4 1 2	Fomento Florestal	451.412	548.678	548.678	598.557	2.147.325
4 2	Infra-estruturas e equipamentos florestais	2.893.028	3.292.066	3.591.345	3.641.225	13.417.663
4 2 1	Caminhos Rurais	2.493.989	2.743.388	2.992.787	2.992.787	11.222.953
4 2 2	Infra-estruturas de Apoio	399.038	548.678	598.557	648.437	2.194.711
4 3	Uso múltiplo da floresta	689.339	748.197	798.077	847.956	3.083.569
4 3 1	Informação e formação	249.399	249.399	249.399	249.399	997.596
4 3 2	Silvicultura Ambiental e Protecção	439.940	498.798	548.678	598.557	2.085.973
5 ESTRUTURAS DE APOIO À ACTIVIDADE DA PESCA		2.554.364	2.954.629	3.097.286	3.014.984	11.621.263
5 1	Inspeção e gestão	773.137	1.172.175	1.296.875	997.596	4.239.782
5 1 1	Fiscalização e Inspeção	174.579	224.459	249.399	249.399	897.836

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		EUROS					
		2001	2002	2003	2004	TOTAL	
5	1 2	Cooperação com Entidades Nacionais e Internacionais	598.557	748.197	798.077	748.197	2.893.028
5	1 3	Infra-estruturas dos Serviços da IRP		199.519	249.399		448.918
5 2 Estruturas portuárias		1.282.429	1.782.454	1.800.411	2.017.388	6.882.683	
5	2 1	Portos de Stª Maria	47.386	79.309	4.489	4.489	135.673
5	2 2	Portos de S. Miguel	97.834	239.423	576.112	905.318	1.818.687
5	2 3	Portos da Terceira	261.869	82.302	112.230	37.410	493.810
5	2 4	Portos da Ilha da Graciosa	68.086	23.194	4.489	4.489	100.258
5	2 5	Portos de S. Jorge	53.122	30.676	4.489	4.489	92.776
5	2 6	Portos da Ilha do Pico	105.945	231.941	82.302	44.892	465.079
5	2 7	Portos da Ilha do Faial	56.115	82.302	11.223	11.223	160.862
5	2 8	Portos da Ilha das Flores	43.395	15.712	32.422	57.362	148.891
5	2 9	Porto da Casa	84.796	9.976	9.976	9.976	114.724
5	2 10	Lotas	64.844	987.620	962.680	937.740	2.952.884
5	2 11	Construção do Porto da Ribeira Quente	399.038				399.038
5 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Pescas		498.798				498.798	
5	3 1	Construção do Porto de Rabo de Peixe	498.798				498.798
6 MODERNIZAÇÃO DAS PESCAS		1.621.093	2.169.771	2.568.809	3.217.246	9.576.920	
6 1 Frota		748.197	748.197	748.197	748.197	2.992.787	
6	1 1	Frota de Pesca	748.197	748.197	748.197	748.197	2.992.787
6 2 Transformação, comercialização e cooperação externa		573.618	1.072.415	1.471.454	2.119.891	5.237.378	
6	2 1	Cooperação Externa	124.699	124.699	124.699	124.699	498.798
6	2 2	Mercados e Comercialização	199.519	448.918	349.159	498.798	1.496.394

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		EUROS				
		2001	2002	2003	2004	TOTAL
6	2 3 Transformação	249.399	498.798	997.596	1.496.394	3.242.186
6 3 Recursos humanos		299.279	349.159	349.159	349.159	1.346.754
6	3 1 Divulgação	99.760	99.760	99.760	99.760	399.038
6	3 2 Formação Profissional	199.519	249.399	249.399	249.399	947.716
7 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO		8.085.514	7.581.728	7.057.990	10.175.477	32.900.709
7 1 Promoção turística		5.187.498	5.187.498	5.187.498	5.287.258	20.849.752
7	1 1 Estudos	349.159	74.820	49.880	24.940	498.798
7	1 2 Sistemas de Informação Turística	74.820	74.820	74.820	74.820	299.279
7	1 3 Participação em Feiras	174.579	199.519	199.519	249.399	823.017
7	1 4 Viagens Educacionais	99.760	99.760	124.699	149.639	473.858
7	1 5 Materiais de Promoção	249.399	249.399	249.399	299.279	1.047.476
7	1 6 Campanhas Publicitárias	4.239.782	4.489.181	4.489.181	4.489.181	17.707.325
7 2 Oferta e animação turísticas		2.144.831	1.122.295	1.122.295	1.670.973	6.060.394
7	2 1 Estruturas Físicas de Apoio	1.546.273	723.257	723.257	972.656	3.965.443
7	2 2 Animação Turística	598.557	399.038	399.038	698.317	2.094.951
7 3 Investimentos estratégicos		703.305	1.097.355	423.978	2.294.470	4.519.109
7	3 1 Campo de Golf do Faial	104.748			997.596	1.102.343
7	3 2 Reordenamento da Baía de Angra	249.399	249.399	124.699		623.497
7	3 3 Centro Cultural e de Congressos	149.639	249.399		997.596	1.396.634
7	3 4 Apoio à Conclusão do Campo de Golfe da Batalha	199.519	598.557	299.279	299.279	1.396.634
7 4 Informação e formação		24.940	49.880	49.880	49.880	174.579
7	4 1 Observatório do Turismo e Outras Iniciativas	24.940	49.880	49.880	49.880	174.579

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		EUROS				
		2001	2002	2003	2004	TOTAL
7 5	Instalações Públicas		99.760	249.399	847.956	1.197.115
7 5 1	Delegação e Posto de Turismo de Ponta Delgada		99.760	249.399	847.956	1.197.115
7 6	Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento do Turismo	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
7 6 1	Animação Turística em Rabo de Peixe	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
8	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	1.047.476	1.132.271	1.067.427	1.052.464	4.299.638
8 1	Consolidação de infra-estruturas	414.002	414.002	339.183	239.423	1.406.610
8 1 1	Dinamização do Sistema Tecnológico	214.483	239.423	239.423	239.423	932.752
8 1 2	Novos Espaços de Desenvolvimento Económico	199.519	174.579	99.760		473.858
8 2	Serviços de Apoio às Empresas	189.543	289.303	289.303	364.122	1.132.271
8 2 1	Consolidação da Estrutura Produtiva	49.880	49.880	49.880	99.760	249.399
8 2 2	Mobilização da Iniciativa Empresarial	89.784	89.784	89.784	89.784	359.134
8 2 3	Apoio à Qualidade	24.940	99.760	99.760	99.760	324.219
8 2 4	Acesso ao Conhecimento e aos Mercados	24.940	49.880	49.880	74.820	199.519
8 3	Artesanato	409.014	394.050	404.026	414.002	1.621.093
8 3 1	Realização de Feiras e Concursos	184.555	194.531	204.507	214.483	798.077
8 3 2	Apoio à Criação e Desenvolvimento de Microempresas Regionais	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
8 3 3	Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais	74.820	49.880	49.880	49.880	224.459
8 3 4	Divulgação e Promoção das Artes e Ofícios	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
8 3 5	Certificação e Protecção dos Produtos e Serviços Artesanais	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
8 4	Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento Industrial	34.916	34.916	34.916	34.916	139.663
8 4 1	Criação e Desenvolvimento de Micro-Empresas em Rabo de Peixe	34.916	34.916	34.916	34.916	139.663
9	DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO	1.072.415	1.097.355	1.197.115	1.246.995	4.613.881

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		EUROS				
		2001	2002	2003	2004	TOTAL
9 1 Dinamização do Comércio		329.207	279.327	329.207	379.086	1.316.826
9 1 1	Acções de Dinamização Comercial	329.207	279.327	329.207	379.086	1.316.826
9 2 Promoção externa de produtos regionais		723.257	798.077	847.956	847.956	3.217.246
9 2 1	Apoio à Promoção de Produtos Regionais no Exterior	498.798	548.678	598.557	598.557	2.244.591
9 2 2	Divulgação das Potencialidades Económicas da Região	224.459	249.399	249.399	249.399	972.656
9 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento do Comércio		19.952	19.952	19.952	19.952	79.808
9 3 1	Dinamização Comercial em Rabo de Peixe	19.952	19.952	19.952	19.952	79.808
10 SISTEMAS DE INCENTIVOS		22.445.905	20.024.242	17.485.360	19.979.350	79.934.857
10 1 Sistemas de apoio ao investimento privado		22.445.905	20.024.242	17.485.360	19.979.350	79.934.857
10 1 1	DLR 4/92/A	49.880	49.880			99.760
10 1 2	Compromissos SIFIT I/II	149.639				149.639
10 1 3	SITRAA	4.501.651				4.501.651
10 1 4	SIRALA	5.237.378	2.429.146			7.666.524
10 1 5	SIRAPE - A	9.721.571	2.429.146			12.150.717
10 1 6	SIDER	2.493.989	14.963.937	17.457.926	19.951.916	54.867.769
10 1 7	Informações ao Investidor	291.797	152.133	27.434	27.434	498.798

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		EUROS					
		2001	2002	2003	2004	TOTAL	
Aumentar os Níveis de Eficiência dos Equipamentos e das Infra-estruturas de Desenvolvimento		48.597.470	58.955.008	77.770.074	69.846.670	255.169.222	
11 SISTEMA RODOVIÁRIO REGIONAL		22.720.244	22.944.703	36.038.148	34.242.476	115.945.571	
11	1	Construção de novos troços de estrada	6.883.411	2.793.268	13.442.603	13.841.642	36.960.924
11	1	1 Construção do Nó entre Saída Leste e Canada D. Borges	149.639				149.639
11	1	2 Env. R.Grande 1-1ª Trecho 1	399.038				399.038
11	1	3 Env. R.Grande 1-1ª Trecho 2	249.399	1.496.394	1.496.394	374.098	3.616.285
11	1	4 Var. à ER 1-1ª, em Ponta Delgada - 2ª Circular	1.995.192				1.995.192
11	1	5 Variante à ER 1-1ª, Ponta Delgada/Lagoa - 2ª fase	3.990.383				3.990.383
11	1	6 Variante ER 6-2ª - São Carlos	99.760	798.077	2.244.591	1.995.192	5.137.618
11	1	7 Estudo Ligação ER 1-1ª Ponta Delgada/F. Grande		49.880			49.880
11	1	8 Via de acesso ao Porto da Praia da Vitória		249.399	2.493.989	1.246.995	3.990.383
11	1	9 Env. R.Grande 1-1ª Trecho 3		199.519	1.346.754	1.995.192	3.541.465
11	1	10 Variante à ER 1-1ª, em Povoação			249.399	997.596	1.246.995
11	1	11 Variante à ER 1-1ª na Horta - 2ª Fase			249.399	498.798	748.197
11	1	12 Via de Acesso ao Porto da Horta			249.399	249.399	498.798
11	1	13 Viaduto sobre a Rotunda de Belém - Saída Leste			124.699	1.246.995	1.371.694
11	1	14 Ligação Variantes Água de Pau - Vila Fanca				249.399	249.399
11	1	15 Variante Lagoa - Ribeira Grande			4.987.979	4.987.979	9.975.958
11	2	Reabilitação de estradas regionais	13.966.341	17.582.626	18.106.364	14.290.560	63.945.890
11	2	1 Aquedutos e Muros Suporte na Estrada do Leste do Corvo	49.880	99.760			149.639
11	2	2 Beneficiação da ER 1-1ª Sta. Iria - Fenais da Ajuda	74.820	174.579	1.745.793	2.493.989	4.489.181

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

				EUROS				
Programa/Projecto/Acção				2001	2002	2003	2004	TOTAL
11	2	3	Beneficiação da ER 1-1ª Fenais da Ajuda / Nordeste - 1ª Fase	124.699	847.956	1.246.995	947.716	3.167.367
11	2	4	Reabilitação da ER 1-1ª - Cruz das Cinco / São Mateus / Silveira	374.098	1.745.793	1.246.995		3.366.886
11	2	5	Reabilitação da ER 1-1ª interior das Capelas	149.639				149.639
11	2	6	Reabilitação da ER 1-1ª - Rotunda Beatriz / Rotunda Boavista - Praia	324.219				324.219
11	2	7	Reabilitação da ER 1-2ª Porto Judeu / Feteira	498.798	374.098			872.896
11	2	8	Reabilitação da ER 2-2ª Canada da Mesquita / 5020	374.098				374.098
11	2	9	Reabilitação da ER 3-2ª Via Rápida / Lugar de S. Joões	374.098				374.098
11	2	10	Reabilitação do Ramal da ER 2-1ª Ladeira da Pena	249.399				249.399
11	2	11	Repavimentação da ER 3-1ª Altares / Pico Gordo	997.596	1.995.192			2.992.787
11	2	12	Correcção e Paviment. Trª Portal do Vento/ Sete Cidades	1.496.394				1.496.394
11	2	13	Remodelação da ER 1-1ª Canto Negro/Fenais da Luz	623.497				623.497
11	2	14	Pavimentação da ER 1-1ª Lajes/Sta. Barbara	374.098				374.098
11	2	15	Reabilitação e Pavimentação da ER 1-1ª -Portões de S.Pedro	74.820				74.820
11	2	16	Reabilitação da Zona de Vila Franca	149.639				149.639
11	2	17	Reabilitação da ER 1-2ª Urze/ Aeroporto e Norte Pequeno/Norte Grande - S.Jorge	498.798	997.596	997.596	748.197	3.242.186
11	2	18	Conservação Corrente	1.496.394	1.995.192	2.493.989	2.493.989	8.479.564
11	2	19	Equipamento para Parque de Máquinas	498.798	748.197	748.197	748.197	2.743.388
11	2	20	Pavimentação de Diversos Troços da E.R. da Graciosa	249.399	374.098	249.399	374.098	1.246.995
11	2	21	Correcção/pavimentação em Fonte Jordão-Praia Formosa	374.098				374.098
11	2	22	Remodelação da ER 3 - 1º P.Delgada/Ribeira Grande	3.491.585	1.246.995			4.738.580
11	2	23	Reabilitação e Pavimentação da ER 1-1ª Lajes/P. Vitória	49.880	748.197	498.798		1.296.875
11	2	24	Pavimentação da ER 1-1ª Sta Bárbara / Serreta	498.798	1.496.394	1.246.995		3.242.186
11	2	25	Repavimentação ER 1—1ª Vigia das Feteiras-Feteiras	498.798	1.995.192			2.493.989

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

					EUROS			
Programa/Projecto/Acção		2001	2002	2003	2004	TOTAL		
11	2 26	Beneficiação da ER 4-1ª Atafona / Canto Negro		249.399	49.880	299.279		
11	2 27	Correcção e Reabilitação da ER 1-2ª S. Cruz / Rib. Cruz		249.399	1.496.394	1.496.394	3.242.186	
11	2 28	Reabilitação da ER 1-1ª interior da Lagoa		448.918		448.918		
11	2 29	Reabilitação da ER 1-1ª Capelas - Remédios		548.678	1.795.672	1.745.793	4.090.143	
11	2 30	Reabilitação da Via Rápida - 1ª Fase		498.798	1.246.995		1.745.793	
11	2 31	Reabilitação e Pavimentação da ER 5-2ª Doze Ribeiras / Via Rápida - 1ª Fase		124.699	1.246.995	1.246.995	2.618.689	
11	2 32	Pavimentação Div. Troços ER 2-2ª (SMA)		249.399	249.399	249.399	748.197	
11	2 33	Reabilitação de Diversas Pontes nas ER's -S. Miguel		249.399	249.399	249.399	748.197	
11	2 34	Repavimentação ER 1—1ª Ginetes Mosteiros		124.699	997.596	748.197	1.870.492	
11	2 35	Beneficiação do Ramal da ER 1-1ª, Porto de Sta. Iria			174.579		174.579	
11	2 36	Reabilitação Pav. Silveira / S. Carlos / Cruz das Cinco (6-2ª)			124.699	249.399	374.098	
11	2 38	Beneficiação da ER 6-2ª				498.798	498.798	
11 3		Operadores e segurança rodoviária		1.870.492	1.995.192	1.995.192	1.995.192	7.856.067
11	3 1	Apoio aos Operadores e Segurança Rodoviária - SIRIARTE		1.496.394	1.496.394	1.496.394	1.496.394	5.985.575
11	3 2	Apoio à Exploração		374.098	498.798	498.798	498.798	1.870.492
11 4		Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Estradas Regionais			573.618	2.493.989	4.115.083	7.182.690
11	4 1	Variante à ER 1-1ª, em Rabo de Peixe			74.820	623.497	1.496.394	2.194.711
11	4 2	Via de acesso ao porto de Rabo de Peixe			498.798	1.745.793	1.371.694	3.616.285
11	4 3	Reabilitação da ER 1-1ª, Rabo de Peixe / Fenais da Luz				124.699	1.246.995	1.371.694
12		EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO		3.142.427	2.868.088	3.192.307	3.441.705	12.644.527
12 1		Edifícios Públicos		2.419.170	2.070.011	2.144.831	2.394.230	9.028.242
12	1 1	Edifício dos Jardineiros do Palácio de Santana		299.279				299.279

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		EUROS				
		2001	2002	2003	2004	TOTAL
12	1 2 Apoio a Diversas Entidades	1.371.694	1.496.394	1.621.093	1.745.793	6.234.974
12	1 3 Conservação de Edifícios Públicos	249.399	374.098	374.098	498.798	1.496.394
12	1 4 Participação da Região na EXPO-2000 (Hannover)	498.798				498.798
12	1 5 Reparação e Beneficiação das Instalações da SRHE - PDL		199.519	149.639	149.639	498.798
12	2 Cartografia	124.699	124.699	249.399	249.399	748.197
12	2 1 Cartografia	124.699	124.699	249.399	249.399	748.197
12	3 LREC	448.918	374.098	498.798	498.798	1.820.612
12	3 1 Manutenção de Infra-estruturas, Equipamentos e Sistema Qualidade	74.820	124.699	249.399	249.399	698.317
12	3 2 Novo Edifício Sede do LREC	124.699				124.699
12	3 3 Equipamento para o LREC	249.399	249.399	249.399	249.399	997.596
12	4 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRHE	49.880	199.519	199.519	199.519	648.437
12	4 1 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRHE	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
12	4 2 Sistemas de Gestão de Informação da SRHE		149.639	149.639	149.639	448.918
12	5 Divulgação e Sensibilização das Populações	99.760	99.760	99.760	99.760	399.038
12	5 1 Informação e Sensibilização da População	99.760	99.760	99.760	99.760	399.038
13 CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS		6.915.833	11.255.375	13.983.799	9.130.496	41.285.502
13	1 Equipamentos de apoio portuários	249.399	249.399	249.399	498.798	1.246.995
13	1 1 Investimento em Maquinaria, Equipamento e Oficinas de Apoio Portuário	249.399	249.399	249.399	498.798	1.246.995
13	2 Tráfego de passageiros inter - ilhas	2.661.087	2.411.688	2.768.328	2.543.869	10.384.972
13	2 1 Apoio a embarcações de passageiros	2.493.989	1.995.192	2.094.951	2.244.591	8.828.723
13	2 2 Bonificação de Juros ao Abrigo do Dec. Leg. Regional nº 20/87/A de 30 de Nov.	42.398	42.398	49.880	49.880	184.555
13	2 3 Reparações nos Navios Cruzeiros das Ilhas e do Canal	124.699	249.399	124.699	249.399	748.197

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

		EUROS					
Programa/Projecto/Acção		2001	2002	2003	2004	TOTAL	
13	2 4		124.699	498.798		623.497	
	13 3	Infra-estruturas portuárias	3.965.443	8.554.384	10.911.204	6.032.961	29.463.992
13	3 1	Porto de S. Roque e Reordenamento do Saco do Porto	498.798	2.992.787	5.486.777	1.745.793	10.724.155
13	3 2	Construção do Núcleo de Recreio Náutico, Gare e Cais de Desembarque de Passageiros de Vila do Porto	149.639	149.639	261.869	187.049	748.197
13	3 3	Projecto para a Empreitada de Reordenamento e Ampliação do Porto de Ponta Delgada	24.940	24.940	49.880	74.820	174.579
13	3 4	Porto da Calheta	498.798	4.987.979	2.444.110		7.930.887
13	3 5	Núcleo de Pescas de Ponta Delgada	149.639	149.639	49.880		349.159
13	3 6	Porto da Horta	1.496.394				1.496.394
13	3 7	Alargamento do Caneiro no Porto das Lajes do Pico	648.437				648.437
13	3 8	Marina da Horta	498.798				498.798
13	3 9	Núcleos de Recreio Náutico e Cais de Desembarque de Passageiros		249.399	2.070.011	2.030.107	4.349.518
13	3 10	Reordenamento do Porto da Madalena			249.399	1.496.394	1.745.793
13	3 11	Construção de um Armazém Polivalente nas Lajes das Flores			49.880		49.880
13	3 12	Reabilitação das Infra-Estruturas Terrestres da Marina da Horta				498.798	498.798
13	3 13	Estudo de Viabilidade do Porto das Velas			249.399		249.399
	13 4	Estudos	14.964	14.964	24.940	24.940	79.808
13	4 1	Estudo sobre o Transporte Marítimo	14.964	14.964	24.940	24.940	79.808
	13 5	Promoção e Dinamização dos Transportes Marítimos	24.940	24.940	29.928	29.928	109.736
13	5 1	Apoio a Acções de Dinamização do Transporte Marítimo nos Açores	24.940	24.940	29.928	29.928	109.736
14 DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES AÉREOS		8.621.722	11.933.740	12.684.431	11.853.932	45.093.824	
	14 1	Infra-estruturas e equipamentos aeroportuários	516.256	3.818.298	4.549.037	3.708.562	12.592.153
14	1 1	Aquisição de Equipamentos Aeroportuários	167.097	276.833	673.377	1.488.912	2.606.219

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

					EUROS		
Programa/Projecto/Ação		2001	2002	2003	2004	TOTAL	
14	1 2	Remodelação e Beneficiação da Aerogare da Graciosa	99.760			99.760	
14	1 3	Aerodromo do Pico	249.399	2.992.787	2.493.989	847.956	6.584.132
14	1 5	Terminal de Carga da Aerogare Civil das Lages		99.760	159.615	997.596	1.256.971
14	1 6	Remodelação e Beneficiação da Aerogare das Flores		149.639	498.798	149.639	798.077
14	1 7	Remodelação e Beneficiação da Aerogare de S.Jorge		149.639	498.798		648.437
14	1 8	Planos Directores dos Aeródromos Regionais		149.639	149.639	74.820	374.098
14	1 9	Remodelação e Beneficiação da Aerogare Civil das Lajes			74.820	149.639	224.459
14 2		Gestão dos aerodromos regionais	598.557	608.533	623.497	633.473	2.464.062
14	2 1	Gestão dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores	598.557	608.533	623.497	633.473	2.464.062
14 3		Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas	7.481.968	7.481.968	7.481.968	7.481.968	29.927.874
14	3 1	Cobertura dos Custos com as Obrigações de Serviço Público Impostas à Sata Air Açores, SA	7.481.968				7.481.968
14	3 2	Concessão das Rotas Inter-Ilhas		7.481.968	7.481.968	7.481.968	22.445.905
14 4		Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos	24.940	24.940	29.928	29.928	109.736
14	4 1	Apoio a Acções de Dinamização do Transporte Aéreo nos Açores	24.940	24.940	29.928	29.928	109.736
15 CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SECTOR ENERGÉTICO			964.765	1.049.561	773.137	852.944	3.640.407
15 1		Utilização racional de energia	99.760	179.567	179.567	179.567	638.461
15	1 1	Agência Regional de Energia	99.760	179.567	179.567	179.567	638.461
15 2		Serviço público e social	842.559	869.993	593.569	673.377	2.979.499
15	2 1	Apoios a Electrificações	152.133	174.579	174.579	249.399	750.691
15	2 2	Pagamento da Iluminação Pública das Vias Regionais	409.014	414.002	418.990	423.978	1.665.985
15	2 3	Regularização Financeira de Acções de Iluminação Pública das Vias Regionais	281.412	281.412			562.824

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Ação		EUROS					
		2001	2002	2003	2004	TOTAL	
15	3	Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Energia	22.446				22.446
15	3	1 Apoio à Electrificação do Campo de Jogos e Zona de Lazer	22.446				22.446
16 DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA		6.232.480	8.903.542	11.098.253	10.325.116	36.559.392	
16	1	Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores	6.217.516	8.888.579	11.083.289	10.310.153	36.499.536
16	1	1 Promoção, Formação, Divulgação da Ciência, Tecnologia e Soc. Informação	568.630	1.007.572	733.233	1.207.091	3.516.525
16	1	2 Apoio à Instalação do DOP-UA	149.639	249.399	249.399	249.399	897.836
16	1	3 Programas Regionais de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Sociedade da Informação	798.077	997.596	997.596	997.596	3.790.864
16	1	4 Proj. Apoio ao Ens. Experim. das Ciências e da Educação Científica	698.317	448.918	698.317	523.738	2.369.290
16	1	5 Observatórios Científicos (Astronomia, Ambiental, Vulcanologia e Oceanografia)	162.109	224.459	573.618	448.918	1.409.104
16	1	6 Centro de Ciência Viva e Espaços Laborat. Científico e Tecnológico	423.978	1.521.334	1.945.312	723.257	4.613.881
16	1	7 Apoio ao Funcionamento e Projectos de Invest. Cient. e Desenv. Tecnológico	423.978	324.219	174.579	49.880	972.656
16	1	8 Instalações e Equipamento para a Direcção Regional da Ciência e Tecnologia	174.579	174.579	174.579	174.579	698.317
16	1	9 Funcionamento e Equipamento para o Jornal Oficial	249.399	124.699	124.699	124.699	623.497
16	1	10 Projecto Açores - Região Digital	648.437	1.895.432	3.491.585	3.890.624	9.926.078
16	1	11 Licenciamento de Software e Equipam. Informat. e Concep. Multimédia	1.820.612	1.720.853	1.720.853	1.720.853	6.983.171
16	1	12 Exposição Permanente da Biologia do Cachalote	99.760	199.519	199.519	199.519	698.317
16	2	Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Ciência e Tecnologia	14.964	14.964	14.964	14.964	59.856
16	2	1 Centro Informático de Rabo de Peixe - Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande	14.964	14.964	14.964	14.964	59.856

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		EUROS					
		2001	2002	2003	2004	TOTAL	
Valorizar e Aumentar os Níveis de Protecção da Sociedade Açoriana		47.490.548	46.582.736	52.179.248	59.935.555	206.188.087	
17 DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS EDUCACIONAIS		26.358.975	24.615.676	28.668.409	31.748.486	111.391.546	
17	1	Construções Escolares	26.358.975	23.867.479	28.668.409	31.748.486	111.391.546
17	1	1 Manutenção/Reparação das Instalações do Ensino Básico e Secundário	1.371.694	1.496.394	1.496.394	1.496.394	5.860.875
17	1	2 Construção EB 2,3 + E. Artístico de Ponta Delgada	49.880	299.279	2.244.591	2.493.989	5.087.739
17	1	3 Construção EB2,3 + E. Artístico de Angra do Heroísmo	249.399	6.234.974	6.234.974	4.987.979	17.707.325
17	1	4 Construção EB 2,3 dos Ginetes	1.745.793	3.366.886	872.896		5.985.575
17	1	5 Reformulação da Rede Escolar do Topo e Santo Antão	2.493.989	1.496.394			3.990.383
17	1	6 Construção ESG/B Lagoa	4.489.181	997.596			5.486.777
17	1	7 Construção da EB/JI Lagoa	299.279				299.279
17	1	8 Construção da EB/JI Boa Hora	298.281				298.281
17	1	9 Construção da EB/JI Matriz da Horta	1.031.015				1.031.015
17	1	10 Ampliação da EB/JI de Flamengos	548.678				548.678
17	1	11 Aquisição, Repar., Ampl. e Adapt. E. Sec. da EB 2,3/S Maria Isabel C. Medeiros	1.294.879				1.294.879
17	1	12 Reparação EB 2,3 Angra do Heroísmo	769.645				769.645
17	1	13 Reparação EB 2,3 Biscoitos	598.557				598.557
17	1	14 Cooperação Financeira com as Autarquias	2.154.807				2.154.807
17	1	15 Construção da EB/JI da Carreirinha	1.346.754	249.399			1.596.153
17	1	16 Construção do Anexo à Escola Maria Isabel Carmo Medeiros	448.918				448.918
17	1	17 Construção da EB/JI do Pico da Urze	1.067.427	249.399			1.316.826
17	1	18 Ampliação da EB/JI João Ferreira da Silva - Água de Pau	100.258				100.258

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		EUROS				TOTAL	
		2001	2002	2003	2004		
17	1 19	Reparação de Inst. Desportivas da EB 2/3 dos Arrifes	872.896				872.896
17	1 20	Reparação das Inst. Desportivas e Auditório da EB 2/3 do Canto da Maia	673.377				673.377
17	1 21	Ampliação EB 2,3/S São Roque do Pico	638.461				638.461
17	1 22	Construção EB 2,3 da Maia	2.244.591				2.244.591
17	1 23	Adapt. E. Sec. e Grande Reparação EB2,3/S Bento Rodrigues (SMA)	249.399	1.995.192	1.246.995		3.491.585
17	1 24	Adapt. E. Sec. EB 1, 2, 3/S Pde. Maurício de Freitas (Flores)	498.798	1.745.793	748.197		2.992.787
17	1 25	Construção da EB/JI Ribeira Grande		249.399	748.197	249.399	1.246.995
17	1 26	Construção da EB/JI Serra de Santiago		249.399	249.399	249.399	748.197
17	1 27	Construção da EB/JI Porto Martins		249.399	748.197	249.399	1.246.995
17	1 28	Requalificação da EB2 Roberto Ivens	74.820	299.279	2.244.591	2.194.711	4.813.400
17	1 29	Adapt. E. Sec. EB2,3/S Padre Manuel A. Cunha (Calheta)		99.760	1.246.995	748.197	2.094.951
17	1 30	Grande Reparação e Ampliação da EB2,3 F. Ornelas da Câmara	498.798	1.496.394	3.990.383	3.990.383	9.975.958
17	1 31	Adapt. E. Sec. e Grande Repar. EB2,3/S Santa Cruz da Graciosa	149.639	997.596	1.745.793	997.596	3.890.624
17	1 32	Adapt. E.Sec. e Reparação EB2,3/S Nordeste	99.760	947.716	1.246.995		2.294.470
17	1 33	Reparação e Conservação da EB 3/S das Laranjeiras		299.279			299.279
17	1 34	Ampliação/Remodelação EB/JI São Vicente Ferreira		847.956			847.956
17	1 35	Adaptação Funcional da ESG/B Antero de Quental			299.279	698.317	997.596
17	1 36	Grande Reparação ESG/B Domingos Rebelo			299.279	698.317	997.596
17	1 37	Ampliação e Grande Reparação EB 2,3 Vila Franca do Campo			149.639	473.858	623.497
17	1 38	Construção da ESG/B das Lajes do Pico			249.399	1.496.394	1.745.793
17	1 39	Ampliação/Remodelação EB/JI Fenais da Luz			149.639	299.279	448.918
17	1 40	Grande Reparação da EB 2,3 da Horta			49.880	1.246.995	1.296.875
17	1 41	Construção da EB 1,2,3/JI de Ponta Garça			49.880	498.798	548.678

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

					EUROS		
Programa/Projecto/Acção		2001	2002	2003	2004	TOTAL	
17	1 42			49.880	1.346.754	1.396.634	
17	1 43			249.399	249.399	498.798	
17	1 44			224.459		224.459	
17	1 45				498.798	498.798	
17	1 46				498.798	498.798	
17	1 47				498.798	498.798	
17	1 48				299.279	299.279	
17	1 49			1.496.394	4.987.979	6.484.373	
17	1 50				299.279	299.279	
17 2 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Educação			748.197	336.689		1.084.885	
17	2 1		748.197	336.689		1.084.885	
18 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCATIVO		1.371.694	1.371.694	1.371.694	1.371.694	5.486.777	
18	1	Equipamentos Escolares	997.596	997.596	997.596	997.596	3.990.383
18	1 1	Aquisição de Equipamentos para a Educação Pré-Escolar e os Ensino Básico e Secundário	997.596	997.596	997.596	997.596	3.990.383
18 2 Formação (comparticipação regional)			374.098	374.098	374.098	374.098	1.496.394
18	2 1	Formação para o Ensino	374.098	374.098	374.098	374.098	1.496.394
19 JUVENTUDE E EMPREGO		2.114.903	2.885.546	3.247.174	3.100.029	11.347.652	
19	1	Juventude	970.162	1.304.357	1.633.563	1.409.104	5.317.186
19	1 1	Ocupação de Tempos Livres dos Jovens	361.628	611.027	635.967	660.907	2.269.530
19	1 2	Mobilidade Juvenil	149.639	174.579	189.543	199.519	713.281
19	1 3	Pousadas de Juventude	24.940	24.940	29.928	34.916	114.724

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		EUROS					
		2001	2002	2003	2004	TOTAL	
19	1 4	PIAJ - Programa de Incentivo ao Associativismo Juvenil	299.279	374.098	374.098	399.038	1.446.514
19	1 5	RRIJ - Rede Regional de Informação Juvenil	74.820	19.952	24.940	29.928	149.639
19	1 6	Programa INICIATIVA, Apoio a grupos informais de jovens	59.856	74.820	79.808	84.796	299.279
19	1 7	Adaptação do Convento S.Pedro Alcântara a Pousada da Juventude em S. Roque		24.940	299.279		324.219
19 2		Emprego e Formação Profissional	1.119.801	1.556.249	1.588.671	1.665.985	5.930.707
19	2 1	Formação Profissional Inicial	498.798	698.317	748.197	798.077	2.743.388
19	2 2	Componente Regional de Formação Profissional	124.699	199.519	224.459	249.399	798.077
19	2 3	Programas de Emprego - Componentes Regionais	124.699	149.639	149.639	149.639	573.618
19	2 4	Adequação Tecnológica dos Serviços	124.699	124.699	49.880	29.928	329.207
19	2 5	Orientação, Reconversão e Qualificação de Desempregados	74.820	134.675	149.639	154.627	513.762
19	2 6	Reconversão e Qualificação de Activos	49.880	59.856	64.844	69.832	244.411
19	2 7	Acções de Conciliação e Arbitragem do Trabalho	34.916	37.410	39.904	42.398	154.627
19	2 8	Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação	49.880	104.748	109.736	114.724	379.086
19	2 9	Mercado Social de Emprego	37.410	47.386	52.374	57.362	194.531
19 3		Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Juventude e Emprego	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
19	3 1	Apoio a Actividades de Organizações Juvenis em Rabo de Peixe	12.470	12.470	12.470	12.470	49.880
19	3 2	Apoio à Dinamização do Mercado Social de Emprego em Rabo de Peixe	12.470	12.470	12.470	12.470	49.880
20 DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS DE SAÚDE		5.187.498	5.486.777	5.387.017	8.828.723	24.890.015	
20 1		Construção De Novas Unidades	997.596	1.646.033	2.394.230	5.835.935	10.873.794
20	1 1	Centro de Saúde da Praia da Vitória	498.798	498.798	49.880		1.047.476
20	1 2	Unidades de Saúde	498.798	149.639	99.760	99.760	847.956
20	1 3	Centro de Saúde de Ponta Delgada		249.399	249.399	1.246.995	1.745.793

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

					EUROS			
Programa/Projecto/Acção		2001	2002	2003	2004	TOTAL		
20	1 4	Novo Hospital de Angra do Heroísmo		748.197	1.995.192	4.489.181	7.232.570	
20 2		Remodelação/Ampliação de Unidades de Saúde Existentes		4.189.902	3.840.744	2.992.787	2.992.787	14.016.221
20	2 1	Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo		798.077	997.596	997.596	1.496.394	4.289.662
20	2 2	Hospital da Horta		798.077	748.197	598.557	249.399	2.394.230
20	2 3	Centro de Saúde da Povoação		1.396.634	498.798	49.880		1.945.312
20	2 4	Estruturas de Apoio à Psiquiatria e Toxicodependência		149.639	249.399	249.399	249.399	897.836
20	2 5	Remodelação e Ampliação de várias Unidades de Saúde (aquisições)		498.798	598.557	498.798	448.918	2.045.071
20	2 6	Beneficiação de Unidades de Saúde		548.678	748.197	598.557	548.678	2.444.110
21 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE		5.835.935	5.237.378	4.539.061	6.135.214	21.747.588		
21 1		Apetrechamento/Modernização		5.287.258	4.539.061	3.740.984	5.237.378	18.804.681
21	1 1	Apetrechamento do Hospital de Angra do Heroísmo		648.437	748.197	847.956	997.596	3.242.186
21	1 2	Hospital Divino Espírito Santo		1.995.192	249.399	249.399	748.197	3.242.186
21	1 3	Apetrechamento do Hospital da Horta		1.147.235	1.745.793	748.197	748.197	4.389.421
21	1 4	Aquisição de Equipamento para Unidades de Saúde		897.836	997.596	997.596	1.246.995	4.140.023
21	1 5	Viaturas do Serviço Regional de Saúde		124.699	149.639	149.639	249.399	673.377
21	1 6	Telemedicina, Renovação de Equipamento e Software		299.279	448.918	498.798	847.956	2.094.951
21	1 7	Emergência Médica		174.579	199.519	249.399	399.038	1.022.536
21 2		Actualização Profissional		548.678	698.317	798.077	897.836	2.942.908
21	2 1	Actualização de Profissionais de Saúde		548.678	698.317	798.077	897.836	2.942.908
22 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL		2.693.509	3.416.766	4.688.700	5.137.618	15.936.593		

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		EUROS						
		2001	2002	2003	2004	TOTAL		
22	1	Equipamentos de Apoio a Idosos (comparticipação regional)		1.471.454	1.820.612	2.344.350	3.192.307	8.828.723
22	1	1	Rem. e Adap. do Edifício a Centro Comunit. da Sta. Casa da Mis. de Vila do Porto	49.880	498.798	748.197	399.038	1.695.913
22	1	2	Remodelação de Edifício para Centro Geriátrico - Lar Augusto César Ferreira Cabido	149.639	49.880			199.519
22	1	3	Reconstrução do Claustro Sul do Recolhimento de São Gonçalo em Angra do Heroísmo	24.940	24.940	249.399	498.798	798.077
22	1	4	Remodelação de Prédios para Lar de Idosos/ S. C. Misericórdia da Praia da Graciosa	99.760	698.317	748.197	299.279	1.845.552
22	1	5	Remod. e Adap. do Edifício a Centro Comun. da Sta. Casa da Miser. de São Roque do Pico	1.097.355	498.798			1.596.153
22	1	6	Criação, Melhoramentos e Apetrechamento de Equip. Sociais de Apoio aos Idosos	49.880	24.940	24.940	99.760	199.519
22	1	7	Construção do Lar de Idosos - Sta. Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo			24.940	249.399	274.339
22	1	8	Criação de Residência de Apoio a Idosos no Corvo - Sta. Casa da Misericórdia de Vila Nova do Corvo		24.940	149.639	498.798	673.377
22	1	9	Remodelação do Lar de Idosos da Povoação - Sta. Casa da Misericórdia da Povoação			24.940	149.639	174.579
22	1	10	Criação de Lar de Idosos em Ponta Delgada - Sta. Casa da Misericórdia de Ponta Delgada			24.940	249.399	274.339
22	1	11	Criação de Lar de Idosos na Lagoa			24.940	199.519	224.459
22	1	12	Criação de Lar de Idosos nas Lages das Flores-Sta. Casa da Misericórdia das Lages das Flores			24.940	24.940	49.880
22	1	13	Remodelação do edifício da Sta. Casa da Misericórdia da Calheta			149.639	249.399	399.038
22	1	14	Remod. e Ampl. Lar de Idosos da Madalena - Sta. Casa da Misericórdia da Madalena do Pico			149.639	174.579	324.219
22	1	15	Criação de Lar de Idosos na Calheta - Sta. Casa da Misericórdia da Calheta				49.880	49.880
22	1	16	Criação de Lar de Idosos nas Lajes do Pico - Sta. Casa da Misericórdia das Lajes do Pico				49.880	49.880
22	2	Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude (comparticipação regional)		972.656	1.197.115	1.945.312	1.646.033	5.761.116
22	2	1	Criação de Centro Ocupacional de Deficientes na Ribeira Grande - Sta. Casa da Misericórdia da Rib.	24.940	49.880	498.798		573.618
22	2	2	Const. de Edifício para Atelier de Tempos Livres e Form. no âmbito do RMG - São Pedro	139.663	199.519			339.183
22	2	3	Criação de Creche do Patronato em Ponta Delgada	49.880	199.519	199.519		448.918
22	2	4	Remodelação/ampliação do Edifício da Creche e Jardim da Associação de S. João de Deus - Ponta Delgada	124.699				124.699
22	2	5	Criação de uma Creche na Freguesia do Livramento	99.760	249.399	199.519		548.678

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

		EUROS					
Programa/Projecto/Acção		2001	2002	2003	2004	TOTAL	
22	2 6	Construção de Estrutura de Apoio a Deficientes na Terceira - Associação Cristã da Mocidade	24.940	199.519	498.798	349.159	1.072.415
22	2 7	Construção de Centro Comunitário em S. Bento (Terceira)	34.916	49.880	49.880		134.675
22	2 8	Construção de Lar de Jovens na Candelária - Obra Social Madre Maria Clara	249.399				249.399
22	2 9	Construção de Centro Ocup. de Deficientes na Madalena - Sta. Casa da Misericórdia da Madalena	174.579	199.519			374.098
22	2 10	Construção de Edifício para Creche e Jardim de Infância nas Lajes das Flores - Casa do Povo das Lajes		24.940	299.279	199.519	523.738
22	2 11	Criação, Melhor. e Apetrechamento de Equip. Sociais de Apoio à Infância e Juventude	49.880	24.940	49.880	124.699	249.399
22	2 12	Construção de Edifício para Centro Ocupacional de Deficientes - Sta. Casa da Misericórdia de Vila do Porto			24.940	299.279	324.219
22	2 13	Criação de Centro Ocupacional de Deficientes no Nordeste - Associação Amizade 2000			49.880	174.579	224.459
22	2 14	Remodelação do Edifício do Lar Bernardo Manuel Silveira Estrela - Ribeira Grande			24.940	99.760	124.699
22	2 15	Remodelação e Ampliação de Edifício para Creche e Jardim de Infância - Confederação Operária Terceirense			49.880	249.399	299.279
22	2 16	Construção de Edifício para Actividades Sociais e Serviços na Freguesia de Calhetas				24.940	24.940
22	2 17	Construção de Edifício para Centro Ocupacional de Deficientes - Sta. Casa da Misericórdia de Sta. Cruz da				24.940	24.940
22	2 18	Remodelação/ampliação de Edifício para Centro de Acolhimento de Jovens em São João do Pico - Sta.				49.880	49.880
22	2 19	Construção de Edifício para Convívio de Idosos, ATL e Creche no Pico da Pedra				49.880	49.880
22 3 Promoção da Igualdade de Oportunidades		49.880	49.880	49.880	49.880	199.519	
22	3 1	Promoção da Igualdade de Oportunidades	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
22 4 Prevenção das Toxicodependências		99.760	149.639	199.519	249.399	698.317	
22	4 1	Prevenção das Toxicodependências	99.760	149.639	199.519	249.399	698.317
22 5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Solidariedade Social		99.760	199.519	149.639		448.918	
22	5 1	Criação de Centro de Apoio a Crianças e Jovens em Rabo de Peixe	99.760	199.519	149.639		448.918
23 PROTECÇÃO CIVIL		3.928.033	3.568.899	4.277.192	3.613.791	15.387.915	

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		EUROS				
		2001	2002	2003	2004	TOTAL
23 1 Aquisição/reparação de viaturas para os CB's		571.124	710.787	720.763	655.919	2.658.593
23 1 1	Ambulâncias Todo o Terreno	47.386	49.880	52.374	52.374	202.013
23 1 2	Prontos-Socorros-Médios	87.290	174.579	179.567	184.555	625.991
23 1 3	Auto-Tanques-Pesados	112.230	112.230	114.724	119.711	458.894
23 1 4	Ambulâncias de Socorro	224.459	224.459	224.459	149.639	823.017
23 1 5	Reparação de Viaturas dos CB's	49.880	99.760	99.760	99.760	349.159
23 1 6	Aquisição de Equipamento, Fardamento e Mobiliário para AHBV	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
23 2 Construção/remod. de infra-estruturas e equipamentos dos CB's		1.246.995	1.970.252	2.593.749	2.344.350	8.155.346
23 2 1	Construção do Quartel da AHBV's da Ribeira Grande	523.738	1.246.995	1.246.995	997.596	4.015.323
23 2 2	Instalação da Secção Destacada da AHBV's de Angra do Heroísmo - Altares	124.699				124.699
23 2 3	Beneficiação e Ampliação do Quartel dos AHBV's da Madalena	249.399	374.098	623.497	249.399	1.496.394
23 2 4	Construção de Anexos	249.399	199.519	149.639		598.557
23 2 5	Beneficiação e Reparação de Quarteis das AHBV's	49.880	99.760	99.760	124.699	374.098
23 2 6	Escola de Formação de BV's/PC	49.880	49.880	49.880	249.399	399.038
23 2 7	Construção de 1 Módulo no Quartel de Vila Franca do Campo			199.519		199.519
23 2 8	Construção de 2 Módulos no Quartel das Lajes do Pico			224.459		224.459
23 2 9	Construção de 2 Módulos no Quartel de Sta. Cruz das Flores				224.459	224.459
23 2 10	Reabilitação do Quartel de Angra do Heroísmo				498.798	498.798
23 3 Formação e Informação		438.942	438.942	463.882	463.882	1.805.648
23 3 1	Equipamento de Vigilância Sismo-Vulcânica	99.760	99.760	99.760	99.760	399.038
23 3 2	Apoios a Diversas Entidades	14.964	14.964	14.964	14.964	59.856
23 3 3	Estudos de Carácter Científico e Elaboração de Cartas de Risco	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
23 3 4	Execução do Protocolo com a Universidade dos Açores	99.760	99.760	99.760	99.760	399.038

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		EUROS				TOTAL	
		2001	2002	2003	2004		
23	3 5	Formação Profissional ao Nível da Protecção Civil	49.880	49.880	74.820	74.820	249.399
23	3 6	Informação, Formação e Sensibilização da População	49.880	49.880	74.820	74.820	249.399
23	3 7	Formação Profissional de Bombeiros	74.820	74.820	49.880	49.880	249.399
23 4		Serviço Regional de Protecção Civil	1.670.973	448.918	498.798	149.639	2.768.328
23	4 1	Meios e Recursos do SRPCA	24.940	49.880	49.880	49.880	174.579
23	4 2	Radiocomunicações de Emergência do SRPCA/IRBA	1.646.033	249.399	249.399	99.760	2.244.591
23	4 4	Meios e Recursos do SRPCA - Equipamentos para Socorro Imediato		149.639	199.519		349.159

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		EUROS				
		2001	2002	2003	2004	TOTAL
Promover a Sustentabilidade do Desenvolvimento e da Qualidade de Vida		33.600.373	39.075.129	39.818.093	42.833.721	155.327.316
24 QUALIDADE AMBIENTAL		7.937.221	11.683.842	10.918.112	10.935.745	41.474.920
24	1 Recursos Hídricos	3.596.333	4.953.063	3.676.141	3.127.463	15.352.999
24	1 1 Qualidade e Quantidade de Água (interiores e costeiras)	199.519	299.279	74.820	24.940	598.557
24	1 2 Avaliação e Monitorização de Recursos - Fiscalização e monitorização com laboratório móvel	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
24	1 3 Definição de Zonas de Extracção marinha	149.639	24.940	24.940	24.940	224.459
24	1 4 Levantamentos Batimétricos e Topográficos	124.699	49.880	24.940	24.940	224.459
24	1 5 Manutenção de Postos Udométricos e Hidrométricos	49.880	49.880	24.940	24.940	149.639
24	1 6 Plano Regional Da Água	149.639	149.639	149.639	149.639	598.557
24	1 7 Plano De Ilha De Recursos Hídricos	149.639	199.519	149.639	149.639	648.437
24	1 8 Ordenamento de Bacias Hidrográficas- Ribeira Do Salto Inglesa	99.760	199.519	4.988	4.988	309.255
24	1 9 Ordenamento de Bacias Hidrográficas - Furnas, Povoação E Faial Da Terra	249.399	997.596	249.399	249.399	1.745.793
24	1 10 Protecção e Intervenções em Lagoas- PORAL	299.279	199.519	124.699	49.880	673.377
24	1 11 Ceifeira de macrófitas flutuantes (Sete Cidades)	4.988	4.988	4.988	4.988	19.952
24	1 12 Protecção e Intervenções em Lagoas - Projectos e Contratos	74.820	74.820	74.820	74.820	299.279
24	1 13 Desobstrução e Limpeza de Ribeiras - Fiscalização e Conservação	399.038	399.038	399.038	399.038	1.596.153
24	1 14 Desobstrução e Limpeza de Ribeiras - Correção de leitos, taludes	748.197	997.596	1.246.995	1.246.995	4.239.782
24	1 15 Desobstrução e Limpeza de Ribeiras - Cooperação com Juntas de Freguesia	399.038	399.038	399.038	399.038	1.596.153
24	1 16 Programa Regional de Protecção das Origens da Água	99.760	124.699	74.820		299.279
24	1 17 Protecção e Intervenções em Lagoas - Caldeirão (Corvo)		199.519	199.519		399.038
24	1 18 Obra de Descarga e Automatação da Estação Hidrométrica da Lagoa das Furnas	174.579	9.976			184.555

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

					EUROS				
Programa/Projecto/Ação					2001	2002	2003	2004	TOTAL
24	1	19	Plano Integrado de Abastecimento de Água, Drenagem e Águas Residuais		74.820	74.820			149.639
24	1	20	Ordenamento de Bacias Hidrográficas - Ribeira Do Coucinho		99.760				99.760
24	1	21	Protecção e Interv. em Lagoas - expropriações de terrenos em zonas vulneráveis			399.038	399.038	249.399	1.047.476
24	1	22	Estudo da lagoa do Caiado (PIC)			49.880			49.880
24 2 Valorização da Qualidade Ambiental					2.110.165	2.773.566	3.113.247	3.108.259	11.105.236
24	2	1	Conservação da Natureza		361.878	311.998	250.147	272.593	1.196.616
24	2	2	Controlo da Qualidade Ambiental		573.618	897.836	1.147.235	1.147.235	3.765.924
24	2	3	Gestão de Áreas Protegidas		374.098	698.317	798.077	798.077	2.668.569
24	2	4	Vigilância Integrada da Qualidade do Ambiente		374.098	498.798	598.557	598.557	2.070.011
24	2	5	Gestão da Rede Natura 2000		99.760	124.699	149.639	149.639	523.738
24	2	6	Rede de Jardins Botânicos		326.713	241.917	169.591	142.157	880.378
24 3 Ordenamento do Território					1.723.347	3.379.356	3.528.995	4.087.649	12.719.346
24	3	1	Ordenamento de Bacias Hidrográficas Das Sete Cidades E Furnas		349.159	224.459	99.760	24.940	698.317
24	3	2	Elaboração e Acompanhamento dos POOCs		299.279	548.678	399.038	99.760	1.346.754
24	3	3	Sistema de Informação Geográfica - SIG		99.760	24.940	24.940	24.940	174.579
24	3	4	Instrumentos de Gestão Territorial, incluindo os PMOT		74.820	74.820	74.820	74.820	299.279
24	3	5	Apoio à Gestão dos Concelhos sem PMOT		12.470	12.470	12.470	12.470	49.880
24	3	6	Relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território		24.940	49.880	24.940	49.880	149.639
24	3	7	Sistema de Informação sobre o Ordenamento do Território (internet)		24.940	9.976	9.976	9.976	54.868
24	3	8	Centro de Documentação e Formação Técnica		14.964	14.964	14.964	14.964	59.856
24	3	9	Levantamento Cartográfico e Fotografia Aérea do Litoral		49.880	174.579	249.399	84.796	558.654
24	3	10	Protecção Da Orla Costeira De Santa Maria / Flores / Corvo		74.820	99.760	99.760	498.798	773.137
24	3	11	Protecção da Orla Costeira da Terceira		124.699	124.699	399.038	498.798	1.147.235

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

					EUROS			
Programa/Projecto/Ação			2001	2002	2003	2004	TOTAL	
24	3	12	Ordenamento da Orla Costeira de S. Miguel	74.820	299.279	498.798	498.798	1.371.694
24	3	13	Protecção da Orla Costeira do Faial	74.820	49.880	99.760	399.038	623.497
24	3	14	Protecção Da Orla Costeira De São Jorge	74.820	74.820	399.038	249.399	798.077
24	3	15	Protecção Da Orla Costeira - Outras Intervenções	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
24	3	16	Caracterização e Identificação das Paisagens dos Açores	149.639	74.820			224.459
24	3	17	Revisão do PROTA I e Elaboração do PROTA II	99.760	99.760			199.519
24	3	18	Organização de Simpósio - Zonas Costeiras	49.880			49.880	99.760
24	3	19	Protecção Da Orla Costeira Das Lages Do Pico		748.197	997.596	1.396.634	3.142.427
24	3	20	Protecção Da Orla Costeira Da Graciosa		623.497	74.820	49.880	748.197
24 4 Formação e Promoção Ambiental				400.136	480.592	524.910	527.579	1.933.216
24	4	1	Informação, Sensibilização E Promoção Ambientais	260.472	330.952	375.271	352.999	1.319.695
24	4	2	Formação Ambiental	139.663	149.639	149.639	174.579	613.521
24 5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Ambiente				107.242	97.266	74.820	84.796	364.122
24	5	1	Medidas de Requalificação Ambiental	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
24	5	2	Formação e Sensibilização Ambientais	57.362	47.386	24.940	34.916	164.603
25 PATRIMÓNIO E ACTIVIDADES CULTURAIS				6.788.639	7.566.764	7.643.958	8.826.229	30.825.590
25 1 Dinamização de Actividades Culturais				1.703.395	1.995.192	2.154.807	2.376.772	8.230.165
25	1	1	Equipamento para ONG's Culturais	99.760	124.699	149.639	174.579	548.678
25	1	2	Escolas de Formação	99.760	99.760	99.760	99.760	399.038
25	1	3	Música	74.820	99.760	99.760	99.760	374.098
25	1	4	Edição de Obras de Cariz Cultural	99.760	99.760	112.230	112.230	423.978
25	1	5	Festivais e Congressos	49.880	74.820	74.820	99.760	299.279

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

				EUROS				
Programa/Projecto/Acção				2001	2002	2003	2004	TOTAL
25	1	6	Artes Dramáticas	79.808	89.784	99.760	109.736	379.086
25	1	7	Institutos Culturais, Academias e Centros de Investigação	109.736	109.736	119.711	119.711	458.894
25	1	8	Rede de Leitura Pública	149.639	274.339	301.773	331.701	1.057.452
25	1	9	Bolsas para Formação Artística e Técnica	49.880	54.868	59.856	67.338	231.941
25	1	10	Outros Eventos Culturais	54.868	59.856	67.338	72.326	254.387
25	1	11	Actividades de Grupos e Agentes Culturais	99.760	109.736	119.711	134.675	463.882
25	1	12	Artes Plásticas	74.820	74.820	74.820	74.820	299.279
25	1	13	Folclore, Música, Danças e Cantares Tradicionais	109.736	119.711	132.181	149.639	511.268
25	1	14	Formação de Técnicos em Áreas Culturais Carenciadas	27.434	29.928	34.916	37.410	129.687
25	1	15	Música - Fardamentos, Instrumental e Intercâmbios	199.519	219.471	241.917	264.363	925.270
25	1	16	Orquestra Regional dos Açores - (Lira Açoriana)	82.302	89.784	99.760	109.736	381.580
25	1	17	Tauromaquia	37.410	39.904	42.398	44.892	164.603
25	1	18	Espectáculos de Iniciativa Governamental - Música, Teatro, Bailado e Ópera	174.579	224.459	224.459	274.339	897.836
25	1	19	Prémios para Criação Artística	29.928				29.928
25 2 Defesa e valorização do património arquitectónico e cultural				4.636.326	5.117.666	4.935.485	5.940.683	20.630.161
25	2	1	Aquisição, Restauro de Bens de Valor Cultural	74.820	74.820	74.820	74.820	299.279
25	2	2	Restauro de Órgãos	49.880	74.820	74.820	74.820	274.339
25	2	3	Inventário do Património Artístico e Cultural	99.760	99.760	99.760	99.760	399.038
25	2	4	Restauro de Talhas	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
25	2	5	Restauro de Fortes	24.940	49.880	49.880	49.880	174.579
25	2	6	Recuperação e Consolidação de Moínhos de Água e de Vento	24.940	49.880	49.880	49.880	174.579
25	2	7	Consolidação e Restauro de Elementos Arquitectónicos de Valor Patrimonial	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
25	2	8	Conservação de Imóveis Classificados em Núcleos Protegidos	49.880	249.399	249.399	249.399	798.077

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

				EUROS				
Programa/Projecto/Acção				2001	2002	2003	2004	TOTAL
25	2	9	Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo: Novas Instalações	299.279	299.279	498.798	1.496.394	2.593.749
25	2	10	Investigação Arqueológica Subaquática	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
25	2	11	Museus, Bibliotecas, Arquivos e CECRA	149.639	149.639	149.639	149.639	598.557
25	2	12	Planos de Salvaguarda	49.880	49.880	49.880	24.940	174.579
25	2	13	Museu do Pico - Museu dos Baleeiros	49.880	99.760	149.639	199.519	498.798
25	2	14	Conservação e Restauro dos Impérios do Espírito Santo	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
25	2	15	Salvaguarda do Património Baleeiro	149.639	74.820	74.820	74.820	374.098
25	2	16	Divulgação e Sensibilização do Património Cultural	4.988	4.988	4.988	4.988	19.952
25	2	17	Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas Públicas	74.820	74.820	99.760	99.760	349.159
25	2	18	Inventariação e Tratamento dos Arquivos da Região	74.820	74.820	74.820	74.820	299.279
25	2	19	Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para ONG's Culturais	374.098	399.038	399.038	598.557	1.770.733
25	2	20	Recolhimento de Santa Bárbara - Museu Carlos Machado	99.760	1.521.334	1.770.733	498.798	3.890.624
25	2	21	Aquisição do Armazém da Canada de Belém - Angra do Heroísmo	124.699	99.760	67.218		291.677
25	2	22	Casa dos Botes - Museu do Pico	24.940	24.940	24.940		74.820
25	2	23	Igreja do Colégio de Ponta Delgada	174.579	174.579	124.699		473.858
25	2	24	Casa Walter Bensaúde - B. P. A. da Horta	99.760		498.798	1.795.672	2.394.230
25	2	25	Igreja da Srª dos Passos - Ribeira Grande	49.880	74.820	74.820	49.880	249.399
25	2	26	Restauro da sacristia da Igreja Nª Srª da Guia (Convento de S. Francisco de Angra)	74.820	74.820			149.639
25	2	27	Museu de São Jorge	49.880	49.880			99.760
25	2	28	Igreja da Nª Srª do Livramento (Convento de Santo António dos Capuchos de Angra)	99.760	49.880			149.639
25	2	29	Palacete do Comendador Silveira e Paulo (antiga escola Industrial de Angra)	249.399	847.956			1.097.355
25	2	30	Igreja de S. José - Ponta Delgada	74.820	24.940			99.760
25	2	31	Museu do Corvo	24.940	99.760			124.699

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		EUROS				
		2001	2002	2003	2004	TOTAL
25	2 32	Restauro e Conservação da Pinacoteca de Natália Correia/Dórdio Guimarães		24.940	24.940	49.880
25	2 33	Igreja Matriz de Vila do Porto		49.880		49.880
25	2 34	Museu do Vinho - Museu do Pico		67.338		67.338
25	2 35	Casa de Ferreira Drumond (antigo Consistório da Santa Casa da Misericórdia da Vila de S. Sebastião)		49.880		49.880
25	2 36	Igreja Matriz de Santa Cruz da Graciosa		49.880		49.880
25	2 37	Igreja das Concepcionistas (Convento de Nª Sª da Conceição de Angra)		299.279		299.279
25	2 38	Equipamento da Biblioteca Pública de Ponta Delgada		748.197		748.197
25	2 39	Remodelação do Edifício da Cozinha Económica Angrense		124.699		124.699
25	2 40	Futuras Instalações da Inspeção Regional do Trabalho		299.279		299.279
25	2 41	Sede do Museu de Santa Maria			74.820	149.639
25	2 42	Casa do Maestro Francisco Lacerda- Fragueira			74.820	74.820
25	2 43	Remodelação da Igreja de S. Francisco- Ribeira Grande		99.760	99.760	199.519
25	3	Protecção e Valorização de Angra Património Mundial		423.978	428.966	528.726
					483.834	1.865.504
25	3 1	Reconstrução e Conservação de Imóveis		124.699	127.193	149.639
					152.133	553.666
25	3 2	Restauro de Elementos de Interesse Histórico ou Arquitectónico		74.820	74.820	74.820
					74.820	299.279
25	3 3	Correcção de Anomalias Arquitectónicas		149.639	149.639	224.459
					174.579	698.317
25	3 4	Estudos sobre Angra do Heroísmo Património Mundial		49.880	49.880	49.880
					49.880	199.519
25	3 5	Acções de Animação Recreativa e Educativa, Turístico-Cultural e de Divulgação		24.940	27.434	29.928
					32.422	114.724
25	4	Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Cultura		24.940	24.940	24.940
					24.940	99.760
25	4 1	Dinamização das Actividades Culturais em Rabo de Peixe		24.940	24.940	24.940
					24.940	99.760
26 DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO		5.122.654	5.631.428	5.736.176	6.624.036	23.114.295

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		EUROS				
		2001	2002	2003	2004	TOTAL
26 1 Instalações e Equipamentos		2.239.603	2.513.941	2.244.591	3.042.667	10.040.802
26 1 1	Apoio à Construção e Beneficiação de Instalações Desportivas	374.098	299.279	548.678	698.317	1.920.372
26 1 2	Apoio ao Arrelvamento de Campos de Futebol	299.279	374.098	299.279	299.279	1.271.935
26 1 3	Parque Desportivo de São Miguel	299.279	598.557	498.798	698.317	2.094.951
26 1 4	Parque Desportivo da Ilha Terceira	498.798	598.557	498.798	698.317	2.294.470
26 1 5	Parque Desportivo do Faial	498.798	399.038	249.399	498.798	1.646.033
26 1 6	Modernização e Apetrechamento de Instalações	269.351	244.411	149.639	149.639	813.041
26 2 Actividades Desportivas		2.109.915	2.244.591	2.384.254	2.648.617	9.387.376
26 2 1	Apoio a Clubes por Utilização de Atletas Formados na Região	99.760	99.760	99.760	99.760	399.038
26 2 2	Clubes Desportivos Escolares	149.639	174.579	179.567	179.567	683.353
26 2 3	Jogos Desportivos Escolares	149.639	154.627	159.615	164.603	628.485
26 2 4	Prémios de Classificação e Subida de Divisão	299.279	309.255	319.231	319.231	1.246.995
26 2 5	Apoio ao Acesso de Atletas à Alta Competição	124.699	129.687	134.675	139.663	528.726
26 2 6	Actividade Física e Desportiva Adaptada	49.880	59.856	69.832	79.808	259.375
26 2 7	Apoio Excepcional a Clubes Desportivos da Região	34.916	34.916	29.928	29.928	129.687
26 2 8	Apoio à Participação em Quadros Competitivos Nacionais	748.197	798.077	847.956	997.596	3.391.826
26 2 10	Apoio à Realização e Participação em Competições Regionais e Série Açores	453.906	483.834	543.690	638.461	2.119.891
26 3 Promoção e Formação		748.197	847.956	1.082.391	907.812	3.586.357
26 3 1	Congressos e Seminários	49.880	49.880	59.856	59.856	219.471
26 3 2	Estrutura Técnica Associativa	224.459	224.459	249.399	249.399	947.716
26 3 3	Estudos e Investigação	24.940	49.880	49.880	49.880	174.579
26 3 4	Eventos Desportivos	99.760	99.760	99.760	99.760	399.038
26 3 5	Formação na Área da Educação Física e Desporto	149.639	199.519	224.459	224.459	798.077

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

		EUROS				
Programa/Projecto/Acção		2001	2002	2003	2004	TOTAL
26	3 6 Jogos das Ilhas	199.519	224.459	399.038	224.459	1.047.476
26 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desporto		24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
26	4 1 Dinamização de Actividades Desportivas em Rabo de Peixe	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
27 HABITAÇÃO		12.968.745	13.467.543	14.789.358	15.712.134	56.937.780
27 1 Construção e Aquisição de Habitação Própria		6.082.840	7.481.968	8.005.706	7.930.887	29.501.402
27	1 1 Apoio à Aquisição de Habitação	836.733	947.716	947.716	972.656	3.704.821
27	1 2 Aquisição de Solos (para cedência de lotes inclusivé para CDH's)	249.399	498.798	1.246.995	997.596	2.992.787
27	1 3 Apoio à Construção (Auto-Construção e Propriedade Resolúvel)	4.196.137	5.012.919	4.883.231	5.057.811	19.150.098
27	1 4 SAFIN	511.268	473.858	349.159	224.459	1.558.743
27	1 5 Apoio Supletivo a Jovens	289.303	548.678	578.606	678.365	2.094.951
27 2 Recuperação da Habitação e Realojamentos		5.414.451	4.476.711	5.773.586	6.870.941	22.535.689
27	2 1 Apoio à Prevenção Sísmica	187.049	204.507	366.616	536.208	1.294.381
27	2 2 Apoio à Reabilitação de Centros Urbanos	349.159	458.894	922.776	1.271.935	3.002.763
27	2 3 Salvaguarda Habitacional das Populações em Situação de Risco	149.639	541.196	613.521	498.798	1.803.154
27	2 4 Apoio à Recuperação de Habitação Degradada	1.960.276	947.716	1.227.043	1.301.863	5.436.897
27	2 5 Parque Habitacional Público e Realojamentos	1.621.093	1.087.379	1.122.295	1.234.525	5.065.293
27	2 6 Cooperação c/ Autarquias (realojamentos)	1.147.235	1.237.019	1.521.334	2.027.613	5.933.201
27 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Habitação		1.471.454	1.508.864	1.010.066	910.306	4.900.689
27	3 1 Construção e Aquisição de Habitação em Rabo de Peixe	835.486	872.896	573.618	511.268	2.793.268
27	3 2 Recuperação da Habitação e Realojamentos em Rabo de Peixe	635.967	635.967	436.448	399.038	2.107.421
28 COMUNICAÇÃO SOCIAL		783.113	725.551	730.490	735.577	2.974.731

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		EUROS				
		2001	2002	2003	2004	TOTAL
28 1 Audiovisual		284.315	216.778	221.716	226.803	949.611
28 1 1	Infra-estruturas Audiovisuais	49.880	52.374	52.374	52.374	207.001
28 1 2	Produção Audiovisual Informativa	159.615	164.404	169.342	174.430	667.791
28 1 3	Produção Audiovisual de Ficção	74.820				74.820
28 2 Circulação		374.098	384.074	384.074	384.074	1.526.322
28 2 1	Difusão dos Media	374.098	384.074	384.074	384.074	1.526.322
28 3 Modernização		49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
28 3 1	Modernização Tecnológica	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
28 4 Formação e incentivo		49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
28 4 1	Formação Profissional	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
28 5 Promoção no exterior		24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
28 5 1	Promoção dos Açores	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		EUROS						
		2001	2002	2003	2004	TOTAL		
Aumentar a Eficiência da Gestão Pública e Institucional		20.525.035	20.226.504	10.924.422	10.905.218	62.581.179		
29 COOPERAÇÃO EXTERNA		1.615.606	1.761.006	1.871.240	1.966.760	7.214.613		
29	1	Cooperação inter-regional	498.798	518.750	538.702	548.678	2.104.927	
29	1	1	Relações Externas e Cooperação	324.219	334.195	344.171	349.159	1.351.742
29	1	2	Relações com Organismos e Organizações Internacionais	174.579	184.555	194.531	199.519	753.185
29	2	Emigrado/Repatriado	89.784	109.736	109.736	134.675	443.930	
29	2	1	Integração do Emigrado/Repatriado	89.784	109.736	109.736	134.675	443.930
29	3	Identidade Cultural	1.027.025	1.132.521	1.222.803	1.283.407	4.665.756	
29	3	1	Açorianidade e Raízes	122.704	132.181	132.181	152.632	539.699
29	3	2	Comunicação Açores/Comunidades	326.713	343.173	353.648	376.592	1.400.126
29	3	3	Preservação da Identidade Cultural	393.053	438.443	513.263	495.306	1.840.065
29	3	4	Encontro Intercomunitário	149.639	193.783	198.771	208.996	751.190
29	3	5	Estudo sobre Emigração e Regressos	34.916	24.940	24.940	49.880	134.675
30 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL		3.346.934	3.062.619	3.272.114	3.491.585	13.173.252		
30	1	Modernização administrativa	668.389	673.377	698.317	698.317	2.738.400	
30	1	1	Acções de Modernização Administrativa	174.579	174.579	174.579	174.579	698.317
30	1	2	Promoção de Acções de Formação Profissional	374.098	399.038	423.978	423.978	1.621.093
30	1	3	Projectos de Automatização de Procedimentos Administrativos	119.711	99.760	99.760	99.760	418.990
30	2	Cooperação com as Autarquias Locais	2.219.651	1.571.213	1.496.394	1.431.550	6.718.808	
30	2	1	Cooperação Técnica	199.519	174.579	199.519	209.495	783.113
30	2	2	Cooperação Financeira com os Municípios	1.621.093	1.097.355	997.596	872.896	4.588.941

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		EUROS					
		2001	2002	2003	2004	TOTAL	
30	2 3	Cooperação Financeira com as Freguesias	399.038	299.279	299.279	349.159	1.346.754
30 3		Estatística	174.579	149.639	149.639	174.579	648.437
30	3 1	Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística	174.579	149.639	149.639	174.579	648.437
30 4		Informação de Interesse Público ao Cidadão	124.699	498.798	748.197	997.596	2.369.290
30	4 1	Loja do Cidadão - Açores / Rede Integrada de Apoio ao Cidadão	124.699	498.798	748.197	997.596	2.369.290
30 5		Serviços Sociais	159.615	169.591	179.567	189.543	698.317
30	5 1	Serviços de Apoio aos Funcionários Públicos	159.615	169.591	179.567	189.543	698.317
31 PLANEAMENTO e FINANÇAS			5.586.536	5.426.921	5.282.270	4.948.075	21.243.802
31 1		Planeamento e Finanças	5.586.536	5.426.921	5.282.270	4.948.075	21.243.802
31	1 1	Acções de Acompanhamento e Avaliação, incluindo os Programas Comunitários	613.521	897.836	997.596	897.836	3.406.790
31	1 2	Instalações da Presidência do Governo	982.632	538.702	294.291	59.856	1.875.480
31	1 3	Bonificação de Juros (DL 349/98 de 11 de Novembro)	3.990.383	3.990.383	3.990.383	3.990.383	15.961.533
32 REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL			9.975.958	9.975.958	498.798	498.798	20.949.512
32 1		Reestruturação do Sector Público Empresarial Regional	9.975.958	9.975.958	498.798	498.798	20.949.512
32	1 1	Reestruturação do Sector Público Empresarial Regional	9.975.958	9.975.958	498.798	498.798	20.949.512

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		EUROS				
		2001	2002	2003	2004	TOTAL
Calamidades		37.559.482	38.050.798	31.798.366	29.703.415	137.112.060
33 CALAMIDADES		37.559.482	38.050.798	31.798.366	29.703.415	137.112.060
33	1 Intempéries	6.913.339	8.721.481	2.469.050	1.720.853	19.824.722
33	1 1 Agricultura - Apoio ao Rendimento/Culturas Agrícolas	354.147	897.836	124.699	124.699	1.501.382
33	1 2 Agricultura - Caminhos Rurais	199.519	149.639			349.159
33	1 3 Agricultura - Caminhos Florestais	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
33	1 4 Pescas - Apoios Extraordinários ao Rendimento	249.399	498.798			748.197
33	1 5 Pescas - Reparação Dos Portos De Pesca	374.098				374.098
33	1 6 ER's - Reabilitação das ER do Concelho de Ribeira Grande	124.699				124.699
33	1 7 ER's - Reabilitação das ER do Concelho do Nordeste	374.098	997.596			1.371.694
33	1 8 ER's - Reabilitação das ER do Concelho da Povoação	498.798				498.798
33	1 9 ER's - Consolidação dos Taludes e Reabilitação da ER 1-1ª Pisão/A. Alto	648.437	1.995.192	1.995.192	1.496.394	6.135.214
33	1 10 ER's - Empreitada de Pavimentação e Remodelação de 25 kms da ER 1-2ª da Ilha do Pico	1.122.295	1.496.394			2.618.689
33	1 11 Bonificações e Apoios	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
33	1 12 Ambiente - Protecção da Orla Marítima da Povoação (contrato ARAAL)	498.798	391.556			890.354
33	1 13 Ambiente - Protecção da Avenida Marginal da Ribeira Quente - 1ª fase	748.197	249.399			997.596
33	1 14 Ambiente - Reparação do Muro de Suporte de S. Lourenço - Stª Maria	523.738				523.738
33	1 15 Ambiente - Regularização da Ribeira de Santiago - 2ª fase	997.596				997.596
33	1 16 Ambiente - Consolidação talude km 0,5 da ER 2-2ª R. Quente		997.596	249.399		1.246.995
33	1 17 Ambiente - Regularização da Ribeira de Santiago - 3ª fase		947.716			947.716
33	1 18 Reabilitação das ERs da Ilha das Flores	99.760				99.760

DESAGREGAÇÃO SECTORIAL POR OBJECTIVO

Programa/Projecto/Acção		EUROS				
		2001	2002	2003	2004	TOTAL
33 2 Sismo		30.396.744	27.832.923	27.832.923	26.486.168	112.548.757
33 2 1	Sismo-Reconstrução de Habitação	23.887.431	22.944.703	24.939.895	23.692.900	95.464.930
33 2 2	Sismo - Construções Escolares e Imóveis Classificados	1.995.192	997.596	997.596	997.596	4.987.979
33 2 3	Sismo-Reconstrução/Ampliação do Lar de Idosos - Sta. C. Misericórdia da Horta - Lar e Centro Geriátrico	748.197	1.246.995	99.760		2.094.951
33 2 4	Sismo-Reconstrução/Remodelação da Casa da Infância St. António	847.956				847.956
33 2 5	Sismo-Reconstrução do Lar das Criancinhas - 2ª Fase - Cozinha e Refeitório	324.219				324.219
33 2 6	Sismo-Reconstrução de ERs - Faial	1.246.995	1.745.793	1.745.793	1.745.793	6.484.373
33 2 7	Sismo-Reconstrução de ERs - Pico	498.798	498.798			997.596
33 2 8	Sismo-Reconstrução de ERs - S.Jorge	124.699				124.699
33 2 9	Sismo-Reconstrução de Pontes - Faial	249.399	249.399			498.798
33 2 10	Sismo-Porto da Horta	24.940				24.940
33 2 11	Sismo - Agricultura	249.399				249.399
33 2 12	Sismo-Recuperação dos Estabelecimentos Comerciais e Industriais	149.639	99.760			249.399
33 2 13	Sismo-Bonificação e Apoios	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
33 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Calamidades - Ambiente		249.399	1.496.394	1.496.394	1.496.394	4.738.580
33 3 1	Protecção da Orla Marítima em Rabo de Peixe	249.399	1.496.394	1.496.394	1.496.394	4.738.580

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

a) - milhares de escudos -

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

1000 ESC.

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
PRESIDÊNCIA	1.740.400	2.293.510	2.756.600	2.621.770	9.412.280
16 DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	1.249.500	1.785.000	2.225.000	2.070.000	7.329.500
16 1 Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores	1.246.500	1.782.000	2.222.000	2.067.000	7.317.500
16 2 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Ciência e Tecnologia	3.000	3.000	3.000	3.000	12.000
28 COMUNICAÇÃO SOCIAL	157.000	145.460	146.450	147.470	596.380
28 1 Audiovisual	57.000	43.460	44.450	45.470	190.380
28 2 Circulação	75.000	77.000	77.000	77.000	306.000
28 3 Modernização	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
28 4 Formação e incentivo	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
28 5 Promoção no exterior	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
29 COOPERAÇÃO EXTERNA	323.900	353.050	375.150	394.300	1.446.400
29 1 Cooperação inter-regional	100.000	104.000	108.000	110.000	422.000
29 2 Emigrado/Repatriado	18.000	22.000	22.000	27.000	89.000
29 3 Identidade Cultural	205.900	227.050	245.150	257.300	935.400
33 CALAMIDADES	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
33 2 Sismo	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

1000 ESC.

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
SRPFP	3.130.000	3.098.000	1.169.000	1.102.000	8.499.000
31 PLANEAMENTO e FINANÇAS	1.120.000	1.088.000	1.059.000	992.000	4.259.000
31 1 Planeamento e Finanças	1.120.000	1.088.000	1.059.000	992.000	4.259.000
32 REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL	2.000.000	2.000.000	100.000	100.000	4.200.000
32 1 Reestruturação do Sector Público Empresarial Regional	2.000.000	2.000.000	100.000	100.000	4.200.000
33 CALAMIDADES	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
33 1 Intempéries	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

1000 ESC.

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
S.R.A.P	671.000	614.000	656.000	700.000	2.641.000
30 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	671.000	614.000	656.000	700.000	2.641.000
30 1 Modernização administrativa	134.000	135.000	140.000	140.000	549.000
30 2 Cooperação com as Autarquias Locais	445.000	315.000	300.000	287.000	1.347.000
30 3 Estatística	35.000	30.000	30.000	35.000	130.000
30 4 Informação de Interesse Público ao Cidadão	25.000	100.000	150.000	200.000	475.000
30 5 Serviços Sociais	32.000	34.000	36.000	38.000	140.000

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

1000 ESC.

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
SREC	8.771.500	8.634.500	9.555.976	10.559.000	37.520.976
17 DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS EDUCACIONAIS	5.284.500	4.935.000	5.747.500	6.365.000	22.322.000
17 1 Construções Escolares	5.284.500	4.785.000	5.680.000	6.365.000	22.114.500
17 2 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Educação		150.000	67.500		217.500
18 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCATIVO	275.000	275.000	275.000	275.000	1.100.000
18 1 Equipamentos Escolares	200.000	200.000	200.000	200.000	800.000
18 2 Formação (comparticipação regional)	75.000	75.000	75.000	75.000	300.000
19 JUVENTUDE E EMPREGO	424.000	578.500	651.000	621.500	2.275.000
19 1 Juventude	194.500	261.500	327.500	282.500	1.066.000
19 2 Emprego e Formação Profissional	224.500	312.000	318.500	334.000	1.189.000
19 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Juventude e Emprego	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
25 PATRIMÓNIO E ACTIVIDADES CULTURAIS	1.361.000	1.517.000	1.532.476	1.769.500	6.179.976
25 1 Dinamização de Actividades Culturais	341.500	400.000	432.000	476.500	1.650.000
25 2 Defesa e valorização do património arquitectónico e cultural	929.500	1.026.000	989.476	1.191.000	4.135.976
25 3 Protecção e Valorização de Angra Património Mundial	85.000	86.000	106.000	97.000	374.000
25 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Cultura	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
26 DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO	1.027.000	1.129.000	1.150.000	1.328.000	4.634.000
26 1 Instalações e Equipamentos	449.000	504.000	450.000	610.000	2.013.000
26 2 Actividades Desportivas	423.000	450.000	478.000	531.000	1.882.000

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

1000 ESC.

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
26 3 Promoção e Formação	150.000	170.000	217.000	182.000	719.000
26 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desporto	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
33 CALAMIDADES	400.000	200.000	200.000	200.000	1.000.000
33 2 Sismo	400.000	200.000	200.000	200.000	1.000.000

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

1000 ESC.

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
SRHE	14.361.500	14.590.500	17.437.500	16.829.500	63.219.000
11 SISTEMA RODOVIÁRIO REGIONAL	4.555.000	4.600.000	7.225.000	6.865.000	23.245.000
11 1 Construção de novos troços de estrada	1.380.000	560.000	2.695.000	2.775.000	7.410.000
11 2 Reabilitação de estradas regionais	2.800.000	3.525.000	3.630.000	2.865.000	12.820.000
11 3 Operadores e segurança rodoviária	375.000	400.000	400.000	400.000	1.575.000
11 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Estradas Regionais		115.000	500.000	825.000	1.440.000
12 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO	630.000	575.000	640.000	690.000	2.535.000
12 1 Edifícios Públicos	485.000	415.000	430.000	480.000	1.810.000
12 2 Cartografia	25.000	25.000	50.000	50.000	150.000
12 3 LREC	90.000	75.000	100.000	100.000	365.000
12 4 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRHE	10.000	40.000	40.000	40.000	130.000
12 5 Divulgação e Sensibilização das Populações	20.000	20.000	20.000	20.000	80.000
23 PROTECÇÃO CIVIL	787.500	715.500	857.500	724.500	3.085.000
23 1 Aquisição/reparação de viaturas para os CB's	114.500	142.500	144.500	131.500	533.000
23 2 Construção/remod. de infra-estruturas e equipamentos dos CB's	250.000	395.000	520.000	470.000	1.635.000
23 3 Formação e Informação	88.000	88.000	93.000	93.000	362.000
23 4 Serviço Regional de Protecção Civil	335.000	90.000	100.000	30.000	555.000
27 HABITAÇÃO	2.600.000	2.700.000	2.965.000	3.150.000	11.415.000
27 1 Construção e Aquisição de Habitação Própria	1.219.500	1.500.000	1.605.000	1.590.000	5.914.500
27 2 Recuperação da Habitação e Realojamentos	1.085.500	897.500	1.157.500	1.377.500	4.518.000

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

1000 ESC.

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
27 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Habitação	295.000	302.500	202.500	182.500	982.500
33 CALAMIDADES	5.789.000	6.000.000	5.750.000	5.400.000	22.939.000
33 1 Intempéries	575.000	900.000	400.000	300.000	2.175.000
33 2 Sismo	5.214.000	5.100.000	5.350.000	5.100.000	20.764.000

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

1000 ESC.

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
SRAS	3.135.000	3.085.000	2.950.000	4.030.000	13.200.000
20 DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS DE SAÚDE	1.040.000	1.100.000	1.080.000	1.770.000	4.990.000
20 1 Construção De Novas Unidades	200.000	330.000	480.000	1.170.000	2.180.000
20 2 Remodelação/Ampliação de Unidades de Saúde Existentes	840.000	770.000	600.000	600.000	2.810.000
21 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE	1.170.000	1.050.000	910.000	1.230.000	4.360.000
21 1 Apetrechamento/Modernização	1.060.000	910.000	750.000	1.050.000	3.770.000
21 2 Actualização Profissional	110.000	140.000	160.000	180.000	590.000
22 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	540.000	685.000	940.000	1.030.000	3.195.000
22 1 Equipamentos de Apoio a Idosos (comparticipação regional)	295.000	365.000	470.000	640.000	1.770.000
22 2 Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude (comparticipação regional)	195.000	240.000	390.000	330.000	1.155.000
22 3 Promoção da Igualdade de Oportunidades	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
22 4 Prevenção das Toxicodependências	20.000	30.000	40.000	50.000	140.000
22 5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Solidariedade Social	20.000	40.000	30.000		90.000
33 CALAMIDADES	385.000	250.000	20.000		655.000
33 2 Sismo	385.000	250.000	20.000		655.000

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

1000 ESC.

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
SRE	9.889.418	10.860.918	10.876.000	10.884.500	42.510.836
7 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	1.621.000	1.520.000	1.415.000	2.040.000	6.596.000
7 1 Promoção turística	1.040.000	1.040.000	1.040.000	1.060.000	4.180.000
7 2 Oferta e animação turísticas	430.000	225.000	225.000	335.000	1.215.000
7 3 Investimentos estratégicos	141.000	220.000	85.000	460.000	906.000
7 4 Informação e formação	5.000	10.000	10.000	10.000	35.000
7 5 Instalações Públicas		20.000	50.000	170.000	240.000
7 6 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento do Turismo	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
8 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	210.000	227.000	214.000	211.000	862.000
8 1 Consolidação de infra-estruturas	83.000	83.000	68.000	48.000	282.000
8 2 Serviços de Apoio às Empresas	38.000	58.000	58.000	73.000	227.000
8 3 Artesanato	82.000	79.000	81.000	83.000	325.000
8 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento Industrial	7.000	7.000	7.000	7.000	28.000
9 DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO	215.000	220.000	240.000	250.000	925.000
9 1 Dinamização do Comércio	66.000	56.000	66.000	76.000	264.000
9 2 Promoção externa de produtos regionais	145.000	160.000	170.000	170.000	645.000
9 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento do Comércio	4.000	4.000	4.000	4.000	16.000
10 SISTEMAS DE INCENTIVOS	4.500.000	4.014.500	3.505.500	4.005.500	16.025.500
10 1 Sistemas de apoio ao investimento privado	4.500.000	4.014.500	3.505.500	4.005.500	16.025.500

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

1000 ESC.

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
13 CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS	1.386.500	2.256.500	2.803.500	1.830.500	8.277.000
13 1 Equipamentos de apoio portuários	50.000	50.000	50.000	100.000	250.000
13 2 Tráfego de passageiros inter - ilhas	533.500	483.500	555.000	510.000	2.082.000
13 3 Infra-estruturas portuárias	795.000	1.715.000	2.187.500	1.209.500	5.907.000
13 4 Estudos	3.000	3.000	5.000	5.000	16.000
13 5 Promoção e Dinamização dos Transportes Marítimos	5.000	5.000	6.000	6.000	22.000
14 DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES AÉREOS	1.728.500	2.392.500	2.543.000	2.376.500	9.040.500
14 1 Infra-estruturas e equipamentos aeroportuários	103.500	765.500	912.000	743.500	2.524.500
14 2 Gestão dos aerodromos regionais	120.000	122.000	125.000	127.000	494.000
14 3 Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	6.000.000
14 4 Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos	5.000	5.000	6.000	6.000	22.000
15 CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SECTOR ENERGÉTICO	193.418	210.418	155.000	171.000	729.836
15 1 Utilização racional de energia	20.000	36.000	36.000	36.000	128.000
15 2 Serviço público e social	168.918	174.418	119.000	135.000	597.336
15 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Energia	4.500				4.500
33 CALAMIDADES	35.000	20.000			55.000
33 2 Sismo	35.000	20.000			55.000

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

1000 ESC.

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
SRAPA	10.644.144	9.491.443	9.269.643	9.494.643	38.899.873
1 FOMENTO AGRÍCOLA	3.083.840	3.465.093	3.469.693	3.469.193	13.487.819
1 1 Infra-estruturas agrícolas	610.720	665.520	690.120	663.620	2.629.980
1 2 Sanidade animal e vegetal	800.000	810.000	750.000	720.000	3.080.000
1 3 Modernizar as explorações agro-pecuárias	501.000	540.000	540.000	545.000	2.126.000
1 4 Reduzir custos de exploração agrícola	1.172.120	1.449.573	1.489.573	1.540.573	5.651.839
2 APOIO À TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS	4.593.500	2.754.000	2.514.000	2.561.000	12.422.500
2 1 Transformação e comercialização	4.593.500	2.754.000	2.514.000	2.561.000	12.422.500
3 DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA	925.000	875.000	995.000	1.020.000	3.815.000
3 1 Diversificação da produção agrícola	565.000	595.000	705.000	705.000	2.570.000
3 2 Formação e Informação	32.000	37.000	37.000	42.000	148.000
3 3 Renovação e reestruturação das empresas agrícolas	315.000	230.000	240.000	260.000	1.045.000
3 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Agricultura	13.000	13.000	13.000	13.000	52.000
4 DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	908.700	1.050.000	1.120.000	1.160.000	4.238.700
4 1 Fomento e gestão dos recursos florestais	190.500	240.000	240.000	260.000	930.500
4 2 Infra-estruturas e equipamentos florestais	580.000	660.000	720.000	730.000	2.690.000
4 3 Uso múltiplo da floresta	138.200	150.000	160.000	170.000	618.200
5 ESTRUTURAS DE APOIO À ACTIVIDADE DA PESCA	512.104	592.350	620.950	604.450	2.329.854
5 1 Inspeção e gestão	155.000	235.000	260.000	200.000	850.000

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

1000 ESC.

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
5 2 Estruturas portuárias	257.104	357.350	360.950	404.450	1.379.854
5 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Pescas	100.000				100.000
6 MODERNIZAÇÃO DAS PESCAS	325.000	435.000	515.000	645.000	1.920.000
6 1 Frota	150.000	150.000	150.000	150.000	600.000
6 2 Transformação, comercialização e cooperação externa	115.000	215.000	295.000	425.000	1.050.000
6 3 Recursos humanos	60.000	70.000	70.000	70.000	270.000
33 CALAMIDADES	296.000	320.000	35.000	35.000	686.000
33 1 Intempéries	246.000	320.000	35.000	35.000	636.000
33 2 Sismo	50.000				50.000

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

1000 ESC.

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
SRA	2.196.270	3.160.900	2.538.885	2.492.420	10.388.475
24 QUALIDADE AMBIENTAL	1.591.270	2.342.400	2.188.885	2.192.420	8.314.975
24 1 Recursos Hídricos	721.000	993.000	737.000	627.000	3.078.000
24 2 Valorização da Qualidade Ambiental	423.050	556.050	624.150	623.150	2.226.400
24 3 Ordenamento do Território	345.500	677.500	707.500	819.500	2.550.000
24 4 Formação e Promoção Ambiental	80.220	96.350	105.235	105.770	387.575
24 5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Ambiente	21.500	19.500	15.000	17.000	73.000
33 CALAMIDADES	605.000	818.500	350.000	300.000	2.073.500
33 1 Intempéries	555.000	518.500	50.000		1.123.500
33 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Calamidades - Ambiente	50.000	300.000	300.000	300.000	950.000

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

b) - euros -

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

EUROS

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
PRESIDÊNCIA	8.681.079	11.439.980	13.749.863	13.077.334	46.948.255
16 DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	6.232.480	8.903.542	11.098.253	10.325.116	36.559.392
16 1 Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores	6.217.516	8.888.579	11.083.289	10.310.153	36.499.536
16 2 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Ciência e Tecnologia	14.964	14.964	14.964	14.964	59.856
28 COMUNICAÇÃO SOCIAL	783.113	725.551	730.490	735.577	2.974.731
28 1 Audiovisual	284.315	216.778	221.716	226.803	949.611
28 2 Circulação	374.098	384.074	384.074	384.074	1.526.322
28 3 Modernização	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
28 4 Formação e incentivo	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
28 5 Promoção no exterior	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
29 COOPERAÇÃO EXTERNA	1.615.606	1.761.006	1.871.240	1.966.760	7.214.613
29 1 Cooperação inter-regional	498.798	518.750	538.702	548.678	2.104.927
29 2 Emigrado/Repatriado	89.784	109.736	109.736	134.675	443.930
29 3 Identidade Cultural	1.027.025	1.132.521	1.222.803	1.283.407	4.665.756
33 CALAMIDADES	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
33 2 Sismo	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

EUROS

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
SRPFP	15.612.374	15.452.759	5.830.947	5.496.753	42.392.833
31 PLANEAMENTO e FINANÇAS	5.586.536	5.426.921	5.282.270	4.948.075	21.243.802
31 1 Planeamento e Finanças	5.586.536	5.426.921	5.282.270	4.948.075	21.243.802
32 REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL	9.975.958	9.975.958	498.798	498.798	20.949.512
32 1 Reestruturação do Sector Público Empresarial Regional	9.975.958	9.975.958	498.798	498.798	20.949.512
33 CALAMIDADES	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
33 1 Intempéries	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

EUROS

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
S.R.A.P	3.346.934	3.062.619	3.272.114	3.491.585	13.173.252
30 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	3.346.934	3.062.619	3.272.114	3.491.585	13.173.252
30 1 Modernização administrativa	668.389	673.377	698.317	698.317	2.738.400
30 2 Cooperação com as Autarquias Locais	2.219.651	1.571.213	1.496.394	1.431.550	6.718.808
30 3 Estatística	174.579	149.639	149.639	174.579	648.437
30 4 Informação de Interesse Público ao Cidadão	124.699	498.798	748.197	997.596	2.369.290
30 5 Serviços Sociais	159.615	169.591	179.567	189.543	698.317

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

EUROS

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
SREC	43.752.058	43.068.704	47.665.007	52.668.070	187.153.839
17 DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS EDUCACIONAIS	26.358.975	24.615.676	28.668.409	31.748.486	111.391.546
17 1 Construções Escolares	26.358.975	23.867.479	28.331.721	31.748.486	110.306.661
17 2 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Educação		748.197	336.689		1.084.885
18 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCATIVO	1.371.694	1.371.694	1.371.694	1.371.694	5.486.777
18 1 Equipamentos Escolares	997.596	997.596	997.596	997.596	3.990.383
18 2 Formação (comparticipação regional)	374.098	374.098	374.098	374.098	1.496.394
19 JUVENTUDE E EMPREGO	2.114.903	2.885.546	3.247.174	3.100.029	11.347.652
19 1 Juventude	970.162	1.304.357	1.633.563	1.409.104	5.317.186
19 2 Emprego e Formação Profissional	1.119.801	1.556.249	1.588.671	1.665.985	5.930.707
19 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Juventude e Emprego	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
25 PATRIMÓNIO E ACTIVIDADES CULTURAIS	6.788.639	7.566.764	7.643.958	8.826.229	30.825.590
25 1 Dinamização de Actividades Culturais	1.703.395	1.995.192	2.154.807	2.376.772	8.230.165
25 2 Defesa e valorização do património arquitectónico e cultural	4.636.326	5.117.666	4.935.485	5.940.683	20.630.161
25 3 Protecção e Valorização de Angra Património Mundial	423.978	428.966	528.726	483.834	1.865.504
25 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Cultura	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
26 DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO	5.122.654	5.631.428	5.736.176	6.624.036	23.114.295
26 1 Instalações e Equipamentos	2.239.603	2.513.941	2.244.591	3.042.667	10.040.802
26 2 Actividades Desportivas	2.109.915	2.244.591	2.384.254	2.648.617	9.387.376

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

EUROS

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
26 3 Promoção e Formação	748.197	847.956	1.082.391	907.812	3.586.357
26 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desporto	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
33 CALAMIDADES	1.995.192	997.596	997.596	997.596	4.987.979
33 2 Sismo	1.995.192	997.596	997.596	997.596	4.987.979

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

EUROS

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
SRHE	71.634.860	72.777.107	86.977.883	83.945.192	315.335.043
11 SISTEMA RODOVIÁRIO REGIONAL	22.720.244	22.944.703	36.038.148	34.242.476	115.945.571
11 1 Construção de novos troços de estrada	6.883.411	2.793.268	13.442.603	13.841.642	36.960.924
11 2 Reabilitação de estradas regionais	13.966.341	17.582.626	18.106.364	14.290.560	63.945.890
11 3 Operadores e segurança rodoviária	1.870.492	1.995.192	1.995.192	1.995.192	7.856.067
11 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Estradas Regionais		573.618	2.493.989	4.115.083	7.182.690
12 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO	3.142.427	2.868.088	3.192.307	3.441.705	12.644.527
12 1 Edifícios Públicos	2.419.170	2.070.011	2.144.831	2.394.230	9.028.242
12 2 Cartografia	124.699	124.699	249.399	249.399	748.197
12 3 LREC	448.918	374.098	498.798	498.798	1.820.612
12 4 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRHE	49.880	199.519	199.519	199.519	648.437
12 5 Divulgação e Sensibilização das Populações	99.760	99.760	99.760	99.760	399.038
23 PROTECÇÃO CIVIL	3.928.033	3.568.899	4.277.192	3.613.791	15.387.915
23 1 Aquisição/reparação de viaturas para os CB's	571.124	710.787	720.763	655.919	2.658.593
23 2 Construção/remod. de infra-estruturas e equipamentos dos CB's	1.246.995	1.970.252	2.593.749	2.344.350	8.155.346
23 3 Formação e Informação	438.942	438.942	463.882	463.882	1.805.648
23 4 Serviço Regional de Protecção Civil	1.670.973	448.918	498.798	149.639	2.768.328
27 HABITAÇÃO	12.968.745	13.467.543	14.789.358	15.712.134	56.937.780
27 1 Construção e Aquisição de Habitação Própria	6.082.840	7.481.968	8.005.706	7.930.887	29.501.402
27 2 Recuperação da Habitação e Realojamentos	5.414.451	4.476.711	5.773.586	6.870.941	22.535.689

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

EUROS

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
27 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Habitação	1.471.454	1.508.864	1.010.066	910.306	4.900.689
33 CALAMIDADES	28.875.410	29.927.874	28.680.879	26.935.086	114.419.250
33 1 Intempéries	2.868.088	4.489.181	1.995.192	1.496.394	10.848.854
33 2 Sismo	26.007.322	25.438.693	26.685.687	25.438.693	103.570.395

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

EUROS

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
SRAS	15.637.314	15.387.915	14.714.538	20.101.555	65.841.322
20 DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS DE SAÚDE	5.187.498	5.486.777	5.387.017	8.828.723	24.890.015
20 1 Construção De Novas Unidades	997.596	1.646.033	2.394.230	5.835.935	10.873.794
20 2 Remodelação/Ampliação de Unidades de Saúde Existentes	4.189.902	3.840.744	2.992.787	2.992.787	14.016.221
21 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE	5.835.935	5.237.378	4.539.061	6.135.214	21.747.588
21 1 Apetrechamento/Modernização	5.287.258	4.539.061	3.740.984	5.237.378	18.804.681
21 2 Actualização Profissional	548.678	698.317	798.077	897.836	2.942.908
22 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	2.693.509	3.416.766	4.688.700	5.137.618	15.936.593
22 1 Equipamentos de Apoio a Idosos (comparticipação regional)	1.471.454	1.820.612	2.344.350	3.192.307	8.828.723
22 2 Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude (comparticipação regional)	972.656	1.197.115	1.945.312	1.646.033	5.761.116
22 3 Promoção da Igualdade de Oportunidades	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
22 4 Prevenção das Toxicodependências	99.760	149.639	199.519	249.399	698.317
22 5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Solidariedade Social	99.760	199.519	149.639		448.918
33 CALAMIDADES	1.920.372	1.246.995	99.760		3.267.126
33 2 Sismo	1.920.372	1.246.995	99.760		3.267.126

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

EUROS

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
SRE	49.328.209	54.174.031	54.249.259	54.291.657	212.043.156
7 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	8.085.514	7.581.728	7.057.990	10.175.477	32.900.709
7 1 Promoção turística	5.187.498	5.187.498	5.187.498	5.287.258	20.849.752
7 2 Oferta e animação turísticas	2.144.831	1.122.295	1.122.295	1.670.973	6.060.394
7 3 Investimentos estratégicos	703.305	1.097.355	423.978	2.294.470	4.519.109
7 4 Informação e formação	24.940	49.880	49.880	49.880	174.579
7 5 Instalações Públicas		99.760	249.399	847.956	1.197.115
7 6 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento do Turismo	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
8 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	1.047.476	1.132.271	1.067.427	1.052.464	4.299.638
8 1 Consolidação de infra-estruturas	414.002	414.002	339.183	239.423	1.406.610
8 2 Serviços de Apoio às Empresas	189.543	289.303	289.303	364.122	1.132.271
8 3 Artesanato	409.014	394.050	404.026	414.002	1.621.093
8 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento Industrial	34.916	34.916	34.916	34.916	139.663
9 DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO	1.072.415	1.097.355	1.197.115	1.246.995	4.613.881
9 1 Dinamização do Comércio	329.207	279.327	329.207	379.086	1.316.826
9 2 Promoção externa de produtos regionais	723.257	798.077	847.956	847.956	3.217.246
9 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento do Comércio	19.952	19.952	19.952	19.952	79.808
10 SISTEMAS DE INCENTIVOS	22.445.905	20.024.242	17.485.360	19.979.350	79.934.857
10 1 Sistemas de apoio ao investimento privado	22.445.905	20.024.242	17.485.360	19.979.350	79.934.857

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

EUROS

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
13 CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS	6.915.833	11.255.375	13.983.799	9.130.496	41.285.502
13 1 Equipamentos de apoio portuários	249.399	249.399	249.399	498.798	1.246.995
13 2 Tráfego de passageiros inter - ilhas	2.661.087	2.411.688	2.768.328	2.543.869	10.384.972
13 3 Infra-estruturas portuárias	3.965.443	8.554.384	10.911.204	6.032.961	29.463.992
13 4 Estudos	14.964	14.964	24.940	24.940	79.808
13 5 Promoção e Dinamização dos Transportes Marítimos	24.940	24.940	29.928	29.928	109.736
14 DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES AÉREOS	8.621.722	11.933.740	12.684.431	11.853.932	45.093.824
14 1 Infra-estruturas e equipamentos aeroportuários	516.256	3.818.298	4.549.037	3.708.562	12.592.153
14 2 Gestão dos aerodromos regionais	598.557	608.533	623.497	633.473	2.464.062
14 3 Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas	7.481.968	7.481.968	7.481.968	7.481.968	29.927.874
14 4 Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos	24.940	24.940	29.928	29.928	109.736
15 CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SECTOR ENERGÉTICO	964.765	1.049.561	773.137	852.944	3.640.407
15 1 Utilização racional de energia	99.760	179.567	179.567	179.567	638.461
15 2 Serviço público e social	842.559	869.993	593.569	673.377	2.979.499
15 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Energia	22.446				22.446
33 CALAMIDADES	174.579	99.760			274.339
33 2 Sismo	174.579	99.760			274.339

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

EUROS

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
SRAPA	53.092.766	47.343.118	46.236.784	47.359.080	194.031.748
1 FOMENTO AGRÍCOLA	15.382.129	17.283.811	17.306.756	17.304.262	67.276.958
1 1 Infra-estruturas agrícolas	3.046.259	3.319.600	3.442.304	3.310.123	13.118.285
1 2 Sanidade animal e vegetal	3.990.383	4.040.263	3.740.984	3.591.345	15.362.975
1 3 Modernizar as explorações agro-pecuárias	2.498.977	2.693.509	2.693.509	2.718.449	10.604.443
1 4 Reduzir custos de exploração agrícola	5.846.510	7.230.440	7.429.959	7.684.346	28.191.254
2 APOIO À TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS	22.912.281	13.736.894	12.539.779	12.774.214	61.963.169
2 1 Transformação e comercialização	22.912.281	13.736.894	12.539.779	12.774.214	61.963.169
3 DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA	4.613.881	4.364.482	4.963.039	5.087.739	19.029.140
3 1 Diversificação da produção agrícola	2.818.208	2.967.847	3.516.525	3.516.525	12.819.106
3 2 Formação e Informação	159.615	184.555	184.555	209.495	738.221
3 3 Renovação e reestruturação das empresas agrícolas	1.571.213	1.147.235	1.197.115	1.296.875	5.212.438
3 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Agricultura	64.844	64.844	64.844	64.844	259.375
4 DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	4.532.576	5.237.378	5.586.536	5.786.056	21.142.546
4 1 Fomento e gestão dos recursos florestais	950.210	1.197.115	1.197.115	1.296.875	4.641.314
4 2 Infra-estruturas e equipamentos florestais	2.893.028	3.292.066	3.591.345	3.641.225	13.417.663
4 3 Uso múltiplo da floresta	689.339	748.197	798.077	847.956	3.083.569
5 ESTRUTURAS DE APOIO À ACTIVIDADE DA PESCA	2.554.364	2.954.629	3.097.286	3.014.984	11.621.263
5 1 Inspeção e gestão	773.137	1.172.175	1.296.875	997.596	4.239.782

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

EUROS

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
5 2 Estruturas portuárias	1.282.429	1.782.454	1.800.411	2.017.388	6.882.683
5 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Pescas	498.798				498.798
6 MODERNIZAÇÃO DAS PESCAS	1.621.093	2.169.771	2.568.809	3.217.246	9.576.920
6 1 Frota	748.197	748.197	748.197	748.197	2.992.787
6 2 Transformação, comercialização e cooperação externa	573.618	1.072.415	1.471.454	2.119.891	5.237.378
6 3 Recursos humanos	299.279	349.159	349.159	349.159	1.346.754
33 CALAMIDADES	1.476.442	1.596.153	174.579	174.579	3.421.754
33 1 Intempéries	1.227.043	1.596.153	174.579	174.579	3.172.355
33 2 Sismo	249.399				249.399

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

EUROS

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	TOTAL
SRA	10.954.949	15.766.503	12.663.905	12.432.139	51.817.495
24 QUALIDADE AMBIENTAL	7.937.221	11.683.842	10.918.112	10.935.745	41.474.920
24 1 Recursos Hídricos	3.596.333	4.953.063	3.676.141	3.127.463	15.352.999
24 2 Valorização da Qualidade Ambiental	2.110.165	2.773.566	3.113.247	3.108.259	11.105.236
24 3 Ordenamento do Território	1.723.347	3.379.356	3.528.995	4.087.649	12.719.346
24 4 Formação e Promoção Ambiental	400.136	480.592	524.910	527.579	1.933.216
24 5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Ambiente	107.242	97.266	74.820	84.796	364.122
33 CALAMIDADES	3.017.727	4.082.661	1.745.793	1.496.394	10.342.574
33 1 Intempéries	2.768.328	2.586.267	249.399		5.603.994
33 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Calamidades - Ambiente	249.399	1.496.394	1.496.394	1.496.394	4.738.580

DESAGREGAÇÃO POR ILHA

Desagregação Espacial

1000 escudos

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
TOTAL	4.245.875	71.849.775	36.900.769	4.249.600	9.902.638	19.790.787	25.733.713	4.242.306	571.169	48.804.808	226.291.440
Dinamizar o Crescimento e a Competitividade da Economia Regional	1.356.252	25.003.853	11.107.623	1.232.691	3.356.828	3.418.820	3.280.675	1.130.837	115.577	12.619.217	62.622.373
1 FOMENTO AGRÍCOLA	216.782	4.342.486	3.740.265	168.492	880.500	609.429	545.253	252.925		2.731.687	13.487.819
1 1 Infra-estruturas agrícolas	44.400	1.488.550	651.150	1.900	105.400	41.580	167.500	29.500		100.000	2.629.980
1 2 Sanidade animal e vegetal	59.270	969.620	1.533.820	57.780	193.780	106.320	93.090	66.320			3.080.000
1 3 Modernizar as explorações agro-pecuárias	59.528	566.400	371.540	53.628	97.726	194.262	112.328	108.588		562.000	2.126.000
1 4 Reduzir custos de exploração agrícola	53.584	1.317.916	1.183.755	55.184	483.594	267.267	172.335	48.517		2.069.687	5.651.839
2 APOIO À TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS	117.719	5.550.896	1.230.939	223.399	776.223	486.679	375.471	27.174	10.000	3.624.000	12.422.500
2 1 Transformação e comercialização	117.719	5.550.896	1.230.939	223.399	776.223	486.679	375.471	27.174	10.000	3.624.000	12.422.500
3 DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA	75.230	514.730	517.630	138.160	558.890	594.970	149.960	147.290	3.140	1.115.000	3.815.000
3 1 Diversificação da produção agrícola	47.800	312.400	212.560	50.000	394.400	427.280	57.200	98.360		970.000	2.570.000
3 2 Formação e Informação	8.250	30.000	42.000	14.000	8.250	29.000	8.250	8.250			148.000

Desagregação Espacial

1000 escudos

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
3 3 Renovação e reestruturação das empresas agrícolas	19.180	120.330	263.070	74.160	156.240	138.690	84.510	40.680	3.140	145.000	1.045.000
3 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Agricultura		52.000									52.000
4 DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	130.150	1.316.750	297.900	73.950	185.550	336.800	228.050	245.750	2.000	1.421.800	4.238.700
4 1 Fomento e gestão dos recursos florestais	5.250	66.750	33.500	13.250	26.000	40.750	32.000	32.000	2.000	679.000	930.500
4 2 Infra-estruturas e equipamentos florestais	94.500	1.161.500	227.000	50.000	139.250	255.000	174.250	188.500		400.000	2.690.000
4 3 Uso múltiplo da floresta	30.400	88.500	37.400	10.700	20.300	41.050	21.800	25.250		342.800	618.200
5 ESTRUTURAS DE APOIO À ACTIVIDADE DA PESCA	27.200	544.614	99.000	20.100	18.600	93.240	32.250	29.850	23.000	1.442.000	2.329.854
5 1 Inspeção e gestão										850.000	850.000
5 2 Estruturas portuárias	27.200	444.614	99.000	20.100	18.600	93.240	32.250	29.850	23.000	592.000	1.379.854
5 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Pescas		100.000									100.000
6 MODERNIZAÇÃO DAS PESCAS	98.216	680.263	348.854	109.980	111.813	223.133	194.946	63.544	29.251	60.000	1.920.000
6 1 Frota	20.000	160.000	120.000	40.000	40.000	60.000	60.000	20.000	20.000	60.000	600.000

Desagregação Espacial

1000 escudos

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
6 2 Transformação, comercialização e cooperação externa	66.301	349.998	198.899	57.047	66.301	148.017	117.180	37.006	9.251		1.050.000
6 3 Recursos humanos	11.915	170.265	29.955	12.933	5.512	15.116	17.766	6.538			270.000
7 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	152.844	3.617.288	1.191.438	201.432	185.198	278.261	637.232	76.476	4.801	251.030	6.596.000
7 1 Promoção turística	104.094	2.247.750	977.955	84.033	176.450	255.509	252.932	76.476	4.801		4.180.000
7 2 Oferta e animação turísticas	48.750	549.538	88.483	117.399	8.748	22.752	163.300			216.030	1.215.000
7 3 Investimentos estratégicos		560.000	125.000				221.000				906.000
7 4 Informação e formação										35.000	35.000
7 5 Instalações Públicas		240.000									240.000
7 6 Intervenção Especifica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento do Turismo		20.000									20.000
8 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL		28.000								834.000	862.000
8 1 Consolidação de infra-estruturas										282.000	282.000
8 2 Serviços de Apoio às Empresas										227.000	227.000

Desagregação Espacial

1000 escudos

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
8 3 Artesanato										325.000	325.000
8 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento Industrial		28.000									28.000
9 DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO		16.000								909.000	925.000
9 1 Dinamização do Comércio										264.000	264.000
9 2 Promoção externa de produtos regionais										645.000	645.000
9 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento do Comércio		16.000									16.000
10 SISTEMAS DE INCENTIVOS	538.111	8.392.826	3.681.597	297.178	640.054	796.308	1.117.513	287.828	43.385	230.700	16.025.500
10 1 Sistemas de apoio ao investimento privado	538.111	8.392.826	3.681.597	297.178	640.054	796.308	1.117.513	287.828	43.385	230.700	16.025.500
Aumentar os Níveis de Eficiência dos Equipamentos e das Infra-estruturas de Desenvolvimento	690.753	18.498.772	8.420.136	821.663	3.150.402	5.148.419	1.644.916	1.651.547	74.892	11.055.336	51.156.836
11 SISTEMA RODOVIÁRIO REGIONAL	331.600	13.471.000	6.135.000	364.400	760.700	248.800	459.200	769.300	30.000	675.000	23.245.000
11 1 Construção de novos troços de estrada		5.320.000	1.830.000				250.000	10.000			7.410.000

Desagregação Espacial

1000 escudos

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
11 2 Reabilitação de estradas regionais	320.000	5.625.000	3.990.000	345.000	745.000	170.000	175.000	745.000	30.000	675.000	12.820.000
11 3 Operadores e segurança rodoviária	11.600	1.086.000	315.000	19.400	15.700	78.800	34.200	14.300			1.575.000
11 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Estradas Regionais		1.440.000									1.440.000
12 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO		425.000								2.110.000	2.535.000
12 1 Edifícios Públicos		60.000								1.750.000	1.810.000
12 2 Cartografia										150.000	150.000
12 3 LREC		365.000									365.000
12 4 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRHE										130.000	130.000
12 5 Divulgação e Sensibilização das Populações										80.000	80.000
13 CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS	209.745	1.091.820	584.380	183.151	1.894.722	2.773.563	642.652	612.467		284.500	8.277.000
13 1 Equipamentos de apoio portuários	15.000	35.000	45.000	25.000	30.000	35.000	35.000	30.000			250.000
13 2 Tráfego de passageiros inter - ilhas	44.745	951.820	539.380	35.651	74.722	108.563	107.652	32.467		187.000	2.082.000

Desagregação Espacial

1000 escudos

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
13 3 Infra-estruturas portuárias	150.000	105.000		122.500	1.790.000	2.630.000	500.000	550.000		59.500	5.907.000
13 4 Estudos										16.000	16.000
13 5 Promoção e Dinamização dos Transportes Marítimos										22.000	22.000
14 DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES AÉREOS	149.408	3.226.452	1.700.756	274.112	494.980	1.986.056	363.064	269.780	44.892	531.000	9.040.500
14 1 Infra-estruturas e equipamentos aeroportuários			297.000	153.500	241.700	1.619.300		160.000	38.000	15.000	2.524.500
14 2 Gestão dos aerodromos regionais										494.000	494.000
14 3 Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas	149.408	3.226.452	1.403.756	120.612	253.280	366.756	363.064	109.780	6.892		6.000.000
14 4 Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos										22.000	22.000
15 CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SECTOR ENERGÉTICO		132.500								597.336	729.836
15 1 Utilização racional de energia		128.000									128.000
15 2 Serviço público e social										597.336	597.336
15 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Energia		4.500									4.500

Desagregação Espacial

1000 escudos

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
16 DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA		152.000				140.000	180.000			6.857.500	7.329.500
16 1 Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores		140.000				140.000	180.000			6.857.500	7.317.500
16 2 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Ciência e Tecnologia		12.000									12.000
Valorizar e Aumentar os Níveis de Protecção da Sociedade Açoriana	1.166.052	12.386.008	11.434.004	1.199.432	1.543.548	1.558.148	3.415.272	808.504	149.032	7.677.000	41.337.000
17 DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS EDUCACIONAIS	700.000	7.942.200	7.008.300	780.000	1.339.800	478.000	1.876.700	600.000		1.607.000	22.332.000
17 1 Construções Escolares	700.000	7.724.700	7.008.300	780.000	1.339.800	478.000	1.876.700	600.000		1.607.000	22.114.500
17 2 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Educação		217.500									217.500
18 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCATIVO	34.852	572.308	246.204	21.832	57.648	74.348	69.172	19.704	3.932		1.100.000
18 1 Equipamentos Escolares	26.568	407.484	181.480	15.716	43.404	55.380	52.760	14.592	2.616		800.000
18 2 Formação (comparticipação regional)	8.284	164.824	64.724	6.116	14.244	18.968	16.412	5.112	1.316		300.000
19 JUVENTUDE E EMPREGO	14.000	339.000	114.000	10.200	22.000	93.000	33.000	9.000	800	1.640.000	2.275.000

Desagregação Espacial

1000 escudos

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
19 1 Juventude						65.000				1.001.000	1.066.000
19 2 Emprego e Formação Profissional	14.000	319.000	114.000	10.200	22.000	28.000	33.000	9.000	800	639.000	1.189.000
19 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Juventude e Emprego		20.000									20.000
20 DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS DE SAÚDE		830.000	2.520.000				480.000			1.160.000	4.990.000
20 1 Construção De Novas Unidades		440.000	1.660.000							80.000	2.180.000
20 2 Remodelação/Ampliação de Unidades de Saúde Existentes		390.000	860.000				480.000			1.080.000	2.810.000
21 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE	4.700	982.000	796.000	4.900	11.600	15.300	948.900	4.800	1.800	1.590.000	4.360.000
21 1 Apetrechamento/Modernização		650.000	650.000				880.000			1.590.000	3.770.000
21 2 Actualização Profissional	4.700	332.000	146.000	4.900	11.600	15.300	68.900	4.800	1.800		590.000
22 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	405.000	813.000	462.000	375.000	90.000	530.000		115.000	135.000	270.000	3.195.000
22 1 Equipamentos de Apoio a Idosos (comparticipação regional)	340.000	230.000	160.000	370.000	90.000	395.000		10.000	135.000	40.000	1.770.000
22 2 Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude (comparticipação regional)	65.000	493.000	302.000	5.000		135.000		105.000		50.000	1.155.000

Desagregação Espacial

1000 escudos

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
22 3 Promoção da Igualdade de Oportunidades										40.000	40.000
22 4 Prevenção das Toxicodependências										140.000	140.000
22 5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Solidariedade Social		90.000									90.000
23 PROTECÇÃO CIVIL	7.500	907.500	287.500	7.500	22.500	367.500	7.500	60.000	7.500	1.410.000	3.085.000
23 1 Aquisição/reparação de viaturas para os CB's	7.500	52.500	22.500	7.500	22.500	22.500	7.500	15.000	7.500	368.000	533.000
23 2 Construção/remod. de infra-estruturas e equipamentos dos CB's		845.000	205.000			345.000		45.000		195.000	1.635.000
23 3 Formação e Informação										362.000	362.000
23 4 Serviço Regional de Protecção Civil		10.000	60.000							485.000	555.000
Promover a Sustentabilidade do Desenvolvimento e da Qualidade de Vida	803.300	9.725.500	4.797.076	919.400	1.063.600	2.034.900	2.075.400	529.300	225.000	8.966.855	31.140.331
24 QUALIDADE AMBIENTAL	325.000	2.237.500	659.000	332.600	384.000	1.239.500	598.400	209.000	153.500	2.176.475	8.314.975
24 1 Recursos Hídricos	94.500	1.364.500	217.000	99.000	94.500	229.500	234.500	100.000	99.500	545.000	3.078.000
24 2 Valorização da Qualidade Ambiental	90.500	338.000	177.000	48.600	94.500	350.000	203.900	54.000	29.000	840.900	2.226.400

Desagregação Espacial

1000 escudos

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
24 3 Ordenamento do Território	140.000	462.000	265.000	185.000	195.000	660.000	160.000	55.000	25.000	403.000	2.550.000
24 4 Formação e Promoção Ambiental										387.575	387.575
24 5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Ambiente		73.000									73.000
25 PATRIMÓNIO E ACTIVIDADES CULTURAIS	135.000	1.155.000	1.387.476	90.000	35.000	128.500	480.000		25.000	2.744.000	6.179.976
25 1 Dinamização de Actividades Culturais										1.650.000	1.650.000
25 2 Defesa e valorização do património arquitectónico e cultural	135.000	1.135.000	1.013.476	90.000	35.000	128.500	480.000		25.000	1.094.000	4.135.976
25 3 Protecção e Valorização de Angra Património Mundial			374.000								374.000
25 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Cultura		20.000									20.000
26 DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO	7.800	850.000	820.100	2.300	11.100	75.900	442.000	4.800		2.420.000	4.634.000
26 1 Instalações e Equipamentos		420.000	460.000				330.000			803.000	2.013.000
26 2 Actividades Desportivas	7.800	410.000	360.100	2.300	11.100	75.900	112.000	4.800		898.000	1.882.000
26 3 Promoção e Formação										719.000	719.000

Desagregação Espacial

1000 escudos

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
26 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desporto		20.000									20.000
27 HABITAÇÃO	335.500	5.483.000	1.930.500	494.500	633.500	591.000	555.000	315.500	46.500	1.030.000	11.415.000
27 1 Construção e Aquisição de Habitação Própria	188.500	2.575.500	1.112.000	243.000	298.000	314.000	375.000	175.500	33.000	600.000	5.914.500
27 2 Recuperação da Habitação e Realojamentos	147.000	1.925.000	818.500	251.500	335.500	277.000	180.000	140.000	13.500	430.000	4.518.000
27 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Habitação		982.500									982.500
28 COMUNICAÇÃO SOCIAL										596.380	596.380
28 1 Audiovisual										190.380	190.380
28 2 Circulação										306.000	306.000
28 3 Modernização										40.000	40.000
28 4 Formação e incentivo										40.000	40.000
28 5 Promoção no exterior										20.000	20.000
Aumentar a Eficiência da Gestão Pública e Institucional	120.018	2.606.142	1.127.930	68.414	147.760	236.500	337.450	65.118	6.668	7.830.400	12.546.400

Desagregação Espacial

1000 escudos

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
--	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

29 COOPERAÇÃO EXTERNA										1.446.400	1.446.400
29 1 Cooperação inter-regional										422.000	422.000
29 2 Emigrado/Repatriado										89.000	89.000
29 3 Identidade Cultural										935.400	935.400
30 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL		70.000	70.000							2.501.000	2.641.000
30 1 Modernização administrativa										549.000	549.000
30 2 Cooperação com as Autarquias Locais										1.347.000	1.347.000
30 3 Estatística										130.000	130.000
30 4 Informação de Interesse Público ao Cidadão										475.000	475.000
30 5 Serviços Sociais		70.000	70.000								140.000
31 PLANEAMENTO e FINANÇAS		220.000	101.000				55.000			3.883.000	4.259.000
31 1 Planeamento e Finanças		220.000	101.000				55.000			3.883.000	4.259.000

Desagregação Espacial

1000 escudos

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
32 REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL	120.018	2.316.142	956.930	68.414	147.760	236.500	282.450	65.118	6.668		4.200.000
32 1 Reestruturação do Sector Público Empresarial Regional	120.018	2.316.142	956.930	68.414	147.760	236.500	282.450	65.118	6.668		4.200.000
Calamidades	109.500	3.629.500	14.000	8.000	640.500	7.394.000	14.980.000	57.000		656.000	27.488.500
33 CALAMIDADES	109.500	3.629.500	14.000	8.000	640.500	7.394.000	14.980.000	57.000		656.000	27.488.500
33 1 Intempéries	109.500	2.679.500	14.000	8.000	15.500	525.000		57.000		566.000	3.974.500
33 2 Sismo					625.000	6.869.000	14.980.000			90.000	22.564.000
33 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Calamidades - Ambiente		950.000									950.000

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO DO PLANO DE MÉDIO PRAZO

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

Programa/Projecto	1000 esc.				
	2001	2002	2003	2004	total
Dotação PMP	54.539.232	55.828.771	57.209.604	58.713.833	226.291.440
Financiamento					
CAPÍTULO 40 ORAA	37.778.246	36.814.511	34.734.002	35.380.126	144.706.885
Fundos Comunitários	16.760.986	19.014.260	22.475.602	23.333.707	81.584.555
Regionais / Nacionais	1.062.000	1.501.000	1.860.000	1.835.000	6.258.000
OUTROS FUNDOS					
Fundos Comunitários	15.856.807	14.696.754	14.216.513	14.062.932	58.833.006

1 FOMENTO AGRÍCOLA

Dotação do Programa	3.083.840	3.465.093	3.469.693	3.469.193	13.487.819
Financiamento					
CAPÍTULO 40 ORAA	3.014.990	3.312.093	3.218.943	3.256.693	12.802.719
Fundos Comunitários	68.850	153.000	250.750	212.500	685.100
Regionais / Nacionais					
OUTROS FUNDOS					
Fundos Comunitários	5.911.612	5.837.311	6.060.645	6.134.646	23.944.214

PROJECTO: 1 - 1 Infra-estruturas agrícolas

Dotação do Projecto	610.720	665.520	690.120	663.620	2.629.980
Financiamento					
CAPÍTULO 40 ORAA	610.720	665.520	690.120	663.620	2.629.980
Fundos Comunitários					
Regionais / Nacionais					
OUTROS FUNDOS					
Fundos Comunitários	3.003.333	3.314.999	3.598.333	3.530.000	13.446.665

PROJECTO: 1 - 2 Sanidade animal e vegetal

Dotação do Projecto	800.000	810.000	750.000	720.000	3.080.000
Financiamento					
CAPÍTULO 40 ORAA	782.150	729.250	550.250	558.500	2.620.150
Fundos Comunitários	17.850	80.750	199.750	161.500	459.850
Regionais / Nacionais					
OUTROS FUNDOS					
Fundos Comunitários	250.000	250.000	150.000	150.000	800.000

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

Programa/Projecto	1000 esc.				
	2001	2002	2003	2004	total
3 DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA					
Dotação do Programa	925.000	875.000	995.000	1.020.000	3.815.000
CAPÍTULO 40 ORAA	925.000	875.000	995.000	1.020.000	3.815.000
Fundos Comunitários					
Financiamento					
Regionais / Nacionais					
OUTROS FUNDOS					
Fundos Comunitários	2.914.999	2.376.332	2.399.666	2.428.000	10.118.997
PROJECTO: 3 · 1 Diversificação da produção agrícola					
Dotação do Projecto	565.000	595.000	705.000	705.000	2.570.000
CAPÍTULO 40 ORAA	565.000	595.000	705.000	705.000	2.570.000
Fundos Comunitários					
Financiamento					
Regionais / Nacionais					
OUTROS FUNDOS					
Fundos Comunitários	1.016.666	1.016.666	1.040.000	1.040.000	4.113.332
PROJECTO: 3 · 2 Formação e Informação					
Dotação do Projecto	32.000	37.000	37.000	42.000	148.000
CAPÍTULO 40 ORAA	32.000	37.000	37.000	42.000	148.000
Fundos Comunitários					
Financiamento					
Regionais / Nacionais					
OUTROS FUNDOS					
Fundos Comunitários	198.333	226.666	226.666	255.000	906.665
PROJECTO: 3 · 3 Renovação e reestruturação das empresas agrícolas					
Dotação do Projecto	315.000	230.000	240.000	260.000	1.045.000
CAPÍTULO 40 ORAA	315.000	230.000	240.000	260.000	1.045.000
Fundos Comunitários					
Financiamento					
Regionais / Nacionais					
OUTROS FUNDOS					
Fundos Comunitários	1.700.000	1.133.000	1.133.000	1.133.000	5.099.000

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 3 - 4

Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Agricultura

Dotação do Projecto	13.000	13.000	13.000	13.000	52.000
----------------------------	--------	--------	--------	--------	--------

CAPÍTULO 40 ORAA	13.000	13.000	13.000	13.000	52.000
------------------	--------	--------	--------	--------	--------

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

4 DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

Dotação do Programa	908.700	1.050.000	1.120.000	1.160.000	4.238.700
----------------------------	---------	-----------	-----------	-----------	-----------

CAPÍTULO 40 ORAA	601.552	695.550	740.050	769.850	2.807.002
------------------	---------	---------	---------	---------	-----------

Fundos Comunitários	307.148	354.450	379.950	390.150	1.431.698
---------------------	---------	---------	---------	---------	-----------

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários	445.000	520.000	520.000	560.000	2.045.000
---------------------	---------	---------	---------	---------	-----------

PROJECTO: 4 - 1

Fomento e gestão dos recursos florestais

Dotação do Projecto	190.500	240.000	240.000	260.000	930.500
----------------------------	---------	---------	---------	---------	---------

CAPÍTULO 40 ORAA	136.652	174.550	174.550	188.600	674.352
------------------	---------	---------	---------	---------	---------

Fundos Comunitários	53.848	65.450	65.450	71.400	256.148
---------------------	--------	--------	--------	--------	---------

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários	400.000	520.000	520.000	560.000	2.000.000
---------------------	---------	---------	---------	---------	-----------

PROJECTO: 4 - 2

Infra-estruturas e equipamentos florestais

Dotação do Projecto	580.000	660.000	720.000	730.000	2.690.000
----------------------------	---------	---------	---------	---------	-----------

CAPÍTULO 40 ORAA	333.500	379.500	414.000	419.750	1.546.750
------------------	---------	---------	---------	---------	-----------

Fundos Comunitários	246.500	280.500	306.000	310.250	1.143.250
---------------------	---------	---------	---------	---------	-----------

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 4 - 3

Uso múltiplo da floresta

Dotação do Projecto

138.200

150.000

160.000

170.000

618.200

CAPÍTULO 40 ORAA

131.400

141.500

151.500

161.500

585.900

Fundos Comunitários

6.800

8.500

8.500

8.500

32.300

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

45.000

45.000

5 ESTRUTURAS DE APOIO À ACTIVIDADE DA PESCA

Dotação do Programa

512.104

592.350

620.950

604.450

2.329.854

CAPÍTULO 40 ORAA

512.104

592.350

620.950

604.450

2.329.854

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

642.756

921.650

942.050

1.188.550

3.695.006

PROJECTO: 5 - 1

Inspeção e gestão

Dotação do Projecto

155.000

235.000

260.000

200.000

850.000

CAPÍTULO 40 ORAA

155.000

235.000

260.000

200.000

850.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

7.500

30.000

30.000

30.000

97.500

PROJECTO: 5 - 2

Estruturas portuárias

Dotação do Projecto

257.104

357.350

360.950

404.450

1.379.854

CAPÍTULO 40 ORAA

257.104

357.350

360.950

404.450

1.379.854

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

635.256

891.650

912.050

1.158.550

3.597.506

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 5 · 3

Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Pescas

Dotação do Projecto

100.000

100.000

CAPÍTULO 40 ORAA

100.000

100.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

6 MODERNIZAÇÃO DAS PESCAS

Dotação do Programa

325.000

435.000

515.000

645.000

1.920.000

CAPÍTULO 40 ORAA

325.000

435.000

515.000

645.000

1.920.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

795.000

876.000

790.000

700.000

3.161.000

2.508.366

1.176.095

1.150.095

1.113.095

5.947.651

PROJECTO: 6 · 1

Frota

Dotação do Projecto

150.000

150.000

150.000

150.000

600.000

CAPÍTULO 40 ORAA

150.000

150.000

150.000

150.000

600.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

795.000

876.000

790.000

700.000

3.161.000

2.272.890

903.000

877.000

840.000

4.892.890

PROJECTO: 6 · 2

Transformação, comercialização e cooperação externa

Dotação do Projecto

115.000

215.000

295.000

425.000

1.050.000

CAPÍTULO 40 ORAA

115.000

215.000

295.000

425.000

1.050.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

85.000

85.000

85.000

85.000

340.000

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 6 - 3

Recursos humanos

Dotação do Projecto	60.000	70.000	70.000	70.000	270.000
----------------------------	--------	--------	--------	--------	---------

CAPÍTULO 40 ORAA	60.000	70.000	70.000	70.000	270.000
------------------	--------	--------	--------	--------	---------

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários	150.476	188.095	188.095	188.095	714.761
---------------------	---------	---------	---------	---------	---------

7 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Dotação do Programa	1.621.000	1.520.000	1.415.000	2.040.000	6.596.000
----------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

CAPÍTULO 40 ORAA	428.900	453.000	365.000	487.500	1.734.400
------------------	---------	---------	---------	---------	-----------

Fundos Comunitários	1.192.100	1.067.000	1.050.000	1.552.500	4.861.600
---------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 7 - 1

Promoção turística

Dotação do Projecto	1.040.000	1.040.000	1.040.000	1.060.000	4.180.000
----------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

CAPÍTULO 40 ORAA	156.000	156.000	156.000	159.000	627.000
------------------	---------	---------	---------	---------	---------

Fundos Comunitários	884.000	884.000	884.000	901.000	3.553.000
---------------------	---------	---------	---------	---------	-----------

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 7 - 2

Oferta e animação turísticas

Dotação do Projecto	430.000	225.000	225.000	335.000	1.215.000
----------------------------	---------	---------	---------	---------	-----------

CAPÍTULO 40 ORAA	165.250	101.500	101.500	168.000	536.250
------------------	---------	---------	---------	---------	---------

Fundos Comunitários	264.750	123.500	123.500	167.000	678.750
---------------------	---------	---------	---------	---------	---------

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 7 - 3

Investimentos estratégicos

Dotação do Projecto

141.000

220.000

85.000

460.000

906.000

CAPÍTULO 40 ORAA

97.650

177.500

85.000

120.000

480.150

Fundos Comunitários

43.350

42.500

340.000

425.850

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 7 - 4

Informação e formação

Dotação do Projecto

5.000

10.000

10.000

10.000

35.000

CAPÍTULO 40 ORAA

5.000

10.000

10.000

10.000

35.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 7 - 5

Instalações Públicas

Dotação do Projecto

20.000

50.000

170.000

240.000

CAPÍTULO 40 ORAA

3.000

7.500

25.500

36.000

Fundos Comunitários

17.000

42.500

144.500

204.000

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 7 - 6

Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento do Turismo

Dotação do Projecto

5.000

5.000

5.000

5.000

20.000

CAPÍTULO 40 ORAA

5.000

5.000

5.000

5.000

20.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

8 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Dotação do Programa	210.000	227.000	214.000	211.000	862.000
----------------------------	---------	---------	---------	---------	---------

CAPÍTULO 40 ORAA	203.000	220.000	207.000	204.000	834.000
Fundos Comunitários	7.000	7.000	7.000	7.000	28.000

Financiamento

Regionais / Nacionais
OUTROS FUNDOS
Fundos Comunitários

PROJECTO: 8 - 1 Consolidação de infra-estruturas

Dotação do Projecto	83.000	83.000	68.000	48.000	282.000
----------------------------	--------	--------	--------	--------	---------

CAPÍTULO 40 ORAA	83.000	83.000	68.000	48.000	282.000
Fundos Comunitários					

Financiamento

Regionais / Nacionais
OUTROS FUNDOS
Fundos Comunitários

PROJECTO: 8 - 2 Serviços de Apoio às Empresas

Dotação do Projecto	38.000	58.000	58.000	73.000	227.000
----------------------------	--------	--------	--------	--------	---------

CAPÍTULO 40 ORAA	38.000	58.000	58.000	73.000	227.000
Fundos Comunitários					

Financiamento

Regionais / Nacionais
OUTROS FUNDOS
Fundos Comunitários

PROJECTO: 8 - 3 Artesanato

Dotação do Projecto	82.000	79.000	81.000	83.000	325.000
----------------------------	--------	--------	--------	--------	---------

CAPÍTULO 40 ORAA	75.000	72.000	74.000	76.000	297.000
Fundos Comunitários	7.000	7.000	7.000	7.000	28.000

Financiamento

Regionais / Nacionais
OUTROS FUNDOS
Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 8 . 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento Industrial

Dotação do Projecto 7.000 7.000 7.000 7.000 28.000

CAPÍTULO 40 ORAA 7.000 7.000 7.000 7.000 28.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

9 DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO

Dotação do Programa 215.000 220.000 240.000 250.000 925.000

CAPÍTULO 40 ORAA 132.250 130.250 143.250 153.250 559.000

Fundos Comunitários 82.750 89.750 96.750 96.750 366.000

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 9 . 1 Dinamização do Comércio

Dotação do Projecto 66.000 56.000 66.000 76.000 264.000

CAPÍTULO 40 ORAA 66.000 56.000 66.000 76.000 264.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 9 . 2 Promoção externa de produtos regionais

Dotação do Projecto 145.000 160.000 170.000 170.000 645.000

CAPÍTULO 40 ORAA 62.250 70.250 73.250 73.250 279.000

Fundos Comunitários 82.750 89.750 96.750 96.750 366.000

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 9.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento do Comércio

Dotação do Projecto 4.000 4.000 4.000 4.000 16.000

CAPÍTULO 40 ORAA 4.000 4.000 4.000 4.000 16.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

10 SISTEMAS DE INCENTIVOS

Dotação do Programa 4.500.000 4.014.500 3.505.500 4.005.500 16.025.500

CAPÍTULO 40 ORAA 2.915.189 2.338.575 1.575.825 1.800.825 8.630.414

Fundos Comunitários 1.584.811 1.675.925 1.929.675 2.204.675 7.395.086

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 10.1 Sistemas de apoio ao investimento privado

Dotação do Projecto 4.500.000 4.014.500 3.505.500 4.005.500 16.025.500

CAPÍTULO 40 ORAA 2.915.189 2.338.575 1.575.825 1.800.825 8.630.414

Fundos Comunitários 1.584.811 1.675.925 1.929.675 2.204.675 7.395.086

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

11 SISTEMA RODOVIÁRIO REGIONAL

Dotação do Programa 4.555.000 4.600.000 7.225.000 6.865.000 23.245.000

CAPÍTULO 40 ORAA 1.087.000 1.157.500 1.551.250 1.497.250 5.293.000

Fundos Comunitários 3.468.000 3.442.500 5.673.750 5.367.750 17.952.000

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 11-1

Construção de novos troços de estrada

Dotação do Projecto	1.380.000	560.000	2.695.000	2.775.000	7.410.000
----------------------------	-----------	---------	-----------	-----------	-----------

CAPÍTULO 40	ORAA	207.000	84.000	404.250	416.250	1.111.500
-------------	------	---------	--------	---------	---------	-----------

Fundos Comunitários		1.173.000	476.000	2.290.750	2.358.750	6.298.500
---------------------	--	-----------	---------	-----------	-----------	-----------

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 11-2

Reabilitação de estradas regionais

Dotação do Projecto	2.800.000	3.525.000	3.630.000	2.865.000	12.820.000
----------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------

CAPÍTULO 40	ORAA	505.000	656.250	672.000	557.250	2.390.500
-------------	------	---------	---------	---------	---------	-----------

Fundos Comunitários		2.295.000	2.868.750	2.958.000	2.307.750	10.429.500
---------------------	--	-----------	-----------	-----------	-----------	------------

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 11-3

Operadores e segurança rodoviária

Dotação do Projecto	375.000	400.000	400.000	400.000	1.575.000
----------------------------	---------	---------	---------	---------	-----------

CAPÍTULO 40	ORAA	375.000	400.000	400.000	400.000	1.575.000
-------------	------	---------	---------	---------	---------	-----------

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 11-4

Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Estradas Regionais

Dotação do Projecto		115.000	500.000	825.000	1.440.000
----------------------------	--	---------	---------	---------	-----------

CAPÍTULO 40	ORAA		17.250	75.000	123.750	216.000
-------------	------	--	--------	--------	---------	---------

Fundos Comunitários			97.750	425.000	701.250	1.224.000
---------------------	--	--	--------	---------	---------	-----------

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

12 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO

Dotação do Programa	630.000	575.000	640.000	690.000	2.535.000
----------------------------	----------------	----------------	----------------	----------------	------------------

CAPÍTULO 40	ORAA	481.250	456.000	508.250	537.000	1.982.500
	Fundos Comunitários	148.750	119.000	131.750	153.000	552.500

Financiamento

Regionais / Nacionais
OUTROS FUNDOS
Fundos Comunitários

PROJECTO: 12-1 Edifícios Públicos

Dotação do Projecto	485.000	415.000	430.000	480.000	1.810.000
----------------------------	----------------	----------------	----------------	----------------	------------------

CAPÍTULO 40	ORAA	357.500	317.250	340.750	369.500	1.385.000
	Fundos Comunitários	127.500	97.750	89.250	110.500	425.000

Financiamento

Regionais / Nacionais
OUTROS FUNDOS
Fundos Comunitários

PROJECTO: 12-2 Cartografia

Dotação do Projecto	25.000	25.000	50.000	50.000	150.000
----------------------------	---------------	---------------	---------------	---------------	----------------

CAPÍTULO 40	ORAA	3.750	3.750	7.500	7.500	22.500
	Fundos Comunitários	21.250	21.250	42.500	42.500	127.500

Financiamento

Regionais / Nacionais
OUTROS FUNDOS
Fundos Comunitários

PROJECTO: 12-3 LREC

Dotação do Projecto	90.000	75.000	100.000	100.000	365.000
----------------------------	---------------	---------------	----------------	----------------	----------------

CAPÍTULO 40	ORAA	90.000	75.000	100.000	100.000	365.000
	Fundos Comunitários					

Financiamento

Regionais / Nacionais
OUTROS FUNDOS
Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 12.4

Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRHE

Dotação do Projecto	10.000	40.000	40.000	40.000	130.000
----------------------------	--------	--------	--------	--------	---------

CAPÍTULO 40	ORAA	10.000	40.000	40.000	40.000	130.000
-------------	------	--------	--------	--------	--------	---------

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 12.5

Divulgação e Sensibilização das Populações

Dotação do Projecto	20.000	20.000	20.000	20.000	80.000
----------------------------	--------	--------	--------	--------	--------

CAPÍTULO 40	ORAA	20.000	20.000	20.000	20.000	80.000
-------------	------	--------	--------	--------	--------	--------

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

13 CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS

Dotação do Programa	1.386.500	2.256.500	2.803.500	1.830.500	8.277.000
----------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

CAPÍTULO 40	ORAA	766.000	851.250	1.009.500	879.500	3.506.250
-------------	------	---------	---------	-----------	---------	-----------

Fundos Comunitários		620.500	1.405.250	1.794.000	951.000	4.770.750
---------------------	--	---------	-----------	-----------	---------	-----------

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 13.1

Equipamentos de apoio portuários

Dotação do Projecto	50.000	50.000	50.000	100.000	250.000
----------------------------	--------	--------	--------	---------	---------

CAPÍTULO 40	ORAA	50.000	50.000	50.000	100.000	250.000
-------------	------	--------	--------	--------	---------	---------

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 13-2

Tráfego de passageiros inter - ilhas

Dotação do Projecto	533.500	483.500	555.000	510.000	2.082.000
----------------------------	---------	---------	---------	---------	-----------

CAPÍTULO 40	ORAA	533.500	462.250	470.000	510.000	1.975.750
-------------	------	---------	---------	---------	---------	-----------

Fundos Comunitários			21.250	85.000		106.250
---------------------	--	--	--------	--------	--	---------

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 13-3

Infra-estruturas portuárias

Dotação do Projecto	795.000	1.715.000	2.187.500	1.209.500	5.907.000
----------------------------	---------	-----------	-----------	-----------	-----------

CAPÍTULO 40	ORAA	174.500	331.000	478.500	258.500	1.242.500
-------------	------	---------	---------	---------	---------	-----------

Fundos Comunitários		620.500	1.384.000	1.709.000	951.000	4.664.500
---------------------	--	---------	-----------	-----------	---------	-----------

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 13-4

Estudos

Dotação do Projecto	3.000	3.000	5.000	5.000	16.000
----------------------------	-------	-------	-------	-------	--------

CAPÍTULO 40	ORAA	3.000	3.000	5.000	5.000	16.000
-------------	------	-------	-------	-------	-------	--------

Fundos Comunitários						
---------------------	--	--	--	--	--	--

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 13-5

Promoção e Dinamização dos Transportes Marítimos

Dotação do Projecto	5.000	5.000	6.000	6.000	22.000
----------------------------	-------	-------	-------	-------	--------

CAPÍTULO 40	ORAA	5.000	5.000	6.000	6.000	22.000
-------------	------	-------	-------	-------	-------	--------

Fundos Comunitários						
---------------------	--	--	--	--	--	--

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

14 DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES AÉREOS

Dotação do Programa	1.728.500	2.392.500	2.543.000	2.376.500	9.040.500
----------------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

CAPÍTULO 40	ORAA	1.666.025	1.741.825	1.772.050	1.744.525	6.924.425
	Fundos Comunitários	62.475	650.675	770.950	631.975	2.116.075

Financiamento

Regionais / Nacionais
OUTROS FUNDOS
Fundos Comunitários

PROJECTO: 14.1 Infra-estruturas e equipamentos aeroportuários

Dotação do Projecto	103.500	765.500	912.000	743.500	2.524.500
----------------------------	----------------	----------------	----------------	----------------	------------------

CAPÍTULO 40	ORAA	41.025	114.825	141.050	111.525	408.425
	Fundos Comunitários	62.475	650.675	770.950	631.975	2.116.075

Financiamento

Regionais / Nacionais
OUTROS FUNDOS
Fundos Comunitários

PROJECTO: 14.2 Gestão dos aerodromos regionais

Dotação do Projecto	120.000	122.000	125.000	127.000	494.000
----------------------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------

CAPÍTULO 40	ORAA	120.000	122.000	125.000	127.000	494.000
	Fundos Comunitários					

Financiamento

Regionais / Nacionais
OUTROS FUNDOS
Fundos Comunitários

PROJECTO: 14.3 Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas

Dotação do Projecto	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	6.000.000
----------------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

CAPÍTULO 40	ORAA	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	6.000.000
	Fundos Comunitários					

Financiamento

Regionais / Nacionais
OUTROS FUNDOS
Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 14.4 Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos

Dotação do Projecto 5.000 5.000 6.000 6.000 22.000

CAPÍTULO 40 ORAA 5.000 5.000 6.000 6.000 22.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

15 CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SECTOR ENERGÉTICO

Dotação do Programa 193.418 210.418 155.000 171.000 729.836

CAPÍTULO 40 ORAA 193.418 210.418 155.000 171.000 729.836

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários 10.000 10.000 10.000 30.000

PROJECTO: 15.1 Utilização racional de energia

Dotação do Projecto 20.000 36.000 36.000 36.000 128.000

CAPÍTULO 40 ORAA 20.000 36.000 36.000 36.000 128.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários 10.000 10.000 10.000 30.000

PROJECTO: 15.2 Serviço público e social

Dotação do Projecto 168.918 174.418 119.000 135.000 597.336

CAPÍTULO 40 ORAA 168.918 174.418 119.000 135.000 597.336

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 15-3

Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Energia

Dotação do Projecto

4.500

4.500

CAPÍTULO 40 ORAA

4.500

4.500

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

16 DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Dotação do Programa

1.249.500

1.785.000

2.225.000

2.070.000

7.329.500

CAPÍTULO 40 ORAA

968.625

1.300.000

1.718.500

1.650.250

5.637.375

Fundos Comunitários

280.875

485.000

506.500

419.750

1.692.125

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

267.000

585.000

890.000

905.000

2.647.000

PROJECTO: 16-1

Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores

Dotação do Projecto

1.246.500

1.782.000

2.222.000

2.067.000

7.317.500

CAPÍTULO 40 ORAA

965.625

1.297.000

1.715.500

1.647.250

5.625.375

Fundos Comunitários

280.875

485.000

506.500

419.750

1.692.125

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

267.000

585.000

890.000

905.000

2.647.000

PROJECTO: 16-2

Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Ciência e Tecnologia

Dotação do Projecto

3.000

3.000

3.000

3.000

12.000

CAPÍTULO 40 ORAA

3.000

3.000

3.000

3.000

12.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

17 DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS EDUCACIONAIS

Dotação do Programa	5.284.500	4.935.000	5.747.500	6.365.000	22.332.000
----------------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	-------------------

CAPÍTULO 40	ORAA	2.457.570	1.174.750	1.168.125	1.328.750	6.129.195
	Fundos Comunitários	2.826.930	3.760.250	4.579.375	5.036.250	16.202.805

Financiamento

Regionais / Nacionais
OUTROS FUNDOS
Fundos Comunitários

PROJECTO: 17-1

Construções Escolares

Dotação do Projecto	5.284.500	4.785.000	5.680.000	6.365.000	22.114.500
----------------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	-------------------

CAPÍTULO 40	ORAA	2.457.570	1.152.250	1.158.000	1.328.750	6.096.570
	Fundos Comunitários	2.826.930	3.632.750	4.522.000	5.036.250	16.017.930

Financiamento

Regionais / Nacionais
OUTROS FUNDOS
Fundos Comunitários

PROJECTO: 17-2

Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Educação

Dotação do Projecto		150.000	67.500		217.500
----------------------------	--	----------------	---------------	--	----------------

CAPÍTULO 40	ORAA		22.500	10.125		32.625
	Fundos Comunitários		127.500	57.375		184.875

Financiamento

Regionais / Nacionais
OUTROS FUNDOS
Fundos Comunitários

18 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCATIVO

Dotação do Programa	275.000	275.000	275.000	275.000	1.100.000
----------------------------	----------------	----------------	----------------	----------------	------------------

CAPÍTULO 40	ORAA	105.000	105.000	105.000	105.000	420.000
	Fundos Comunitários	170.000	170.000	170.000	170.000	680.000

Financiamento

Regionais / Nacionais
OUTROS FUNDOS
Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

Programa/Projecto	1000 esc.					total
	2001	2002	2003	2004		
PROJECTO: 18-1 Equipamentos Escolares						
Dotação do Projecto	200.000	200.000	200.000	200.000	800.000	
CAPÍTULO 40 ORAA	30.000	30.000	30.000	30.000	120.000	
Fundos Comunitários	170.000	170.000	170.000	170.000	680.000	
Financiamento						
Regionais / Nacionais						
OUTROS FUNDOS						
Fundos Comunitários						
PROJECTO: 18-2 Formação (comparticipação regional)						
Dotação do Projecto	75.000	75.000	75.000	75.000	300.000	
CAPÍTULO 40 ORAA	75.000	75.000	75.000	75.000	300.000	
Fundos Comunitários						
Financiamento						
Regionais / Nacionais						
OUTROS FUNDOS						
Fundos Comunitários						
19 JUVENTUDE E EMPREGO						
Dotação do Programa	424.000	578.500	651.000	621.500	2.275.000	
CAPÍTULO 40 ORAA	424.000	578.500	651.000	621.500	2.275.000	
Fundos Comunitários						
Financiamento						
Regionais / Nacionais						
OUTROS FUNDOS						
Fundos Comunitários	1.200.000	1.250.000	1.300.000	1.340.000	5.090.000	
PROJECTO: 19-1 Juventude						
Dotação do Projecto	194.500	261.500	327.500	282.500	1.066.000	
CAPÍTULO 40 ORAA	194.500	261.500	327.500	282.500	1.066.000	
Fundos Comunitários						
Financiamento						
Regionais / Nacionais						
OUTROS FUNDOS						
Fundos Comunitários						

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 19-2

Emprego e Formação Profissional

Dotação do Projecto	224.500	312.000	318.500	334.000	1.189.000
----------------------------	---------	---------	---------	---------	-----------

CAPÍTULO 40 ORAA	224.500	312.000	318.500	334.000	1.189.000
------------------	---------	---------	---------	---------	-----------

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários	1.200.000	1.250.000	1.300.000	1.340.000	5.090.000
---------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

PROJECTO: 19-3

Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Juventude e Emprego

Dotação do Projecto	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
----------------------------	-------	-------	-------	-------	--------

CAPÍTULO 40 ORAA	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
------------------	-------	-------	-------	-------	--------

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

20 DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS DE SAÚDE

Dotação do Programa	1.040.000	1.100.000	1.080.000	1.770.000	4.990.000
----------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

CAPÍTULO 40 ORAA	181.500	207.500	204.500	313.000	906.500
------------------	---------	---------	---------	---------	---------

Fundos Comunitários	858.500	892.500	875.500	1.457.000	4.083.500
---------------------	---------	---------	---------	-----------	-----------

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 20-1

Construção De Novas Unidades

Dotação do Projecto	200.000	330.000	480.000	1.170.000	2.180.000
----------------------------	---------	---------	---------	-----------	-----------

CAPÍTULO 40 ORAA	30.000	49.500	72.000	180.500	332.000
------------------	--------	--------	--------	---------	---------

Fundos Comunitários	170.000	280.500	408.000	989.500	1.848.000
---------------------	---------	---------	---------	---------	-----------

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 20-2	Remodelação/Ampliação de Unidades de Saúde Existentes
----------------	---

Dotação do Projecto	840.000	770.000	600.000	600.000	2.810.000
----------------------------	---------	---------	---------	---------	-----------

CAPÍTULO 40	ORAA	151.500	158.000	132.500	132.500	574.500
	Fundos Comunitários	688.500	612.000	467.500	467.500	2.235.500
Financiamento	Regionais / Nacionais					
	OUTROS FUNDOS					
	Fundos Comunitários					

21 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE
--

Dotação do Programa	1.170.000	1.050.000	910.000	1.230.000	4.360.000
----------------------------	-----------	-----------	---------	-----------	-----------

CAPÍTULO 40	ORAA	290.250	302.000	298.000	380.000	1.270.250
	Fundos Comunitários	879.750	748.000	612.000	850.000	3.089.750
Financiamento	Regionais / Nacionais					
	OUTROS FUNDOS					
	Fundos Comunitários	102.000	119.000	136.000	153.000	510.000

PROJECTO: 21-1	Apetrechamento/Modernização
----------------	-----------------------------

Dotação do Projecto	1.060.000	910.000	750.000	1.050.000	3.770.000
----------------------------	-----------	---------	---------	-----------	-----------

CAPÍTULO 40	ORAA	180.250	162.000	138.000	200.000	680.250
	Fundos Comunitários	879.750	748.000	612.000	850.000	3.089.750
Financiamento	Regionais / Nacionais					
	OUTROS FUNDOS					
	Fundos Comunitários					

PROJECTO: 21-2	Actualização Profissional
----------------	---------------------------

Dotação do Projecto	110.000	140.000	160.000	180.000	590.000
----------------------------	---------	---------	---------	---------	---------

CAPÍTULO 40	ORAA	110.000	140.000	160.000	180.000	590.000
	Fundos Comunitários					
Financiamento	Regionais / Nacionais					
	OUTROS FUNDOS					
	Fundos Comunitários	102.000	119.000	136.000	153.000	510.000

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto	2001	2002	2003	2004	total
22 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL					
Dotação do Programa	540.000	685.000	940.000	1.030.000	3.195.000
CAPÍTULO 40 ORAA	540.000	685.000	940.000	1.030.000	3.195.000
Fundos Comunitários					
Financiamento					
Regionais / Nacionais		40.000	180.000	230.000	450.000
OUTROS FUNDOS					
Fundos Comunitários					
PROJECTO: 22-1 Equipamentos de Apoio a Idosos (comparticipação regional)					
Dotação do Projecto	295.000	365.000	470.000	640.000	1.770.000
CAPÍTULO 40 ORAA	295.000	365.000	470.000	640.000	1.770.000
Fundos Comunitários					
Financiamento					
Regionais / Nacionais			50.000	150.000	200.000
OUTROS FUNDOS					
Fundos Comunitários					
PROJECTO: 22-2 Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude (comparticipação regional)					
Dotação do Projecto	195.000	240.000	390.000	330.000	1.155.000
CAPÍTULO 40 ORAA	195.000	240.000	390.000	330.000	1.155.000
Fundos Comunitários					
Financiamento					
Regionais / Nacionais			100.000	80.000	180.000
OUTROS FUNDOS					
Fundos Comunitários					
PROJECTO: 22-3 Promoção da Igualdade de Oportunidades					
Dotação do Projecto	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
CAPÍTULO 40 ORAA	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
Fundos Comunitários					
Financiamento					
Regionais / Nacionais					
OUTROS FUNDOS					
Fundos Comunitários					

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 22.4

Prevenção das Toxicodependências

Dotação do Projecto

20.000

30.000

40.000

50.000

140.000

CAPÍTULO 40 ORAA

20.000

30.000

40.000

50.000

140.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 22.5

Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Solidariedade Social

Dotação do Projecto

20.000

40.000

30.000

90.000

CAPÍTULO 40 ORAA

20.000

40.000

30.000

90.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

23 PROTECÇÃO CIVIL

Dotação do Programa

787.500

715.500

857.500

724.500

3.085.000

CAPÍTULO 40 ORAA

452.175

233.125

267.175

187.725

1.140.200

Fundos Comunitários

335.325

482.375

590.325

536.775

1.944.800

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 23.1

Aquisição/reparação de viaturas para os CB's

Dotação do Projecto

114.500

142.500

144.500

131.500

533.000

CAPÍTULO 40 ORAA

17.175

21.375

21.675

19.725

79.950

Fundos Comunitários

97.325

121.125

122.825

111.775

453.050

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 23-2 Construção/remod. de infra-estruturas e equipamentos dos CB's

Dotação do Projecto 250.000 395.000 520.000 470.000 1.635.000

CAPÍTULO 40 ORAA 37.500 59.250 78.000 70.500 245.250

Fundos Comunitários 212.500 335.750 442.000 399.500 1.389.750

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 23-3 Formação e Informação

Dotação do Projecto 88.000 88.000 93.000 93.000 362.000

CAPÍTULO 40 ORAA 62.500 62.500 67.500 67.500 260.000

Fundos Comunitários 25.500 25.500 25.500 25.500 102.000

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 23-4 Serviço Regional de Protecção Civil

Dotação do Projecto 335.000 90.000 100.000 30.000 555.000

CAPÍTULO 40 ORAA 335.000 90.000 100.000 30.000 555.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

24 QUALIDADE AMBIENTAL

Dotação do Programa 1.591.270 2.342.400 2.188.885 2.192.420 8.314.975

CAPÍTULO 40 ORAA 398.648 501.465 456.058 473.788 1.829.959

Fundos Comunitários 1.192.622 1.840.935 1.732.827 1.718.632 6.485.016

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários 23.800 25.500 25.500 29.750 104.550

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 24.1		Recursos Hídricos				
Dotação do Projecto		721.000	993.000	737.000	627.000	3.078.000
Financiamento	CAPÍTULO 40 ORAA	189.750	230.550	180.900	162.900	764.100
	Fundos Comunitários	531.250	762.450	556.100	464.100	2.313.900
	Regionais / Nacionais					
	OUTROS FUNDOS					
	Fundos Comunitários					
PROJECTO: 24.2		Valorização da Qualidade Ambiental				
Dotação do Projecto		423.050	556.050	624.150	623.150	2.226.400
Financiamento	CAPÍTULO 40 ORAA	63.457	83.408	93.623	93.473	333.961
	Fundos Comunitários	359.593	472.642	530.527	529.677	1.892.439
	Regionais / Nacionais					
	OUTROS FUNDOS					
	Fundos Comunitários					
PROJECTO: 24.3		Ordenamento do Território				
Dotação do Projecto		345.500	677.500	707.500	819.500	2.550.000
Financiamento	CAPÍTULO 40 ORAA	88.108	128.054	125.250	154.800	496.212
	Fundos Comunitários	257.392	549.446	582.250	664.700	2.053.788
	Regionais / Nacionais					
	OUTROS FUNDOS					
	Fundos Comunitários					
PROJECTO: 24.4		Formação e Promoção Ambiental				
Dotação do Projecto		80.220	96.350	105.235	105.770	387.575
Financiamento	CAPÍTULO 40 ORAA	35.833	39.953	41.285	45.615	162.686
	Fundos Comunitários	44.387	56.397	63.950	60.155	224.889
	Regionais / Nacionais					
	OUTROS FUNDOS					
	Fundos Comunitários	23.800	25.500	25.500	29.750	104.550

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 24.5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Ambiente

Dotação do Projecto 21.500 19.500 15.000 17.000 73.000

CAPÍTULO 40 ORAA 21.500 19.500 15.000 17.000 73.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

25 PATRIMÓNIO E ACTIVIDADES CULTURAIS

Dotação do Programa 1.361.000 1.517.000 1.532.476 1.769.500 6.179.976

CAPÍTULO 40 ORAA 1.064.775 1.032.500 1.039.476 1.123.500 4.260.251

Fundos Comunitários 296.225 484.500 493.000 646.000 1.919.725

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 25.1 Dinamização de Actividades Culturais

Dotação do Projecto 341.500 400.000 432.000 476.500 1.650.000

CAPÍTULO 40 ORAA 341.500 400.000 432.000 476.500 1.650.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 25.2 Defesa e valorização do património arquitectónico e cultural

Dotação do Projecto 929.500 1.026.000 989.476 1.191.000 4.135.976

CAPÍTULO 40 ORAA 633.275 541.500 496.476 545.000 2.216.251

Fundos Comunitários 296.225 484.500 493.000 646.000 1.919.725

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 25 - 3

Protecção e Valorização de Angra Património Mundial

Dotação do Projecto

85.000

86.000

106.000

97.000

374.000

CAPÍTULO 40 ORAA

85.000

86.000

106.000

97.000

374.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 25 - 4

Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Cultura

Dotação do Projecto

5.000

5.000

5.000

5.000

20.000

CAPÍTULO 40 ORAA

5.000

5.000

5.000

5.000

20.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

26 DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Dotação do Programa

1.027.000

1.129.000

1.150.000

1.328.000

4.634.000

CAPÍTULO 40 ORAA

755.850

806.850

903.500

971.000

3.437.200

Fundos Comunitários

271.150

322.150

246.500

357.000

1.196.800

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

18.150

24.200

27.225

27.225

96.800

PROJECTO: 26 - 1

Instalações e Equipamentos

Dotação do Projecto

449.000

504.000

450.000

610.000

2.013.000

CAPÍTULO 40 ORAA

182.100

190.350

212.000

261.500

845.950

Fundos Comunitários

266.900

313.650

238.000

348.500

1.167.050

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 26 - 2

Actividades Desportivas

Dotação do Projecto

423.000

450.000

478.000

531.000

1.882.000

CAPÍTULO 40 ORAA

423.000

450.000

478.000

531.000

1.882.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 26 - 3

Promoção e Formação

Dotação do Projecto

150.000

170.000

217.000

182.000

719.000

CAPÍTULO 40 ORAA

145.750

161.500

208.500

173.500

689.250

Fundos Comunitários

4.250

8.500

8.500

8.500

29.750

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

18.150

24.200

27.225

27.225

96.800

PROJECTO: 26 - 4

Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desporto

Dotação do Projecto

5.000

5.000

5.000

5.000

20.000

CAPÍTULO 40 ORAA

5.000

5.000

5.000

5.000

20.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

27 HABITAÇÃO

Dotação do Programa

2.600.000

2.700.000

2.965.000

3.150.000

11.415.000

CAPÍTULO 40 ORAA

2.600.000

2.700.000

2.965.000

3.150.000

11.415.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 27 · 1

Construção e Aquisição de Habitação Própria

Dotação do Projecto

1.219.500

1.500.000

1.605.000

1.590.000

5.914.500

CAPÍTULO 40 ORAA

1.219.500

1.500.000

1.605.000

1.590.000

5.914.500

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 27 · 2

Recuperação da Habitação e Realojamentos

Dotação do Projecto

1.085.500

897.500

1.157.500

1.377.500

4.518.000

CAPÍTULO 40 ORAA

1.085.500

897.500

1.157.500

1.377.500

4.518.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 27 · 3

Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Habitação

Dotação do Projecto

295.000

302.500

202.500

182.500

982.500

CAPÍTULO 40 ORAA

295.000

302.500

202.500

182.500

982.500

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

28 COMUNICAÇÃO SOCIAL

Dotação do Programa

157.000

145.460

146.450

147.470

596.380

CAPÍTULO 40 ORAA

157.000

145.460

146.450

147.470

596.380

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 28-5

Promoção no exterior

Dotação do Projecto

5.000

5.000

5.000

5.000

20.000

CAPÍTULO 40 ORAA

5.000

5.000

5.000

5.000

20.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

29 COOPERAÇÃO EXTERNA

Dotação do Programa

323.900

353.050

375.150

394.300

1.446.400

CAPÍTULO 40 ORAA

323.900

353.050

375.150

394.300

1.446.400

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 29-1

Cooperação inter-regional

Dotação do Projecto

100.000

104.000

108.000

110.000

422.000

CAPÍTULO 40 ORAA

100.000

104.000

108.000

110.000

422.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 29-2

Emigrado/Repatriado

Dotação do Projecto

18.000

22.000

22.000

27.000

89.000

CAPÍTULO 40 ORAA

18.000

22.000

22.000

27.000

89.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 29-3

Identidade Cultural

Dotação do Projecto

205.900

227.050

245.150

257.300

935.400

CAPÍTULO 40 ORAA

205.900

227.050

245.150

257.300

935.400

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

30 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL

Dotação do Programa

671.000

614.000

656.000

700.000

2.641.000

CAPÍTULO 40 ORAA

649.750

529.000

528.500

530.000

2.237.250

Fundos Comunitários

21.250

85.000

127.500

170.000

403.750

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

20.625

22.000

24.000

24.000

90.625

PROJECTO: 30-1

Modernização administrativa

Dotação do Projecto

134.000

135.000

140.000

140.000

549.000

CAPÍTULO 40 ORAA

134.000

135.000

140.000

140.000

549.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

20.625

22.000

24.000

24.000

90.625

PROJECTO: 30-2

Cooperação com as Autarquias Locais

Dotação do Projecto

445.000

315.000

300.000

287.000

1.347.000

CAPÍTULO 40 ORAA

445.000

315.000

300.000

287.000

1.347.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 30 - 3

Estadística

Dotação do Projecto	35.000	30.000	30.000	35.000	130.000
----------------------------	--------	--------	--------	--------	---------

CAPÍTULO 40	ORAA	35.000	30.000	30.000	35.000	130.000
-------------	------	--------	--------	--------	--------	---------

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 30 - 4

Informação de Interesse Público ao Cidadão

Dotação do Projecto	25.000	100.000	150.000	200.000	475.000
----------------------------	--------	---------	---------	---------	---------

CAPÍTULO 40	ORAA	3.750	15.000	22.500	30.000	71.250
-------------	------	-------	--------	--------	--------	--------

Fundos Comunitários	21.250	85.000	127.500	170.000	403.750
---------------------	--------	--------	---------	---------	---------

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 30 - 5

Serviços Sociais

Dotação do Projecto	32.000	34.000	36.000	38.000	140.000
----------------------------	--------	--------	--------	--------	---------

CAPÍTULO 40	ORAA	32.000	34.000	36.000	38.000	140.000
-------------	------	--------	--------	--------	--------	---------

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

31 PLANEAMENTO e FINANÇAS

Dotação do Programa	1.120.000	1.088.000	1.059.000	992.000	4.259.000
----------------------------	-----------	-----------	-----------	---------	-----------

CAPÍTULO 40	ORAA	1.017.500	938.000	899.000	842.000	3.696.500
-------------	------	-----------	---------	---------	---------	-----------

Fundos Comunitários	102.500	150.000	160.000	150.000	562.500
---------------------	---------	---------	---------	---------	---------

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários	0				0
---------------------	---	--	--	--	---

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 31.1

Planeamento e Finanças

Dotação do Projecto

1.120.000

1.088.000

1.059.000

992.000

4.259.000

CAPÍTULO 40 ORAA

1.017.500

938.000

899.000

842.000

3.696.500

Fundos Comunitários

102.500

150.000

160.000

150.000

562.500

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

0

0

32 REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL

Dotação do Programa

2.000.000

2.000.000

100.000

100.000

4.200.000

CAPÍTULO 40 ORAA

2.000.000

2.000.000

100.000

100.000

4.200.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 32.1

Reestruturação do Sector Público Empresarial Regional

Dotação do Projecto

2.000.000

2.000.000

100.000

100.000

4.200.000

CAPÍTULO 40 ORAA

2.000.000

2.000.000

100.000

100.000

4.200.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

33 CALAMIDADES

Dotação do Programa

7.530.000

7.628.500

6.375.000

5.955.000

27.488.500

CAPÍTULO 40 ORAA

7.100.750

6.999.500

6.077.500

5.700.000

25.877.750

Fundos Comunitários

429.250

629.000

297.500

255.000

1.610.750

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PMP 2001 - 2004

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

1000 esc.

Programa/Projecto

2001

2002

2003

2004

total

PROJECTO: 33-1

Intempéries

Dotação do Projecto

1.386.000

1.748.500

495.000

345.000

3.974.500

CAPÍTULO 40 ORAA

999.250

1.374.500

452.500

345.000

3.171.250

Fundos Comunitários

386.750

374.000

42.500

803.250

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 33-2

Sismo

Dotação do Projecto

6.094.000

5.580.000

5.580.000

5.310.000

22.564.000

CAPÍTULO 40 ORAA

6.094.000

5.580.000

5.580.000

5.310.000

22.564.000

Fundos Comunitários

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

PROJECTO: 33-3

Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Calamidades - Ambiente

Dotação do Projecto

50.000

300.000

300.000

300.000

950.000

CAPÍTULO 40 ORAA

7.500

45.000

45.000

45.000

142.500

Fundos Comunitários

42.500

255.000

255.000

255.000

807.500

Financiamento

Regionais / Nacionais

OUTROS FUNDOS

Fundos Comunitários

INTERVENÇÃO ESPECÍFICA EM RABO DE PEIXE

a) - milhares de escudos -

Intervenção Específica em Rabo de Peixe

1000 esc.

Programa/Projecto/Ação	2001	2002	2003	2004	total
TOTAL	538.000	974.000	1.162.000	1.371.500	4.045.500
3 DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA	13.000	13.000	13.000	13.000	52.000
3 . 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Agricultura	13.000	13.000	13.000	13.000	52.000
3 4 1 Valorização Profissional em Rabo de Peixe	3.000	3.000	3.000	3.000	12.000
3 4 2 Apoio ao Investimento em Rabo de Peixe	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
3 4 3 Apoio a Novas Culturas em Rabo de Peixe	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
5 ESTRUTURAS DE APOIO À ACTIVIDADE DA PESCA	100.000				100.000
5 . 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Pescas	100.000				100.000
5 3 1 Construção do Porto de Rabo de Peixe	100.000				100.000
7 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
7 . 6 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento do Turismo	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
7 6 1 Animação Turística em Rabo de Peixe	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
8 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	7.000	7.000	7.000	7.000	28.000
8 . 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento Industrial	7.000	7.000	7.000	7.000	28.000
8 4 1 Criação e Desenvolvimento de Micro-Empresas em Rabo de Peixe	7.000	7.000	7.000	7.000	28.000
9 DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO	4.000	4.000	4.000	4.000	16.000
9 . 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento do Comércio	4.000	4.000	4.000	4.000	16.000
9 3 1 Dinamização Comercial em Rabo de Peixe	4.000	4.000	4.000	4.000	16.000

Intervenção Específica em Rabo de Peixe

1000 esc.

Programa/Projecto/Ação	2001	2002	2003	2004	total
11 SISTEMA RODOVIÁRIO REGIONAL		115.000	500.000	825.000	1.440.000
11.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Estradas Regionais		115.000	500.000	825.000	1.440.000
11.4.1 Variante à ER 1-1ª, em Rabo de Peixe		15.000	125.000	300.000	440.000
11.4.2 Via de acesso ao porto de Rabo de Peixe		100.000	350.000	275.000	725.000
11.4.3 Reabilitação da ER 1-1ª, Rabo de Peixe / Fenais da Luz			25.000	250.000	275.000
15 CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SECTOR ENERGÉTICO	4.500				4.500
15.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Energia	4.500				4.500
15.3.1 Apoio à Electrificação do Campo de Jogos e Zona de Lazer	4.500				4.500
16 DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	3.000	3.000	3.000	3.000	12.000
16.2 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Ciência e Tecnologia	3.000	3.000	3.000	3.000	12.000
16.2.1 Centro Informático de Rabo de Peixe - Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande	3.000	3.000	3.000	3.000	12.000
17 DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS EDUCACIONAIS		150.000	67.500		217.500
17.2 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Educação		150.000	67.500		217.500
17.2.1 Construção da EB/JI Rabo de Peixe		150.000	67.500		217.500
19 JUVENTUDE E EMPREGO	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
19.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Juventude e Emprego	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
19.3.1 Apoio a Actividades de Organizações Juvenis em Rabo de Peixe	2.500	2.500	2.500	2.500	10.000
19.3.2 Apoio à Dinamização do Mercado Social de Emprego em Rabo de Peixe	2.500	2.500	2.500	2.500	10.000

Intervenção Específica em Rabo de Peixe

1000 esc.

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	2004	total
22 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	20.000	40.000	30.000		90.000
22.5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Solidariedade Social	20.000	40.000	30.000		90.000
22 5 1 Criação de Centro de Apoio a Crianças e Jovens em Rabo de Peixe	20.000	40.000	30.000		90.000
24 QUALIDADE AMBIENTAL	21.500	19.500	15.000	17.000	73.000
24.5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Ambiente	21.500	19.500	15.000	17.000	73.000
24 5 1 Medidas de Requalificação Ambiental	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000
24 5 2 Formação e Sensibilização Ambientais	11.500	9.500	5.000	7.000	33.000
25 PATRIMÓNIO E ACTIVIDADES CULTURAIS	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
25.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Cultura	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
25 4 1 Dinamização das Actividades Culturais em Rabo de Peixe	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
26 DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
26.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desporto	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
26 4 1 Dinamização de Actividades Desportivas em Rabo de Peixe	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
27 HABITAÇÃO	295.000	302.500	202.500	182.500	982.500
27.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Habitação	295.000	302.500	202.500	182.500	982.500
27 3 1 Construção e Aquisição de Habitação em Rabo de Peixe	167.500	175.000	115.000	102.500	560.000
27 3 2 Recuperação da Habitação e Realojamentos em Rabo de Peixe	127.500	127.500	87.500	80.000	422.500
33 CALAMIDADES	50.000	300.000	300.000	300.000	950.000

Intervenção Específica em Rabo de Peixe

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	1000 esc.	total
				2004	
33 - 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Calamidades - Ambiente	50.000	300.000	300.000	300.000	950.000
33 3 1 Protecção da Orla Marítima em Rabo de Peixe	50.000	300.000	300.000	300.000	950.000

INTERVENÇÃO ESPECÍFICA EM RABO DE PEIXE

b) - euros -

Intervenção Específica em Rabo de Peixe

Euros

Programa/Projecto/Ação	2001	2002	2003	2004	total
TOTAL	2.683.533	4.858.292	5.796.032	6.841.013	20.178.869
3 DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA	64.844	64.844	64.844	64.844	259.375
3 . 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Agricultura	64.844	64.844	64.844	64.844	259.375
3 4 1 Valorização Profissional em Rabo de Peixe	14.964	14.964	14.964	14.964	59.856
3 4 2 Apoio ao Investimento em Rabo de Peixe	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
3 4 3 Apoio a Novas Culturas em Rabo de Peixe	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
5 ESTRUTURAS DE APOIO À ACTIVIDADE DA PESCA	498.798				498.798
5 . 3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Pescas	498.798				498.798
5 3 1 Construção do Porto de Rabo de Peixe	498.798				498.798
7 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
7 . 6 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento do Turismo	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
7 6 1 Animação Turística em Rabo de Peixe	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
8 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	34.916	34.916	34.916	34.916	139.663
8 . 4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento Industrial	34.916	34.916	34.916	34.916	139.663
8 4 1 Criação e Desenvolvimento de Micro-Empresas em Rabo de Peixe	34.916	34.916	34.916	34.916	139.663
9 DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO	19.952	19.952	19.952	19.952	79.808

Intervenção Específica em Rabo de Peixe

Programa/Projecto/Ação	2001	2002	2003	Euros	
				2004	total
9.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desenvolvimento do Comércio	19.952	19.952	19.952	19.952	79.808
9.3.1 Dinamização Comercial em Rabo de Peixe	19.952	19.952	19.952	19.952	79.808
11 SISTEMA RODOVIÁRIO REGIONAL		573.618	2.493.989	4.115.083	7.182.690
11.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Estradas Regionais		573.618	2.493.989	4.115.083	7.182.690
11.4.1 Variante à ER 1-1ª, em Rabo de Peixe		74.820	623.497	1.496.394	2.194.711
11.4.2 Via de acesso ao porto de Rabo de Peixe		498.798	1.745.793	1.371.694	3.616.285
11.4.3 Reabilitação da ER 1-1ª, Rabo de Peixe / Fenais da Luz			124.699	1.246.995	1.371.694
15 CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SECTOR ENERGÉTICO	22.446				22.446
15.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Energia	22.446				22.446
15.3.1 Apoio à Electrificação do Campo de Jogos e Zona de Lazer	22.446				22.446
16 DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	14.964	14.964	14.964	14.964	59.856
16.2 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Ciência e Tecnologia	14.964	14.964	14.964	14.964	59.856
16.2.1 Centro Informático de Rabo de Peixe - Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande	14.964	14.964	14.964	14.964	59.856
17 DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS EDUCACIONAIS		748.197	336.689		1.084.885
17.2 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Educação		748.197	336.689		1.084.885
17.2.1 Construção da EB/JI Rabo de Peixe		748.197	336.689		1.084.885
19 JUVENTUDE E EMPREGO	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760

Intervenção Específica em Rabo de Peixe

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	Euros	
				2004	total
19.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Juventude e Emprego	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
19.3.1 Apoio a Actividades de Organizações Juvenis em Rabo de Peixe	12.470	12.470	12.470	12.470	49.880
19.3.2 Apoio à Dinamização do Mercado Social de Emprego em Rabo de Peixe	12.470	12.470	12.470	12.470	49.880
22 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	99.760	199.519	149.639		448.918
22.5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Solidariedade Social	99.760	199.519	149.639		448.918
22.5.1 Criação de Centro de Apoio a Crianças e Jovens em Rabo de Peixe	99.760	199.519	149.639		448.918
24 QUALIDADE AMBIENTAL	107.242	97.266	74.820	84.796	364.122
24.5 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Ambiente	107.242	97.266	74.820	84.796	364.122
24.5.1 Medidas de Requalificação Ambiental	49.880	49.880	49.880	49.880	199.519
24.5.2 Formação e Sensibilização Ambientais	57.362	47.386	24.940	34.916	164.603
25 PATRIMÓNIO E ACTIVIDADES CULTURAIS	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
25.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Cultura	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
25.4.1 Dinamização das Actividades Culturais em Rabo de Peixe	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
26 DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
26.4 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Desporto	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
26.4.1 Dinamização de Actividades Desportivas em Rabo de Peixe	24.940	24.940	24.940	24.940	99.760
27 HABITAÇÃO	1.471.454	1.508.864	1.010.066	910.306	4.900.689

Intervenção Específica em Rabo de Peixe

Programa/Projecto/Acção	2001	2002	2003	Euros	
				2004	total
27.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Habitação	1.471.454	1.508.864	1.010.066	910.306	4.900.689
27 3 1 Construção e Aquisição de Habitação em Rabo de Peixe	835.486	872.896	573.618	511.268	2.793.268
27 3 2 Recuperação da Habitação e Realojamentos em Rabo de Peixe	635.967	635.967	436.448	399.038	2.107.421
33 CALAMIDADES	249.399	1.496.394	1.496.394	1.496.394	4.738.580
33.3 Intervenção Específica em Rabo de Peixe - Calamidades - Ambiente	249.399	1.496.394	1.496.394	1.496.394	4.738.580
33 3 1 Protecção da Orla Marítima em Rabo de Peixe	249.399	1.496.394	1.496.394	1.496.394	4.738.580

Composto e Impresso na DREPA
Angra do Heroísmo/2001

